



A Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo

Teresa Isabel Pão-Alvo Cansado

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

ORIENTAÇÃO: *Professor Doutor Eduardo Álvaro do Carmo Figueira*

ÉVORA, Outubro de 2014





Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso tenho em mim todos os sonhos
do mundo.

(Fernando Pessoa, Tabacaria)

AGRADECIMENTOS

Expresso a minha gratidão:

- Aos Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário que acederam cooperar com este estudo e cuja dedicação registo;

- Aos profissionais que quiseram partilhar comigo os seus conhecimentos e experiência neste domínio, com disponibilidade e simpatia e uma qualidade profissional e humana indelevelmente impressas na memória deste trabalho;

- Ao Professor Doutor Eduardo Figueira, testemunha participante da minha formação académica, na qualidade de professor no Mestrado e de orientador do Doutoramento;

- Mas sobretudo à minha família.

RESUMO

Título: A Institucionalização de Crianças e Jovens, no Alentejo

A temática em torno da institucionalização de crianças e jovens tem vindo progressivamente a ocupar maior destaque nos meios de comunicação social, impelindo para uma maior consciencialização da sociedade em geral e uma maior preocupação sobre formas adequadas de intervenção dos profissionais desta área em particular. Este trabalho teve como objetivo conhecer, analisar e compreender as estratégias que as entidades inscritas na economia social com respostas sociais em matéria de infância e juventude têm no processo de acolhimento, integração social e promoção dos projetos de vida das crianças e jovens em acolhimento, na região do Alentejo. O estudo foi conduzido através de um inquérito por questionário considerado como a forma mais adequada para recolher informação necessária para dar resposta aos objetivos definidos. Os dados foram assim recolhidos através da aplicação de um questionário on-line dirigido a 30 entidades com resposta de acolhimento em matéria de infância e juventude. O questionário foi administrado a Diretores Técnicos com a responsabilidade de gestão das respostas sociais de Lar de infância e juventude e Centro de acolhimento temporário. A análise e interpretação dos resultados permitiram capturar não só os critérios e os motivos pelos quais as entidades procedem ao acolhimento, como também as estratégias utilizadas no momento do acolhimento e, mais tarde, de integração social. Os resultados permitiram ainda identificar as estratégias mais comuns utilizadas pelas entidades e elencar um conjunto de estratégias válidas para a integração social dos menores acolhidos, bem como, para os processos de promoção dos projetos de vida.

Palavras-chave: Institucionalização de crianças e jovens, maus-tratos, Economia Social.

ABSTRACT

Title: The Institutionalization of Children and young people in Alentejo

The institutionalization of children and young people is occupying more space in the media. This reflex a great society awareness for the problem. At the same time the focus of professional intervention in this particular area. In this study I identify and analyze the strategies of social organization concerning the children and young people, institutionalize in Alentejo. In particular, I focus in the reception, integration and promotion in the reception of social project for children and young people in social organization. I used a online questioner to survey the social organization, and the questions were answers by the technical directors whit management responsibility.

The analysis and interpretation of results allowed to capture the criteria and the reasons for the reception of this children and young people. It also permit to access the strategies used at the time of admission and later social integration. I also identify the most common strategies used to deals whit children and young people and their social integration.

Key Words: Institutionalization of children and young, bad-treatments, social economy.

ÍNDICE GERAL

Temas	Páginas
RESUMO	3
ABSTRACT	4
ÍDICE GERAL	5
ÍNDICE DE TABELAS	7
ÍNDICE DE GRÁFICOS	8
ÍNDICE DE FIGURAS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	15
I – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL	
1.1 – ÂMBITO E PROPÓSITO DO ESTUDO	26
1.2 – UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A INFÂNCIA	30
1.3 – A VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	37
1.4 – SÍNTESE DO CAPÍTULO I	44
II – MAUS-TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS & O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	
2.1 – A PROBLEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA MODERNA	47
2.2 – TIPOLOGIAS DE MAUS-TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS	54
2.3 – DA PROTEÇÃO AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	62
2.4 – O SISTEMA DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL	68
2.5 – SÍNTESE DO CAPÍTULO II	86
III – UM BREVE OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO	
3.1 - PERSPETIVA ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	89
3.2 - TEORIA GERAL DOS SISTEMAS	98
3.3 – TEORIA PSICOSSOCIAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	108
3.4 - SÍNTESE DO CAPÍTULO III	117

**IV - AS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL E/OU TERCEIRO SETOR
COM RESPOSTA SOCIAL EM INFÂNCIA E JUVENTUDE**

4.1 – BREVE RESENHA HISTÓRICA	123
4.2 – A ECONOMIA SOCIAL E/OU TERCEIRO SETOR E A AÇÃO SOCIAL	127
4.3 - SÍNTESE DO CAPÍTULO IV	133

V - ABORDAGEM METODOLÓGICA DE ESTUDO

5.1 – DELINEAMENTO GERAL DO ESTUDO	137
5.2 - OBJETO E CONTEXTO DE ESTUDO	139
5.3 – POPULAÇÃO – ALVO	141
5.4 – DEFINIÇÃO CONCEPTUAL DAS VARIÁVEIS DE ESTUDO	143
5.5 – INSTRUMENTAÇÃO DO ESTUDO	146
5.6 – ANÁLISE DOS DADOS	154

VI – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 - CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES	159
6.2 - CRITÉRIOS E MOTIVOS DE ADMISSÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	167
6.3 - ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO	180
6.4 - ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	199
6.5 - ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA DA CRIANÇA E JOVEM	209

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 – NOTAS CONCLUSIVAS	246
7.2 - RECOMENDAÇÕES	255

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	264
-----------------------------------	------------

ANEXO I	273
----------------	------------

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela	Páginas
Tabela I – Constrangimentos do Sistema Nacional de Acolhimento.	77
Tabela II – Do Modelo Concetual à Instrumentação.	151
Tabela III – Base Teórica da Estrutura do Questionário.	151
Tabela IV – Síntese das Variáveis e Questões utilizadas no Questionário.	154
Tabela V – Motivos que originaram o acolhimento de Crianças e Jovens.	174
Tabela VI – Sinalização dos Processos às Entidades.	179
Tabela VII – Delineamento das Estratégias de Acolhimento pelas Entidades.	192
Tabela VIII – Estratégias adotadas no momento do acolhimento pelas Entidades.	192
Tabela IX – Envolvimento das Famílias no momento do acolhimento.	198
Tabela X – Envolvimento da Comunidade nas atividades das IPSS.	202
Tabela XI – Festividades organizadas pelas Entidades.	204
Tabela XII – Medidas de Promoção e Proteção utilizadas pelas Entidades.	221
Tabela XIII – Medidas de Promoção e Proteção finais nos projetos de vida das crianças e jovens.	226
Tabela XIV – Demora na execução dos projetos de vida das crianças e jovens.	231
Tabela XV – Alteração aos projetos de vida das crianças e jovens.	237
Tabela XVI – Notas de Regressão Linear à variável acolhimento.	238
Tabela XVII – Correlação da variável acolhimento.	239
Tabela XVIII – Sumário Modelo da regressão variável integração.	241
Tabela XIX – Anova da regressão variável integração.	241
Tabela XX – Teste Kolmogrov-Smirnov.	242
Tabela XXI – Teste Multicolariedade.	243
Tabela XXII – Coeficiente da Dimensão Integração.	244

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico	Páginas
Gráfico I – Resposta Social.	160
Gráfico II – Estatuto de IPSS.	160
Gráfico III – Natureza Jurídica da Entidade.	161
Gráfico IV – Área de Influência da Resposta Social.	162
Gráfico V – Formação Académica do Diretor Técnico.	162
Gráfico VI – Dimensão da Equipa Técnica.	163
Gráfico VII – Formação Académica da Equipa Técnica.	164
Gráfico VIII – Existência de Voluntariado na Entidade.	165
Gráfico IX – Adesão da Entidade ao Plano Dom.	165
Gráfico X – As Diferenças da Adesão ao Plano Dom.	166
Gráfico XI – Critérios de Admissão utilizados com mais frequência	168
Gráfico XII – Motivos que Originaram o Acolhimento.	170
Gráfico XIII – Os Motivos que originaram o acolhimento praticados pela mãe.	171
Gráfico XIV – Os Motivos que originaram o acolhimento praticados pelo pai.	172
Gráfico XV – Os Motivos que originaram o acolhimento praticados pelos avós.	172
Gráfico XVI – Os Motivos que originaram o acolhimento praticados por outros familiares.	173
Gráfico XVII – Organização Interna das Crianças/Jovens em acolhimento.	175
Gráfico XVIII – Pedidos de Acolhimento sinalizados pela Segurança Social.	176
Gráfico XIX – Pedidos de Acolhimento sinalizados pelo Tribunal.	177
Gráfico XX – Pedidos de Acolhimento sinalizados pela Comissão Proteção Crianças e Jovens.	177
Gráfico XXI – Procedimentos realizados após a chegada do Pedido de Acolhimento.	182

Gráfico XXII – O grau de envolvimento do Diretor (a) no momento do Acolhimento.	184
Gráfico XXIII – O grau de envolvimento do Técnico (a) Social no momento do Acolhimento.	184
Gráfico XXIV – O grau de envolvimento do Educador (a) no momento do Acolhimento.	185
Gráfico XXV – O grau de envolvimento do Psicólogo (a) no momento do Acolhimento.	185
Gráfico XXVI – A Instituição prepara previamente o acolhimento.	186
Gráfico XXVII – A Estratégia de acolhimento é delineado em função do Pedido.	187
Gráfico XXVIII – A Estratégia de acolhimento é delineado pela Direção.	187
Gráfico XXIX – No momento do acolhimento a criança escolhe o quarto.	188
Gráfico XXX – No momento do acolhimento é apresentada a instituição à criança.	189
Gráfico XXXI – No momento do acolhimento a criança escolhe o grupo.	190
Gráfico XXXII – No momento do acolhimento a criança é apresentada ao grupo.	190
Gráfico XXXIII – No momento do acolhimento a criança é informada das regras da instituição.	191
Gráfico XXXIV – Existência de Manual de Acolhimento.	193
Gráfico XXXV – As famílias são envolvidas no início do acolhimento.	194
Gráfico XXXVI – As famílias são envolvidas durante o acolhimento.	195
Gráfico XXXVII – As famílias são envolvidas na saída.	195
Gráfico XXXVIII – Envolvimento da família na vida da entidade.	196
Gráfico XXXIX – A instituição promove o acesso a todos os recursos da Comunidade.	199
Gráfico XL – A instituição é apoiada pela comunidade.	200
Gráfico XLI – A instituição envolve a comunidade nas suas atividades através	200
Gráfico XLII – A instituição organiza sempre ...	202

Gráfico XLIII – A instituição organiza outras festas/atividades.	203
Gráfico XLIV – A instituição permite sempre ...	204
Gráfico XLV – A instituição é um organismo aberto.	205
Gráfico XLVI – A instituição é apoiada sempre ...	205
Gráfico XLVII – Acompanhamento à instituição por parte da EMAT.	207
Gráfico XLVIII – Acompanhamento à instituição por parte do Tribunal.	207
Gráfico XLIX - Acompanhamento à instituição por parte da CPCJ.	208
Gráfico L – A entidade avalia e encontra a resposta mais adequada aos interesses da criança.	211
Gráfico LI – A entidade prepara o projeto de vida tendo em conta as expetativas da criança.	211
Gráfico LII - A entidade informa a criança sobre o caráter confidencial do projeto de vida.	212
Gráfico LIII – A entidade informa com regularidade a criança sobre o seu projeto de vida.	213
Gráfico LIV – A entidade acompanha a criança após a sua saída.	213
Gráfico LV – O projeto de vida é feito por vezes com a anuência.	215
Gráfico LVI – Apoio junto dos pais é uma Medida de Promoção e Proteção.	217
Gráfico LVII – Apoio para autonomia de vida é uma Medida de Promoção e Proteção.	217
Gráfico LVIII – Apoio junto de outro familiar é uma Medida de Promoção e Proteção.	218
Gráfico LVIX – A confiança a pessoa idónea é uma Medida de Promoção e Proteção.	218
Gráfico LX – Confiança a pessoa selecionada para a adoção é uma Medida de Promoção e Proteção.	219

Gráfico LXI – A tutela é uma Medida de Promoção e Proteção.	219
Gráfico LXII – A regulação do poder paternal é uma Medida de Promoção e Proteção.	220
Gráfico LXIII – O prazo das Medidas de Promoção e Proteção.	222
Gráfico LXIV – A (re) integração na família nuclear é um projeto de vida.	223
Gráfico LXV – A (re) integração na família alargada.	223
Gráfico LXVI – A confiança à guarda de terceiros é um projeto de vida.	224
Gráfico LXVII – A adoção nacional é um projeto de vida.	224
Gráfico LXVIII – A adoção internacional é um projeto de vida.	225
Gráfico LXIX – Permanecer em acolhimento é um projeto de vida.	225
Gráfico LXX - A autonomia de vida é um projeto de vida.	226
Gráfico LXXI – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a alterações inesperadas.	228
Gráfico LXXII – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a diagnósticos por finalizar.	228
Gráfico LXXIII – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a um acolhimento recente.	229
Gráfico LXXIV - A demora na execução dos projetos de vida deve-se a inexistência de Equipa Técnica.	229
Gráfico LXXV - A demora na execução dos projetos de vida deve-se a dificuldades de articulação com a EMAT.	230
Gráfico LXXVI - A demora na execução dos projetos de vida deve-se a dificuldades de articulação com os Tribunais.	230
Gráfico LXXVII - As alterações nos projetos de vida devem-se a um agravamento da situação sociofamiliar	233
Gráfico LXXVIII – As alterações nos projetos de vida devem-se a uma inalteração da situação sociofamiliar.	234

Gráfico LXXIX - As alterações nos projetos de vida devem-se a uma rejeição da criança.	234
Gráfico LXXX – As alterações nos projetos de vida devem-se a um súbito desconhecimento do paradeiro das figuras de referência.	235
Gráfico LXXXI - As alterações nos projetos de vida devem-se a uma decisão judicial	235
Gráfico LXXXII - As alterações nos projetos de vida devem-se ao facto da criança ter atingido a maioridade.	236
Gráfico LXXXIII – Regressão Residual da Variável Integração.	243

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura	Páginas
Figura I – Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Modelo Piramidal.	74
Figura II – Descrição do Modelo de Kimel e Roby sobre crianças e jovens institucionalizadas.	79
Figura III – Ciclo de Estado de um Sistema.	105

LISTA DE ABREVIATURAS

APAV – Associação Apoio à Vítima

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGSS – Direção Geral da Segurança Social

EUA – Estados Unidos da América

HIV – Human Immunodeficiency Vírus

IAC – Instituto Apoio à Criança

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial Saúde

PII – Plano de Intervenção Imediata

SNA – Sistema Nacional de Acolhimento

SCM – Santa Casa da Misericórdia

UNICEF – United Nations Childrens Fund

INTRODUÇÃO

A Psicologia descreve o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos apelando a fases ou estádios sucessivos, assumindo como fatores determinantes da qualidade desse mesmo desenvolvimento os fatores internos ou maturacionais do próprio sujeito num dado momento e a teia de relações interpessoais e culturais com que ele se encontra em interação.

A família desempenha um conjunto de funções fundamentais que são importantes valorizar; a de educar, socializar nas diferentes fases de desenvolvimento da criança, promover a autonomia e a de integrar adequadamente na sociedade. É necessário apoiar a família no desempenho do seu papel parental, para que a mesma se sinta capaz de assegurar a satisfação das principais necessidades da criança, no seu desenvolvimento e capacitação sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessária, que leva à fixação de limites no seu comportamento. Assim, há que passar do mau-trato para o bom trato, reconhecer a grande diversidade de formas familiares e evitar a aceitação do modelo tradicional de família como único e ideal, (Geisen,2006).

Fatores imprescindíveis são o afeto, a segurança, a construção de uma relação estruturante, a imposição de limites sem recurso à violência, ou humilhação. Todos estes fatores contribuem para que a criança se desenvolva de uma forma harmoniosa, com o sentimento de que é amada, com autoestima e dignidade. Há que potencializar a parentalidade positiva, proporcionando às famílias uma rede de apoios sociais que lhe permitam a sua capacitação, promovendo a sua competência e resiliência parental, mais ainda, dar relevância ao papel da família, identificando e valorizando os seus pontos fortes, que funcionam como fatores protetores, em detrimento dos pontos fracos, que deverão ser identificados para com ela serem trabalhados de modo a ficarem minimizados, para que não constituam um entrave à interação familiar, (Alarcão, 2002).

Quando pensamos em intervenção familiar, temos que pensar sobretudo na prevenção e na promoção das competências das famílias e também das crianças e jovens. Essas competências deverão ser potenciadas através da capacitação dos pais para o seu papel parental de forma, a proporcionar às crianças condições potenciadoras de um bom desenvolvimento. É fundamental implicar toda a comunidade envolvente neste processo de capacitação pois à medida que se incrementa o risco psicossocial,

diminuem as fontes de apoio com mais qualidade e as famílias ficam apoiadas em formas assistencialistas que acabam muitas vezes, por não serem promotoras de competências mas sim, de dependência e por desvalorizar o seu papel parental fragilizando-as.

Podemos considerar a família como instituição social imprescindível e insubstituível, pela sua função socializadora e educativa, dirigida ao desenvolvimento de competências e valores pessoais e sociais de todos os membros que a integram cuidando-os e protegendo-os, (Almeida, 1998).

As famílias têm como papel principal proteger as suas crianças de qualquer forma de violência mas cabe também às famílias capacitar as suas crianças para se defenderem. Uma das regras básicas da Convenção sobre os Direitos das Crianças é que a família possui um ambiente natural para o crescimento de todos os seus membros. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, a *Convenção Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos* e a *Convenção Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais*, proclamam que é um dever da família garantir o bem-estar dos seus membros, bem como, o seu suporte a todos os níveis.

Mas as famílias, também, podem ser um lugar perigoso para alguns dos seus membros. As crianças são, por natureza, seres frágeis, dependentes e indefesos, o que as torna particularmente vulneráveis a todo o tipo de violência, abuso ou exploração. A história tem mostrado que o tratamento inadequado e as agressões sob as mais diversas formas têm sido práticas comuns desde os tempos mais remotos. Uma leitura atenta da história universal, ainda que num período relativamente recente, um ou dois séculos atrás, por exemplo, identifica modos de tratamento da criança tão brutais que, sob o nosso olhar atual, claramente os classificariam como maus-tratos severos. Todavia, na altura aqueles procedimentos eram considerados corretos, como tal, socialmente aceites. Foram necessárias profundas modificações culturais, sociais e de sensibilidades, para que a perspetiva face à criança levasse ao reconhecimento da sua individualidade e dos seus direitos (Canha, 2003). Embora com escasso fundamento subsiste ainda o mito da infância como sendo um tempo despreocupado e feliz. Mas na realidade, durante o seu crescimento a criança é frequentemente frustrada, assustada ou iludida simplesmente pela sua inevitável falta de experiência e poder.

Acompanhando a evolução científica e social, os conceitos de tratamento e atenção dispensados às crianças foram melhorando com o tempo, tornando-se uma necessidade, lógica e indispensável à criação de condições cada vez mais favoráveis a um crescimento e desenvolvimento adequados. É hoje unânime considerar o mau funcionamento familiar como uma das principais causas dos distúrbios do comportamento, como a violência na família, ou o mau-trato infantil.

Deste modo, foi possível a identificação de formas de tratamento violentas. Considerando o infanticídio o primeiro estágio numa escala de violência exercida sobre a criança, associaram-se outros tipos de maus-tratos como a escravatura, o trabalho infantil, a mendicidade, a exploração sexual, a violência psicológica e emocional, a negligência e o Síndrome de Munchausen por procuração. Desta forma, os investigadores têm sido confrontados com uma face perversa da evolução em que diferentes formas de maltratar, cada vez mais requintadas, subtis ou bizarras foram colocando à prova a capacidade de as identificar e de as orientar. Os conceitos de maus-tratos são fluidos, havendo na apreciação dos factos de tal natureza, uma grande dose de subjetividade, dependente entre outros fatores, das conceções individuais quanto à posição e aos direitos da criança no mundo de hoje e quanto ao modo de educar.

Ao contrário da controvérsia que persiste quanto à verdadeira génese do mau-trato na espécie humana, são bem conhecidas as suas principais características: os diferentes tipos, manifestações clínicas, critérios de diagnóstico, sequelas, modo de atuação e orientações adequadas, bem como as estratégias de prevenção.

Os maus-tratos podem classificar-se em diversos tipos: mau-trato físico, negligência, abuso sexual, mau trato psicológico e a síndrome de Munchausen por procuração.

No *mau-trato físico*, cujo protótipo é a criança batida, estão incluídos a síndrome da criança abanada, as queimaduras, as fraturas, os traumatismos, a sufocação, e as intoxicações provocadas. O mau-trato físico é o mais frequente diagnóstico nas instituições de saúde, é responsável por elevada morbilidade e incapacidade.

A *negligência* consiste na incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades de cuidados básicos de higiene, alimentação, afeto e saúde, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normais. Pode ser exercida de forma ativa, com a intenção de causar dano à criança ou de forma passiva, geralmente

resultante da incompetência dos pais em assegurar aqueles cuidados. A negligência é uma forma muito frequente de mau-trato, insidiosa e de graves repercussões para a criança, nomeadamente o risco de morte, acidentes, atraso de crescimento e de desenvolvimento e alterações de comportamento.

O conceito de *abuso sexual*, comumente aceite, define-o como o envolvimento da criança ou adolescente em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou outra pessoa mais velha e mais forte. A exploração sexual da criança inclui diversos tipos de atividades, que vão do exibicionismo, fotografia ou filmes pornográficos, contatos com os órgãos sexuais até à consumação do ato sexual ou práticas sexuais aberrantes. Isto significa que uma criança pode ser abusada sexualmente sem que apresente lesões, nomeadamente a nível genital.

O *mau-trato psicológico* ou emocional é o que levanta as maiores dificuldades quanto à sua definição e diagnóstico. Pode ser definido como a incapacidade de proporcionar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afetivo, indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento adequados. No mau-trato psicológico estão incluídas a ausência de afeto, a hostilização verbal, a depressão, as ameaças e humilhações frequentes ou situações de grande violência familiar, que originando um clima de maior tensão, terror ou medo, se repercute no comportamento, rendimento escolar, sono, controlo de esfíncteres ou outra atividade da criança.

A *Síndrome de Munchausen por procuração/by proxy* constitui uma forma rara de mau-trato e de grande dificuldade diagnóstica. Consiste na simulação de sinais e sintomas na criança, por um elemento da família, com a finalidade de convencer a equipa médica de existências de uma doença, obrigando a hospitalização frequentes, necessidades de investigações exaustivas e muitas vezes invasivas.

Cada um destes tipos de maus-tratos pode ser diagnosticado isoladamente, mas é frequente a associação de mais de um tipo de agressão na mesma criança, o que naturalmente agrava as suas repercussões. O mau-trato pode existir em todas as camadas socioeconómicas e culturais, embora seja mais frequente nas classes sociais mais baixas. As condições de pobreza, as más condições habitacionais e a superlotação, a baixa instrução escolar, a existência de promiscuidade e um estilo de vida desorganizado favorecem o aparecimento de maus-tratos.

Atualmente é inegável o lugar central que a violência na família ocupa tanto no discurso científico e dos *media*, como no discurso político. Com a sua identificação entre os anos 60 e 70 e, em Portugal a partir da década de 80 a violência na família transformou-se em objeto de diligências científicas e medidas de política social. Trata-se de um fenómeno que paradoxalmente se alimenta, entre outros fatores da natureza privada e íntima da família moderna.

A família ao resguardar-se do olhar da comunidade, criou simultaneamente, as condições para o casal se poder comportar romanticamente e para a emergência de situações de opressão e de violência. Esta constitui um das suas maiores contradições, na medida em que ao emergir como lugar de autenticidade, é também na família que, crianças, homens, mulheres e idosos são vítimas preferenciais de violência, (Dias 2004).

Com a identificação das principais formas de violência na família, assiste-se a um processo simultâneo de construção científica e social deste fenómeno. Apesar da «juventude» científica deste objeto, sobre cada uma das formas de violência mencionadas existe um corpo único de conhecimento teórico e empírico. No entanto, este tem vindo a ser construtivo sob inúmeras controvérsias relativas às definições, às causas e às próprias estratégias de intervenção no âmbito da violência na família. Com efeito essas controvérsias têm sido necessárias para a progressão do conhecimento da violência na família, na medida em que conduzem ao debate, à reflexão, a pesquisa e ao aperfeiçoamento de ideias.

Os maus-tratos em crianças e jovens constituem um grave e delicado problema social, de enorme complexidade. Esta complexidade resulta, essencialmente, de três aspetos:

- a) Das várias mudanças do conceito de maus-tratos (relacionados com fatores culturais, socioeconómicos e com a área profissional ao nível da qual é feita a sua abordagem);
- b) Dos seus mecanismos etiológicos: problemas como a precariedade socioeconómica, o alcoolismo, a baixa formação escolar ou o excesso de stress são frequentemente associados aos maus-tratos físicos, revestindo-se estes de maior visibilidade relativamente a outras formas de violência, como os maus-tratos emocionais, mais característicos dos núcleos socioeconómicos favorecidos;

- c) Das várias modalidades de abordagem da problemática, desde a intervenção (informal e formal) à prevenção, (Magalhães, 2005).

Só em meados do século XX a criança passa a ser vista como um ser social, integrante e parte preciosa da sociedade. O reconhecimento e a valorização do papel da família e do ambiente no desenvolvimento da criança tornaram-se indiscutíveis.

Embora se tenha assistido a grandes avanços do ponto de vista científico na área dos maus-tratos infantis, a evolução global não tem sido muito animadora. Nos anos noventa, o número de crianças maltratadas referidas às agências competentes foi vinte vezes superior ao dos anos oitenta. Calcula-se que quatro crianças morrem, por semana, em Inglaterra, em consequência de maus-tratos. Nos EUA, 1 a 2% de todas as crianças e 10% dos menores de 5 anos atendidos nos serviços de urgência são vítimas de lesões não acidentais. Nos países ocidentais, as causas de morte mais frequentes dos jovens na década de noventa são acidentes de viação seguidos pelo homicídio, suicídio e lesões não acidentais, (Canha, 2003).

O Relatório sobre a violência doméstica elaborado pelo Secretariado-geral de Violência Doméstica contra crianças e jovens da ONU em 2009 é um dos primeiros estudos a dar-nos os números de crianças expostas a maus-tratos em termos globais. Os números estimam que haja 275 milhões de crianças no mundo expostas a maus-tratos na família. Este estudo indica-nos ainda que existe uma correlação direta entre a violência doméstica e o mau-trato infantil, uma vez que 40% das vítimas de abuso infantil reporta-se a situações de violência doméstica. O mesmo estudo mostra-nos que as crianças expostas a situações de violência doméstica têm uma elevada probabilidade de serem vítimas de abuso sexual, de sofrerem de stress emocional, um fraco desenvolvimento psicológico, problemas comportamentais, insónias, distorções emocionais, medo em estar sozinho e dificuldades na linguagem. Para além disso, muitos destas crianças quando adultos são incapazes de estabelecer relações sociais, isolam-se e exibem sinais de comportamento agressivo. Essa probabilidade foi igualmente confirmada num outro estudo realizado na China, na África do Sul, Colômbia, Índia e México.

Apesar daqueles números e de se assistir a um aumento progressivo de diagnósticos de crianças maltratadas em todo o mundo, ainda hoje não se conhece a dimensão real deste problema. Mesmo em países evoluídos como os EUA, o Reino Unido ou os países nórdicos, onde todos os casos deveriam ser comunicados às agências oficiais criadas para esse efeito, não são conhecidas nem a incidência nem a morbilidade ou a mortalidade. Por um lado, porque os médicos não os referem do modo sistemático, por relutância ou receio de erro no diagnóstico e por outro lado, porque muitos casos não são diagnosticados, nomeadamente os casos mortais. A comunicação sistemática, dos casos de maus-tratos, a articulação das equipas multidisciplinares com diferentes instituições e estruturas mas, sobretudo, a incrementação de visitas domiciliárias e o envolvimento dos organismos da comunidade têm falhado e contribuído para a falta de controlo da violência familiar. Mais de trinta anos depois da primeira descrição de Kempe, a situação continua a ser dramática. Conhecemos os riscos de morte e de recorrência, das lesões cerebrais irreversíveis, dos défices neurológicos permanentes, dos atrasos de desenvolvimento e da linguagem, mas a intervenção nas famílias tem falhado, (ONU, Relatório do Comité AD Hoc, 2009).

Vivemos numa sociedade violenta, com grande repercussão na estrutura familiar e nas relações interpessoais, de que a violência marital é uma das suas consequências mais trágicas. Nos EUA, 20% a 40% de todos os homicídios são de origem doméstica, 1000 crianças com menos de 5 anos morrem anualmente vítimas de maus-tratos, e o homicídio é considerado uma das principais causas de morte infantil. Ao contrário do que se pensava, o castigo corporal não parece ser devido a impulsos momentâneos de cólera ou agressividade mas à crença no seu papel como método legítimo de educação e ensino da disciplina. Este facto ajuda a compreender a sua persistência ao longo dos tempos até aos nossos dias. Esta violência tem custos muito elevados – nos EUA, cerca de 1 milhão e meio de crianças por ano são vítimas de maus - tratos e mais de meio milhão vive em lares de acolhimento, (ONU, Relatório do Comité AD Hoc, 2009).

Em Portugal, no ano de 2007, o Estado acolheu nas estruturas do Sistema de Segurança Social cerca de 15 mil crianças e jovens desprovidos de meio familiar adequado. Destas pelo menos 60% das crianças e jovens continuavam em situação de acolhimento - em lares de infância e juventude, 22% em famílias de acolhimento, 14% casas de acolhimento temporário e outras instituições. Segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens um total de

8.938 crianças e jovens estavam em acolhimento em 2011 e destas 6.826 tinham entrado nas instituições em anos anteriores, enquanto 2.112 iniciaram o acolhimento em 2011, (Casas, 2011).

Apesar do nível dos nossos conhecimentos atuais, relativos ao crescimento e desenvolvimento da criança, da consciencialização da necessidade de proteção à infância e à família, a violência sobre a criança continua a constituir uma preocupação central da sociedade humana. Apesar de ter vindo a ser objeto de pesquisas científicas na área da medicina, história, antropologia, sociologia e psicologia, a violência sobre a criança é uma realidade inquestionável para a qual não se tem, até ao momento, encontrado interpretações e explicações totalmente satisfatórias e aceites. A problemática da institucionalização na infância e na adolescência, por estar presente na realidade de muitas famílias, representa uma dimensão relevante de estudo na atualidade. O desenvolvimento de trabalhos e pesquisas científicas, nesta área tem proporcionado uma melhor compreensão da prática e do funcionamento das respostas sociais em matéria de infância e juventude, bem como da influência que estes podem exercer na vida do menor acolhido. Com este estudo espera-se contribuir para uma melhoria da qualidade nas respostas prestadas ao menor acolhido, mas também contribuir para um conhecimento mais profundo e rigoroso dos percursos dos jovens acolhidos, das suas famílias e das próprias entidades. Pretende-se, ainda aprofundar os conhecimentos académicos e, em simultaneidade, interiorizar, adquirir e aplicar os conhecimentos assimilados pela experiência fortalecendo as relações entre o mundo académico e/ou universitário e o mundo profissional.

Só auscultando as perceções de quem diariamente trabalha com este público poder-se-á conhecer, analisar e compreender as estratégias de resposta social em matéria de infância e juventude que cada entidade possui e utiliza. A aquisição deste conhecimento constitui pois o objetivo geral da presente pesquisa. Neste sentido, tendo por base um conjunto de questões dirigidas aos Diretores (as) técnicos (as) das entidades registadas no Alentejo com respostas sociais de Lar de Infância e Juventude ou Centro de Acolhimento Temporário, procurou-se obter resposta para as seguintes questões:

- Quais os motivos que levaram ao acolhimento das crianças e jovens?
- Que estratégias as entidades seguem no processo de acolhimento e de integração social das crianças e jovens?

- Que estratégias as entidades utilizam na promoção dos projetos de vida?
- Como as entidades estimam o sucesso da integração dos menores por elas acolhidos?

Este conjunto de questões serviram de base para a definição dos cinco objetivos específicos e das duas hipóteses estabelecidas para este estudo.

Os objetivos específicos concentram-se nos motivos que originaram o acolhimento e nas estratégias quer de acolhimento realizadas, quer de integração social, de promoção do projetos de vida e de integração das crianças e jovens acolhidas. As hipóteses centram-se nas seguintes preocupações:

- Identificação e compreensão dos fatores que influenciam as estratégias de acolhimento praticadas pelas entidades, designadamente no que se refere, a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica e o número de voluntários,
- Identificação e compreensão dos fatores que influenciam o processo de integração social do menor acolhido designadamente no que se refere a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica, o número de voluntários e envolvimento técnico.

Mais concretamente definiram-se as seguintes hipóteses:

- As características da entidade, a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica e o número de voluntários, influenciam o delineamento das estratégias de acolhimento praticadas pelas entidades.
- As características da entidade, a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica e o número de voluntários, influenciam o delineamento das estratégias de integração praticadas pelas entidades.

Em resumo, a presente dissertação foi elaborada com base num trabalho de investigação realizado entre o ano de 2009 e o ano de 2013, em torno da Institucionalização, dos motivos do acolhimento, das estratégias utilizadas em acolhimento, da integração que é realizada em cada caso e do sucesso dessa integração. O estudo deste tema consistiu não só numa pesquisa documental, em obras, documentos, relatórios, artigos académicos, mas também na condução de um inquérito por questionário que teve por grupo alvo os Diretores (as) Técnicos (as) das entidades referenciadas no Alentejo.

O presente trabalho organiza-se em sete capítulos. O primeiro capítulo intitula-se *institucionalização de crianças e jovens em Portugal*, apresenta o âmbito e propósito de estudo, um breve olhar histórico sobre a infância e uma breve contextualização dos maus-tratos infantis na família e o conseqüente acolhimento institucional. O segundo capítulo intitula-se *maus-tratos a crianças e jovens e o acolhimento institucional*, através do qual se aborda a problemática dos maus-tratos na infância moderna, procurou-se perceber a mais recente tipologia dos maus-tratos infantis, traçar o percurso da proteção ao acolhimento institucional e aprofundar esse acolhimento na infância em Portugal. O terceiro capítulo intitula-se *um breve olhar sociológico sobre o desenvolvimento humano* e tem como objetivo enquadrar o tema da pesquisa em três grandes áreas teóricas com o intuito de fundamentar e sustentar os conceitos abordados ao longo da pesquisa. Assim para se enquadrar todo o processo do Sistema de Acolhimento, Proteção e Institucionalização recorreu-se à Perspetiva Ecológica do Desenvolvimento Humano, para fundamentar os conceitos ligados à família, à infância e aos maus-tratos recorreu-se à Teoria Psicossocial do Desenvolvimento Humano e através da Teoria Geral dos Sistemas procurou-se conjugar as partes no todo promovendo uma perspetiva atual e prática da realidade. O quarto capítulo intitula-se *entidades da economia social e/ou terceiro setor com respostas sociais em infância e juventude* e tem como objetivo enquadrar as entidades com respostas sociais em matéria de infância e juventude no campo da economia social e/ou terceiro setor, para isso apresenta-se uma breve resenha histórica que permite enquadrar a economia social em Portugal, seguida de uma caracterização da ação social na economia social e/ou terceiro setor. O quinto capítulo assenta na *abordagem metodológica de estudo*, através do qual se desenha o delineamento geral do estudo, o contexto e objeto de estudo, a população-alvo, definição concetual das variáveis de estudo e a análise dos dados. No sexto capítulo procede-se à *análise e interpretação dos resultados*, encontrando-se dívida por

uma caracterização e funcionamento das entidades, pelos critérios e motivos de admissão das crianças e jovens, pelas estratégias de acolhimento, estratégias de integração social e pelas estratégias de promoção dos projetos de vida das crianças/jovens. Por último elaborou-se as considerações finais onde se descreve os principais dados obtidos, a informação mais relevante que foi possível analisar ao longo do estudo e onde se expõem os contributos, as limitações e se deixa algumas sugestões para futura investigação nesta área. Optou-se por ao longo do presente trabalho introduzir uma síntese no fim de cada capítulo, de modo a proporcionar uma visão conjunta do que se pretende transmitir.

I – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL

1.1 – ÂMBITO E PROPÓSITO DO ESTUDO

A família como instância fundamental no processo de socialização primária «trabalha» numa lógica seletiva e não meramente reprodutiva, no sentido de promover na criança a interiorização de um conjunto de valores, a construção de uma série de expectativas, a estruturação de formas de pensamentos, a incorporação de normas de comportamento e o desenvolvimento de códigos de linguagem, que garantam a sua integração no todo social. O processo de modernização das sociedades tem implicado grandes alterações, tanto nas relações objetivas que se estabelecem entre os membros do núcleo familiar, como nas representações subjetivas que se formam em torno desta instituição básica da sociedade. Enquanto nas famílias pré – industriais se verificava, muitas vezes, a ausência de sentido de afeto e a ausência de intimidade entre os cônjuges e entre gerações de pais e filhos, já nas sociedades industriais as relações instrumentais e distantes tendem a dar lugar a relações mais intimistas e afetuosas, (Cruz, 2000).

A individualização que caracteriza o processo de modernização em geral, reflete-se num processo de atomização familiar. Se a família alargada vem dando lugar à família nuclear, no que diz respeito às sociedades pós – industriais, há quem advogue, ora a diversificação/dispersão das estruturas familiares, ora a desestruturação da instituição familiar.

Por muito que os pais procurem proteger os filhos de situações assustadoras, por muito sensatos e carinhosos que sejam, por muito que a escola escolhida por eles esteja centrada na criança, o crescimento é forçosamente obstruído por dificuldades. Assim sendo todas as crianças são vulneráveis devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar e social. Os maus-tratos e a violência na família constituem um problema crítico com graves repercussões físicas, psicológicas e sociais, sobre os seus membros e que comprometem a manutenção da unidade familiar.

Conscientes de tal situação, especialistas dos diversos ramos das ciências – psicologia, psiquiatria, sociologia, direito – concordam na necessidade de proteger crianças e adolescentes, dentro e fora da família, zelando para que esta se desenvolva pacífica e equilibradamente, em ordem à sua futura inserção no mundo dos adultos.

No entanto, não existe entre esses mesmos especialistas, uma definição da criança «saudável» no plano social, que possa ter uma aceitação consensual, mas tem-se vindo a verificar a existência de um acordo tácito quanto a algumas características essenciais que se enquadram numa atitude de segurança, bem como, a capacidade de estabelecer relações mutuamente compensatórias, quer com os adultos quer com os seus pares.

O presente projeto de investigação pretende estudar o problema da Institucionalização de Crianças e Jovens, no Alentejo. A partir desta problemática tem-se como propósito tipificar os motivos do acolhimento, caracterizar as estratégias de acolhimento, as estratégias de integração das crianças e jovens, as estratégias de promoção dos projetos de vida, bem como, estimar o sucesso da sua integração social. O estudo deste problema torna-se relevante a partir do momento em que traz para a atualidade novos elementos para a discussão de formas mais articuladas de atuação; torna prioritário a diminuição do tempo de acolhimento para estas crianças ou jovens, incentiva à revisão das atuais políticas sociais em matéria de infância e juventude, oferece novas estratégias às Instituições para lidarem com o problema da Desinstitucionalização.

O investigador deve ao iniciar a sua pesquisa escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que o seu trabalho possa estruturar-se com coerência. Para isso, forma um conjunto de objetivos, através dos quais tenta exprimir o mais fielmente o que procura saber, elucidar e compreender.

A presente investigação ao procura conhecer, compreender e analisar as estratégias utilizadas pelas entidades no processo de acolhimento, nas formas de integração, nos projetos de vida das crianças e jovens acolhidas, definiu como objetivo geral: Conhecer, Analisar e Compreender as estratégias que as entidades têm no processo de Acolhimento, de Integração Social e Promoção dos Projetos de vida, de Crianças e Jovens no Alentejo.

A partir deste objetivo chegou-se a objetivos mais específicos que permitirão uma clarificação e exequibilidade na investigação. Para a operacionalização do objetivo geral definiu-se cinco objetivos específicos:

- Caracterizar e Tipificar os motivos do acolhimento.
- Caracterizar e Analisar as estratégias de acolhimento.
- Caracterizar e Analisar as estratégias de integração social.
- Analisar e Perceber as estratégias de Promoção do Projeto de Vida.
- Estimar o sucesso da integração da Criança ou Jovem.

Estes objetivos visaram caracterizar e tipificar os motivos que levaram à retirada da criança/jovem da sua família de origem e integra-los num Lar de Infância e Juventude ou num Centro de Acolhimento Temporário, procurando aprofundar a forma/estratégias como as entidades, através da sua Equipa acolhe, integra e promove os projetos de vida dessas crianças. Procurou-se, ainda, estimar o sucesso da integração social da criança/jovem.

O presente estudo teve por base uma metodologia quantitativa, ou seja, aplicou-se um questionário aos Diretores Técnicos das entidades, distribuídas pelas quatro regiões do Alentejo, com a seguinte divisão:

Baixo Alentejo composto por dois Lares de Infância e Juventude e um Centro de Acolhimento Temporário,

Alto Alentejo composto por dois Lares de Infância e Juventude e dois Centros de Acolhimento Temporário,

Alentejo Litoral composto por dez Lares de Infância e Juventude e nove Centros de Acolhimento Temporário,

Alentejo Central composto por cinco Lares de Infância e Juventude e dois Centros de Acolhimento Temporário.

Contudo não há experimentação que não deva ser assente em hipóteses. As hipóteses são proposições que preveem uma relação entre dois conceitos, logo são proposições provisórias que necessitam de verificação. Por isso, o presente estudo apresenta como hipóteses:

- As estratégias que as entidades seguem no processo de acolhimento dependem fundamentalmente da área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica e o número de voluntários,

- As estratégias que as entidades seguem no processo de integração social da criança/jovem dependem fundamentalmente da área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica, o número de voluntários e do envolvimento técnico.

As hipóteses apresentadas encontram e integram-se na problemática a estudar. Para além disso, têm como base a experiência profissional nesta área em concreto, a observação do quotidiano de outras realidades semelhantes e de estudos realizados sobre esta temática.

1.2 – UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A INFÂNCIA

Conhecer as práticas e as ideias que apoiavam e promoviam muitos atos socialmente aceites em determinada época, relativamente à infância e que hoje nos parecem brutais, pode contribuir para uma compreensão atual do fenómeno dos maus-tratos. O conceito de criança varia de cultura para cultura, havendo em todas a percepção de que uma criança é diferente de um adulto. Porém, esta diferença pode ser muito ténue ou profunda, consoante as diferentes civilizações que analisemos, pois a linha que separa uma criança de um adulto é constituída pelos papéis determinados pela sociedade em cada momento histórico. No presente estudo apresenta-se sumariamente as fases em que Lloyd De Mause divide a História da Infância segundo as relações paterno filiais e os direitos característicos em relação aos maus-tratos infantis:

- a) Fase do infanticídio (desde a Antiguidade até ao século III), onde o infanticídio era uma realidade clara e comum. As provas dessa realidade estão generalizadas nos registos históricos da época. Nesta fase, os problemas de relacionamento entre os adultos e a infância determinavam a sobrevivência da criança. O infanticídio surge assim, justificado em alguns documentos históricos, como é o caso de algumas passagens bíblicas antes de cristo, das quais destacamos;
 - O sacrifício de Isaac (Génesis),
 - Moisés é salvo da morte pela filha de um faraó que o acolhe e o adota (Êxodo),
 - A morte das crianças com menos de dois anos ordenada por Herodes (Mateus),

Para além, destes registos aparecem ainda documentos sobre o abuso sexual de crianças nesta época. As crianças gregas e romanas viviam os seus primeiros anos numa atmosfera de abusos sexuais. As meninas eram abusadas frequentemente e os rapazes eram regularmente entregues por seus pais, a homens doutos para serem iniciados na arte sexual. Quer os gregos, quer os romanos registavam esses abusos, em relatórios médicos.

- b) Fase do abandono (do século IV ao século XIII), com a chegada do Cristianismo procurou-se reduzir o infanticídio nos recém-nascidos, passando a imperar os ideais do Direito Romano e do Patriarcado, onde a relação sanguínea era tão valorizada como os laços afetivos.

Durante, este período reconhece-se que as crianças tinham uma alma e que eram seres humanos, por isso, os seus progenitores entregavam-nas aos cuidados de amas, enviavam-nas para casas de famílias nobres, ou colocavam-nas em mosteiros. Outra prática desenvolvida nesta época prendia-se com a adoção, ou seja, algumas famílias mais abastecidas procuravam adotar com finalidade de assegurar o culto dos deuses ou a transmissão de património; exemplos desta prática são as personagens históricas dos Imperadores Nero, Octávio e Augusto. Nesta altura, o Papa Inocêncio III funda a primeira Instituição para acolher crianças abandonadas.

- c) Fase da ambivalência (do século XIV ao século XVII), após séculos e séculos de maus-tratos infantis, a criança entra finalmente na vida afetiva dos seus pais e surge as primeiras instituições de proteção e apoio à infância. A influência de humanistas como Juan Luís Vives ou de religiosos como Vicente de Paulo impulsionaram a Institucionalização da Escola como uma estrutura separada da família. Nesta fase, a Igreja teve um importante papel ao estruturar e apoiar a atividade educativa, tendo como atenção as crianças que viviam à margem da sociedade.
- d) Fase da instrução (século XVIII); surge nas famílias a «empatia» como modelo relacional com a infância, dirigindo-se a vontade da criança mediante ações cada vez menos violentas. Na base destas mudanças destaca-se a obra de Jean Jacques Rousseau [Emílio, ou Da Educação, 1762] e a Revolução Francesa, que vão ter uma importante repercussão na consideração do Homem e da Criança finalizando este ciclo com a primeira Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789. Destaca-se a proibição ordenada pelo Papa Clemente XIV (1769-1774), sobre a castração dos rapazes que tinha como finalidade a conservação da voz infantil para cantar nos coros das igrejas.
- e) Fase da socialização (século XIX e primeira metade do século XX), nesta fase destaca-se a importância dada pelos pais à Educação dos seus filhos, com o intuito de os preparar para a vida em sociedade. Destaca-se ainda, o crescente interesse da figura paterna na participação e apoio na educação dos filhos.

A Revolução Industrial, o crescimento da sociedade urbana e o reconhecimento do trabalho infantil desencadeiam as primeiras Leis de Proteção da Infância. Obras como as do escritor inglês Charles Dickens [Oliver Twist 1837 – é um dos romances onde o autor trata do fenómeno da delinquência provocada pelas condições precárias da sociedade inglesa da época], levaram ao reconhecimento da marginalização infantil. Assim, na segunda metade do século XIX surgiu as primeiras Leis sobre a Educação, criou-se os primeiros Hospitais Pediátricos e em 1920 Englentine Jebb funda em Génova, a União Internacional de Socorro às Crianças [The International Save the Children Union] que teve como principal função criar "uma poderosa organização internacional, que estendesse as suas ramificações para os mais remotos cantos do globo.

- f) Fase da ajuda (desde a segunda metade do século XX); ao fim de quinze séculos de disciplina física sobre as crianças, houve finalmente uma substituição deste método educativo e de socialização. Nesta fase de ajuda, os pais procuram auxiliar os seus filhos aos mais vários níveis, para que consigam atingir os seus próprios objetivos em cada fase da sua vida, ao invés de socializa-los com as metas dos adultos. A afetividade invade a vida familiar, protegendo as crianças no seu seio até a idade adulta.

De uma forma mais detalhada ir-se-á analisar a evolução histórica e sociológica da infância, tendo como objetivo mostrar a origem do conceito de infância aliado ao conceito de maus-tratos infantis, enquanto construção social. Os maus-tratos infantis existiram desde a Antiguidade em todo o mundo. Abusar da criança era uma realidade, o infanticídio era uma prática habitual que perdurou nas culturas orientais e ocidentais até ao século IV d.c. Realizava-se por diversos motivos, entre os quais se contam: eliminar filhos ilegítimos, deficientes ou prematuros, dar resposta a crenças religiosas (como acalmar a fúria dos deuses, pedir-lhes graças), controlar a natalidade.

Na Roma Antiga, o direito à vida era outorgado em ritual, habitualmente pelo pai, sendo ilimitados os seus direitos sobre os filhos. Os recém-nascidos excluídos eram não só sacrificados em altares dedicados exclusivamente a este fim como, também, projetados contra as paredes ou abandonados nus às intempéries. Aristóteles advogava que o filho, tal como o escravo, eram propriedade dos pais pelo que nada do que se fizesse com ele seria injusto, por não poder haver injustiça com a propriedade do

próprio. Nessa época, tanto em Roma como na Grécia, era aceite que os adultos pudessem usar sexualmente as crianças e jovens, existindo casas de prostituição específicas. Também na Babilónia, as crianças eram utilizadas, nos templos, para a prostituição. No Egipto, como prática religiosa, mantinham-se relações sexuais com as meninas de classes sociais elevadas, até ao aparecimento da menarca. Na Pérsia, China e Índia, a venda de crianças a prostíbulos era prática frequente.

Paralelamente a esta situação de abuso existiam, também, casos que revelavam uma certa preocupação com a protecção dos menores. Na Mesopotâmia, por exemplo, havia uma deusa protetora das crianças e os gregos e romanos criaram instituições para os órfãos onde se defendia um tratamento menos severo das crianças. Platão, apesar de concordar com a prática do infanticídio, recomendava aos professores um ensino sem punições.

O aparecimento do Cristianismo e a conversão do Imperador Constantino ao mesmo provocou uma mudança fundamental da atitude da sociedade para com as pessoas mais débeis. Este imperador, autor da primeira lei contra o infanticídio, influenciou decisivamente o percurso histórico da questão da violência exercida sobre os menores, através do reconhecimento dos seus direitos e contribuindo para a redução dos casos de infanticídio.

Durante a Idade Média, não se conheciam as especificidades da infância nem as características das diferentes fases do crescimento. Mas entre os séculos XIV e XVII, as crianças, até aqui frequentemente entregues a uma ama ou instituição, começaram a fazer parte da vida afetiva dos pais. Surgiram instituições com o fim de as proteger e educar e foi recomendada a limitação ou moderação da prática do castigo físico. No século XVII, também como consequência da melhoria das condições higieno - sanitárias, o infanticídio e a mortalidade infantil diminuíram.

Durante os séculos XVII e XVIII, a proteção das crianças era feita através do seu internamento em instituições. Esse internamento obedecia mais aos interesses da comunidade do que aos da criança mas era considerado como um mal menor em comparação com o infanticídio.

Nesse período, a infância começou, finalmente, a ser encarada como uma etapa específica da vida, necessitando de atenções especiais. Em 1638, S. Vicente de Paulo criou o «Hôpital dês Enfants Trouvés» para acolher crianças abandonadas. Esse facto, que inicialmente se considerou positivo, resultou em fracasso pela falta de condições logísticas e pela carência de pessoal preparado, o que tinha como consequência uma elevada mortalidade infantil. Assim, no século XVIII, passou a considerar-se a institucionalização como uma forma de «infanticídio a longo prazo».

Durante a segunda metade do século XVIII, Jean Jacques Rousseau, precursor da psicologia infantil, declarou a criança como um ser com valor próprio e digna de respeito, com direitos e múltiplas capacidades, considerando imprescindível conhecer as suas necessidades.

O interesse pela proteção infantil apareceu, definitivamente, no século XIX, como consequência da Revolução Industrial, apesar de esta ter trazido consigo a exploração da criança pelo trabalho e de, ainda nessa época, ser frequente o infanticídio dos filhos ilegítimos.

Em 1860, em França, começaram a ser denunciados os casos de maus-tratos infantis. Nesse ano, Ambroise Tardieu fez a primeira grande descrição científica da síndrome da criança maltratada no seu livro “Étude médico – légale sur les sevices et mauvais traitements exercés sur les enfants”. O seu trabalho não foi valorizado pela comunidade científica, durante quase cem anos, mas conseguiu despertar a consciência social naquele país, acabando por levar à promulgação de uma lei de proteção das crianças mal tratadas, (Magalhães, 2005).

Em 1874, o caso Mary Ellen constitui o primeiro reconhecimento oficial de um caso de maus-tratos infantis. Na sua sequência fundou-se, em Nova Iorque, a “Society for Prevention for Cruelty to Children”. Poucos anos depois criaram-se sociedades anglo-saxónicas homólogas e, deste modo, a sensibilidade pública face à criança maltratada foi aumentando, começando a surgir leis de proteção à infância.

A I Grande Guerra, pelos seus efeitos sobre a população civil e sobre a infância, teve uma influência decisiva nesta matéria. Em 1920, foi fundado em Genebra, a “União Internacional de Socorros às Crianças” e dotou-a de uma carta de cinco princípios, aprovados pela 5.^a Assembleia da Sociedade das Nações, conhecida pela “Carta dos Direitos da Criança”, a qual foi reconhecida na legislação de vários países.

A II Grande Guerra veio dar novo impulso à evolução nesta matéria. Foram então criados organismos como:

- Em 1947, foi criada a UNICEF, (United Nations Childrens Fund).
- Em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Em 1959, foi aprovada pela Assembleia-geral das Nações Unidas a Declaração dos Direitos das Crianças.
- Em 1961, Henry Kempe começou a usar a expressão “battered child” (criança esmurrada ou espancada), e em 1962 juntamente com seus colaboradores, publicou um artigo sobre crianças maltratadas considerando esta situação como um síndrome clínico, relativamente ao qual previa já a necessidade de uma intervenção multidisciplinar e o afastamento temporário dos pais. Este trabalho teve um enorme impacto na imprensa surgindo propostas legislativas nos E.U.A. que obrigavam à denúncia de qualquer suspeita de maus-tratos infantis.

Dava-se assim, início a um rápido processo de sensibilização da opinião pública e da comunidade técnico científico, relativamente a estes casos. Na Europa produziu-se um fenómeno semelhante, sobretudo em Inglaterra, França, Alemanha e países Nórdicos. (Magalhães, 2005).

A história pessoal do indivíduo, nomeadamente as experiências vividas no seio familiar tem uma influência determinante no seu desenvolvimento psicológico. A experiência de maus-tratos é um dos exemplos da adversidade que ocorre na infância e que tem implicações negativas nas diversas áreas de funcionamento do indivíduo, sobretudo ao nível social, emocional, comportamental e cognitivo.

A criança contínua a ser considerada como um ser frágil, inferior, versão incompleta de um adulto, um «pas encore». No início do século XX, a relação dos adultos com este ser incompleto, enquanto tal, assentava nessa visão redutora da criança, que apenas suscitava a obrigação de ver satisfeitas as suas necessidades básicas e indispensáveis ao processo do seu crescimento até atingir a fase adulta. A nível da educação e da formação imperavam os valores rígidos da obediência e da submissão aos mais velhos e o rigor na disciplina. Questões como o respeito pela individualidade, formação da personalidade, especiais necessidades, aspirações, motivações ou interesses eram na generalidade completamente ignorados. A abordagem dos direitos da criança

ou do jovem, neste contexto, não tinha qualquer sentido sendo mesmo impensável, (Cruz, 2006).

Nesta perspetiva, a organização da proteção da infância e da juventude baseada essencialmente em sentimentos de caridade e numa intervenção de natureza paternalista, circunscrevia-se, então, à criação de estruturas de apoio, basicamente, grandes instituições de acolhimento, para onde eram enviadas, indiscriminadamente e por tempo indeterminado, as crianças órfãs, desvalidas, abandonadas, mendigas e pervertidas que assim, intencionalmente segregadas da sociedade, deixavam de incomodar as consciências.

A verdadeira mudança ideológica ocorre com a aprovação pela Assembleia das Nações Unidas da Convenção dos Direitos da Criança em 1989, altura em que se passa a encara-la como pessoa, sendo-lhe reconhecido o direito à individualidade, personalidade e salvaguardada a sua proteção e liberdade. Este novo desenho social da infância corresponde a uma nova construção social que só adquiriu visibilidade nos finais do século XX.

1.3 – A VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A família tem constituído desde sempre, o núcleo fundamental da sociedade, sendo através dela que a criança recebe os modelos de comportamento e se prepara para a convivência sócio relacional. Um breve olhar sobre a evolução da família ao longo da história, mostra-nos que esta não se encontra num processo estático, sendo significativas as modificações operadas, quer a nível da sua estrutura, funções e papéis, os quais têm variado, de acordo com a cultura onde se insere. Com a crescente especialização das sociedades modernas, introduziram-se novas formas de urbanização que estiveram na origem de múltiplas transformações familiares e que implicaram a necessidade de adaptações múltiplas, de reavaliações individuais e interpessoais. De tal forma, que o modelo de referência familiar nuclear ou conjugal, constituído pelo casal e seus filhos, nos dias de hoje, já não é o mesmo. Ou seja encontra-se, atualmente, muitas formas de família, designadamente a família monoparental (constituída por um só progenitor a quem compete todos os cuidados familiares), a família reconstituída (composta pelo casal e filhos, bem como por filhos de casamentos ou ligações anteriores), a família celibatária (em que os indivíduos assumem viver sozinhos), e em coabitação (quando pessoas solteiras, partilham de forma não legal, a casa e a gestão doméstica). Torna-se evidente que cada um destes tipos de família é detentora de várias funções, originárias de mudanças ao nível das estruturas, funcionamento e comunicação, processando um novo redimensionamento das relações, das expectativas e dos papéis de cada membro da família entre si e com a sociedade, (Almeida, 2005).

A família adquire, desta forma, um carácter funcional ou disfuncional, no que diz respeito à sua forma de funcionamento/dinâmica familiar. Considera-se uma família funcional, aquelas cujo desempenho global das suas funções é assegurado por comunicações claras, estabelecimento de limites e alianças sólidas entre os seus membros. As famílias disfuncionais ao invés caracterizam-se pela incapacidade de assegurar as suas funções, comunicações, com equilíbrios muito rígidos, oposição à mudança, os limites confusos, as alianças fracas, dificultando o crescimento e as coligações entre os seus membros (Cruz, 2006).

Nestes contextos, a criança é muitas vezes o elemento mais frágil, tornando-se a vítima direta ou indireta por vivenciar relações de agressão ou conflitualidade. Os fenómenos da violência e dos maus-tratos no seio da família não são novos, embora, só desde há algumas décadas tenham começado a ser considerados como um problema social. A violência familiar começou por ser considerada uma realidade, na década de 60, quando alguns autores descreveram o «Síndrome da Criança Batida», (Alarcão, 2002).

Anteriormente, nos anos após a segunda guerra mundial, o mau-trato infantil era compreendido no contexto do abandono a que inúmeras crianças tinham ficado expostas. As medidas de proteção então criadas visavam apenas este vetor, deixando ocultar outras dimensões do mau-trato. A denúncia feita por algumas vítimas e o aumento progressivo da comunicação social criaram uma consciência pública sobre este problema. A realidade da família como lugar privilegiado de violência, no passado como no presente, é uma constatação que se reencontra na literatura disponível nesta área, (Almeida, 2005b).

O problema da violência intra-familiar constitui uma das maiores contradições da família moderna. Se, por um lado, esta assume a realização pessoal dos seus membros, a partilha de tarefas, a igualdade de oportunidades como dimensões essenciais à sua organização e funcionamento, por outro, ela não está completamente desprovida de violência. Pelo contrário, as agressões infligidas a crianças, mulheres, homens e idosos, encontram na família moderna um espaço privilegiado de realização. Devido à regularidade com que acontece e à legitimidade cultural que lhe é atribuída, a violência na família tornou-se, numa componente quase «normal» da vida familiar na maior parte das sociedades. A violência na família resulta tanto de determinantes estruturais, como das características específicas da família moderna. Com efeito, está-se a diluir as relações de poder e ao diluir essas desigualdades entre os sexos e entre as gerações pode tornar-se propícia à emergência de comportamentos violentos. É este o seu Paradoxo, (Dias, 2004).

O estudo do problema das crianças maltratadas passa, em Portugal, a ser alvo de uma maior atenção a partir dos anos 80, coexistindo desde sempre conceitos ambivalentes sobre o que é educar ou castigar uma criança, variando consoante os períodos históricos e sociais, assim como segundo os diferentes estratos socioculturais.

A mudança da conceção de infância foi, igualmente, reforçada pela intervenção direta do Estado sobre os processos de socialização infantil. Por outro lado, o fenómeno da criança maltratada resulta, em parte, da atuação de processos estruturais de exclusão social sobre determinadas camadas sociais. Contudo, a atuação destes mecanismos de exclusão possui repercussões mais profundas, contribuindo para fenómenos de desagregação social, assim como facilita a reprodução do ciclo de pobreza. Excluídas e marginalizadas, as crianças maltratadas sobrevivem dentro de um contexto de constrangimentos e adversidades que, caso não seja alterado, constituirá um quadro de referência para o seu processo de crescimento e maturação, (Magalhães, 2005).

Em Portugal dois marcos significativos assinalam a importância do problema da infância. O primeiro marco é a lei de 1911 «Lei de Proteção à Infância» constituindo esta a primeira lei promulgada em Portugal de proteção à criança coincidente com a criação dos tribunais de menores, então designados por Tutórias de Infância. Um segundo marco assenta na publicação da Organização Tutelares de Menores de 1962 revista pela Organização Tutelar de Menores de 1978. Esta última constitui um novo marco na política de proteção à criança na medida em que veio reforçar uma intervenção do tipo preventivo e o papel da família. Os dispositivos de resposta aos problemas da criança têm evoluído no sentido de uma autonomização da esfera do poder político ou governativo. Se nas disposições legais de 1911, a intervenção era quase exclusivamente dos tribunais e instituições estatais viradas para a proteção e prevenção, as disposições da Organização Tutelar de Menores de 1962 e de 1978 apontam para a diversificação dos parceiros na aplicação da justiça, (Almeida, 1995).

A Organização Tutelar de Menores, de 1978 privilegia a família e o seu papel de proteção do menor reconhecendo a sua importância na aplicação de medidas decretadas pela intervenção judicial. A intervenção não Estatal é alargada na década de 80 com o aparecimento de uma grande diversidade de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Linhas SOS – Criança e por Comissões de Proteção de Menores.

As crianças e os jovens passam, assim, a receber uma proteção particular no marco constitucional português. São sujeitos de direitos, logo titulares dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Desta forma, as crianças e jovens passaram a ter direito específico à proteção por parte não só do Estado mas também, da Sociedade com vista ao seu desenvolvimento integral.

Perante isto, a problemática da institucionalização na infância e juventude passou a estar presente na realidade de muitas famílias Portuguesas e passou igualmente a representar uma dimensão relevante de estudo na atualidade.

Nestas circunstâncias, a frequente exposição da criança ou jovem a estes contextos, marcados pelo abandono, que a leva para vivências em meios marginais, ao vício e ao promíscuo, terminam com a intervenção das redes formais «Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, Tribunal» e, não raramente, com a colocação do menor num entidade com resposta social em infância e juventude.

A intervenção das instituições ligadas ao Estado e/ou terceiro setor tendo como objetivo a “normalização” das suas práticas, de modo a torná-las socialmente aceitáveis, colide muitas vezes com os contextos adversos em que estas crianças se encontram e com as próprias experiências por estas vivenciadas. Pelo que a maioria das intervenções no âmbito das crianças em risco defende a retirada à família a título provisório, acabando por se tornar numa medida definitiva, uma vez que, o contato dos serviços com as famílias maltratantes cessava com a colocação da criança numa instituição, “amputando”, deste modo, as relações intra-familiares daquela criança. Na realidade, o problema de colocação em instituições destas crianças levantava sérias questões. Se é certo que uma criança ou jovem não podem ser sujeitos, nem mantidos numa situação de violência, a verdade é que, a sua institucionalização pode consistir numa nova forma de violência. Estas crianças e jovens conhecem um mal-estar psicológico constante provocado pelo abandono familiar, pela negligência ou pelos abusos a que foram sujeitas, (Alarcão, 2002).

Atualmente assiste-se a uma mudança dos modelos teórico - metodológicos, sobretudo no que respeita a metodologias de intervenção baseadas no princípio da institucionalização, considerando-se que o apoio à família maltratante pode ser uma abordagem positiva para a superação das situações de maus-tratos infantis. O Estado e a Sociedade têm conjugado alguns esforços no sentido de potencializar uma política integrada e eficiente de proteção das crianças e jovens em risco, cuja intervenção do Estado seja mínima na esfera da autonomia e autodeterminação dos destinatários de forma a promover a inserção destes num processo de reconhecimento da cidadania, (Azevedo, 2006).

Por tudo isto, cabe à Instituição a responsabilidade, a partir do Acolhimento destas crianças, atenuar a rutura familiar e proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências. Uma dessas novas experiências é, muitas das vezes, o ingresso ou o reingresso no sistema educativo. A criança tem que aprender novas regras, frequentar uma nova escola, fazer novos amigos, ou seja, ser incluída num novo meio social. O Estado, desde 2007 que tem vindo a implementar junto das Lares de Infância e Juventude um Plano de Desafios, Oportunidades e Mudanças, ou seja, o Plano DOM.

O Plano DOM, (Desafios, Oportunidades e Mudanças), tem como objetivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil. Centrando-se nas crianças e jovens e tendo em conta que o acolhimento é desejavelmente provisório, definiu-se as condições necessárias para que a elaboração dos seus projetos de vida sejam uma prática institucional assumida e para que os mesmos não fiquem acolhidos mais do que o tempo necessário. Paralelamente procurou-se criar as condições institucionais que permitam às crianças e jovens viver em Lar, no pleno usufruto dos seus direitos tendo garantidas as necessidades de bem-estar, proteção e desenvolvimento pessoal, (Plano Dom, 2012, «www.cnis.pt»).

Este Plano assumiu duas dimensões centrais na conceção de acolhimento institucional de qualidade:

a) Perspetiva o acolhimento como transitório, desdobrando-o nos seguintes princípios:

* O Lar não é substituto da família atual ou futura da criança / jovem, mas sim o representante / defensor / promotor dos seus direitos e desenvolvimento bio-psico-social, que tudo deve fazer para que a criança/jovem volte a viver no seio de uma família;

* Deve promover / participar na elaboração e dinamização de projetos de vida, suportado por planos de intervenção individualizados e pela atuação articulada da rede de parceiros;

* Deve promover, sempre que possível, a proximidade da criança / jovem à família, abrindo as portas da instituição à sua entrada e funcionando como catalisador / mediador / observador da relação e das interações. Simultaneamente deve aproveitar as potencialidades do espaço institucional para a estimulação das competências parentais com vista à (re) integração da criança, (Plano Dom, 2012, «www.cnis.pt»).

b) Perspetiva o funcionamento e o ambiente familiar dos Lares, que se desdobra em vários princípios:

* Garantia de atenção individualizada, centrada nas necessidades de valorização, estabilidade e afeto da criança - processo de acolhimento inicial personalizado, relação educador/criança centrado na estimulação das capacidades comunicativas, personalização dos espaços, relevo particular à relação com a família, promoção da autonomia, promoção do envolvimento das crianças no funcionamento da instituição, relação com pares (de dentro e de fora da instituição).

Promoção da inclusão vs integração das crianças na comunidade, acompanhamento da inserção nos equipamentos e estruturas da comunidade (educação, saúde, atividades culturais, lúdicas e desportivas), reforço da ligação das crianças à sua comunidade de origem, promoção da integração dos Lares na comunidade, através de redes de parceria formais e informais.

Funcionamento e organização da instituição - definição de papéis dentro do Lar (equipa técnica, educativa e direção), estrutura de regras, projeto educativo, procedimentos uniformizados, entre outros, (Plano Dom, 2012, «www.cnis.pt»).

Recursos humanos adequados ao número de crianças acolhidas.

O Plano DOM prevê a aplicação de duas medidas, que têm por objetivo a qualificação dos Lares, dotando-os de Técnicos capacitados para uma intervenção consistente e de qualidade centrada no superior interesse da criança ou jovem.

A aplicação das medidas efectuou-se por via da celebração de Protocolos entre o ISS, IP – Centros Distritais e as Instituições, após prévia avaliação diagnóstica:

Medida 1 - Recursos Humanos

- Dotação de recursos humanos em Lares onde não exista Equipa Técnica;
- Reforço das Equipas Técnicas existentes em Lares onde o seu dimensionamento se revele insuficiente face ao número de crianças e jovens acolhidas.

Medida 2 - Qualificação da Intervenção e dos Interventores

- Desenvolvimento de ações de formação para as Direções das Instituições e respetivas Equipas Técnicas e Educativas;
- Dotação de Planos de Supervisão para as Equipas Técnicas e Equipas Educativas;
- Construção/reformulação de instrumentos técnicos de suporte à intervenção.

O Plano DOM destina-se aos Lares de Infância e Juventude, com ou sem Acordo de Cooperação ou Gestão com o ISS, IP e esta enquadrado juridicamente no Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio, que determina a criação do Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, de âmbito nacional, com o objetivo de implementar medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude. Em Portugal, pelo menos 8.938 crianças e jovens estão em situação de acolhimento institucional, ou seja, estão entregues aos cuidados de uma entidade, (Casa, 2011).

1.4 – SÍNTESE DO CAPÍTULO I

Privilegiando uma abordagem sociológica, a investigação começa por apresentar e discutir uma das vertentes paradoxais da família moderna. A representação da infância como tempo único do investimento e cuidados afetivos contrastam com a existência das práticas brutais de abuso e negligência contra as crianças. Não sendo um fato inédito a realidade violenta de algumas infâncias impõe-se, hoje (ao contrário do passado) como um problema relevante e socialmente intolerável, a sua visibilidade crescente atrai a atenção e o debate público. Nesse sentido, a história da infância surge como possibilidade para muitas reflexões sobre a forma como entendemos e nos relacionamos atualmente com a criança.

As alterações em relação ao cuidado com a criança ocorreram com maior visibilidade no século XVII, com a interferência dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio. Durante este século surge nas classes dominantes, a primeira conceção real de infância. Os adultos passaram a preocupar-se com a criança, enquanto ser dependente de cuidados, a palavra infância passou assim, a designar a primeira fase da vida, ou seja a idade da necessidade de proteção, que perdura até aos dias de hoje. A mudança cultural, social, política e económica sofrida ao longo do século XVIII, apontou para mudanças no interior da família e das relações estabelecidas entre pais e filhos. As crianças passam a ser educadas pela própria família, o que proporcionou o despertar de um novo sentimento por ela. A História caracteriza o momento como o surgimento do *sentimento de infância*, (Martins, 2005).

Com a evolução nas relações sociais, ao longo do século XX, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova perceção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social dentro da coletividade, passando a família a ter como preocupação central o cuidado com a sua saúde e educação. Tais elementos foram fatores imprescindíveis para a mudança de toda a relação social e familiar.

A família moderna é, portanto, uma «família educativa», na medida em que aposta na socialização escolar da criança. Esta torna-se uma das grandes prioridades das estratégias parentais, (Almeida e André, 1995).

Neste quadro envolvente percebe-se, os contornos por que passa a infância moderna. Neles surgem os traços de uma criança – mimo, amada pelos seus progenitores, que nela vêem encanto, doçura e ingenuidade. Ou de uma criança – aluna, que cresce e aprende na escola, onde os seus comportamentos são pedagogicamente moralizados, disciplinados e uniformizados. Uma criança - sujeito, que se desenvolve e progressivamente adquire a sua autonomia individual num jogo socializador entre a família e a escola. Uma criança bem - estar, a quem se asseguram formas de crescimento e desenvolvimento saudáveis. Uma criança – cidadã, protegida pelos adultos – educadores ou pelos poderes públicos nos seus direitos inalienáveis e nas suas várias formas de vulnerabilidade.

Autores como os historiadores *De Mause* ou *Phillipe Àries*, dramatizam as transformações sociais contemporâneas, que se repercutem ao nível da infância, assinalando a queda do reinado absoluto da criança, que passa a ser percebida como obstáculo à realização individual e conjugal. Opinião claramente distinta é a de *Casas* que descreve uma evolução social globalmente favorável à infância, o reconhecimento da sua importância e da especificidade de um tempo de desenvolvimento único, com a consequente responsabilização parental crescente, seriam reveladores de um interesse e de uma preocupação ímpares pela sua condição e pelos seus problemas, (Martins, 2005).

Com o surgimento desta nova percepção da infância aparecem também as primeiras instituições educacionais, permitindo a conceção de que os adultos compreenderam a particularidade da infância e a importância tanto moral como social e metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essas finalidades. A primeira manifestação internacional em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes deu-se em 1924, com a Declaração de Genebra. Entretanto 35 anos mais tarde, em 1959, surge a Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo principal objetivo era assegurar uma infância feliz, com direito à proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social, à alimentação, moradia e assistência médica adequados, ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade, direito de ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho, reconhecendo a necessidade de proteção das crianças, em virtude de sua imaturidade física e mental. Em 1961 a Academia Americana de Pediatria reconheceu a Síndrome da Criança Espancada, identificada por uma série de sinais de violência. Em 1979, foi

declarado o «Ano Internacional dos Direitos Humanos» e, conseqüentemente, é realizada a Convenção dos Direitos da Criança. Nas últimas décadas, o reconhecimento da necessidade de proteger as crianças e adolescentes, a fim de contribuir para seu crescimento e desenvolvimento, veio ampliar as políticas e estratégias voltadas para a emergente questão da violência contra a criança e o adolescente, (Leandro, 1998).

Em Portugal, a primeira legislação que punia os pais maltratantes encontra-se contemplada na Lei Penal de 1886, que previa o crime de exposição e abandono de infantes. O grande passo é dado, em 1911 com a promulgação do Decreto com força de Lei de 27 de Maio, designado por Lei de Proteção à Infância. Esta lei veio a constituir mais tarde os alicerces do Direito Tutelar que vigorou até 1962. Em 1978, entra em vigor o Decreto – Lei que aprova a Organização Tutelar de Menores e que veio orientar o funcionamento dos Tribunais de Menores, acentuando-se o seu carácter protetor e pedagógico. Na década de 80 surge o aparecimento de uma série de organismos públicos e privados que desenvolveram a sua linha de ação no apoio e proteção dos menores em risco, tais como, o surgimento das Linhas SOS, uma grande diversidade de Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Comissões de Proteção de Menores. Contudo a situação existente, revelava a persistência de uma ideologia institucional ainda facilitadora dos riscos, não configurava a solução mais adequada ao âmbito da proteção dos menores. Em 1998 dá-se a expansão das Comissões de Proteção a todos os concelhos do território nacional, (Leandro, 1998).

A estas Comissões foram-lhes atribuídas competência de planificação de intervenção do Estado, coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na proteção de crianças e jovens em risco. Todavia a grande reforma concretizou-se com a entrada em vigor da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro e alterada posteriormente pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto) e Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

O Estado e a Sociedade têm conjugado alguns esforços no sentido de potenciar políticas integradas e eficientes na proteção das crianças e jovens em risco. Considera-se que estudar e pesquisar sobre estas formas de intervenção nunca será esgotável, uma vez que se esta perante realidades que mudam de uma forma veloz. Desta forma, o presente estudo procura estudar e esclarecer, o problema da Institucionalização de Crianças e Jovens, no Alentejo.

II – Maus-Tratos a Crianças e Jovens & O Acolhimento Institucional

2.1 – A Problemática dos Maus-Tratos na Infância Moderna

Por oposição à família paterna e patriarcal do passado, com a modernidade emerge uma nova forma familiar estruturada em torno do casamento e do casal, por um lado, e onde, por outro, a qualidade intrínseca das relações entre as pessoas tomam a dianteira sobre a relação entre os bens materiais, património, ou heranças. Um novo protagonismo é dado ao indivíduo, cujos interesses e sentimentos se sobrepõem claramente ao dos pais, do grupo ou do coletivo de parentesco, (Dias, 2004).

Ora é no seio desta família sentimentalista e privatizada, que surge uma nova representação da criança. Espelho da felicidade do casal deixa então de ser olhada como adulto em miniatura, braço para o trabalho ou instrumento da sobrevivência, sendo reconhecida como categoria de idade específica, encarada como um ser com características únicas, próprias e distintas das do adulto, na sua fragilidade e vulnerabilidade. Criança – fruto do amor dos pais, tem agora um novo espaço de socialização: a escola, lugar da aprendizagem técnica, do saber e moral, onde é colocada junto dos seus pares e de onde se espera que saiam, um dia mais tarde, cidadãos plenos do Estado – Nação, (Clemente, 1998).

A família é a primeira etapa de socialização da criança, é o contexto educativo onde aprende e sente as normas e os valores. A família é a base da aprendizagem, que produzirá na criança um processo de desenvolvimento cognitivo, sensorial, motor e afetivo. Através dela é incutido à criança e ao jovem uma cultura que posteriormente construirá a sua identidade individual e social, contribuindo deste modo para a sua autonomia e responsabilidade pelas suas opções de vida, (Oliveira, 2003).

A história pessoal do indivíduo, nomeadamente as experiências vividas no seio familiar, tem uma influência determinante no seu desenvolvimento psicológico. A experiência de maus-tratos é um dos exemplos de adversidade que ocorre na infância e que tem implicações negativas nas diversas áreas de funcionamento do indivíduo, nomeadamente ao nível social, emocional, comportamental e cognitivo.

Algumas das consequências dos maus-tratos passam por um desenvolvimento de um padrão de vinculação desorganizado, défices no desenvolvimento intelectual, cognitivo, social, físico e sexual, dificuldades da regulação emocional, problemas interpessoais em contextos escolares e familiares, sintomas dissociativos, baixa auto-estima, suicídio e desenvolvimento de perturbações psicológicas, quer na infância, quer na idade adulta, (Maia, 2007).

Para além destas, poder-se-á ainda, apontar que os maus-tratos infantis incluem imediatamente impactos na personalidade da vítima. Uma criança maltratada perde a confiança nas outras crianças, nos adultos, perde a capacidade de amar, de criar afetos, simpatias, comprometendo assim, futuros relacionamentos. Outras consequências desenvolvem-se a nível físico e psicológico através de comportamentos antissociais e cognitivos, de injúrias, propensão para roubos, comportamentos que causem dor ao outro, sentimentos de rejeição, abandonos, medo, ansiedade, e inseguranças. O mau-trato, não é uma situação de momento, tem uma durabilidade no tempo, ou seja, uma infância baseada em maus-tratos conduz na maior parte das vezes a adultos problemáticos, a situações de consumo de álcool, drogas, doenças crónicas, depressões, ansiedade, problemas de relacionamento. Um estudo realizado pela OMS nos EUA em 2006, revelou que uma criança que vivencie uma experiência de mau-trato tem mais hipótese de desenvolver problemas na escola, como o bullying, de pertencer a gangs ou outras organizações de rua, de serem exploradas ou de serem exploradores de outras crianças, este fator acontece em igual percentagem em rapazes e em raparigas, (Cruz, 2006).

Para além dos impactos negativos na infância, os maus-tratos infantis trazem consequências negativas e económicas para a sociedade, uma vez que, inclui custos diretos para o tratamento das vítimas quer em termos de saúde quer em termos judiciais. Indiretamente, os custos passam pela difamação, pelo impacto escolar/profissional da vítima, pelo impacto social, de amizades e relacionamentos já conquistados. Da conceção de um pequeno ser até à velhice, passando pela infância e pela idade adulta, ninguém pode sobreviver sem os cuidados dos outros. A saúde física e sobretudo a mental depende dos bons ou maus-tratos que recebemos no decurso da nossa existência. Viver inserido em redes familiares e sociais que fornecem um apoio afetivo e material contribui para o bem-estar e, para além disso, regula os efeitos do stress e alivia os sofrimentos interiores inerentes ao desafio de viver.

Uma das componentes principais dos processos terapêuticos consiste em oferecer às vítimas de maus-tratos um clima relacional caracterizado pelo afeto e pelo respeito incondicional. O bom trato e, de um modo especial, a estimulação que as crianças recebem no decurso dos três primeiros anos é pois essencial para o seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e relacional, para a sua capacidade de responder a todos os desafios da existência infantil e mais tarde da vida adulta. Entre as estimulações determinantes figuram os contatos físicos, (Geisen, 2006).

De fato, as crianças precisam de ser acariciadas, tocadas, ser postas ao colo, não só para satisfazer uma necessidade psicológica fundamental – a de se vincular, mas também para permitir que se complete a maturação do seu cérebro. As relações de má qualidade tem consequências também sobre a atividade e o desenvolvimento das estruturas cerebrais na criança pelo stress afetivo ou psicológico que provocam, ao ponto de causar prejuízos nas capacidades intelectuais e psicológicas assim como, nos comportamentos afetivos, (Abreu, 2010).

Os efeitos devastadores da violência doméstica tendo como vítima a mulher, é um tema que presentemente se encontra bem documentado. Contudo o impacto dessa violência no desenvolvimento de crianças e jovens quando exposta a ela é um assunto pouco abordado. As crianças e jovens que vivem num lar violento estão mais propensas a sofrerem abusos e outras formas de violência. Muitas destas crianças assumem comportamentos violentos, apresentam dificuldades de aprendizagem, limitações sociais, exibem comportamentos de risco ou de delinquência, (Almeida et al, 1995).

De notar a inexistência de uniformidade de critérios quanto à própria definição do conceito de maus-tratos e das metodologias utilizadas na investigação do problema. Ou seja, os resultados das diversas investigações nem sempre são consensuais, sobretudo, no que diz respeito às suas possíveis causas e frequências.

A definição de maus-tratos tem sido alvo de acesas controvérsias, uma vez que, diferentes perspectivas teóricas têm tentado definir este conceito, tornando difícil encontrar uma definição consensual.

Há autores que definem maus-tratos como *“as lesões físicas ou psicológicas não acidentais que são consequência de ações físicas, emocionais ou sexuais, de ação ou omissão que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança”*, (Martinez Roig e De Paul in Magalhães, 2005)

Outros, definem mau-trato *“baseado no princípio de que uma criança será sempre uma criança com as suas necessidades e interesses próprios, independentemente do lugar e cultura em que se insere e, deste modo, os acontecimentos que coloquem em causa ou violem as suas necessidade e interesses constituem maus-tratos”*, (Azevedo e Maia in Magalhães, 2005).

Outros ainda, definem este conceito como um *“comportamento coativo que inclui ataques físicos, psicológicos e sexuais, bem como, económicos usado contra a pessoas próximas de forma intimidatória”* (UNICEF, 2003).

Metodologicamente é necessário partir de um conceito abrangente de maus-tratos, tendo em conta que, sob a mesma palavra, podem estar ocultadas tendências, contextos ou processos de maus-tratos muito diversos. De uma forma genérica, os maus-tratos podem ser definidos *“como qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, psicológicos ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligencia nos cuidados e (ou) afetos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afetando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento e (ou) dignidade”*, (Magalhães, 2005). Tais comportamentos deverão ser analisados tendo em conta a cultura e a época em que tem lugar. Estes conflitos podem observar-se em diferentes contextos, designadamente o familiar, por uma pessoa conhecida ou por um estranho. O abusador pode ser um adulto ou um jovem mais velho, A perspetiva da criança como sujeito autónomo de direitos fundamentais ajuda à densificação do conceito de maus-tratos, existente sempre que há violação grave desses direitos, comprometendo o seu desenvolvimento integral.

Inicialmente a definição de mau-trato infantil centrava-se na violência física que, de acordo com Nunes de Almeida, se trata da «presença inequívoca de várias formas violentas de agressão física contra a criança». É frequente encontrar-se, na literatura disponível, referências à violência sobre crianças como se tratasse apenas de abuso físico. Tal está relacionado, por um lado com o fato de ser um fenómeno inicialmente detetado através dos danos no corpo e traumas físicos provocados nas crianças vítimas de maus-tratos e, por outro, com a longa tradição que a pesquisa e prática médicas têm, na descoberta e identificação do abuso de crianças, (Dias, 2004).

O castigo corporal e o mau-trato têm a particularidade de serem perpetrados de modo repetitivo e com violência progressivamente crescente, com tendência a causar lesões cada vez mais graves a curto prazo e provocar vários tipos de sequelas a longo prazo. Sabe-se hoje que as consequências de um ambiente familiar violento não se repercutem apenas no risco de mau-trato físico para a criança, estas traduzem-se em perturbações irremediáveis da relação familiar entre pais e filhos. Esta aprendizagem tem sido apontada como o fator responsável pela transmissão da violência de geração em geração.

Os principais fatores de risco nos pais são: antecedentes de maus-tratos na sua própria infância; idade inferior a vinte anos, características de personalidade imatura e impulsiva, maior vulnerabilidade ao stress, fraca tolerância às frustrações, atraso mental; mudanças frequentes de companheiros e de residência; antecedentes de criminalidade; hábitos de alcoolismo e toxicodependência. As principais situações de crise referidas como precipitantes do mau-trato são: a perda do emprego, o agravamento das dificuldades económicas; a morte de um familiar, o diagnóstico de uma doença grave num familiar; separação ou divórcio dos pais; depressão da mãe ou qualquer outro acontecimento que perturbe o já instável equilíbrio familiar. Estes fatores, aliados à tolerância cultural da sociedade face ao castigo físico, que continua a ser aceite como um método legítimo de educação, contribuem para o aparecimento da violência intrafamiliar que se reflete com maior acuidade e gravidade na criança, como elemento mais fraco e indefeso. A identificação daquela tríade não tem valor preditivo do mau-trato. Isto é, famílias pobres e com muitos dos problemas atrás referidos conseguem ser afetuosas e cuidar bem das suas crianças. Do mesmo modo, pais de classe social e cultural mais elevada também podem maltratar os seus filhos. A maior parte das vezes

fazem-no de uma forma mais subtil, sem marcas aparentes, de que os maus-tratos psicológicos constituem o exemplo paradigmático, (Maia, 2012).

O agressor é na grande maioria dos casos, um dos elementos que cuida da criança; um dos progenitores, amas, companheiros dos progenitores, familiar ou amigo de família. Os agressores do sexo feminino são mais frequentes, mas os do sexo masculino agridem, geralmente, com maior violência, provocando as lesões mais graves. Nos casos de abuso sexual, os agressores são geralmente familiares do sexo masculino, pessoas conhecidas ou da confiança da criança e da família, uma pequena percentagem é provocada por estranhos.

Na suspeita de maus-tratos as crianças devem ser internados ou temporariamente afastada do meio familiar, visando um duplo objetivo: em primeiro lugar, a sua proteção, impedindo que os maus-tratos continuem e provoquem lesões mais graves, em segundo lugar, dispor do tempo suficiente para um estudo familiar e social completo. Esta atuação vai permitir que se tomem as diligências necessárias ao seu encaminhamento correto, (Canha, 2003).

A violência pode manifesta-se de formas muito diferentes, como maus-tratos físicos, abuso emocional ou psicológico, abuso sexual, negligência, abandono, exploração no trabalho, exercício abusivo da autoridade e tráfico de crianças e jovens, entre outras formas de exploração.

Não é possível estabelecer uma correlação simples entre o tipo de maus-tratos e as suas consequências a longo prazo, dado que a maior parte destes casos são mistos e a todos eles estão subjacentes os maus-tratos emocionais, os quais pela sua natureza, são difíceis de identificar e controlar. Por outro lado, os efeitos das diferentes formas de maus-tratos são cumulativos. Os maus-tratos intrafamiliares são aqueles que mais graves consequências têm para crianças e jovens, dado que se verifica uma profunda quebra de confiança e uma importante perda de segurança em casa, o que constitui uma ameaça profunda para o seu desenvolvimento, (Martins, 2005).

A longo prazo, a gravidade das consequências depende de vários fatores, entre os quais:

- a) Tipo e duração do abuso,
- b) Grau de relacionamento com o abusador,
- c) Idade do menor
- d) Nível de desenvolvimento do menor,
- e) Personalidade do menor
- f) Nível da violência e das ameaças sofridas.

Tendo em conta as definições anteriores, podemos dizer que a prevenção primária no caso dos maus-tratos passa por programas de intervenção a nível obstetrícia, encarando o problema como sendo interno aos pais. Logo que seja detetado uma situação de risco, nestas consultas, o mais adequado seria fazer o encaminhamento para as consultas de saúde mental, e aí prestar o apoio psicológico durante o período da gravidez. A nível de prevenção secundária, a atuação dos profissionais passa por reconhecer situações de abandono ou negligência nas crianças, estabelecer estratégias contra essas situações, centrando-se nas necessidades básicas das crianças e da família. A nível de prevenção terciária, deve-se garantir a segurança e a integridade física e psicológica da criança, tentando evitar o aparecimento do problema. Nesta fase deve-se implementar programas de promoção da saúde, melhorar a competência parental através de informações realizadas regularmente (por exemplo nas escolas juntos dos pais), promover as relações familiares e investir numa participação comunitária dos indivíduos, (Magalhães, 2005).

2.2 – TIPOLOGIAS DE MAUS-TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS

Em Portugal, a Associação de Apoio à Vítima [APAV], registou na sua Unidade Estatística realizada no ano de 2012, os seguintes dados:

- Um total de 887 crianças vítimas de crime, onde o número de crianças do sexo feminino foi superior ao número de rapazes vítimas, com idades compreendidas entre os 0 e 17 anos. Entre as crianças e jovens vítimas de crime em 2012, as faixas etárias com maior relevo situam-se entre os 11 e os 17 anos de idade (45%) e entre os 6 e os 10 anos (32,4%). Em contrapartida, as crianças entre os 4 e os 5 anos são a faixa etária menos visada. Em termos familiares, a maioria destas vítimas pertence a famílias nucleares com filhos (41,3%), ainda que, os núcleos monoparentais representem 26,3% das situações. Das 887 crianças e jovens que foram referenciadas pela APAV como vítimas de crime, a maioria situa-se, em termos de nível de ensino, entre o pré-escolar e o ensino básico 3º ciclo (3 anos), perfazendo um total de 50,9% do universo de crianças e jovens aqui representado. É importante destacar, apesar do número não ser tão significativo, as vítimas que não detinham nenhum nível de ensino (12,9%), apesar de a maioria destas crianças e jovens já se encontrem em idade escolar, (APAV, 2012, «www.apav.pt/estatisticas»).

De entre os abusos perpetrados contra crianças e jovens o presente estudo abordará os seguintes:

Abuso Sexual

O abuso sexual traduz-se pelo envolvimento do menor em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual do adulto numa posição de poder ou autoridade sobre aquele. Trata-se de práticas que o menor, dado o seu estágio de desenvolvimento, não consegue compreender e para as quais não está preparado, às quais é incapaz de dar o seu consentimento informado e que violam a lei, tabus sociais e as normas familiares, (Magalhães, 2005).

Foi principalmente o abuso sexual que marcou a segunda grande fase de redescoberta da violência sobre crianças, no final dos anos 70. O reconhecimento do abuso sexual como um problema social grave decorreu sobretudo da atividade do movimento feministas e dos grupos de auto-ajuda, os quais permitiram às vítimas

partilhar experiências comuns de abuso sexual. As campanhas feministas sobre a violação de mulheres a par da literatura sobre a violência doméstica, em particular os romances e as autobiografias de mulheres que escreviam sobre experiências de abuso sexual de crianças, no final dos anos 70.

Já nos anos 80, os relatos das sobreviventes às experiências de incesto, no contexto de grupos de auto-ajuda, permitiram a análise feminista estabelecer relações entre o abuso sexual de mulheres e de crianças dentro e fora das famílias. Ao ser reconhecido como um grave problema social, o abuso sexual rapidamente foi associado às relações incestuosas entre pais e filhos.

A OMS estimou em 2004 que 150 milhões de raparigas e 73 milhões de rapazes com menos de 18 anos tiveram uma experiência sexual forçada. Parte destas experiências sexuais na infância é inflétida por familiares ou por pessoas próximas da família ou da criança.

O abuso sexual de crianças constitui também um fenómeno pouco atrativo para os profissionais, para as entidades oficiais e para o público em geral. É um fenómeno pouco atrativo na medida em que o abuso sexual de crianças envolve emoções e comportamentos muito profundos, tais como, o sexo, o poder, a coerção, o sofrimento físico e emocional, implicando pessoas adultas que assumem posições de grande responsabilidade na família e em outras instituições sociais. É também um fenómeno que afeta as nossas representações sociais acerca da parentalidade, (Magalhães, 2005).

Apesar de ser um fenómeno pouco atrativo e de constituir uma área recente de interesse, a análise do abuso sexual conheceu um grande desenvolvimento nos últimos anos. Embora houvesse dificuldades em definir abuso sexual, este envolve geralmente a exploração sexual da criança ou do adolescente.

Este inclui, assim, o incesto, a pedofilia, a prostituição infantil e a utilização de uma criança com fins pornográficos. Embora exista a tendência para confundir o abuso sexual com o incesto, o que perpétua a ideia de que aquele ocorre principalmente, no interior da família e que envolve apenas os parentes mais próximos. Este pressuposto foi rapidamente desconstruído pela investigação mais recente, a qual demonstrou por um lado, que o abuso sexual pode ser tanto intrafamiliar como extrafamiliar e, por outro, que o incesto constitui um tipo particular de abuso sexual de crianças.

Com efeito, o incesto produz nas crianças afetadas um leque diversificado de efeitos psicológicos, emocionais e físicos. Estes são, no entanto, mais ou menos acentuados conforme a frequência e a duração do abuso sexual, o tipo de relação com o abusador e a reação da família à situação incestuosa.

Abuso sexual é o envolvimento da criança ou jovem em práticas que tem como objetivo a gratificação e a satisfação sexual de um adulto ou jovem mais velho. São práticas que a criança, dado o seu estágio de desenvolvimento não tem capacidade para compreender que é dela vítima, quando percebe que é vítima não tem capacidade para nomear o abuso sexual. O abuso sexual pode ser intra ou extra familiar, ocasional ou repetido ao longo da infância.

A maior parte das crianças que sofreram este tipo de mau-trato tem medo do que possa acontecer, quer a elas quer à sua família, tem ainda vergonha e medo de serem rejeitadas pelo meio sócio – familiar. Comunidades ou famílias com regras muito rígidas sobre a masculinidade ou a feminilidade, com alguns registos de violência doméstica, encontram-se mais vulneráveis ao abuso por violência sexual.

Num estudo recente realizado pela OMS, entrevistaram 24 000 mulheres em 10 países [Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Peru, Namíbia, Samoa, Servia, Montenegro, Tailândia e Republica da Tanzânia], onde lhes foi perguntado se alguma vez foram abordadas ou abusadas sexualmente antes dos 15 anos. Verificou-se que a percentagem de abuso infantil era bastante alta, a título de exemplo: No Brasil 12% das mulheres referiram que foram abusadas na infância e 66% referiu que o abusador era um familiar, (UNICEF, 2003, «www.unicef.pt»).

Negligência

Esta forma de maus-tratos corresponde a qualquer ação, não acidental por parte dos pais ou pessoas com responsabilidade, poder ou confiança, que provoque ou possa provocar dano físico no menor. O dano resultante pode traduzir-se em lesões físicas de natureza traumática, doenças, sufocação, intoxicação ou Síndrome de Munchausen (Magalhães 2005).

A negligência tem sido alvo de grandes atenções, o que está associado não só à sua extensão, que se estima ser superior à do mau-trato físico, mas também ao reconhecimento público de que a negligência constitui talvez o tipo mais comum de mau-trato. À semelhança do abuso sexual, a negligência é igualmente difícil de definir e de medir. É também uma noção largamente influenciada pelos padrões comunitários acerca do bem-estar infantil. Em termos gerais, negligência refere-se à impossibilidade de os pais ou representantes proporcionarem à criança condições para um desenvolvimento físico, psicológico e emocional normal e adequado. Segundo a OMS a negligência define-se como um erro parental ou do cuidador da criança, que a submetem a um conjunto de danos físicos e psicológicos expondo-a ao perigo, (Oliveira, 2003, «www.psicologia.com»).

Deste modo, entre as práticas negligentes incluem-se, por exemplo, a interrupção ou privação dos cuidados parentais, a privação afetiva, relacional e social, as expectativas elevadas ou prematuras face à criança, a desatenção e falta de afetividade parental, a indiferença, o fracasso em dar resposta às necessidades da criança em função das suas diferentes fases de crescimento.

A negligência afeta, seriamente as crianças que dela são alvo. Estas crianças, geralmente revelam atrasos no seu desenvolvimento físico e cognitivo e tem também inúmeras dificuldades em criar laços afetivos podendo, inclusive, desenvolver comportamentos anti-sociais. Em suma, a negligência está relacionada com certas características psiquiátricas, físicas, sociais e cognitivas dos pais e afeta adversamente a saúde e o normal desenvolvimento da criança. Por negligência pode-se entender um comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados a ter com um menor, tendo em conta o contexto familiar e os recursos disponíveis pelos cuidadores da criança/jovem. Pode perspetivar-se como: muito frequente, insidiosa e de repercussões grave. A negligência pode ser:

- Ativa/voluntária – com intenção ou consciência de causar dano,
- Passiva/involuntária – resultante da incompetência/desconhecimento dos pais quanto aos cuidados e necessidades adequados à criança/jovem.
- Física
- Psicológica

- Escolar/educativa
- Mendicidade
- Abandono temporário ou definitivo
- In útero

Abuso Psicológico e Emocional

No que concerne aos abusos psicológicos e emocional, pode-se referir que estes não são uma mera consequência ou um apêndice do mau-trato físico, sexual e da negligência. Para além destas modalidades poderem coexistir, os abusos psicológicos e emocionais podem surgir como efeito de uma delas, sem que isso comprometa a sua particularidade. Contudo o abuso psicológico e o abuso emocional não são sinónimos. Assumindo que ambos são distintos, define o primeiro como «um comportamento prolongado, repetitivo e inapropriado que danifica ou reduz, substancialmente, o potencial criativo e de desenvolvimento de faculdades e processos mentais crucialmente importantes da criança, estes incluem a inteligência, a memória, o reconhecimento, a percepção, a atenção, a linguagem e o desenvolvimento moral», e o segundo como «a resposta emocional prolongada, repetitiva e inapropriada às emoções da criança e ao seu comportamento expressivo». No entanto, para que seja possível uma abordagem consensual optou-se por uma definição conjunta. Assim por maus-tratos psicológicos/emocionais, entende-se um ato de natureza intencional que se define como a incapacidade de dar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar e segurança emocional e afetiva, indispensável a um saudável crescimento e desenvolvimento emocional. Esta tipologia de mau-trato está presente em todas as outras tipologias de maus-tratos, só devendo ser considerado isoladamente quando constituir a única forma de abuso. Os maus-tratos psicológicos têm efeitos adversos, no desenvolvimento físico e psicológico da criança/jovem; na estabilidade das suas competências emocionais e sociais; na diminuição da autoestima da criança/jovem, (Magalhães, 2005).

Abuso Físico

Mau-trato físico é qualquer ação não acidental, por parte dos pais ou cuidadores, que provoque ou possa provocar dano físico na criança/jovem. É um mau-trato mais frequente, de diagnóstico fácil e com elevado grau de mortalidade.

A esta definição, também pode-se acrescentar os atos de omissão não acidentais por parte dos pais ou de quem cuida da criança, com objetivo de magoar, injuriar ou mesmo destruir a criança. Incluem-se nesta modalidade de maus-tratos várias situações que englobam, *“queimaduras intencionais, com pontas de cigarro, com resistência em água quente até aos pontapés indiscriminadamente por todo o corpo, bater com a cabeça da criança na parede ou superfícies duras, bater com chicotes, cintos, correntes de animais, ou mesmo o recurso a objetos cortantes que provocam incisões no corpo da criança. Pode levar à morte imediata da criança ou à sua hospitalização”*. (Abreu, 2010).

Para que se entenda de uma forma mais aprofunda as tipologias ligadas aos maus-tratos infantis apresenta-se um conjunto de dados que caracterizam esta problemática a nível Europeu e Português. Assim, a nível Europeu um estudo sobre maus-tratos em crianças, publicado em 2003 pelo Centro de Investigação Innocenti da UNICEF, intitulado *Innocenti Report Card 5*, revela que perto de 3.500 crianças com menos de 15 anos morrem todos os anos em consequência de maus-tratos nos países desenvolvidos. O relatório representa uma primeira tentativa para traçar um quadro comparativo dos abusos físicos em crianças nos 27 países mais ricos do mundo. Este estudo da UNICEF diz-nos ainda que as crianças mais pequenas são as que correm maior risco. Um pequeno grupo de países – Espanha, Grécia, Itália, Irlanda e Noruega – têm aparentemente uma incidência de mortes de crianças devido a maus-tratos excepcionalmente baixos, enquanto a Bélgica, República Checa, Nova Zelândia, Hungria e França têm níveis quatro a seis vezes mais elevados. Os Estados Unidos, o México e Portugal têm taxas 10 a 15 vezes mais elevadas do que os países do topo da tabela, (UNICEF, 2003, «www.unicef.pt»).

As incongruências na classificação das mortes de infantis e a ausência de definições comuns sobre «abuso» fazem com que não existam dados sobre maus-tratos em crianças comparáveis a nível internacional. O estudo dá conta de uma convicção crescente de que a mortalidade infantil em consequência de maus-tratos se encontra sub-representada nas estatísticas disponíveis. O relatório afirma que todas as estatísticas relativas a maus-tratos em crianças devem ser tratadas com uma cautela muito especial e insiste em que é necessário adotar em todos os países métodos de investigação consistente e melhorar a recolha de dados para que possam informar e orientar as políticas de protecção da infância. A morte de milhares de crianças que todos os anos acontece devido a violência praticada em casa nas escolas e na comunidade é uma prova evidente de que o mundo tem falhado sistematicamente no que diz respeito à sua protecção. Estas crianças merecem viver num ambiente que as proteja, que as salvguarde de maus-tratos e exploração. O estudo diz ainda que parece existir uma estreita relação entre os níveis de mortalidade infantil por maus-tratos e os níveis de violência na sociedade em geral. Os autores defendem que qualquer tentativa séria para combater a questão dos maus-tratos infantis deve passa pela promoção de uma cultura de não-violência para com as crianças, os países com menos mortes infantis por maus-tratos têm também índices mais baixos de mortalidade de adultos por agressão. De igual modo, os três países com maior número de mortes de infantis apresentam também níveis de morte de adultos excepcionalmente altos, (Magalhães, 2005).

O relatório da UNICEF utilizou um amplo leque de inquéritos realizados em vários países para estudar os fatores mais frequentemente associados à violência física. A pobreza e o stress são fatores estreitamente associados à violência física e à negligência para com as crianças, embora esta relação esteja longe de ser uma constante. Contrariamente ao que vulgarmente se pensa 80% dos autores de maus-tratos são os pais biológicos. Dos problemas familiares que segundo os investigadores, maior incidência tem nos maus-tratos, o mais comum e mais grave é o abuso de álcool e drogas. Há também uma forte correlação entre os maus-tratos sobre crianças e violência doméstica entre adultos com quem vivem. O relatório cita ainda estudos levados a cabo na Alemanha segundo os quais, as crianças que presenciam cenas frequentes de violência em casa, mais de 50% foram elas próprias vítimas de maus-tratos, (UNICEF, 2003, «www.unicef.pt»).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, dispõem no seu site um anuário onde relaciona através da sua linha de atendimento, todos os dados relativos às Crianças Vítimas de Crime. Desta forma, do último anuário poderemos retirar que a violência perpetrada contra as crianças continua a ser bastante significativa no nosso país. No que diz respeito, ao sexo das crianças vítimas as diferenças são pouco significativas, uma vez que, tanto as raparigas (53%) como os rapazes (46%) são alvos igualmente escolhidos pelos agressores. Contudo, tendo em conta o fator da idade as diferenças já são mais acentuadas recaindo essencialmente na faixa entre os 11 e os 17 anos de idade (45%). Apesar da informação relativamente à idade situar as crianças vítimas entre os 11 e os 17 anos de idade, o nível de ensino com maior percentagem diz respeito ao pré – escolar, seguindo-se o 1.º ciclo. De acordo com os dados recolhidos em 2012, as crianças e jovens vítimas residiam fundamentalmente no distrito de Lisboa (9%). Seguiu-se a Região Autónoma dos Açores (5%), Faro (4,2%), Vila Real (2,3%) e Porto (2,1%). Dentro dos crimes de violência doméstica, os maus-tratos psíquicos e físicos destacam-se dos restantes, quando se fala de crianças vítimas de crime. De referir que a residência comum (entre vítima e agressor) acompanha cerca de 80% onde os crimes referidos anteriormente são praticados, (APAV, 2012, «www.apav.pt/estatísticas»).

2.3 – DA PROTEÇÃO AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A abordagem Psicopatológica do Desenvolvimento enfatiza as trocas ativas e constantes entre o sujeito em desenvolvimento e o meio em que este se desenrola. Neste sentido, facilmente se depreende que o sistema familiar se constitui como um vetor decisivo e crucial para o desenvolvimento da criança. A privação de cuidados parentais e a decorrente integração do indivíduo em meio institucional retira não só esta oportunidade à criança, assim como determina a sua integração num contexto que lhe é desconhecido, com pessoas que lhe são estranhas.

A deteção, sinalização, diagnóstico, tratamento e proteção das vítimas de maus-tratos são passos fundamentais para evitar ou pelo menos, minimizar as graves consequências psico-sociais e físicas que estes crimes podem envolver. Consequências aliás particularmente graves no caso dos menores e quando a agressão se verifica de forma reiterada e no contexto familiar. O diagnóstico e a intervenção nestas situações são de natureza interdisciplinar, sendo de primordial importância que os profissionais envolvidos atuem de forma articulada, no respeito pelo papel e competências de cada um e tendo sempre como objetivo o melhor interesse e proteção da vítima. Importa pois, que todos esses profissionais conheçam os fatores de risco e os indicadores deste tipo de situações, que saibam orientar convenientemente as vítimas não só no que respeita à investigação criminal mas também, no que ao seu apoio e proteção se refere e ainda, que conheçam as técnicas de abordagem tendo designadamente em vista evitar a sua vitimização secundária, (Oliveira, 2003).

Na década de oitenta, em Portugal o assunto passou a merecer uma atenção especial. Começou por ser objeto de preocupação da comunidade pediátrica que naturalmente, centralizou a realização das primeiras reuniões e discussões, bem como, a divulgação do tema à restante comunidade científica e à sociedade. Estas iniciativas não foram tomadas isoladamente. Desde o início tiveram a participação de outros organismos e grupos profissionais, tornando possível a abordagem pluridisciplinar, nomeadamente nas vertentes médicas, social e jurídica. De destacar o trabalho de interligação que se estabeleceu entre a Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, o Centro de Estudos Judiciários de Lisboa e algumas instituições e associações de solidariedade social, públicas e privadas, (Canha, 2003).

Foi por iniciativa da secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP) que se realizou em Lisboa, no ano de 1986 a primeira grande reunião subordinada ao tema da criança maltratada. Nesta reunião, foram abordadas a perspetiva médica, social, psicológica, sociológica e judicial. Foi apresentado o resultado do estudo epistemológico efectuado pelo Centro de Estudos Judiciais [CEJ], em 1985, cujas estimativas apontavam para cerca de 30 000 novos casos por ano (6 000 vítimas de maus-tratos, 23 000 vítimas de negligência e 1 000 vítimas de abuso sexual).

Foi ainda divulgado o primeiro estudo casuístico do país, efetuado no Hospital Pediátrico de Coimbra, reunindo 63 casos de crianças maltratadas diagnosticadas num período de oito anos (1978 – 1985). As comunicações e as conclusões desse simpósio foram compiladas em livro intitulado Criança Maltratada – editado pela Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria [SPP], em 1987, (Martins, 2005).

A partir de então, assiste-se a uma ampla divulgação e discussão deste tema que tal como, aconteceu noutros países têm apaixonado a opinião pública e os *media* que o catapultaram para as primeiras páginas dos jornais ou para os noticiários da rádio e da televisão. Os pediatras passam a ser solicitados frequentemente para participar em reuniões, onde são debatidas questões importantes relativas aos maus-tratos infantis. Progressivamente estende-se as ações de formação à pós-graduação de pediatras, médicos de família e outros grupos profissionais de contato direto com crianças e finalmente, introduzido o tema nos programas da licenciatura em medicina, (Vilares, 2009).

Foi ainda na década de 80 que se criaram os primeiros núcleos de estudo e apoio à criança maltratada no Hospital Pediátrico de Coimbra e no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, integrando pediatras, técnicos (as) de serviço social, enfermeiros (as), psicólogos (as), pedopsiquiatras e representantes dos Tribunais de Menores, (Canha, 2003). Em 1990 foi retificada na Assembleia da República, a Convenção dos Direitos da Criança, em sintonia com a deliberação anterior da Assembleia-geral das Nações Unidas.

Noutros países, o sistema judicial tem evoluído de modo a acompanhar os progressos da pediatria social. Não só esta temática passou a integrar o programa de formação de Magistrados Judiciais, como foi sendo criada legislação progressivamente adaptada à proteção da criança e da família. Isto tem permitido o estabelecimento de uma estreita relação entre os tribunais e os hospitais, onde com maior frequência são detetados novos casos.

Em 1991, foram criadas as Comissões de Proteção de Menores, com sede nas autarquias locais, integradas por representantes dos tribunais, autarquias, da segurança social, da área da saúde, das forças de segurança, elementos da comunidade e das instituições privadas. Nos últimos 15 anos, tem surgido vários organismos ou instituições de apoio à criança e/ou à família. Em Portugal, os últimos dados do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, indicam que um total de 8.938 crianças e jovens estavam em acolhimento em 2011 e destas 6.826 já tinham entrado nas instituições em anos anteriores, enquanto 2.112 iniciaram o acolhimento em 2011. De 2006 a 2011 tem-se registado uma descida gradual na entrada de crianças e jovens nas instituições de acolhimento. Em 2006 estavam em instituições de acolhimento 12.245 crianças e jovens, em 2007 o número desceu para os 11.362, em 2008 par 9.956, em 2009 para 9.563, em 2010 para 9.136 e em 2011 para 8.938. Este documento indica-nos que saíram do sistema de acolhimento em 2011 um total de 2.634 crianças e jovens, (Casa 2011).

O eixo central de todo o sistema de acolhimento passa a ser o reconhecimento, já ao nível do jurídico, da criança como sujeito de direito, titular de direitos humanos, fundados na sua inalienável dignidade. Para além, dos direitos humanos reconhecidos a qualquer pessoa, a criança é ainda titular de direitos humanos específicos resultantes da sua condição de criança, ser em desenvolvimento, com fases muito próprias que exigem particulares cuidados de respeito, afeto, educação e promoção para que possa atingir a sua autonomia positiva, do ponto de vista pessoal, familiar e comunitário. A criança é assim titular de uma cidadania plena, não contrariada pela sua incapacidade de exercício pessoal de certos direitos, a exigir suprimento pelos pais ou pelo tutor ou outro representante legal.

O movimento para o reconhecimento da criança como sujeito de direito teve na base o contributo de importantes aquisições científicas e culturais resultantes do desenvolvimento das várias ciências como a biologia, a medicina, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a pedagogia, a história e o direito. Mas a força da sua expressão irrompeu com a revitalização, no século XX, nomeadamente após a segunda guerra mundial, do movimento de reconhecimento, consagração e densificação dos direitos humanos, e dos assinaláveis progressos científicos sobre o desenvolvimento da criança, reveladores das suas necessidades específicas e extraordinárias capacidades de interação, (Leandro, 1998).

Entre as expressões mais significativas do reforço da afirmação da criança como sujeito autónomo de direitos salienta-se, as recomendações elaboradas no seio da ONU e do Conselho da Europa, a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1959 e a Convenção dos Direitos da Criança, diretamente aplicável na ordem jurídica portuguesa naqueles aspetos da Convenção que não exigem intervenções do legislador português para a sua concretização. Em primeiro todas as crianças necessitam de uma casa segura, livre de violência, de pais que a amem, respeitem e acima de tudo que a protejam. A criança necessita de ter rotinas, estabilidade, enfim de um lugar de conforto, seguro e de suporte. Para muitas crianças o seu lar está longe de ser um desses lugares. Todos os anos muitas crianças assistem a situações de violência nas suas famílias. Essas crianças não só assistem à violência física de um progenitor sobre o outro, como também registam a violência verbal e psicológica. As crianças que sofrem de maus-tratos necessitam:

- De um ambiente familiar seguro, (cada criança/jovem tem o direito a crescer protegida e segura),
- De saber que os adultos servem para ouvi-las, acreditar nelas e protege-las, (os adultos que trabalham com crianças vítimas de maus-tratos devem estar preparados para reconhecerem as suas necessidades e as suas fragilidades, oferecendo-lhe um serviço apropriado e ajustado às suas necessidades),
- De rotinas e normalidade, (os maus-tratos coloca o mundo da criança do avesso. As rotinas como ir à escola ou participar em atividades extra escolares são vitais para o desenvolvimento e crescimento saudável da criança),

- De serviços estáveis que conheçam as suas necessidades, (as crianças deverão ter lugares (entidades) que as possam receber. Locais seguros, com equipas multidisciplinares que lhes prestem o apoio e a compreensão para o seu drama),
- De aprender que os maus-tratos e a violência são um comportamento errado e que não resolve os conflitos, «as crianças devem ouvir que a violência e os maus-tratos associados a ela são um comportamento errado. Elas devem procurar perceber que existem alternativas. Devem crescer com uma perspetiva positiva do futuro», (ONU, Relatório do Comité AD Hoc, 2009).

Os maus-tratos infantis são umas das maiores privações dos Direitos Humanos, são um enorme problema das nossas sociedades, não se limitam a uma zona geográfica, a uma classe, raça ou status, são um problema global. Por vezes, há a necessidade de retirar a criança do contexto de violência em que vive e de a colocar sobre a proteção de organismos públicos ou privados. O termo *instituição* poderá ser contextualizado como um lugar onde vários indivíduos vivem em conjunto num sistema que se afasta das interações com o mundo exterior, cujas atividades, modalidades e horários dos seus residentes são meticulosamente regulados por uma única autoridade, responsável pela monitorização de todos os aspetos das suas vidas, (Oriente, 2002).

Neste sentido, a institucionalização surge como uma resposta que agrupa em si duas funções: uma *função assistencialista* e outra de *modelo multifatorial*. A visão *assistencialista* expressa-se em variáveis como: atendimento padronizado e pouco eficaz, elevado índice de criança por cuidador, sobrecarga de tarefas, fraca estimulação sensorial, cognitiva e linguística, rotinas rígidas, fragilidade das redes de apoio social e afetivo, escassa supressão das necessidades afetivas e comunicacionais, estigmatização social e interações entre grupos de risco. Para além, da clara exposição a acontecimentos de vida negativos que inviabilizaram o crescimento da criança junto dos seus pais ou familiares, estas crianças privadas das vivências emocionais indispensáveis a um ajustamento psicossocial saudável, deparam-se ainda com uma incapacidade da instituição em lhes garantir uma conjuntura necessária ao seu ótimo desenvolvimento físico, social e psicológico. Enquanto o *modelo multifatorial* deverá ser entendido como um modelo que se centra na capacidade de compreender e integrar dimensões como: o motivo da separação dos pais, a qualidade da relação precoce versus figuras parentais, a possibilidade de desenvolver relações de vinculação após a separação parental, a

qualidade dos cuidados prestados na instituição, a idade de entrada, o tempo de permanência na instituição, o género e temperamento da criança, ou seja, enfatiza a resiliência da criança ou do adolescente acolhido institucionalmente, postulando que a presença deste fator permite rebater e compensar as vulnerabilidades e fragilidades a que está sujeita, nomeadamente a privação emocional, (Tomazoni, 2004).

Estas duas funções defendem o acolhimento institucional, embora apresentem perspetivas divergentes, isto é, a fundamentação empírica sobre os efeitos prejudiciais da institucionalização é contrariada pelas indagações que defendem o acolhimento infantil como uma resolução em situações familiares pautadas por níveis de disrupção e de adversidade extremas. O contexto institucional é percebido como um ambiente a partir do qual os seus residentes cumprem uma variedade de atividades, funções e interações num ambiente com potencial desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e afeto.

No sistema institucional Português, o acolhimento de crianças e jovens em instituição seja esta pública ou privada, é enquadrado legalmente, como já referimos, pela LPCJP, que o define como a *“colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”*, (artigo n.º 49 da LPCJP). O Decreto – Lei n.º 2/86, de 2 de janeiro define que os princípios básicos para o acolhimento institucional devem obedecer ao conjunto de normas internas que este tipo de entidades com respostas sociais dirigidas a menores transitória ou definitivamente desintegrados do meio familiar, (Camões, 2003, «www.psicologia.pt»).

2.4 – O SISTEMA DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL

Em Portugal, as primeiras instituições surgem na segunda metade do século XIX, com o aparecimento do movimento social de proteção da infância. Os primeiros Tribunais em matéria de infância surgiram em 1911, tendo sido apelidados de Tutórias de Infância e alargados a todo o território nacional em 1925. Em 1944, as tutórias passaram a designar-se Tribunais de Menores e em 1962, por ocasião da Reforma dos Serviços Tutelares de Menores, procedeu-se a uma importante alteração a nível judiciário – a atribuição ao Ministério Público da função de representante do menor e defensor dos seus interesses. Os tribunais de menores tinham competência não só em matéria tutelar, mas também em matéria cível, nomeadamente no que concerne ao poder paternal. Só em 1970 foram criados tribunais especializados de família, com competência para julgar questões do foro familiar, (Martins, 2005).

A ordem jurídica Portuguesa dispõe, atualmente, de um assinalável conjunto de dispositivos jurídicos muito relevantes para o reconhecimento e a concretização dos direitos da criança, nomeadamente:

- A Convenção dos Direitos da Criança [CDC] – A Convenção impõe aos Estados deveres relativos ao reconhecimento e efetivação dos direitos da criança declarados na Convenção, sem prejuízo da aplicação de disposição mais favoráveis que possam figurar na legislação do Estado ou no direito internacional em vigor nesse Estado.
- A Constituição da República Portuguesa [CRP] – no que respeita à CRP, topo da hierarquia das leis, o reconhecimento da criança como sujeito autónomo de direito encontra-se consagrada a dois níveis:
 - a) Ao nível dos direitos, liberdades e garantias pessoais,
 - b) Ao nível dos direitos e deveres económicos, sociais e culturais.
- A Legislação Ordinária – é muito abundante, sendo de salientar:
 - a) As disposições de direito civil relativas ao direito de família, de que se destacam as do Código Civil,
 - b) Diversas leis, de que se salienta, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP],

De acordo com o enquadramento normativo em vigor, a medida de colocação institucional deverá constituir a última opção de intervenção social e judicial junto de crianças e jovens em perigo, aplicando-se exclusivamente quando não existem condições efetivas na família biológica, nuclear ou alargada, para que a criança aí permaneça em segurança. Por isso, deve-se evitar a separação da criança dos pais e mesmo quando tal é inevitável, deve-se tentar envolver a família no processo de acolhimento, (Rodrigues, 2010).

Centradas na unidade familiar, mas tendo sempre em atenção o interesse superior da criança e do jovem, tanto a Convenção para os Direitos da Criança (CDC), enquanto declaração de cariz universal, como a Lei de Proteção de Crianças e Jovens (LPCJ), defendem nos seus postulados o «*princípio da não separação entre crianças e seus pais*», exceptuando-se as situações de confirmada insegurança para a sua integridade e bem-estar. Destaca-se, o artigo n.º 9 da CDC que defende que “*os Estados deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos exceto quando (...) as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança*”. Igualmente, na LPCJ [alínea e), artigo n.º 4], é seriamente defendida a intervenção, justificando-se a interferência na vida da criança e da sua família “*na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade. Reforça igualmente a responsabilização da família na assunção dos seus deveres para com a criança e o jovem, bem como a aplicação de medidas que permitam a continuidade da criança no seu seio familiar [alíneas f) e g) artigo n.º 4*”, (Almeida, 2005b).

A *Convenção sobre os Direitos da Criança [CDC]*, adotada em 20 de novembro de 1989 pela Assembleia – Geral das Nações Unidas e rectificada por Portugal em 1990, constitui um marco de viragem relativamente às medidas legislativas adotadas anteriormente, uma vez que reconhece a criança enquanto sujeito portador de direitos, fundamentais para a definição de um estatuto digno. Uma vez que foi rectificada por quase todos os países do mundo, assume um carácter praticamente universal. Patente em todos os direitos que estipula e defende, a CDC fundamenta-se nos seguintes princípios gerais:

- O direito à vida; não apenas no sentido da sobrevivência, mas também na supressão de necessidades básicas, cuja satisfação é indispensável para todos os seres humanos;
- O direito à identidade; definida à nascença; toda a criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade que a tornam um ser único e individualizado, pertencente a uma comunidade e a uma cultura.
- O interesse superior da criança; pressupõe que todas as medidas adotadas com vista ao seu bem-estar tem que ter obrigatoriamente em conta o seu interesse superior,
- O direito à participação; associado à liberdade de expressão, de pensamento, de reunião e associação, à proteção da vida privada, enquanto membro competente e integrante da sociedade.

A reforma do Direito de Menores ocorrida recentemente definiu os seus pressupostos filosóficos com base nestes princípios, sendo possível encontrar nos dois diplomas criados (LPCJP e Lei Tutelar Educativa), marcas positivas desta influência.

A história portuguesa da intervenção junto de crianças e jovens foi durante séculos pautada por um modelo protecionista; tanto os menores em risco, vítimas de agressões, como aqueles que apresentavam praticas anti-sociais e/ou criminosas eram considerados igualmente carecidos de proteção, sendo o Estado responsável por educar e tratar, uns e outros, (Proposta de Lei n.º 266/VII, de 17 de abril de 1999).

A inadequação deste modelo assenta particularmente no fato de relegar para segundo plano os direitos fundamentais dos menores, não dando espaço para que estes participem ativamente no processo de mudança da sua situação. Ao mesmo tempo, cria uma só estratégia de resposta para problemáticas tão diversas como as que atingem, por exemplo, uma criança vítima de abuso sexual ou as de um jovem, ele próprio abusador.

Por outro lado, a retificação da CDC por Portugal, tornou necessária a harmonização da legislação relativa à proteção da criança, com uma nova perspetiva de direitos e responsabilidades.

Neste sentido foi constituída, em 1996, Comissão Interministerial para o estudo da articulação entre Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social, com vista a intervir articuladamente na conceção e desenvolvimento de diversas políticas sociais de proteção de crianças em risco, de prevenção criminal de jovens e de reinserção social. Com a criação desta Comissão, foi dado início a uma das maiores reformas legislativas e políticas ao nível da infância e juventude, a qual passou por:

- Diagnosticar as insuficiências do sistema então em vigor,
- Inventariar as estruturas, modalidades de intervenção e recursos humanos dos dois Ministérios,
- Definir medidas e estratégias de ação relativas às crianças e jovens em risco, com comportamentos desviantes, jovens agentes de fatos ilícitos penais, crianças e jovens envolvidos em processos tutelares cíveis, regime penal especial dos jovens adultos, entre outros.

São encetados, assim, os princípios de elaboração das propostas da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e da Lei Tutelar Educativa, que passariam a constituir o novo suporte de intervenção com áreas de responsabilidade distintas e claramente definidas. A sua entrada em vigor no início de 2001 introduz novos conceitos legais de intervenção:

- A intervenção tutelar educativa (a cargo do sistema de justiça) destina-se unicamente aos casos em que o Estado tem legitimidade para educar o menor, corrigindo-o nas suas dificuldades de conformação com as regras do sistema jurídico, mas garantindo o exercício dos seus direitos fundamentais à liberdade e autodeterminação.
- A proteção de crianças e jovens em perigo (a cargo do sistema da solidariedade e segurança social) alarga-se à promoção dos seus direitos, concedendo-lhes poder para participarem nas decisões que lhes dizem respeito.

De acordo com os princípios fundamentais dos dois normativos jurídicos, o denominado Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, organiza-se com base num modelo piramidal, com vista à progressiva desjudicialização da intervenção, como se pode verificar na figura I, (Leandro, 1998).

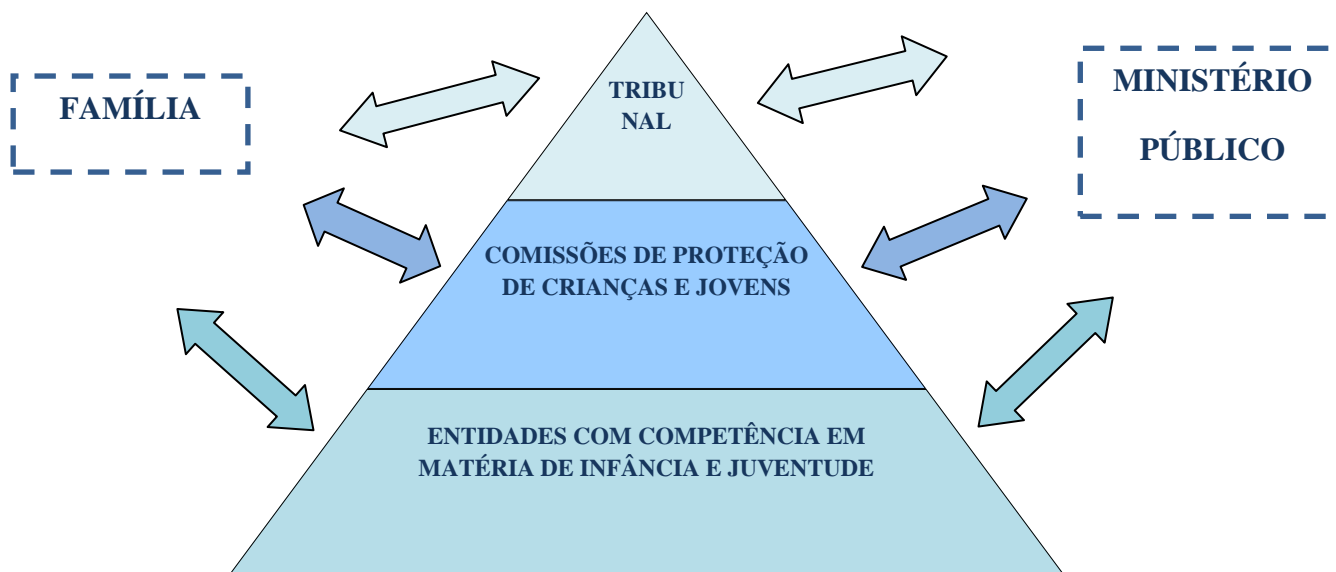


Figura I – Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: Modelo Piramidal

Fonte: <http://www.cnpcjr.pt>

Nos termos da LPCJP, a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo compete, em primeiro lugar, às entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância e juventude (Autoridades policiais, Autarquias, Escolas, Segurança Social, Hospitais, entre outros), só depois às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em último aos Tribunais.

O nosso sistema apela, em primeira linha, à família de cada criança e nela confia, reconhecendo-a em consonância, logo ao nível constitucional, como elemento fundamental da sociedade, com direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização dos seus membros. Igualmente consagra constitucionalmente que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes e reconhece aos pais o direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, (Vilares, 2009).

A intenção do legislador, ao criar um sistema de intervenção subsidiária, foi a de tornar a proteção das crianças e jovens mais céleres, precoce e próxima da realidade local. Por esse motivo, atribuiu essa responsabilidade, em primeira - mão, às entidades da sociedade civil, tendencialmente mais próxima das crianças e das famílias, das suas rotinas e percursos diários. Pretendia-se induzir uma intervenção preventiva e atempada nas situações de risco, para que nunca se transformassem em perigo real.

Mesmo perante situações de perigo confirmado, a intervenção das CPCJ, imediatamente subsequente às primeiras, visa uma atuação não judiciária, consentida e contratualizada com os pais ou adultos responsáveis pela criança, de forma a promover os seus direitos e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. As CPCJ têm uma competência territorial de base concelhia, integrando um conjunto de elementos que representam as estruturas organizadas da sociedade civil e do Estado presentes no concelho: município; segurança social, educação, saúde, instituições particulares de solidariedade social, associações de pais, associações desportivas, culturais ou recreativas, associações de jovens ou serviços da juventude, forças policiais, (Vieira, 1998).

Na prática, nem sempre a generosidade legislativa do sistema de promoção e proteção é passível de pôr em prática. São vários os constrangimentos que afrontam o seu funcionamento e que colocam muitas vezes em causa a sua natureza subsidiária e a responsabilidade de cada um dos interventores sociais.

Efetivamente, se a base da pirâmide é atribuída às entidades públicas e da sociedade civil uma vez que são as mais próximas das crianças e suas famílias, nem sempre a intervenção preventiva que lhes é exigida é concretizada em tempo útil, de forma a evitar que situações de perigo ocorram.

Os serviços de proteção e educação de crianças têm vindo a ser desenvolvidos e tutelados fundamentalmente por dois Ministérios: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação.

Apesar de assumir um papel principal e insubstituível no processo de desenvolvimento das crianças e jovens, nem sempre a família reúne todas as condições emocionais, afetivas e materiais para garantir que este se faça da melhor forma. Neste sentido, justifica-se a separação, ainda que temporária, da criança em relação ao seu núcleo familiar, recorrendo-se, para o efeito, ao acolhimento institucional.

O acolhimento institucional de crianças e jovens implica assim, a assunção, por parte das instituições, das responsabilidades educativas ao nível jurídicos, moral, social e escolar, atribuídas geralmente aos progenitores biológicos.

Estas responsabilidades, implicando a substituição temporária das famílias de origem, incluem o suporte das crianças e jovens no seu desenvolvimento físico, através da prestação de cuidados de alimentação e de saúde e no seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. Todos estes cuidados deverão ser prestados tendo em conta a idade da criança e jovem, o seu género, origens sociais, percursos de vida e características individuais de personalidade.

Evidentemente tem-se verificado progressos e reajustamentos no que diz respeito, ao funcionamento e aos objetivos das instituições de acolhimento. Aquilo que no século passado era considerado objetivo máximo destas instituições (a proteção da sociedade de indivíduos menos desejáveis ou o amparo dos que não tinham ninguém que os apoiasse) assume atualmente uma vertente muito mais humanizante e (re) educativa relativamente aos acolhimentos, (Camões, 2003).

Cada vez mais se pondera as consequências do internamento, garantindo, para tal, durante a institucionalização, condições de (re) aprendizagem das normas sociais vigentes e a preparação de um caminho para a futura reintegração na sociedade, seja qual for a razão que motivou o acolhimento.

O funcionamento do Sistema Nacional de Acolhimento faz supor uma resposta integrada de acolhimento, em que diversas tipologias de acolhimento – emergência, temporário e prolongado – visam adequar-se em função das características e da gravidade da situação das crianças e jovens em perigo.

No entanto, como em qualquer sistema, nem sempre o seu funcionamento é isento de bloqueios, sobretudo porque constitui uma solução amplamente utilizada no âmbito da proteção de situações de perigo, dando resposta a muitas crianças e jovens. Então, quais os seus principais constrangimentos e dificuldades do Sistema Nacional de Acolhimento, tal como vêm exemplificado na tabela I .

Tabela I – Constrangimentos do Sistema Nacional de Acolhimento.

Antes do Acolhimento	Durante o Acolhimento	Depois do Acolhimento
Fraco investimento na intervenção preventiva no seio da família.	N.º elevado de Entradas no SNA. N.º baixo de saídas no SNA N.º elevado de crianças acolhidas	Ausência de Follow-up das crianças
Incompatibilidade entre os recursos humanos/técnicos e a intensidade exigida pela intervenção	Instituições sobrelotadas Diversificado perfil das crianças Falta de especialização das instituições de acolhimento	Possibilidade de ressurgimento de situações de perigo
Acolhimento institucional como resposta imediata e exequível para sanar o perigo em que a criança se encontra.	Ausência de família. Entendimento do acolhimento como resposta de carácter permanente. Débil definição e dinamização dos projectos de vida da criança acolhida	Fortes possibilidades de reingresso das crianças no SNA.
	Longos tempos de permanência.	

Fonte: <http://www.cnpcjr.pt>

Para a criança, quanto mais tempo for prolongado o seu acolhimento, menos oportunidades terá de ver concretizado o seu direito a crescer numa família, seja a sua ou seja outra (por via da adoção). Sabe-se que, quanto mais velha for, mais dificuldades terá em reintegrar-se nas rotinas e hábitos familiares, porque entretanto adquiriu outros na instituição, (Almeida, 2005b).

Se há várias décadas atrás o acolhimento era destinado a uma população infantil necessitada de proteção familiar e social, atualmente verifica-se uma diversificação do perfil das crianças e jovens acolhidas, decorrente da complexificação crescente das problemáticas sociais e familiares (proveniência de agregados familiares desestruturados, sobre posição de problemáticas como HIV, alcoolismo, tráfico e consumo de estupefacientes, violência doméstica, abuso sexual, delinquência, crime).

Assim uma das características que recentemente, tem motivado sérias preocupações relaciona-se com a emergência cada vez mais frequente de problemas comportamentais, sobretudo nos jovens acolhidos, sendo que a falta de especialização das instituições de acolhimento do sistema de promoção e proteção para lidar com estas problemáticas, contribui para que sérios constrangimentos se verifiquem. Ao longo do desenvolvimento humano, a adaptação é uma constante e também o princípio condicionante da evolução. A adaptação, contudo, é particularmente crítica quando a vulnerabilidade esta presente, como é no caso do acolhimento. A vulnerabilidade é um determinante crítico para uma criança ou família, tornando-se mais susceptíveis nos diferentes tipos de riscos conducentes a problemas diversos no desenvolvimento psicossocial da criança ou jovem, (Martins, 2005, <http://repositorium.sdum.uminho.pt>).

Kimmel e Roby no seu estudo sobre a institucionalização de crianças e jovens no Reino Unido em 2007 identificaram seis dimensões facilitadoras da interação com as crianças institucionalizadas. Cada uma dessas dimensões faz parte do processo de institucionalização e podem ser globalizadas. Desta forma, estes autores dividiram o seu modelo e dois níveis – o nível macro e o nível micro, tal como vem exemplificado na figura II.

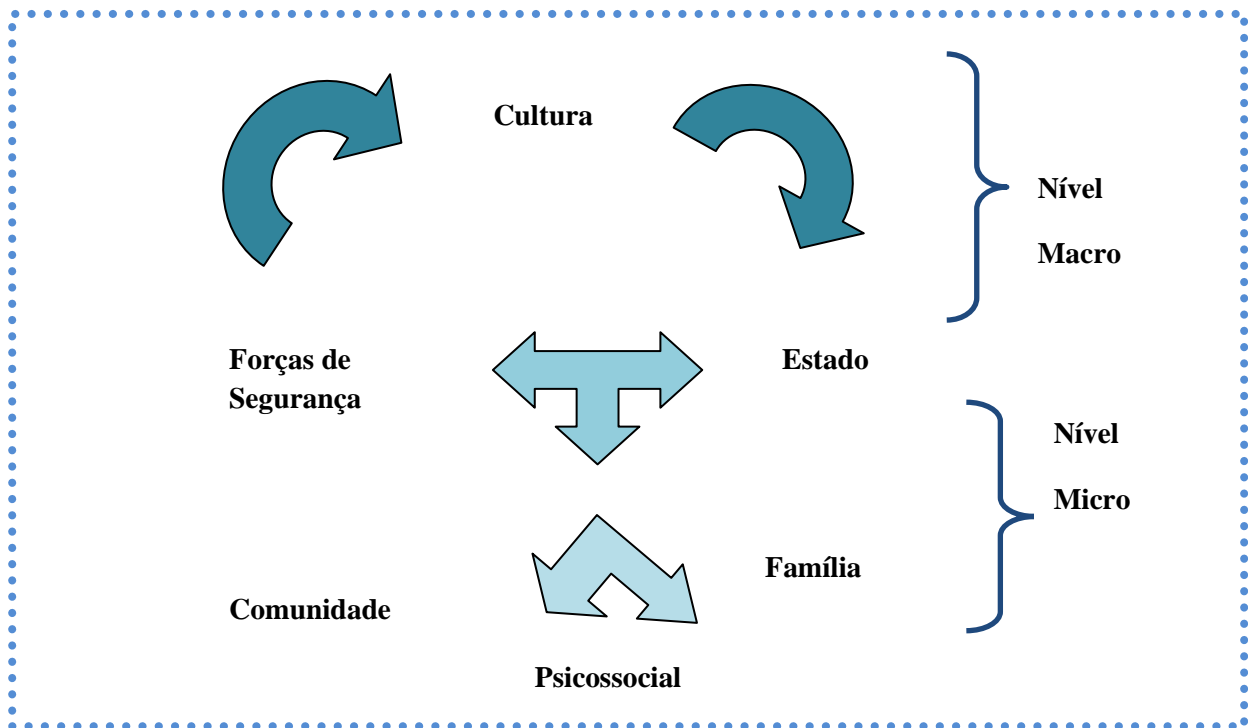


Figura II – Descrição do Modelo de Kimel e Roby sobre Crianças e Jovens Institucionalizados.

Fonte: <http://isw.sagepub.com>

No *Nível Macro* existem três dimensões [Política, Policial e Cultural], que interagem em simultâneo e influenciam diretamente na institucionalização das crianças. Da interação destas três dimensões surge uma barra de efeitos psicossociais para as crianças e jovens, que poderá consoante a sua gestão produzir efeitos positivos ou negativos. Essa gestão deverá passar por uma administração correta das Leis de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, pela Regulamentação das entidades que prestam apoio/acolhem essas crianças, pelo equilíbrio financeiro que o Estado dá a essas entidades, pela promoção da segurança, dos direitos e deveres das crianças institucionalizadas, (Kimel, 2008, «<http://isw.segepub.com>»).

No *Nível Micro* encontra-se as dimensões da família e da comunidade. Este nível interage com o nível macro, pois estamos na base onde toda a situação de perigo/risco foi vivenciada. Será com este nível que as Equipas Multidisciplinares de cada entidade irão trabalhar, para que a criança/jovem institucionalizado possa ver delineado como projeto de vida um retorno à família e não um corte total com a mesma, (Kimel, 2008, «<http://isw.segepub.com>»).

Por outro lado, cabe a estas mesmas Equipas trabalhar a criança acolhida no sentido de a devolver a uma nova comunidade enquanto utente institucionalizado e à posterior à comunidade que deixou no momento da institucionalização. Estes dois níveis estão profundamente ligados com o fator psicossocial da criança/jovem, uma vez, que se esta a «mexer» em vivências, valores, sentimentos e direitos.

Para além, da tendência macro de complexificação das problemáticas sociais, o surgimento destes perfis comportamentais nas instituições de acolhimento do sistema de promoção e proteção tem outras causas que importa analisar. A reforma do direito de menores ocorridas em 2001 determinou a separação das crianças e jovens em instituições específicas, sendo que os menores vítimas de maus-tratos e abusos, carentes de proteção, ficariam a cargo do sistema de promoção e proteção e os menores infratores, carentes de uma educação para o direito, ficariam sob a alçada da Justiça – sistema tutelar educativo. Evidentemente que a separação em duas tipologias – vítima e infratores – nem sempre é estanque e frequentemente suscita dúvidas. Pois um jovem, que comete uma infração, poderá apresentar-se, simultaneamente, numa situação de perigo e/ou desestruturação familiar e vice-versa, (Tomas, 2003).

Ora, como nem sempre os atos praticados ou os comportamentos assumidos por estes jovens configuram o que a lei define como crime qualificado, e uma vez que, paralelamente, não dispõem de suporte familiar securizante que assegure a sua proteção, acabam por ser acolhidos nas unidades de emergência, nos centros de acolhimento temporário e nos lares de infância e juventude.

Neste contexto, estamos a falar de jovens que, em virtude do abandono e da negligência de que são alvo, contactam muito precocemente com práticas nem sempre lícitas, passando por vivências de rua indutoras, tantas vezes, de comportamentos agressivos e ilegais. Estas práticas tem, muitas vezes, um fundo patológico mais ou menos acentuado, traduzido frequentemente, em comportamentos violentos/ou agressivos, auto e hétero dirigidos, (Diuvani, 2004, «www.psicologia.pt»).

Assim, quando o acolhimento destes jovens se concretiza numa das respostas de acolhimento do sistema de promoção e proteção, dadas as dificuldades que o mesmo implica, provoca em todos – jovens, pares de acolhimento e às instituições – sérios constrangimentos:

- Ao Jovem – porque é acolhido numa instituição onde não se adapta à disciplina e que não acompanha o seu “ritmo de vida”, adquirido até ao momento;
- Aos Pares – que já se encontram acolhidos, que podem desenvolver um duplo sentimento: de medo e instabilidade face aos comportamentos agressivos do novo elemento ou de admiração, reproduzindo os seus hábitos e percursos;
- Às Instituições – que se sentem inseguras quanto às condições e à adequabilidade do acompanhamento que lhes é possível prestar. Ao se pensar nas crianças e jovens acolhidos, há que pensar nos adultos que os acompanham de perto e nas relações de vinculação passíveis de serem estabelecidas.

Este vaivém entre proximidade e afastamento por parte dos adultos reflete-se na capacidade de inferir o nível de cuidados necessários a cada momento, exige níveis de intuição, compreensão, disponibilidade e resolução das situações.

Este aspeto reporta-nos à «aprendizagem social» da criança ou jovem, à imitação dos modelos e padrões comportamentais que formam o seu quotidiano em casa e ao risco inerente quando tais modelos estão ausentes ou são de fraca qualidade educativa. A criança aprende por modelagem, imitando e interiorizando atitudes, valores e formas culturais de afeto e de pensamento que observa nos adultos que a acompanham. Os pais ou outras formas de vinculação são essenciais na mediação que a criança faz dos estímulos, das condutas e dos seus contextos de vida. As crianças vão interiorizando a linguagem e a cultura, os processos cognitivos e os afetos, assim como as normas sociais e os valores, quando um adulto a ajuda a pensar e a perceber as situações. As experiências de aprendizagem mediada no seio da família modelam a linguagem, o pensamento e a cognição da criança, favorecendo o desenvolvimento da sua auto-regulação e nível cognitivo, emocional e social, (Diuvani, 2004, «www.psicologia.pt»).

Obviamente, todos estes processos de modelagem do comportamento e de aprendizagem mediatizada estão afetados no seu conteúdo e na forma, seja nas situações efetivas de maus-tratos familiares seja nas situações de negligência. Nas situações de negligência, por exemplo, a criança não tem quem ajude a filtrar, a dar sentido e a ponderar os prós e contras de um conjunto de informações que lhe chegam, alias já muitas vezes uma informação relativamente pobre do ponto de vista afetivo e cognitivo. Nestas situações adversas para um desenvolvimento psicossocial adequado, as crianças acabam por desenvolver padrões comportamentais pautados por uma fraca intelectualização, por uma baixa representação simbólica e cognitiva da ação das suas consequências e por um deficiente discurso interno de autorregulação do comportamento, (Nascimento, 2010).

Os problemas podem agudizar-se quando a criança se encontra mais diretamente envolvida nas próprias situações de maus-tratos. Algumas vezes, ela pode ser o tópico ou a razão de ser da discussão familiar, outras vezes pode ser chamada a tomar partido por um dos progenitores, outras vezes alvo direto dos maus-tratos. De um modo geral, as crianças que convivem com estas situações de violência e maus-tratos acabam por experienciar, também, a desnutrição, a falta de cuidados médicos, a pobreza familiar, o consumo de substâncias dos pais e uma diversidade de comportamentos psicopatológicos e de negligência educativa.

Impõem-se, por isso, uma atuação urgente para estas situações, uma atuação que não pode ser solitária, por via do Sistema de Promoção e Proteção, mas obrigatoriamente multisectorial. Esta intervenção traduz-se na criação de uma plataforma de acolhimento institucional transitória entre o SNA e o Sistema de Justiça, com as obrigatórias ligações à área da Saúde, a qual, deverá adotar um regime de funcionamento semi-aberto e modelos sócio – educativos adequados a cada uma das problemáticas detetadas nos jovens.

Em Portugal, foi elaborado no ano de 2011, um Relatório de Caracterização Anual da Situação de acolhimento das Crianças e Jovens, que resulta da recolha de dados junto das Instituições de Acolhimento que possuem acordos com o Instituto da Segurança Social.

Das crianças e jovens acolhidos existe uma preponderância de jovens entre os 12 e os 21 anos (5 750 casos), no entanto, verifica-se também um número elevado de crianças na faixa dos 6 aos 11 anos (1 960 casos) e até dos 0 aos 5 anos (1 228 casos), idades em que é, ou deveria ser, mais adequado o acolhimento temporário em CAT. Estas faixas etárias são onde se verifica uma maior incidência de situações de risco, logo a intervenção que visa a sua resolução aponta geralmente para o acolhimento transitório, com o objetivo de elaborar um diagnóstico e o respetivo projeto de vida, esperando-se, desta forma, o rápido regresso à família ou uma outra alternativa familiar. O recurso ao Lar, nestas idades, enquanto resposta de acolhimento prolongado reduz, à partida as possibilidades de regresso à família. Salienta-se, ainda a elevada percentagem de jovens com 18 anos e mais anos, quando o âmbito de intervenção da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro se estende até aos 18 anos, o que faz antever que para estes jovens ainda não foi encontrado o devido projeto de autonomização, que viabilize a sua saída do Lar. Registam-se, igualmente, acolhimento excessivamente prolongados, havendo crianças e jovens que passaram grande parte das suas vidas em Lar: mais de metade das crianças/jovens acolhidas permanecem em Lar há mais de 2 anos dos quais, uma grande parte está acolhida há 6,7 ou 8 anos, (Casas, 2011).

Ao analisar os problemas que conduzem ao acolhimento, temos que ter em conta que uma mesma criança pode ser alvo de diversas situações de risco. As situações sinalizadas pelos serviços e que acabam por ser acolhidas são, geralmente, provenientes de um contexto social e familiar conturbado, onde várias situações de risco se podem sobrepor. Assim, em termos de género, verifica-se que as raparigas são alvo de problemáticas mais graves, onde o abuso sexual assume especial destaque. No caso dos rapazes, as problemáticas de cariz socioeconómico, como a pobreza, o trabalho infantil e o abandono escolar são predominantes, o que em termos de gravidade, e se fosse possível isolar uma só problemática no mesmo indivíduo, não constituiria causa suficiente para o acolhimento prolongado, (Martins, 2005, «<http://hdl.handle.net>»).

É possível distinguir alguns traços homogéneos no que se refere às famílias de origem das crianças e jovens acolhidas. Tratam-se, efetivamente, de traços fundamentais para a análise dos processos socialização, uma vez que foram precisamente estas características familiares que, na maioria dos casos, determinam o acolhimento das crianças e jovens, mudando de forma significativa o seu percurso de desenvolvimento.

De um modo geral, identifica-se um perfil de onde se destacam as seguintes características:

- N.º significativo de famílias monoparentais a par das famílias com presença de ambas figuras parentais;
- A precariedade económica e a violência familiar enquanto problemáticas seriamente vividas pelo agregado familiar;
- Predominância clara de pais com idades entre os 31 e os 60 anos, associadas a uma fase avançada de maturidade;
- Destaque dos agregados familiares com baixo níveis de habilitações,
- Elevado número de fratrias acolhidas, demonstrando que, geralmente, as problemáticas vividas na família acabam por atingir todas as crianças.

Apesar do acolhimento em Lar de Infância e Juventude constituir uma medida de natureza prolongada, verifica-se surpreendentemente, que em quase metade dos casos constitui a primeira estratégia de intervenção tentada para solucionar a situação de risco ou perigo. Efetivamente, para quase metade das crianças e jovens acolhidas, nada foi tentado antes da aplicação de uma medida de cariz prolongado e mais definitivo com a institucionalização em Lar, o que condena qualquer tentativa de intervenção preventiva ou reparadora junto da família no seu meio natural, (Martins, 2005, <<http://hdl.handle.net>>).

De entre as crianças e jovens acolhidas existem 4 946 crianças em idade escolar, dos quais 41 crianças e jovens não frequentam a escola ou cursos de formação profissional. Aceita-se como facto inquestionável as possíveis interrupções sucessivas que estas crianças sofreram no seu percurso escolar antes do ingresso na instituição, fator que dificulta o sucesso escolar. As crianças entre os 4-5 anos estão enquadradas no meio escolar com 96% a frequentar o ensino pré-escolar, sendo 3,3% já frequentam o 1.º ciclo. No grupo etário de 6 aos 9 anos, 4,1% das crianças com 6 anos estão a frequentar o ensino pré-escolar e as restantes inseridas no ensino regular. Em termos da progressão escolar das crianças a partir dos 11 anos, salienta-se uma tendência para o insucesso escolar. A integração das crianças e jovens em atividade da comunidade envolvente constitui um dos aspetos mais importantes da intervenção veiculada pelas entidades que acolhem. Os lares têm vindo a abrir as suas portas e a descentralizar os

seus serviços, como a escola, a formação profissional, as atividades desportivas e de tempos livres, apostando nos recursos existentes na comunidade, (Casas, 2011).

Segundo este documento, 8 938 crianças e jovens estavam em situação de acolhimento, 26% das crianças e jovens estão acolhidos há 1 ano, 41% entre 2 e 3 anos e 22% estão institucionalizados há mais de 4 anos. A permanência no local atual de acolhimento evidencia períodos prolongados de acolhimento. Para além de que existem 285 crianças sem projeto de vida definido há 2 anos, dos quais 217 têm o diagnóstico da situação sociofamiliar por realizar e 56 têm diagnóstico efetuado, mas não têm definido nenhum plano de intervenção. Nas justificações avançadas pelas entidades executoras ressalta a inexistência ou dimensionamento insuficiente das equipas técnicas das instituições (50,2%), seguindo-se dificuldades de articulação entre as equipas técnicas das instituições e as equipas técnicas que acompanham a execução da medida de promoção e proteção (25,3%). Um quarto das crianças e jovens (26,3%) já esteve acolhida anteriormente noutra resposta e 37% estão deslocalizadas do seu agregado de origem. Numa linha de continuidade verifica-se a predominância dos projetos de vida para a autonomização (36,5%) e reintegração na família nuclear (30,7%), seguindo-se a adoção (42,3%). Das 8 938 crianças e jovens que continuavam em situação de acolhimento em 2011, 65% estavam em Lares de Infância e Juventude, 5% em famílias de acolhimento, 24% em casas de acolhimento temporário e 13% em Acolhimento de emergência. De acordo com o relatório, a população de crianças e jovens em acolhimento era maioritariamente adolescentes, sendo que metade tinha entre os 12 e os 17 anos, (Casas, 2011).

Em virtude de tais circunstâncias e de tais condutas maltratantes as crianças constituem, nos dias de hoje, potenciais alvos de processos multifacetados de exclusão/marginalização social. Os dados referentes ao ano de 2011 indicam que o número de crianças e jovens em instituições de acolhimento reduziu 27% nos últimos seis anos, e de um total de 8.938 crianças e jovens estavam em acolhimento em 2011 6.826 já tinham entrado nas instituições em anos anteriores, enquanto 2.112 iniciaram o acolhimento em 2011. De 2006 a 2011 tem-se registado uma descida gradual na entrada de crianças e jovens nas instituições de acolhimento. Em 2006 estavam em instituições de acolhimento 12.245 crianças e jovens, em 2007 o número desceu para os 11.362, em 2008 para 9.956, em 2009 para 9.563, em 2010 para 9.136 e em 2011 para 8.938, (Casas, 2011).

Em relação à distribuição das crianças e jovens em acolhimento, por distrito e região autónoma, o relatório revela que são os distritos do Porto, de Lisboa e de Braga que registam números absolutos mais elevados, respetivamente 1.805, 1.591 e 680. Em contrapartida continuam também a ser os distritos de Beja, Portalegre e Évora a apresentar números absolutos de crianças e jovens em acolhimento mais reduzidos, respetivamente 101,108,162. No que respeito às saídas do sistema de acolhimento, são também os distritos do porto, Lisboa e Braga que mais contribuíram para estas saídas com, 468, 544 e 239 mais concretamente, (APAV, Relatório Anual 2012 «www.apv.pt/estatisticas»).

Ligado a esta temática surgem alguns conceitos, nomeadamente, o conceito de «carreira do menor institucionalizado», ou seja, procura-se descrever através desta noção todo o percurso que a criança delinea, desde a altura em que se encontra numa situação de exclusão até à sua inclusão institucional, num regime aberto ou fechado.

Após a sua institucionalização inicia-se o restabelecimento dos laços sociais e familiares, numa perspetiva de estabilidade, implicando a reconversão dos ciclos viciosos da exclusão e estabelecendo-se um complexo processo de integração social. Este processo de integração torna necessário a adoção de estratégias de reinserção em rede com base numa maior pluridisciplinidade ao nível da intervenção, que passará pela integração desta criança/jovem nas redes de apoio que o novo meio social oferece, através do delineamento de um projeto de vida integrado e compartilhado entre a instituição e a criança/jovem.

Uma criança mal tratada é uma criança com medo, raiva, depressão, sem expectativa de futuro, com medo de pedir ajuda. Ao entrar numa Instituição a criança/jovem encontra quem lhe dê apoio e um clima favorável para ultrapassar a situação de que foi vítima. Também será na Instituição que passará a ver os seus direitos novamente em vigor. As Instituições devem estar totalmente preparadas para que essas crianças/jovens se sintam acolhidas e que não sintam como erro a denúncia do abuso a que foram sujeitas. Muito mais que questionar estas crianças, ou cuidar do seu aspeto físico, a Equipa Técnica destas Instituições devem procurar perceber as suas vivências pessoais, os seus valores, os laços afetivos que ainda possuem e sobretudo serem solidárias com a sua dor, (Mângia&Matos, 2002).

Uma das formas que as Instituições possuem para fomentar os valores e capacitarem o meio para esta nova criança/jovem, passa pela estruturação e organização dos seus serviços, entendida como um processo de reflexão conjunta entre a Equipa (que deverá ser multidisciplinar) e as Entidades que operam no meio social (Escolas, outras Instituições, Autarquias). Esta capacitação da Equipa beneficia, ainda, do encontro de saberes dos seus vários membros.

É por isso, importante possibilitar a partilha e o debate destas experiências, como forma de divulgar e chegar a resultados cada vez mais positivos sobre a problemática da institucionalização de crianças e jovens vítimas de maus-tratos. Entenda-se capacitação das entidades como um processo de reflexão conjunta, que permite quer às equipas que estão no terreno, quer às vítimas novas descobertas, novas mudanças para que se possa estabelecer uma relação justa e equitativa entre ambos.

2.5 – SÍNTESE DO CAPÍTULO II

Na antiguidade, as crianças e os jovens eram vítimas de abusos e violência por parte dos pais sem que houvesse qualquer oposição da sociedade. O sistema de proteção à infância e à juventude era inexistente, uma vez que as crianças e jovens não eram consideradas sujeitos de direitos. Com o passar dos séculos, a proteção a este grupo foi aumentando, tal como o controlo social em relação a estas questões, o que originou um maior número de abandonos e tentativas dos pais ou tutores em esconder as violências físicas infligidas às crianças.

As primeiras referências a maus-tratos surgiram, esporadicamente, em revistas científicas ao longo do século XIX. A. Tardieu, francês, professor de Medicina Legal, foi o autor, em 1860, do primeiro artigo médico sobre o assunto, baseando-se em resultados de autópsias a um conjunto de crianças com menos de 5 anos de idade vítimas de morte violenta, sugere terem sido os pais os respetivos agressores. Em 1874, a história de Mary Ellen, nos EUA, é um dos primeiros casos «emblemáticos» descritos na literatura. Em Portugal datam do século XV as primeiras iniciativas de responsabilizar os poderes públicos pela proteção da infância e juventude, através de instituições hospitalares que criavam e educavam as crianças e jovens desprotegidos, sendo que posteriormente são os municípios que ficam encarregues das despesas associadas a essas crianças e jovens. Com vista a atuar também ao nível da prevenção, é criada a Casa Pia de Lisboa em 1780, cujo objetivo era acolher e proporcionar uma formação moral, académica e profissional a todas as crianças e jovens que vivessem em situações de mendicidade.

É a partir do século XX que em Portugal surge um maior interesse na proteção de crianças e jovens com dificuldades no desenvolvimento e crescimento ou que se encontrem em situações de perigo, visando a prevenção e proteção dos mesmos de modo a impedi-los de desenvolverem condutas marginais. Desde a instauração da República houve uma proliferação de diplomas legais sobre a organização e competências dos tribunais de infância, sobre as medidas aplicáveis a menores e sobre o exercício do poder paternal, o que reforça a ideia de que começou a haver maior preocupação com as questões da infância e juventude.

É nos anos 80 que o tema dos maus-tratos ganha especial relevância, através do empenho da comunidade Médica Pediátrica, tendo também muita importância a comemoração do Ano da Criança, em 1979, que deu um maior enfoque ao problema. A união de esforços entre a Seção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, o Centro de Estudos Judiciários e o Instituto de Apoio à Criança apresentou-se como fundamental na denúncia e estudo das situações de maus-tratos. Do ponto de vista da intervenção, começam por surgir Núcleos de Apoio à Criança Maltratada, em vários Hospitais e mais tarde, em 1991, são criadas as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Sabe-se hoje, que a criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares, públicos ou privados, mas é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus-tratos são mais frequentes e perigosos. A equipa de cientistas sociais que realizou um dos primeiros inquéritos nacionais sobre violência familiar nos Estados Unidos, em 1976, refere-se sugestivamente a este fato: «The American family and the American home are perhaps as or more violent than any other single American institution or setting»¹. Nos dias de hoje essa conclusão é, de algum modo, paradoxal: a família moderna define-se, sobretudo, como lugar privado de afeição e de companheirismo entre os seus membros. Muitos são os fatores que contribuem para a violência na infância, alguns deles advêm das características individuais da criança, como o estado de desenvolvimento, o sexo a idade, ou de características dos pais/cuidadores, como a toxicodpendência, desordem mental, entre outros. Existem ainda, fatores que são apontados às famílias recompostas, a regras familiares muito rígidas, a relacionamentos veneráveis, disfuncionais ou até a uma interação pobre entre pais e filhos. Os maus-tratos resultam da combinação de todos estes fatores, pessoais, familiares, sociais, económicos, culturais, estando todos eles interligados. Por vezes, há a necessidade de retirar o menor do contexto de violência em que vive e de o colocar sobre a proteção de organismos públicos/privados.

¹ «A família Americana e os lares americanos são mais violentos do que qualquer outra instituição ou lugar na América» in M. Strauss, R Gelles e S. Steinmetz, *Behind Closed Doors – Violence in the American Family*, Londres, Sage Publications, 1988, p.4.

O acolhimento institucional implica um assumir por parte das entidades de responsabilidades educativas, jurídicas, morais, sociais e escolares, ou seja, implica a substituição temporária da família de origem, bem como, criar as condições de (re) aprendizagem das normas sociais e a reintegração na sociedade. O Sistema Nacional de Acolhimento faz supor uma resposta integrada e com diferentes tipologias de acolhimento, consoante as características de cada situação. No entanto, como em qualquer sistema este é passível de constrangimentos e de dificuldades que bloqueiam a sua utilização. Como exemplo disso, têm vindo a crescer a necessidade de acolher crianças/jovens que apresentam problemas ao nível comportamental, sendo a falta de especialização das IPSS um entrave para se lidar com esta problemática.

Contudo em 2007, no Reino Unido surge o Modelo de Kimel e Roby onde vem identificado seis dimensões facilitadoras para a intervenção com crianças institucionalizadas. Segundo este modelo, deve surgir uma plataforma de acolhimento transitória entre o Sistema Nacional de Acolhimento e o Sistema de Justiça, para que possa haver modelos sócio – educativos e um regime de funcionamento semiaberto adequado a cada uma das problemáticas identificadas. Atualmente, em Portugal é possível obter dados mais pormenorizados sobre a problemática do acolhimento infantil através do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens, disponível on-line no site do Instituto Segurança Social, IP. Presentemente o Relatório disponível data do ano de 2011 e sobre este foi elaborado uma análise à estatística nele contida.

III – Um Breve Olhar Sociológico sobre o Desenvolvimento Humano

3.1 - PERSPETIVA ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Quando se fala em relações interpessoais em contexto institucional, frequentemente tende-se a focar excessivamente ou estritamente nas dinâmicas relacionais propriamente ditas, sejam elas entre adultos, entre crianças ou entre adultos e crianças. Ao fazê-lo ignora-se que a compreensão deste fenómeno, particularmente neste contexto, requer, para além de uma análise intensiva, um olhar extensivo sobre a sua ecologia, isto é, sobre os fatores que direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, o condicionam e explicam, (Martins, 2005).

A Perspetiva Ecológica do Desenvolvimento Humano centra-se num estudo de acomodação progressiva, mútua entre um ser humano ativo em desenvolvimento e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive. Esse processo é afetado pelas relações entre os ambientes, e os contextos mais amplos em que o ser humano esta inserido.

Ao longo de todo o curso da vida e especialmente nas fases iniciais, o desenvolvimento humano tem lugar através de processos de interacção recíproca, cada vez mais complexa, entre um organismo humano biopsicológico ativo e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente imediato. Para ser efetiva a interacção deve decorrer sobre uma base bastante regular ao longo de períodos extensos de tempo. Essas formas douradoras de interações nos ambientes imediatos são identificadas como processos proximais. Os processos proximais de interacção entre o indivíduo e os seus ambientes operam no tempo e constituem os mecanismos primários do desenvolvimento humano. Exemplos disso são os conjuntos de atividades entre pais e filhos, (Baker, 2007).

Na perspetiva ecológica, os indivíduos situam-se em sistemas múltiplos, ecologicamente ligados que, direta ou indiretamente, influenciam as suas condutas. Tal implica que os problemas de comportamento só se possam compreender quando são situados no seu contexto ecológico. Muitos são os conceitos citados para definir ecologia ou meio ambiente, porém, o que melhor define ecologia num sentido objetivo para o desenvolvimento humano é a definição de Bronfenbrenner, “*Ecologia do Desenvolvimento Humano são séries ou sistemas encaixados, semelhantes a bonecas russas*”, (Bronfenbrenner, 2002).

Exemplo disto é a ligação que se pode fazer entre esta teoria e as entidades, onde a interpretação de relação fica explícita, quando se percebe a interação entre as instituições e família e a responsabilidade de ambas na formação de crianças e jovens.

Assim, os maus-tratos às crianças resultam da interação de múltiplos fatores situados em distintos níveis ecológicos, nomeadamente no nível individual e no nível das relações familiares e das suas transações com sistemas extrafamiliares e variáveis socioculturais que sustentam e legitimam os maus-tratos às crianças. Por outras palavras, resultam da combinação de fatores que incluem as características dos pais, das crianças, das famílias e do sistema social.

Deste modo, a análise dos maus-tratos às crianças deve considerar, principalmente, os contextos ecológicos em que são cometidos. Esta perspetiva mostra-nos, portanto, a importância dos indicadores socioeconómicos gerais (por exemplo, do desemprego e da pobreza), dos sistemas de apoio informais, de outras organizações formais e do sistema de valores e de crenças, para a regulação dos níveis de maus-tratos praticados sobre as crianças. Ao ver a família como um sistema aberto em inter-relação com outros sistemas, esta perspetiva insiste que na análise dos maus-tratos às crianças, se deve observar o tipo de relações que as famílias abusivas desenvolvem com os outros contextos sociais. Por isso, é necessário que exista condições suficientes para que se desenvolvam práticas abusivas, isto é, «o abuso é criado pela confluência de forças que conduzem a uma adaptação patológica por parte do educador e da criança». Pais, filhos e o meio envolvente mais próximo tendem a complementar-se nos casos de abuso infantil. Numa linguagem mais formal, existem múltiplas condições suficientes para que se desenvolva o abuso infantil, (Dias, 2004).

Estas condições «suficientes» encontram-se no microsistema em que a criança se situa, sobretudo na família. Elas representam um mau funcionamento das díades e, principalmente, dos sistemas de interação compostos por mais de duas pessoas. Deste ponto de vista, o abuso de crianças representa uma verdadeira disfunção do sistema.

Gabardino identifica dois tipos de comportamento abusivo praticado sobre as crianças: o primeiro refere-se à agressão psipatológica praticada pelo progenitor da criança; o segundo decorre da violência, psicologicamente «normal», implícita no uso da punição física. O primeiro tipo de violência constitui a forma mais simples de abuso, que deriva dos impulsos sádicos dos pais ao mesmo tempo que reflete um funcionamento psicótico. O segundo tipo é compreendido mais como um processo ao longo do qual se vão ampliando as diferenças iniciais, isto é, as pequenas assincronias que existem, inicialmente, entre a criança e os pais, os problemas de controlo e as interações aversivas vão-se multiplicando ao longo do tempo até ao momento em que passam a ser reconhecidas como padrões desviantes e perigosos, situacionalmente criados e definidos. Este autor considera ainda, que existem dois fatores ecológicos que criam as condições necessárias para a prática de maus-tratos às crianças: o primeiro reside na justificação cultural para o uso de violência contra a criança, o segundo prende-se com o isolamento da família em relação aos outros sistemas de apoio, designadamente da rede de parentesco, de vizinhança e da comunidade, (Gabardino, in Dias, 2004). Por outras palavras, para este autor «o abuso infantil alimenta-se da privacidade».

Contrariamente, a inserção da família nos diversos sistemas de apoio permite atenuar as situações de tensão decorrentes, por exemplo, do desemprego, de dificuldades no casamento, de uma gravidez indesejada, da existência de crianças que necessitam de situações de exclusão social. Quando estas duas condições estão preenchidas existe uma grande probabilidade de a família maltratar as suas crianças.

Por isso, é necessário uma abordagem que reconheça «o papel da relação entre a família, as instituições, os grupos e a cultura» a forma com esta influência, e até controla, o relacionamento entre pais e filhos. À medida que este reconhecimento se desenvolve, a nossa compreensão e, através desta, as políticas e práticas de prevenção do abuso de crianças serão mais eficazes.

A permanência do sujeito em determinado meio ao longo do tempo, desencadeia uma interação tal que se torna difícil avaliar as influências sofridas pois o mesmo passa a comportar-se com a conduta exigida no local, porém deve ficar claro que nem sempre este comportamento é absorvido e incorporado pelo indivíduo, por vezes, ele torna-se parte do senso de sobrevivência, somente sendo aplicado em determinada situação em determinado meio, quando em outra situação ou meio irá adaptar-se às normas locais.

Esta perspectiva mais uma vez, reforça as colocações feitas por Bronfenbrenner referentes a ecologia do desenvolvimento humano, “*esta adaptabilidade entre homem e meio ambiente deverá ocorrer sempre e de forma sustentável, ou seja, ambas as situações deverão ser variáveis assim como, as atitudes e perspectivas futuras*”, (Bronfenbrenner, 2002).

A abordagem ecológica proposta por Bronfenbrenner, tem sido usada para reconhecer os processos evolutivos e os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento humano. Investigar ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados significa entendê-los como pessoas em desenvolvimento.

A teoria ecológica possibilita que as particularidades desenvolvimentais vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes, que se desenvolvem neste contexto diferenciado, sejam enfatizadas e não os défices encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados. Nesta abordagem, o indivíduo está em interação bidirecional, dinâmica e constante com o ambiente, (Siqueira, 2006, «www.psicologiaesociedade.br»).

O ambiente ecológico é entendido nesta teoria, como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas. O primeiro está relacionado ao efeito de influência próximas, ambientais e orgânicas, que advêm do interior do indivíduo, de suas características físicas e de objetos do ambiente imediato, que caracterizam a relação face a face. Este nível mais interno é chamado de microssistema, e deve ser entendido para além da família, estendendo-se para outros contextos.

As crianças e os adolescentes que vivem em instituições de acolhimento tem, nas próprias instituições os micros sistemas centrais do seu ambiente ecológico.

O mesossistema refere-se “*aos elos e aos processos entre dois ou mais ambientes, nos quais os indivíduos se desenvolvem, isto é, a interação entre os diversos microssistemas*”, (Bronfenbrenner, 2002). Desta forma, o mesossistema das crianças e dos adolescentes acolhidos consiste nas interações entre a própria instituição e a sua família de origem e/ou entre a escola e a instituição, entre outros. O microssistema e o mesossistema representam os ambientes cujos níveis de relação são próximos e as suas influências são mais evidentes, sendo de crucial importância para os processos desenvolvimentais. Aqueles ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente,

mas recebe influência indireta, estão no seu exossistema. O mesossistema e o exossistema, a partir das suas dinâmicas de funcionamento, irão influenciar na vida e nas relações destas crianças e adolescentes, sendo fundamental a comunicação e a integração destes ambientes. O macrosistema, por sua vez, é o sistema amplo, abrange os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura, (Bronfenbrenner, 2002).

No que tange à institucionalização, o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo, associado aos valores culturalmente esperados podem ser considerados elementos integrantes do macrosistema que envolve estas crianças e adolescentes. Estes elementos estão presentes no modo como os educadores das instituições lidam com eles, no modo como a professora ensina, ou ainda na forma como as crianças e adolescentes se relacionam com o seu grupo de pares. É essencial que se considere o macrosistema, para que se possa compreender a rede de significações apresentadas pela população em estudo, no que toca à complexa vivência institucional, (Siqueira, 2006, «www.psicologiaesociedade.br»).

Assim, o macrosistema é influenciado pelos seus contextos específicos, no caso o quotidiano institucional, e também pelo contexto mais amplo, como os valores culturais. Somente a partir da compreensão destes complexos sistemas e das interações entre eles será possível entender o desenvolvimento humano e, especialmente, o das crianças e adolescentes que vivem em instituições.

As diferentes configurações dos microsistemas formam a rede de apoio social, importantes pelo seu efeito moderador no desenvolvimento. A rede de apoio social e afetivo da criança é constituída pelos familiares, rede de vizinhança ou a instituição de acolhimento. A influência será positiva se estes vínculos reforçarem o sentido de eficácia pessoal, caso contrário, o seu efeito será evidente no comportamento desadaptado.

A família é o primeiro microsistema com o qual a pessoa em desenvolvimento interage. A família é considerada um sistema dinâmico e em interação, compreendida em um ambiente, próximo e imediato, da pessoa em desenvolvimento, que envolve atividades, papéis e um complexo de relações interpessoais. A introdução de aspetos físicos, sociais e simbólicos na sua estrutura contribui para o desenvolvimento dos processos de proximidade. Na atualidade, a abordagem ecológica atribui um papel central aos processos de proximidade, nos quais as diferentes formas de interação entre

as pessoas são vistas como uma função do processo. Assim, os processos de proximidade são definidos como as formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente, cada vez mais complexas, que operam ao longo do tempo, sendo os principais motores do desenvolvimento, (Vilares, 2009).

As estruturas interpessoais, tais como as formas de interação nas instituições, estão alicerçadas sob três características de interação: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva. Estas características ajudam o microsistema a manter-se estruturado a fim de permitir o desenvolvimento saudável. A reciprocidade está centrada no processo de proximidade que ocorre entre duas ou mais pessoas. Com o seu feedback mútuo, ela gera um momento próprio que os motiva a preservarem-se e a ajustarem-se em padrões de interação subsequentemente mais complexos. Assim, é preciso incentivar as relações recíprocas nas instituições, visto que incrementam os processos de proximidade. Entretanto, mesmo havendo reciprocidade, um dos integrantes da relação pode ser mais influente do que outro, (Strati, 2000).

O equilíbrio de poder refere-se à distribuição deste poder na relação. É importante estabelecer o equilíbrio de poder porque ajuda a pessoa em desenvolvimento a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais, e porque uma situação ótima para a aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio do poder é gradualmente alterado em favor da pessoa em desenvolvimento. No ambiente institucional, os diretores e educadores devem possuir mais poder do que os adolescentes embora esta distribuição deva ser alterada gradativamente com o amadurecimento destes últimos.

A relação afetiva é estabelecida no envolvimento em interações didáticas, possibilitando o desenvolvimento de sentimentos de uns para os outros, podendo ser mutuamente positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos. Na medida em que as relações afetivas são positivas e recíprocas no início, é possível que incrementem o ritmo e a ocorrência dos processos de desenvolvimento. Desta forma, as instituições devem considerar o afeto presente nas relações entre os seus utentes, tanto entre o grupo de pares quanto entre o grupo e os educadores. A dimensão afetiva é parte inerente das relações humanas, não devendo, ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento, (Strati, 2000).

A instituição consiste num ambiente ecológico de extrema importância para crianças e adolescentes institucionalizados, configurando o microssistema onde eles realizam um grande número de atividades, funções e interações, como também um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto. Na verdade, se as instituições em si próprias e em particular as instituições de acolhimento, pretendem cada vez mais ser envolvidas no tecido social e comunitário em que se inserem, também as suas dinâmicas devem ser entendidas no quadro dos contextos mais vastos em que se incluem e nos quais participam. Assim, a localização física das instituições, a sua distância e o acesso relativamente aos serviços, recursos e ao conjunto da comunidade em geral, condicionam a qualidade e a frequência dos contatos e trocas que estabelecem com o meio envolvente. O isolamento constitui um fator de restrição da diversidade de experiências disponíveis para as crianças em regime institucional. A aparência externa das instituições projeta uma imagem sobre o meio envolvente, condicionando os olhares com que são observadas e, em consequência, as atitudes e disponibilidade dos interlocutores. A organização dos espaços interiores, o n.º de vagas, a dimensão e a funcionalidade dos compartimentos, assim como as regras da sua utilização condicionam fortemente as dinâmicas interpessoais no seio da instituição, (Mângia&Matos, 2002).

Os critérios e procedimentos de ordem funcional, as práticas instituídas, as regras gerais de funcionamento, são igualmente decisivas. As conceções que as instituições e os seus intervenientes têm do seu papel e intervenção, os modelos de atuação que perfilham, os objetivos que definem, as práticas que estatuem, consistem ou legitimam, são aspetos de extrema importância na configuração das dinâmicas relacionais no seio institucional. A dimensão e a composição das equipas de trabalho, com implicações no ratio utente-profissional, clima e a satisfação no trabalho, a extensão da participação dos profissionais na vida da instituição, a sua formação, os processos e critérios de recrutamento e de seleção, são dimensões que a investigação provou serem determinantes das relações interpessoais e, em última análise, da qualidade do atendimento prestado e, portanto, das próprias instituições, (Mângia&Matos, 2002).

Os moldes de relacionamento permitidos e ativamente promovidos pelas instituições em relação às famílias da população-utente, as trocam estabelecidas entre as instituições e a comunidade envolvente, o caráter ativo vs passivo das relações quotidianas, a capacidade de articulação e coordenação das suas intervenções com outras entidades e pessoas relevantes, todos estes fatores são fortemente explicativos da construção das relações e do desenvolvimento interpessoal no âmbito das instituições.

Qualquer dimensão institucional é, pelo exposto, susceptível de ser analisada do ponto de vista da qualidade relacional que traduz, dentro e fora das suas paredes. A partir do estudo destes elementos, é ainda possível avaliar o grau de intencionalidade ou orientação estratégicas da sua ação.

Na verdade, a qualidade das relações interpessoais reveste-se de importância acrescida quando se trata de crianças e jovens. De fato, não constitui apenas uma dimensão da qualidade de vida e do bem-estar atual dos menores, mas é também um vetor de construção do seu desenvolvimento, portanto, um fator prospetivo com impacto ao nível da sua organização psíquica e sócio – afetiva.

Perante esta teoria deve-se, ainda, equacionar as relações das crianças e jovens acolhidos com:

- *Os adultos que trabalham na instituição* - os técnicos e demais colaboradores são investidos de um papel parental por determinação jurídica/administrativa e atribuição das suas competências profissionais. É uma tarefa racional, planificada, em que o afeto impresso na relação paterno-filial está ausente, e cujo desenvolvimento é sujeito a restrições. A disponibilidade e o envolvimento do adulto são, por razões de ordem afetiva e pragmática, pessoal e contextual, claramente distintos no quadro das relações informais e das instituições trata-se de uma relação contratualizada, que não cumpre os requisitos das relações que fazem crescer, no dizer de Bronfenbrenner, (Martins, 2005).
- *Os seus familiares* – no que se refere às relações com as famílias, até há pouco tempo, as relações familiares das crianças em colocação institucional têm recebido uma atenção quase estritamente focalizada na figura materna. Todavia, sabe-se que a rede mais alargada de familiares e amigos se reveste de uma grande importância funcionando como estrutura de apoio quando as crianças/jovens deixam os cuidados institucionais, (Martins, 2005).

- *Relação de pares* – outro aspeto prende-se com a importância ainda pouco dada ao relacionamento entre o grupo de pares. Este relacionamento assume máxima expressão na adolescência. O grupo de pares deverá desempenhar um papel importante na integração institucional das crianças e na sua adesão às rotinas e à disciplina proposta por estas estruturas, proporcionando experiências promotoras ao seu desenvolvimento social, a integração e a convivência, (Martins, 2005).
- *O meio envolvente* em que a instituição participa é extremamente importante no desenvolvimento social da criança institucionalizada, pois permite a aquisição de competências e desenvolve o leque das relações fora da instituição, (Martins, 2005).

3.2 - TEORIA GERAL DOS SISTEMAS

A história da Teoria Geral dos Sistemas remonta aos Sumérios na Mesopotâmia, anterior a 2500 a.c. e veio até aos nossos dias. Em todo esse percurso de quase, cinco mil anos, foi possível identificar e resumir o objetivo da teoria dos sistemas na seguinte frase: “*O esforço de e para prever o futuro*”, (Van Maanem, 2007).

Para os Sumérios o primeiro passo para a previsão do futuro foi dominar o tempo, criando um calendário. Isto foi possível quando eles destacaram uma regularidade na apresentação dos astros. O futuro podia então ser previsto com exatidão porque havia uma relação entre as regularidades observadas nos astros e nas cheias dos rios. Com esse ponto de partida foi criada tanto a astrologia como os sistemas de numeração decimal e hexadecimal. Criou-se tanto os números com significados simbólicos como os dias sagrados em que o trabalho era proibido. Os Sumérios criaram o ano de 12 meses, conforme as fases da lua trazendo às coisas do mundo uma correspondência de ordem, lógica e previsível, ou seja, um *sistema*, (Van Maanem, 2007).

A noção de sistema foi sempre usada intuitivamente. Mesmo o homem selvagem depende da noção de sistema quando cria referências de ordenamento para compor os seus mitos ou para estabelecer a ocupação dos seus espaços. O pensamento moderno e contemporâneo fez uso continuado desse conceito, como mostrou na medicina Claude Bernard (1813-1878), ao distinguir o «ambiente externo e interno» do corpo. Mas a formalização rigorosa da teoria dos sistemas deu-se a partir dos anos 40, com a participação dos EUA na segunda guerra mundial. Para viabilizar tamanho esforço de guerra em dois oceanos houve a necessidade de se formalizar previamente os procedimentos, ordenados conforme conceitos, funções, estruturas e processos. Para tanto, a “previsão do futuro” passou a advir de um procedimento matemático.

Mas ao contrário dos antigos, os procedimentos passaram a contar com o tratamento probabilístico. Nessa condição universal, “*um sistema, tal como uma equação matemática, poderia descrever tanto o funcionamento de uma fábrica, como da bolsa de valores ou de um organismo vivo. Esse esforço teve continuidade principalmente, nos anos 60 com o surgimento da guerra fria, de forma que a partir dos anos 70 qualquer abordagem moderna se dizia sistémica*”, (Morin, 1995).

Sistema é, assim, uma forma lógica de apreensão da realidade. Ao se formular sistemas, não se busca um «reflexo» do mundo real, mas sim a descrição ou destaque daqueles «traços» da realidade, cujo conjunto permite a percepção de uma condição de ordem e a proposição de uma forma operativa voltada para um dado objetivo. Nestes termos, pode-se definir sistema como uma «coleção de entidades» ou coisas, relacionados ou conectadas de tal modo que formam uma unidade ou um todo, ” *ou que propiciem a consecução de alguns outros, direta ou indiretamente, de modo mais ou menos estável, dentro de um determinado período de tempo, formando uma rede casual*”, (Van Maanem,2007).

As *entidades* podem ser tanto, pessoas, máquinas, objetos, informações ou mesmo outro sistema, no caso, *subsistema*. Essas mesmas podem ser *inerentes* (internas) ao sistema ou *transientes* (em movimento) a ele. O sistema estabelece uma fronteira e tudo que é externo a ele é chamado de *meio ambiente* do sistema.

Um sistema pode ser visto, também, como um todo organizado ou complexo; uma combinação de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário. Um sistema é, assim, um conjunto de partes, coordenadas para realizar determinadas finalidades. O objetivo é justamente detalhar o sistema total, o seu ambiente, a sua finalidade, a estrutura dos seus integrantes e os recursos disponíveis para as ações do sistema, (Morin, 1995).

Outra definição de sistema é “*um todo organizado ou complexo, um conjunto ou combinação de coisas ou partes fundamentais do todo complexo ou unitário. Um sistema é um conjunto de objetos unidos por alguma forma de interdependência*”, (Morgan, 1996). Qualquer conjunto de partes unidas entre si pode ser considerado um sistema que a relação entre as partes e o comportamento do todo seja o foco da atenção. Define-se sistema como um conjunto de partes diferenciadas em inter-relação umas com as outras, formando um todo que possui uma finalidade, um objeto constante. Um sistema “*é uma totalidade integrada, pelo que a compreensão da sua natureza e do seu funcionamento não pode ser alcançada pelas partes que o compõem. Realmente é difícil dizer onde começa e onde termina um sistema, os seus limites e o seu ambiente admitem certas arbitrariedades*”, (Morgan, 1996).

As ideias básicas da Teoria dos sistemas aplicadas ao social podem ser explicadas a partir dos seguintes aspetos:

- O homem social – os papéis são mais enfatizados do que as pessoas em si. No meio social as pessoas relacionam-se através de um conjunto de papéis, variáveis distintas interferem nesses papéis. A interacção de todas elas é vital para a produtividade e para a interacção social.
- Conflitos de papéis – as pessoas não agem em função do que realmente são e sim dos papéis que representam. Cada papel estabelece um tipo de comportamento, transmite uma certa imagem, define o que uma pessoa deve ou não fazer. De forma similar, nós reagimos aos papéis que as outras pessoas assumem.
- Equilíbrio integrado – qualquer ação sobre uma unidade do sistema, atingirá as demais unidades. A necessidade de adaptação ou reação obriga o sistema a responder de forma una a qualquer estímulo externo.

Além da condição decorrente da forma de acoplamento, os sistemas classificam-se conforme o género. Pode-se pressupor duas condições externas, os sistemas naturais (relativos à natureza) e os sistemas téticos (relativos ao homem).

Para os primeiros poder-se-ia perguntar se a natureza realmente constitui um sistema. Enquanto para os segundos a dúvida é se existe realmente um sistema absolutamente sintético já que o homem é natural e faz uso da natureza. A resposta a essas questões deve levar em conta que a teoria de sistemas não compreende objetivo mimético na representação. Assume-se que o tratamento é arbitrário, como por exemplo, *interpretar* a natureza como um sistema. Pode-se presumir sistemas sintéticos absolutos quando se considera a geometria, as equações matemáticas ou um software. Os sistemas sintéticos são plenos de finalidade, ao contrário dos sistemas naturais, uma vez que no real nada falta. Contudo o homem interage com a natureza, ele impõe à esta uma finalidade antes não presente, (Paes, 2007).

Os sistemas, em relação à sua interação com o meio ambiente, têm sido classificados como *fechados* ou *abertos*, embora na realidade nenhum deles se apresente sob essas formas extremas. A viabilização do sistema em cada condição distinta de fronteira decorre das possibilidades dadas pelo *processo*. Nos sistemas fechados [ou estáveis, ou mecânicos] há pouca ou quase nenhuma interação com o meio, ao contrário dos sistemas abertos [ou adaptativos, ou orgânicos].

Os sistemas compreendidos como «mecânicos» procuram minimizar o equilíbrio, enquanto os sistemas «orgânicos» procuram a preservação de uma estrutura geneticamente dada dentro de certos limites. A perspectiva geral de sistemas pressupõe não o mero raciocínio por analogia, mas o discernimento de semelhanças fundamentais de estrutura. Assim, é prática comum que uma análise de sistemas procure identificar os componentes básicos, mais ou menos comuns a todos os sistemas. Além das *entidades* e do *meio ambiente*, já mencionados, os sistemas dispõem de uma *organização* própria, compreendendo relações em uma estrutura, além de um processo subjacente a esta, propriedades que têm sido falsamente confundidas com o sistema em si, (Ramos, 1981).

Desta forma, todas as coisas apresentam um certo grau de sistematização. O que vai distinguir a formação de um sistema, ou não, é a organização. Portanto, um sistema não é apenas uma coleção de entidades ou fatos. Graças à organização, esses fatos assumem propriedades que não podem ser encontradas nas entidades isoladas. Num sistema sociocultural, um indivíduo dentro de uma sociedade não pode ser compreendido como um ente solitário na sua biologia. O indivíduo que age é, assim, uma organização que se desenvolve mantendo continuamente um intercâmbio simbólico com as demais pessoas. A disposição das relações que se estabelecem não implica por si só uma revelação do processo sistémico pelo qual a elas se chega. Existe processos decorrentes da natureza das entidades, dos fins dos sistemas e da forma de intercâmbio com o meio. Particularmente nos sistemas onde as estruturas estão em plena transformação, (Paes, 2007).

O trabalho de Luhmann absorve, além do pensamento dos clássicos da Sociologia, as conquistas essenciais da teoria de sistemas complexos e não lineares, desenvolvida e utilizada simultaneamente e em interação recíproca em várias áreas científicas, como na física termodinâmica, biologia molecular, cibernética e teoria da informação e comunicação. Tais teorias tratam da matéria em movimento, em constante mudança. A sua vertente sociológica, revelada na teoria Luhmaniana, aplica-se

especialmente a um mundo social no qual ocorrem alterações velozes, inexplicáveis pelas teorias sociais tradicionais fixadas mais nas questões da manutenção da ordem.

A teoria sistémica afirma que o consenso e a complementaridade (caso existam) são produto de processos sociais e não elementos constitutivos. A constituição/integração da sociedade não se dá por consenso mas sim pela criação de identidades, referências, valores próprios e objetos através de processos de comunicação na sua própria continuação, independente daquilo que os seres experimentam no confronto com ela.

Devido à distinção axiomática feita pela teoria sistémica entre «sistema» e «ambiente», o social enquanto sistema será separado do seu ambiente psíquico e biológico. O *sistema social* é composto unicamente por comunicações, isto é de mensagens e informações. Os seres humanos enquanto pessoas e indivíduos não pertencem a este sistema. A distinção epistemológica feita pela teoria enquadra-os no ambiente dos sistemas sociais, passando a ser algo como a razão externa da existência do sistema.

Tal mudança de visão, ao mesmo tempo que afeta a auto percepção do indivíduo frente a sociedade, muda o método de explicação para toda uma gama de fenómenos sociais como desigualdade social, formação de estratos sociais e classes sociais.

A teoria sistémica democratiza a visão da sociedade, tornando-a mais sociológica e científica. A diferenciação não é mais colocada dentro das pessoas, mas ocorre entre estes e o sistema é colocada portanto, dentro do modo de comunicação. Para fazer jus a uma explicação «verdadeiramente» sociológica dos fenómenos sociais, existe apenas a possibilidade de ver o Homem, inteiramente, como corpo e alma, como parte do ambiente do sistema. A teoria sistémica, concebida na base de processos comunicativos, permite uma melhor adequação à sociedade global sem fronteiras de comunicação, onde o sentido das sociedades territoriais desaparece, (Wood, 2001).

As ideias sistémicas de Bertalanffy foram provincializadas, criticadas, transformadas e complexificadas por Edgar Morain de forma a se adequarem melhor ao conceito de organização. No entanto, para que os problemas e fenómenos sejam concebidos e compreendidos é necessária uma infra-estrutura organizacional e uma infraestrutura de suporte.

Cada vez mais as entidades ou qualquer outra organização encontram-se inseridas num contexto instável e complexo em constante mudança, busca incessantemente de equilíbrio. Para tal, necessita de linhas orientadoras que lhe permitam a adequação às novas realidades. Das características de uma organização fazem parte noções como as de totalidade, crescimento, diferenciação, ordem hierárquica, autonomia, controlo e competência², (Morgan, 2005).

O contexto atual inadequa as entidades a um ritmo nunca visto, acelerando o ciclo: estado de ordem, estado de desordem e organização das instituições, através de interações, estado de ordem e assim sucessivamente.

Para que haja organização é necessário que haja interações. Por sua vez, para que haja interação é preciso que haja encontros entre os elementos e para que haja encontros é necessário que haja desordem. Por tanto, os termos ordem/organização/desordem e o termo interação desenvolvem-se mutuamente. Não podemos isolar nenhum destes termos, pois cada um adquire sentido na sua relação com os outros. Esta ideia de ciclo do sistema explica na perfeição a organização de um sistema aberto como é o caso das entidades do terceiro setor, bem como, de um sistema fechado como é o caso dos utentes que habitam nessas entidades (no caso do presente estudo crianças e jovens), tal como se encontra exemplificado na figura III.



Figura III – Ciclo de Estado de um Sistema³

Fonte: Adaptada do livro “O método I – A natureza da natureza” de Edgar Morin

² O primeiro a enfrentar o problema “organização” foi Bergson, em L’*évolution Creation* (1907) ao afirmar que a organização é uma matéria viva além da matéria física.

³ Esta figura foi adaptada do livro “O método I – A natureza da natureza” de Edgar Morin.

Assim a origem generativa de uma organização/entidade, é em parte a complexidade da relação desordem/interação/encontros/organização. Interessa, então, definir organização no âmbito da teoria sistémica.

A organização é a disposição das relações entre componentes ou indivíduos, que produz uma unidade complexa ou sistema (enquanto unidade global), dotadas de qualidades, de elementos, acontecimentos ou indivíduos diversos, os quais, a partir de então se tornam componentes de um todo. Aceitando a organização como um organismo vivo, analogamente deduz-se que é um sistema aberto. Ao associar a ideia de organização/entidade à ideia de sistema, pretende-se inter-relacionar os dois conceitos, uma vez que, toda a inter-relação quando dotada de um certa estabilidade forma uma organização logo um sistema. Neste sentido, as organizações devem ser vistas como sistemas abertos recebendo influências do seu ambiente e, em determinados momentos, influenciando-o, (Paes, 2007). Para as organizações serem vistas como sistemas abertos, é necessária a existência de algumas características, tais como a influência do ambiente exterior, a realidade interna, os outputs, o caráter cíclico do meio, os inputs informacionais, o feedback, estado firme e homeostase dinâmica, diferenciação e equifinalidade. Desta forma, as organizações “podem ser vistas como entidades complexas, onde os elementos da estrutura, da estratégia e do ambiente procuram estabelecer as ordens de relações intra e inter organizações”, (Morgan, 2005).

O conceito de organização tem assim diferentes definições em função da forma como as organizações são vistas em função das suas finalidades e objetivos, podendo-se identificar diferentes perspetivas sobre o papel ocupado na Sociedade pelas organizações, bem como diferentes leituras sobre a forma como se deve olhar para elas. De acordo com Cunha, as organizações procuram definir os seus fins identificando os fatores externos e internos que as afetam e condicionam, visando o seu posicionamento perante os diferentes agentes, tendo como finalidade última a satisfação de determinadas finalidades e objetivos, (Ramos, 1981). Só procurando compreender a forma como as organizações respondem a estes aspetos é que serão possível definir o modelo organizacional das mesmas (o que fazem, como fazem, qual o contexto e onde querem chegar) – processo, competências e contexto, (Cruz, 1995). As organizações são o resultado, ao nível macro das relações de poder instituídas, da configuração organizacional que define, coordena e cria as relações internas, dos valores e da cultura organizacional, das características de liderança e da estratégia a seguir. Ao nível micro

elas são o resultado da forma como os seus membros planeiam, coordenam, comandam e controlam as diferentes atividades e ações desenvolvidas e a desenvolver.

Desta forma, ao integrar-se este paradigma na ótica das organizações sistémicas tinha-se como objetivo refletir acerca dos modos de comunicação interna e externa das entidades do terceiro setor. A falta de uma rede de comunicações provoca fenómenos de incompreensão, conflitos de identidade, deceções e acusações. Já não é acerca do método que as organizações têm de concordar, mas sobre a necessidade de comunicar acerca desse método, aos diversos interlocutores. Com esta abordagem, as organizações/entidades representam um sistema aberto com condições que lhe permitem exprimir os mais elevados níveis de interação com o meio ambiente que a rodeia.

Esta abordagem poderá definir-se como uma conduta global, tendo em vista a obtenção de uma resposta satisfatória para uma solicitação de mudanças, servindo-se para tal da análise sistémica. Esta análise sistémica permite, analisar o sistema em foco (as entidades do terceiro setor e a sua população utente), utilizando como instrumento o modelo sistémico, cujos fundamentos se inserem no âmbito das características e propriedades dos sistemas abertos, ou seja, a sua metodologia de análise centra-se em três princípios: o feedback, a homeostase e a equidade.

O feedback permite recolher informações que não dizem apenas respeito ao funcionamento do sistema, mas também ao ambiente e ao efeito que os produtos do sistema têm sobre ele. Assim toda a organização ativa comporta, necessariamente, uma regulação no sentido em que a retroação do anel tende a anular os desvios e perturbações que surgem relativamente ao processo total. O conjunto dos sinais que chegam ao sistema permite-lhe colocar-se numa situação homeostática, ou seja, numa espécie de equilíbrio dinâmico que permite ao sistema adequar-se a própria atividade às exigências efetivas e potenciais do ambiente, (Cruz, 1995). Qualquer organização pretende alcançar determinados objetivos previamente definidos, para tal, o sistema organiza-se em função desses objetivos. Assim, quando um problema ocorre no sistema, seja qual for a sua origem, pode-se traduzir por uma falha na regulação. Quanto mais rica for a complexidade organizacional, maior o perigo de situações problema, mas maior é também a capacidade do sistema para vencer as suas situações de crise e até para tirar partido delas para o seu desenvolvimento. Por fim, equidade é a possibilidade de um dado sistema atingir determinados objetivos (resultados finais), partindo das

condições iniciais diferentes e seguindo itinerários de desenvolvimento diversos, (Morin, 1995).

Cada vez mais, as entidades encontram-se inscritas num contexto instável e complexo em constante mudança, procuram incessantemente o equilíbrio e necessitam de linhas orientadoras que lhes permitam a adequação às novas realidades. Nessa perspetiva, a abordagem sistémica é uma forma de orientação global que visa fornecer respostas aceitáveis à necessidade, forçada ou não, de mudança. Analisar o modelo organizacional é procurar compreender a forma como a organização define a razão da sua existência e se relaciona com os seus processos e com o contexto onde atua, tanto interno como externo. O modelo organizacional tem como finalidade representar e enquadrar os processos com as atividades, a estrutura formal com os sistemas de relações internas, os desejos e expectativas dos *stakeholders* com as variáveis organizacionais e de gestão. Este modelo dá-nos a macro representação da organização em grandes blocos, representando a forma como a organização procura responder às questões essenciais da sua própria existência. Estes blocos possuem sub-blocos com processos e atividades específicas, procurando dar resposta ao princípio existencialista da unidade organizacional. Desta forma, uma dada organização pode ser vista como um subsistema, fazendo parte de um sistema mais vasto, uma vez que o modelo organizacional representa a própria essência da organização (o que ela representa, quem a representa, o seu modelo de gestão, a sua cultura, a sua estruturação).

Assim pode-se afirmar que o modelo organizacional possui três níveis:

1. A caracterização da organização,
2. Os processos e as atividades que a suportam,
3. O seu sistema formal e estrutural.

Através da definição do modelo pautado por estes níveis de intervenção a organização pode criar/definir (ou recriar/redefinir) novas orientações e estratégias, conceber e desenvolver novas metodologias, ferramentas e instrumentos de trabalho, de gestão e reestruturar-se visando alcançar novas metas.

O modelo organizacional deve procurar, assim, construir um quadro de referência da organização para que ela se possa estruturar de acordo com as suas necessidades, satisfazendo as suas finalidades estratégicas, a sua visão e missão. Neste sentido a organização deve ter em atenção o quadro de forças que a bloqueiam, condicionam e a arrastam para determinadas direções ou vias de desenvolvimento.

Em síntese para se compreender a problemática da organização deve – se olhar para a sua própria génese, ou seja, para a razão da sua existência, qual o seu papel no contexto social, qual o seu enquadramento e com quem se enquadra, como se estrutura com o objetivo de alcançar as suas próprias intenções. As distintas filosofias, ferramentas e instrumentos de gestão propõem-se diferentes visões sobre a forma como as organizações se devem estruturar e encontrar os seus modelos de organização.

3.3 – TEORIA PSICOSSOCIAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Esta teoria de ênfase dinâmica, também conhecida por teoria psicossocial enquadra-se no vasto quadro das teorias da personalidade. Em traços gerais é de se matizar que a personalidade é um conceito de índole dinâmica, global que vai entrosar com solidez fatores biológicos específicos, como o temperamento e o caráter, apelando ao mesmo tempo para a unicidade e diferenciação do indivíduo.

Sem negar a teoria freudiana sobre o desenvolvimento psicossocial, Erikson mudou o enfoque desta para o problema da identidade e das crises do ego, ancorado em um contexto sociocultural. Em meados do século XX, Erikson começa a construir a sua teoria psicossocial do desenvolvimento humano, repensando vários conceitos de Freud, sempre considerando o ser humano como um ser social, antes de tudo, um ser que vive em grupo e sofre a pressão e a influência deste, (Dessen, 2005)

Assim como Freud, Piaget ou Sullivan, Erikson optou por distribuir o desenvolvimento humano em fases. Porém, o seu modelo detém algumas características peculiares:

Desviou o foco fundamental da sexualidade para as relações sociais;

- A proposta dos estágios psicossociais envolve outras artes do ciclo vital além da infância, ampliando a proposta de Freud. Não existe uma negação da importância do estágio infantil, mas Erikson observa que o que construímos na infância em termos de personalidade não é totalmente fixo e pode ser parcialmente modificado por experiências posteriores;
- A cada etapa, o indivíduo cresce a partir das exigências internas do seu ego, mas também das exigências do meio em que vive, sendo portanto essencial a análise da cultura e da sociedade em que vive o sujeito em questão;
- Em cada estágio o ego passa por uma crise, que dá o nome ao estágio. Esta crise pode ter um desfecho positivo – ritualização ou negativo – ritualismo.
- Da solução positiva da crise surge um ego mais rico e forte, da solução negativa temos um ego mais fragilizado;
- A cada crise, a personalidade vai-se reestruturando e reformulando de acordo com as experiências vividas, enquanto o ego se vai adaptando aos seus sucessos e fracassos, (Rabello, 2000).

Erikson criou alguns estágios, que ele chamou de psicossociais, onde descreveu algumas crises pelas quais o ego passa, ao longo do ciclo vital. Estas crises seriam estruturadas de forma que, ao sair delas, o sujeito sairia com um ego mais fortalecido ou frágil, de acordo com a sua vivência do conflito, e este final de crise influenciaria diretamente o próximo estágio, de forma que o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo estariam completamente imbricados no seu contexto social, palco destas crises.

Na Teoria Psicossocial do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento evolui em oito estágios. Os primeiros quatro estágios decorrem no período de bebê e da infância, e os últimos quatro durante a idade adulta e a velhice. Erikson dá especial importância ao período da adolescência, devido ao fato ser a transição entre a infância e a idade adulta, em que se verificam acontecimentos relevantes para a personalidade adulta. Cada estágio contribui para a formação da personalidade total (princípio epigenético), sendo por isso todos importantes mesmo depois de se os atravessar. Como cada criança tem um ritmo cronológico específico, não se deve atribuir uma duração exata a cada estágio. O núcleo de cada estágio é uma crise básica, que existe não só durante aquele estágio específico, nesse será mais proeminente, mas também nos posteriores a nível de consequências, tendo raízes prévias nos anteriores, (Dessen, 2005).

Erikson apresentou os estágios em termos de qualidade básica do ego que surge em cada estágio, discutiu as forças do ego que surgem nos estágios sucessivos e descreveu a ritualização peculiar de cada um. Este era por ele referido como uma maneira lúdica e culturalmente padronizada de experienciar uma vivência na interação quotidiana de uma comunidade. A formação da identidade inicia-se nos primeiros quatro estágios, e o senso deste negociado na adolescência evolui e influencia os últimos três estágios.

Temos então oito estágios de desenvolvimento:

1ª Idade: Confiança Básica *Versus* Desconfiança Básica

Esta seria a fase da infância inicial, correspondendo ao estágio oral freudiano. A atenção do bebê volta-se para a pessoa que provê o seu conforto, que satisfaz as suas necessidades e ansiedades. Assim estabelece-se a primeira relação social do bebê. É justamente sentindo falta da mãe que a criança começa a lidar com algo que Erikson chama de força básica, desta força nasce a esperança.

Quando o bebê da conta que a sua mãe não está presente, ou esta demorada, cria-se a esperança da sua volta. E quando a mãe volta, ele compreende que é possível querer e esperar, porque isso vai realizar-se, o bebê começa a entender que os objetos e as pessoas existem, embora estejam fora temporariamente do seu campo de visão.

Quando o bebê vivência positivamente estas descobertas, e quando a mãe confirma as suas expectativas e esperanças, surge a confiança básica, ou seja, o bebê aprende a confiar nos adultos e em si mesmo. Do contrário, surge a desconfiança básica, o sentimento de que o mundo não corresponde, que é ingrato.

Este estágio é o da ritualização da divindade, na medida que opera o senso do bebê da presença abençoada da mãe, ao olhar, tocar, no fundo em reconhecê-lo. São interações pessoais e culturalmente ritualizadas; a falta do reconhecimento pode trazer alienação na personalidade do bebê, um senso de abandono e separação. A forma perversa do ritual da divindade materna expressa-se na vida adulta pelo idolismo, em que a pessoa idolatra um herói.

2ª Idade: Autonomia *Versus* Vergonha e Dúvida

Nesta fase Eriksoniana, que corresponde ao estágio anal freudiano, a criança já tem algum controle dos seus movimentos musculares, então direciona a sua energia às experiências ligadas à atividade exploratória e à conquista da autonomia.

Durante este estágio a criança vai aprender quais os seus privilégios, obrigações e limitações. Há por ela, uma necessidade de auto-controle e de aceitação do controle por parte das outras pessoas, desenvolvendo-se um senso de autonomia. O *versus* negativo deste estágio é a vergonha e a dúvida quando perde o senso de auto-controle, os pais contribuem neste processo ao usarem a vergonha na repressão da teimosia.

A **vontade** tem origem na própria vontade treinada e no exemplo dado de vontade superior apresentado pelos outros, esta é responsável pela aceitação progressiva do que é permitido e necessário. Os elementos desta são progressivamente aumentados pelas experiências ao nível da consciência, manipulação, verbalização e locomoção.

3ª Idade: Iniciativa Versus Culpa

Este estágio corresponde à fase fálica freudiana, a criança já conseguiu a confiança, com o contacto inicial com a mãe e a autonomia, com a expansão motora e o controle. Agora, cabe associar à autonomia e à confiança, a *iniciativa*, pela expansão intelectual. A combinação confiança vs autonomia dá à criança um sentimento de determinação, alavanca para a iniciativa. Com a alfabetização e a ampliação de seu círculo de contatos, a criança adquire o crescimento intelectual necessário para apurar a sua capacidade de planeamento e realização.

Nesta fase a criança encontra-se nitidamente mais avançada e mais organizada tanto a nível físico como mental. É a capacidade de planejar as suas tarefas e metas a atingir que a define como autónoma e por consequência a introduz nesta etapa.

No entanto este estágio define-se também como perigoso, pois a criança busca exaustivamente e de uma forma entusiasta atingir as suas metas que implicam fantasias genitais e o uso de meios agressivos e manipulativos para alcançar essas metas.

Ela encontra-se num estado de ansiedade porque quer aprender bem e a partir daqui amplia o seu sentido de obrigação e desempenho. A sua principal atividade é o brincar, no entanto, as crianças também se encontram ansiosas por assumirem responsabilidades de adulto, ou seja, o propósito e a iniciativa podem ser direcionados positivamente para a formação da responsabilidade. Erikson alerta ainda para o perigo da personificação. Quando a criança, tentando escapar da frustração de ser incapaz para algumas coisas, exagera na fantasia de ter outras personalidades, de ser totalmente diferente do que é várias vezes, ela pode tornar-se compulsiva por esconder o seu verdadeiro «eu».

4ª Idade: Diligência Versus Inferioridade

Erikson deu um destaque a esta fase que, contraditoriamente foi a menos explorada por Freud. Pode-se dizer que este período é marcado pelo controle. Com a educação formal, além do desempenho das funções intelectuais, a criança aprende o que é valorizado no mundo adulto e tenta adaptar-se a ele. Da ideia de propósito, ela passa à ideia de perseverança, ou seja, a criança aprende a valorizar e, até mesmo, a reconhecer que pode existir recompensas a longo prazo das suas atitudes atuais.

Nesta fase, começam os interesses por instrumentos de trabalho, pois isso remete à questão da competência. A criança nesta idade sente que adquiriu competência ao dedicar-se e concluir uma tarefa e sente que adquiriu habilidade se tal tarefa foi realizada satisfatoriamente. Este prazer de realização é o que dá forças para o ego não regredir nem se sentir inferior. Se falhas seguidas ocorrerem, seja por falta de ajuda ou por excesso de exigências, o ego pode se sentir levemente inferior e regredir, retornando às fantasias da fase anterior ou simplesmente entrando em inércia.

Além disso, a criança agora precisa de uma forma ideal, ou seja, regulada e metódica, para canalizar a sua energia psíquica. Ela encontra esta forma no trabalho/estudo, que lhe dá a sensação de conquista e de ordem, preparando-o para o futuro, que, aos poucos, passa a ser uma das preocupações da criança. O prazer de brincar, o interesse pelos seus brinquedos são gradualmente desviados para interesses por algo mais produtivo utilizando outro tipo de instrumentos para os seus trabalhos que não são os seus brinquedos.

Também neste estágio existe um perigo eminente que se caracteriza pelo sentimento de inferioridade aquando da sua incapacidade de dominância das tarefas que lhe são propostas pelos pais ou professor.

5ª Idade: Identidade Versus Confusão/Difusão

Erikson ressalta que o adolescente precisa de segurança frente a todas as transformações físicas e psicológicas. Essa segurança é encontrada na forma da sua identidade, que foi construída pelo seu ego em todos os estágios anteriores. Existe também, o surgimento do desenvolvimento ideológico, que é o que comanda a formação de grupos na adolescência. O ser humano precisa sentir que determinado grupo apoia as suas ideias e a sua identidade. Mas se o adolescente desenvolver uma forte identificação com determinado grupo, surge o fanatismo, e ele passa a não

defender as suas ideias, mas defende cegamente as novas ideias/ideologias, (Rabello, 2000)

Toda a preocupação do adolescente em encontrar um papel social provoca uma confusão de identidade, afinal, a preocupação com a opinião alheia faz com que o adolescente modifique constantemente as suas atitudes, remodelando a sua personalidade muitas vezes em um período muito curto. Nesta confusão de identidade, o adolescente pode sentir-se vazio, isolado, ansioso, sentindo-se também, muitas vezes, incapaz de se encaixar no mundo adulto, o que pode muitas vezes levar a uma regressão. Também pode acontecer de o jovem projetar as suas tendências em outras pessoas, por não conseguir suportar a sua identidade.

Não se pode encarar os diferentes estágios como estanques isolados, logo as fases anteriores irão deixar marcas que vão influenciar a forma como se vivência esta crise, desembocando uma perspetiva histórica na qual o adolescente se vai perceber e integrar elementos identitários adquiridos nas idades anteriores. Exemplo deste parágrafo é a identidade, que se forma numa continuidade e une as diferentes transformações num processo cumulativo de desenvolvimento.

Neste estágio os indivíduos estão recheados de novas potencialidades cognitivas, exploram e ensaiam estatutos e papéis sociais, devido à sociedade fornecer este espaço de experimentação ao adolescente. É neste âmbito que ressalta um dos conceitos eriksonianos que ajuda a conferir tanta relevância a este estágio, ou seja, a moratória psicossocial. Esta moratória é um compasso de espera nos compromissos adultos. É um período de pausa necessária a muitos jovens, de procura de alternativas e de experimentação de papéis, que vai permitir um trabalho de elaboração interna.

6ª Idade: Intimidade *Versus* Isolamento

Ao estabelecer uma identidade definitiva e bem fortalecida, o indivíduo estará pronto para uni-la à identidade de outra pessoa, sem se sentir ameaçado. Esta união caracteriza esta fase. Existe agora a possibilidade de associação com intimidade, parceria e colaboração. Podemos agora falar na associação de um ego ao outro. Para que essa associação seja positiva, é preciso que a pessoa tenha construído, ao longo dos ciclos anteriores, um ego forte e autónomo o suficiente para aceitar o convívio com outro ego sem se sentir anulado ou ameaçado. Quando isso não acontece, ou seja, o ego não é

suficientemente seguro, a pessoa irá preferir o isolamento à união, pois terá medo de compromissos, numa atitude de «preservar» o ego frágil.

É então a idade de jovem adulto que, com uma identidade assumida, possibilita o estabelecer de relações de intimidade com os outros, em que o amor é a virtude dominante do universo, pois apesar de estar presente nos estágios anteriores, neste ganha nova textura.

A força do ego depende do parceiro com que está preparado para compartilhar situações tão peculiares como a criação de um filho, a título exemplificativo. A vertente negativa traduz-se no isolamento de quem não consegue partilhar afetos com intimidade nas relações privilegiadas

7ª Idade: Generatividade *Versus* Estagnação

Nesta fase, o indivíduo tem a preocupação com tudo o que pode ser gerado, desde filhos até ideias ou produtos. Ele dedica-se à geração e ao cuidado com o que gerou, o que é muito visível na transmissão dos valores sociais de pai para filho.

Esta é a fase em que o ser humano sente que a sua personalidade foi enriquecida e não modificada com tais ensinamentos. Isso acontece porque existe uma necessidade inerente ao homem de transmitir e de ensinar. É uma forma de fazer-se sobreviver, de fazer valer todo o esforço da sua vida, de saber que tem um pouco de si nos outros. Caso esta transmissão não ocorra, o indivíduo dá-se conta de que tudo o que fez e tudo o que construiu não valeu a pena, não teve um porquê, não há um prosseguimento, seja em forma de um filho, um sócio ou uma empresa.

É um dos mais extensos estágios psicossociais e resume-se no conflito entre educar, cuidar do futuro, criar e preocupar-se exclusivamente com os seus interesses e necessidades. Usualmente dá-se desde os 30 aos 60 anos, não havendo porem uma idade comum a todas as pessoas. A questão chave na 7ª idade pode formular-se de várias formas: «Serei bem-sucedido na minha vida afetiva e profissional?»; «Produzirei algo com verdadeiro valor?»; «Conseguirei contribuir para melhorar a vida dos outros?». A generatividade denota a possibilidade de se ser criativo e produtivo em diversas áreas da vida.

Bem mais do que educar e criar os filhos representa uma preocupação com o contentamento das gerações seguintes, uma descentração e expansão do Ego empenhado em converter o mundo num lugar melhor para viver, como tal, a generatividade representa o desejo de realizar algo que nos sobreviva. Se o desenvolvimento e descentração do Ego não ocorre, ou seja, se se dá o fracasso na expansão da generatividade, o indivíduo pode estagnar, preocupar-se quase unicamente com o seu bem-estar e a posse de bens materiais. O egocentrismo é para Erikson, sinónimo de ineficácia e de decadência vital precoce. O egocêntrico fecha-se nas suas ambições e pouco ou nada dá de si aos outros.

8ª Idade: Integridade Versus Desespero

A última idade do desenvolvimento psicossocial é marcada por um olhar retrospectivo, que faz com que, ao aproximarmo-nos do final da vida sintamos a necessidade de aquilatar o que dela fizemos, revendo escolhas, realizações, opções e fracassos. Nesta etapa da vida a questão que se coloca é «Teve a minha vida sentido ou falhei?». Esta última idade ocorre frequentemente a partir dos 60 anos.

Na duplicidade emocional «integridade versus desespero», a integridade indica que o indivíduo considera positivo o seu percurso vital, ou seja, toma consciência que a vida teve sentido e que foi feito o melhor possível dado as circunstâncias e as suas capacidades. Reconcilia-se com a mágoa e a angústia, e encara a existência como algo positivo. Segundo Erikson, o possuidor de integridade está preparado para defender a dignidade do seu próprio estilo de vida contra todas as ameaças físicas e económicas.

Se o avaliamto da existência é negativa, se sentimos que desaproveitamos o nosso tempo e não concebemos quase nada, existe o desejo de retroceder, de readquirir as oportunidades perdidas, de reformular opções e escolhas. Ao conjecturar que é demasiado tarde, pode instalar-se o desgosto, a angústia, o pânico da morte. A ritualização neste último estágio pode ser chamada de *integral*.

Segundo Erikson, durante o ciclo vital construiriam o que ele denomina plano de vida, um curso, um roteiro segundo o qual as crises do ego vão desenrolar-se de certa maneira, que parece ter sido determinada pela infância, pelas crises do sujeito, (Rabello, 2000). Percorrendo os estágios atrás referidos é possível identificar alguns marcos de passagem e montagem do plano de vida. Uma delas é a construção da *confiança básica*.

Outra fase importante é a *iniciativa*, onde ficam arraigados os ideais e os propósitos, importante elemento na formação da identidade e na montagem do plano de vida. Outro macro fica na fase da *diligência*, período onde, pela escolarização a criança se insere no mundo social e lida com os papéis que este envolve. Neste processo de socialização, importantes mensagens são passadas à criança, que, combinadas com a sua disposição interna, tornam-se mais um elemento na construção de um plano de vida.

É neste período que a sociedade se torna significativa para a criança ao admiti-la em papéis preparatórios. Aqui vemos a importância clara das relações sociais na montagem do plano de vida, porque, é através da aprendizagem de determinados papéis, que a criança vai antecipando e exercitando algumas características e habilidades para o seu futuro, (Dessen, 2005).

Na fase da adolescência, cada vez mais antecipada pelas culturas ocidentais, há a preocupação com o que os outros estão pensando. Na teoria eriksoniana, a importância desta etapa é crucial porque nela são revivenciados todos os conflitos das fases anteriores, os seus bons e maus desfechos e os sentimentos gerados ao longo da infância pelas chamadas crises do ego. Ao se definir *quem somos*, pensa-se juntamente *o que faremos* da nossa vida. Consolida-se o plano de vida.

A Teoria Psicossocial do Desenvolvimento possui um caráter especial de interesse para a fundamentação teórica do trabalho em epígrafe, uma vez que o seu autor considera o contexto histórico e cultural como um instrumento importante de análise e de recolha de informação. É através do estudo destes contextos que se retira os indicativos da formação de uma identidade, que é construída e mantida pela sociedade, por aquilo a que Erikson chama de «ego grupal».

3.4 - SÍNTESE DO CAPÍTULO III

Na perspetiva *Ecológica do Desenvolvimento Humano* de Urie Bronfenbrenner, destaca-se quatro níveis dinâmicos e inter-relacionados; a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo. No seu livro Bronfenbrenner apresenta uma proposta ecológica de desenvolvimento, na qual existem aspetos fundamentais, diferentes dos da psicologia clínica e científica. A abordagem ecológica privilegia os aspetos salutareos do desenvolvimento, ou seja, baseia-se nos estudos realizados em ambientes naturais e nas análises da participação ativa das pessoas. Desta forma, o desenvolvimento humano é, então, definido como “o conjunto de processos através dos quais as particularidades das pessoas e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso da sua vida. Esta teoria valoriza os aspetos psicológicos e a sua relação com as multi-determinações ambientais, sem negligenciar a importância dos fatores biológicos no decorrer do desenvolvimento. Apresenta, por isso, uma orientação ecológica onde o autor inúmeras vezes conceitua conceitos básicos, como os elementos do meio ambiente que interferem com as relações interpessoais, com as vivências pessoais e o desempenho dos papéis, aborda também, os temas de inserção no meio ambiente como peças fundamentais para o sucesso das interações entre os indivíduos.

Bronfenbrenner define um modelo ecológico onde é possível compreender através de um fluxograma, a relação entre o homem e o meio ambiente e o conseqüente desenvolvimento deste. O sujeito é colocado no centro, de forma dinâmica, não estática como definido por algumas tendências, em seu redor vão-se criando níveis diferenciados de interações ou transições. O homem define-se como um ser óbvio, sabe-se que nascer, crescer e morrer faz parte do seu ciclo, porém não é determinante a forma de impacto e de influência que tem no meio ambiente.

A Ecologia do Desenvolvimento obrigatoriamente sofre uma divisão na sua estrutura, definindo então, um padrão de avaliação para cada estrutura da relação homem x meio ambiente, onde o microssistema seria as experiências pessoais vividas pelo ser num ambiente restrito; direcionando este item para as questões educacionais e ambientais, analisa-se que o indivíduo chega a escola através de uma família e vai receber um novo código de conduta, as regras antes rígidas, impostas pela família tornam-se diferenciadas no novo ambiente, porém este fato ocorrerá temporariamente, por curto período, pois logo voltará ao convívio da família e consecutivamente voltará a conduta inicial. Nota-se que nesta instância já ocorreu o rompimento da relação, o que

desencadeará problemas futuros caso não se integrem os sistemas num nível mais amplo como no macrossistema, onde se analisa a relação do indivíduo além da escola chegando até à sociedade ou a um código de postura mais exigente que é imposto pelo meio social, seja de forma ética ou moral.

O que fica claro nesta abordagem é que o desenvolvimento ocorre sempre e que este se dá entre os diferentes contextos em que o indivíduo está envolvido, que as mudanças são inevitáveis e são perceptíveis a medida que o indivíduo se envolve e interage com o meio ambiente em que está inserido no momento, as interações entre homem e meio ambiente tem reflexos recíprocos que provocam consequências em cadeia de forma generalizada.

A *Teoria Geral dos Sistemas* foi elaborada, em 1937, por Ludwig Von Bertalanffy para preencher os dados na pesquisa e na teoria da biologia. Os seus primeiros enunciados são de 1952, embora o seu reconhecimento só se tivesse dado na década de 60.

Na Teoria Geral dos Sistemas a ênfase é dada à inter-relação e interdependência entre os comportamentos que formam um sistema que é visto como uma totalidade integrada, sendo impossível estudá-los isoladamente. É disso que trata os conceitos de transação e globalidade, o primeiro refere-se a interdependência e a simultaneidade entre os componentes de um sistema e o segundo diz que o sistema constitui-se no todo, dessa forma, qualquer mudança em uma das partes afetará todo o sistema.

A abordagem sistémica é antes de mais “uma forma de pensar”, a sua pretensão é compreender o mundo empírico sob uma estrutura teórica sistémica, agindo em conformidade com esses pressupostos e com essa compreensão particular. Consequentemente relacionam-se mutuamente a filosofia de sistemas (a forma de pensar), a análise de sistemas (o método ou técnica de análise) e a gerência de sistemas (o estilo de ação). Como ponto de partida, a abordagem sistémica pode tentar isolar os sistemas, subsistemas ou entidades para melhor estudá-las. Mas o analista de sistema deve estar sempre ciente que as interações podem ser tão ou mais importantes que esses elementos, ou seja, um sistema não é apenas a soma das suas partes.

No estudo das organizações deve-se procurar entender quais as razões porque elas adotam determinadas formas estruturais e organizacionais, que condicionalismos externos a pressionam, que alternativas estão disponíveis para os seu desenvolvimento, para a sua gestão, liderança e organização estratégica. De acordo com a Teoria das Organizações sendo estas, agrupamentos humanos que visam produzir algo para alcançar determinado fim/objetivo, necessitam de capturar, formatar e memorizar o seu contexto e transmitir a sua forma de ser e de estar para esse mesmo contexto. Assim compreender a forma como uma organização se estrutura é fundamental para se agir em todos os seus domínios de atuação, nomeadamente, na forma como esta interage, relaciona e influencia os vários agentes com os quais atua. Sendo as entidades com resposta social em matéria de infância e juventude agrupamentos humanos que se organizam em torno da produção de um serviço, visando por um lado dar resposta à sua missão e objetivos, por outro lado capturar, formatar, memorizar o seu contexto social e transmitir em simultâneo atividades/ações para esse mesmo contexto. Para se compreender estas entidades do terceiro setor, na sua vertente organizacional houve a necessidade de analisar o seu contexto, capturar a sua dinâmica macro social no espaço de atuação geográfico onde se inserem. Teve-se ainda que perceber o contexto de atuação face às dinâmicas internas, externas e constituir as formas de atuação face ao contexto. Desta forma, tratando-se de condições complexas, cuja complexidade deve ser preservada, compete ao analista, a partir da definição de objetivos e critérios do sistema, estabelecer claramente, o que vai ser incluído ou excluído na análise e como vai ser estruturado os atributos. O processo de inclusão e estruturação são concomitantes.

A crítica mais severa à Teoria dos Sistemas refere-se à excessiva cientificidade no tratamento dos problemas organizacionais. O sistema possui características próprias, as relações que ocorrem no meio social, devem ser colocadas dentro de limites claros. O paralelismo acentuado pode levar à falsa ideia de que o meio funciona tão previsivelmente quanto um sistema biológico. A teoria sistémica considera que as partes de uma organização têm objetivos próprios, desta forma, as organizações têm de se reinventar, devem aumentar as capacidades dos subsistemas que dela fazem parte, bem como, do sistema social em que se inserem.

Usando as teorias de Freud como fundo e como base para comparação, detalhando-as e comparando-as, Erik Erikson formula os seus Oito Estágios da *Teoria Psicossocial do Desenvolvimento Humano*. Aqui o autor esboça o seu método de desenvolvimento, a partir da experiência de confiança e desconfiança da criança e o começo na esperança, através da procura de identidade, da intimidade e na resolução das crises do crescimento. Cada estágio tem o seu momento. Eles não são usados para tentar apressar a infância e a adolescência. Também não possibilitam um prolongamento da infância, ou uma proteção às crianças diante dos obstáculos da vida. Por isso, existe um momento certo para que cada estágio se dê. Erikson aborda ainda, a interação entre gerações, a qual denominou de mutualismo. Freud deixa bem claro que os pais influenciam dramaticamente o desenvolvimento dos filhos, enquanto Erikson aponta que os filhos também influenciam o desenvolvimento dos pais. O autor esquematiza o modelo dos oito estágios de desenvolvimento humano relacionando-os com a conquista gradual de virtudes básicas, a fim de indicar uma base evolutiva do moralismo do homem.

Assim, o primeiro estágio é dedicado à infância ou o estágio oral-sensorial, abrangendo o primeiro ano de vida. Nele a criança desenvolve a confiança e a desconfiança e adquire a virtude da esperança. Se os pais oferecem ao recém-nascido um ambiente familiar aconchegante, essa criança irá sentir que o mundo, principalmente o mundo social, é um lugar seguro de se viver, onde as pessoas são gentis e amorosas.

Através da responsabilidade dos pais, a criança também aprende a confiar no seu corpo e nas suas necessidades biológicas. Se os pais agirem inadequadamente, rejeitando ou maltratando o seu filho, ou se esquivarem das suas necessidades, essa criança desenvolverá a desconfiança e sentir-se-á apreensiva e desconfiada entre as pessoas. O segundo estágio é o muscular-anal, que vai dos dezoito meses aos três anos de idade. O objectivo é desenvolver a autonomia, minimizando a vergonha e a dúvida. Se os pais permitirem que a criança explore o seu ambiente, ela desenvolverá o senso de autonomia e independência. Os pais não devem desencorajar a criança e nem força-la. Eles devem ser firmes, mas tolerantes nesse estágio, permitindo a criança adquirir controlo próprio e autoestima. A musculatura anal faz parte da musculatura geral, pelo que nesta fase a criança deverá aprender a dominar não só o seu esfíncter, mas também os seus músculos. O terceiro estágio é o locomotor vs genital, que vai dos três aos seis anos, onde a criança aprende a ter a virtude da iniciativa, o que significa responder

positivamente aos desafios do mundo, tendo responsabilidades e aprendendo novas tarefas. Os pais podem incentivar os seus filhos a terem iniciativa, encorajando-os a seguirem as suas ideias, as suas fantasias e curiosidades. É a hora da brincadeira, não da educação formal. O *quarto estágio* é o da latência ou idade escolar, que vai aproximadamente até aos doze anos. Esta fase trabalha a virtude da competência, eliminando os excessos de inferioridade. O termo «latência» foi utilizado por Freud para determinar que certas emoções eram reprimidas nesta fase, ficando a criança livre para se concentrar e aprender. As crianças dedicam as suas energias na aprendizagem escolar e social dentro da sociedade em que vivem, uma vez que a sua atmosfera social é agora muito maior. O *quinto estágio* é a adolescência que começa com a puberdade e termina por volta dos 20 anos. O objetivo deste estágio é desenvolver a virtude da fidelidade, ou seja, uma capacidade de perceber e de se manter, através de valores estabelecidos por meio de um sistema de vida específico. Temos quase que um instinto de fidelidade, isto é, quando chegados a uma certa idade pode-se e deve-se aprender a acreditar em alguma visão ideológica. Falando psiquiatricamente, sem o desenvolvimento da capacidade de fidelidade o indivíduo terá uma personalidade fraca, ou procurará um grupo marginal a quem possa ser leal. Esta é a fase da formação da «identidade do ego» e da famosa «crise de identidade», utilizadas por Erikson como base para a formulação dos estágios seguintes. O *sexto estágio* é o da fase jovem/adulta, que vai dos dezoito aos trinta anos.

O objetivo é atingir a intimidade, em contraposição ao isolamento. Isso refere-se ao indivíduo que tendo ultrapassado as questões básicas do seu problema de identidade move-se agora em direção as questões de relacionamento com os outros (relacionamentos íntimos, de amizade, de amor e até mesmo de intimidade consigo próprio). O *sétimo estágio* é o da idade adulta, que lida com a generatividade versus estagnação. Esta fase vai aproximadamente dos 25 aos 55 anos. A generatividade é uma tendência a que, na maturidade, as pessoas apresentam determinados comportamentos que aumentam as suas competências nos papéis de liderança e em deixar uma contribuição para o bem-estar das futuras gerações. Considera-se a generatividade como um potencial positivo que a idade trás para as pessoas e que precisa ser conhecida e valorizada. O *oitavo estágio* é o da velhice e o da maturidade, que vai dos 60 anos em diante. A virtude a ser desenvolvida é a sabedoria. Na teoria de Erikson atingir esta fase é algo de muito positivo, e o não atingir torna-se muito negativo, pois significa que ocorreram problemas que retardaram o desenvolvimento. Somente na velhice se pode

desenvolver uma sabedoria madura. Se o envelhecimento ocorre com sentimento de produtividade e valorização do que foi vivido, sem arrependimento e lamentações sobre oportunidades perdidas ou erros cometidos haverá integridade e ganhos, de contrário, haverá um sentimento de tempo perdido e a impossibilidade de começar trará tristeza e angústia.

Cada estágio de desenvolvimento pessoal caracteriza-se por determinados aspetos que podem ser maximamente afetados, quer de uma forma positiva, quer negativa. Por demasiado tempo, considerou-se o desenvolvimento pessoal e emocional fora do âmbito dos educadores e como campo exclusivo das clínicas de tratamento psicológico.

O contributo de Erikson foi trazer os problemas do crescimento pessoal para fora da sombra da patologia e integra-los no processo global do desenvolvimento da pessoa saudável.

IV - AS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL E/OU TERCEIRO SETOR COM RESPOSTA SOCIAL EM INFÂNCIA E JUVENTUDE

4.1 – BREVE RESENHA HISTÓRICA

Até à criação das misericórdias no final do século XV, as necessidades da população portuguesa em matéria de assistência, tinham dado origem a uma multiplicidade de iniciativas. Muitas delas eram de âmbito local, ligadas não apenas a ordens militares e religiosas, como também aos municípios e às confrarias de mestres ou a simples particulares, outras, pelo contrário, deveram o seu nascimento à devoção de vários reis, rainhas e demais gente da nobreza e do alto clero. No início do século XVI existiam quatro tipos de estabelecimentos assistenciais: Albergarias, Hospitais, Gafarias e Mercearias. A partir do século XVII a solidariedade começa a desmarcar-se do sentido puramente religioso e de caridade para se assumir como um dever social do Estado e da sociedade civil. A criação da Casa Pia nos finais do século XVII pode ser considerada como uma referência para o lançamento da assistência social com origem pública/estatal.

Em Portugal, o movimento associativo de proteção dos riscos sociais teve uma dimensão relativa, quando comparado com outros países europeus. Por um lado, o menor desenvolvimento económico do país e, por outro, a falta de enquadramento legal específico foram algumas das razões para que tal se verificasse. O primeiro passo institucional para a criação de uma estrutura de assistência pública em Portugal foi dado em 1835, com a criação do Conselho Geral de Beneficência que visava extinguir a mendicidade. Em 1901, o processo institucional caminha no sentido da criação da Repartição de Beneficência e do Conselho Superior de Beneficência Pública, com funções consultivas. Com a instauração da República em Portugal e sobretudo através da Constituição de 1911, foram estabelecidos os direitos à liberdade, à segurança, à propriedade e à igualdade social. Defendia-se que a mendicidade deveria ser combatida, não através de medidas repressivas, mas por via de uma assistência pública adequada. Assim, no campo da assistência e da previdência social, foi estipulada em 1911 a reorganização dos serviços de assistência pública e criado o Fundo Nacional de Assistência, destinado a socorrer indigentes e a combater a mendicidade. Estas medidas culminaram, em 1916, com a criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e, em 1919, com a fundação do Instituto de Segurança Social.

Porém, o alcance das medidas tomadas nos primeiros tempos da República revelou-se insuficiente e sem efeitos sociais significativos, dado o contexto de grande turbulência política e de enorme fragilização socioeconómica

A presença do Estado neste sector foi insignificante até ao princípio do século XX. Em 1919, para colmatar a ausência de uma proteção social efetiva, o Estado português criou os seguros sociais obrigatórios na doença, nos acidentes de trabalho e nas pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. O primeiro grande sistema de pensões em Portugal foi estabelecido em 1929, com a criação da Caixa Geral de Aposentações, que assegurava apenas a proteção dos funcionários públicos. Para o setor privado, foi criado, em 1933 e concretizado em 1935, um esquema de seguros sociais obrigatórios, baseado em caixas e instituições de previdência e financiado por um modelo de capitalização. Estes seguros cobriam as eventualidades de velhice, invalidez e doença, mas apenas para os trabalhadores da indústria, comércio e serviços. A Constituição de 1933 assegurou a instituição de um novo seguro social obrigatório de inspiração alemã. Com a consagração do Estado Novo, Portugal vive um período em que predomina o autoritarismo do Estado, ligado ao sistema económico e social corporativo.

Com o Estado Novo, passou a haver uma integração e controlo de todas as iniciativas da sociedade civil, restringindo-se a ação da previdência a um mero assistencialismo caritativo, organizado e concebido na base de critérios ético-religiosos. Centrando os seus esforços na integração corporativa do trabalho, da exclusão moralizadora da pobreza, o Estado absteve-se de qualquer compromisso político e financeiro para com as condições de vida de proteção social da população.

A reforma da previdência, trazida pela Lei 2/120/63, possibilitou que o sistema se alargasse e pudesse abranger mais população, através da criação de novas formas de organização institucional. Surgiram, então associações de beneficência que tinham, a finalidade de socorrer os pobres e surgiu, o Instituto de Utilidade Pública com fins de assistência e educação. De salientar, que a maioria das organizações eram de carácter religioso, e tinham uma atuação homogénea devido a um Estado centralizador, autoritário, controlador e moralizador da exclusão social, (Tomás, 2003).

Após a Revolução do 25 de abril de 1974, assistiu-se a uma reestruturação das políticas de proteção social, bem como a novas políticas de intervenção social, relacionadas com novas conceções de cidadania e simultaneamente com uma dinamização da sociedade civil em torno das necessidades sociais da população sobretudo na sua componente mais carenciada. Com a Revolução de 1974, foi criado o Serviço Nacional de Saúde, substituíram-se os sistemas de previdência e assistência pelo sistema integrado de segurança social. Foram criadas medidas para grupos sociais específicos como por exemplo; os desempregados, os inválidos ou os deficientes. O movimento associativo cresceu em toda a sociedade civil e surgem as comissões de moradores, os grupos de pais e os grupos de cidadãos organizados em torno dos problemas locais.

Com o I Governo Constitucional, o Estado retoma paulatinamente uma posição central nos processos de regulação de medidas sociais e passa a impor de forma seletiva um padrão de legalidade que permite ao Estado negociar ou delegar competências no domínio da proteção social. Um exemplo disso foi as Misericórdias que ao oficializarem os Hospitais de que eram proprietárias, assumiram-se como as primeiras a organizarem os seus interesses face ao Estado.

Com a instauração da democracia deu-se lugar à reestruturação das políticas de proteção social e, simultaneamente, a um maior dinamismo na sociedade civil em relação aos grupos socialmente desfavorecidos. A Constituição da República Portuguesa (1976) passou a reconhecer o setor cooperativo, a par do setor público e privado.⁴ Em 1997 aquando da revisão constitucional foi introduzida à vertente social o subsector solidário, em especial as mutualidades.

É com a adesão de Portugal à União Europeia que se inicia um período de estabilidade e de integração económica, social e política tendente à aproximação dos padrões europeus e conseqüentemente à exposição/integração nacional nas dinâmicas europeias da economia social/terceiro setor. Destacam-se as principais características das dinâmicas de recomposição do terceiro setor/economia social que se registaram em Portugal:

⁴ A nível legislativo, em 1989, ao setor cooperativo é adicionado uma vertente social, englobando os subsectores comunitário e autogestionário.

- Forte crescimento do número de organizações, nomeadamente associações e cooperativas;
- Nascimento de novas áreas de intervenção, no quadro das associações, como a defesa dos direitos da mulher, do ambiente, do consumo ou dos imigrantes, a par de formas de organização mais tradicionais como as associações desportivas e recreativas, as associações de bombeiros voluntários e outras;
- Crescimento acentuado das cooperativas nos primeiros anos após 1974, seguido de um crescimento continuado até meados dos anos 80, tendo-se verificado uma inversão da tendência expansionista nos anos 90;
- Decréscimo das mutualidades nos últimos 30 anos, à semelhança do sucedido no contexto europeu;
- Aumento progressivo das fundações ao longo do tempo;
- Crescente papel das organizações ligadas à Igreja Católica como nomeadamente as Misericórdias e os Centros Paroquiais e Sociais, apesar de uma significativa laicização dos agentes no campo da prestação de serviços sociais;
- Aumento significativo das IPSS devido à criação do seu estatuto legal (em 1972 contabilizaram-se 1 264 IPSS e atualmente existem cerca de 5 000 IPSS a nível nacional);
- Aparecimento de associações de cooperação internacional, de ajuda humanitária ou de comércio justo;
- Aparecimento, no final dos anos 90, de *novas formas ou enquadramentos jurídicos* dentro do espectro do terceiro setor, de que são exemplos as *CERCI e as Empresas de inserção*;
- Constituição no final dos anos 70, de organizações de segundo nível e de cúpula; União Misericórdias Portuguesas de 1976, a União das Mutualidades Portuguesas, 1980, a União das IPSS, nos anos 80 e Confederação Nacional de Instituições, 2001.

Nos últimos anos a ação do governo, a nível de políticas sociais, tem vindo a incidir essencialmente na solidariedade e segurança social. Apesar do contributo e da supervisão Estatal, caberá à própria sociedade a criação de estruturas de apoio social de forma a gerar um novo equilíbrio entre o mercado, Estado, famílias e a sociedade civil.

4.2 – A ECONOMIA SOCIAL E/OU TERCEIRO SETOR E A AÇÃO SOCIAL

A seguir ao final da Segunda Guerra Mundial e ao mesmo tempo que se vai implementando e desenvolvendo o Estado-providência com base no modelo keynesiano de intervenção do Estado na economia, o conceito de economia social vai sendo relegado para segunda instância em termos de importância, uma vez que o Estado passa, por si só, a intervir no mercado e a corrigir as suas ‘falhas’ sem necessidade a outras entidades económicas. Da mesma forma, terminologicamente, a expressão ‘economia social’ vai-se empregando em sentidos cada vez mais amplos e diversos do original, passando também a designar os campos de análise socioeconómica, ou seja, para designar a vida em sociedade, do indivíduo e dos grupos sociais, impondo por via disso a grande dispersão do conceito.

A partir de 1970, como resultado da crise do Estado-providência que a problemática da economia social se volta a colocar, com acuidade, (mais uma vez, de forma preponderante em França), tendo por base a proximidade entre os movimentos cooperativos e mutualistas, a perceção da existência de interesses mútuos e a adesão ao do movimento associativo.

Em Portugal, o Estado tem estabelecido parcerias com o terceiro setor, no domínio da ação social. A experiência portuguesa na área das parcerias entre o Estado e as Instituições é longa e passa por um processo de complexas relações a diversos níveis; do reconhecimento ao financiamento, da regulação à coresponsabilização pelo crescimento dos serviços. Na ordem jurídica portuguesa não está expressamente consagrada uma noção jurídica de economia social. Contudo no plano constitucional, está prevista a existência de um setor cooperativo e social, como um dos três setores de propriedade dos meios de produção, ao lado do setor privado e do setor público. O setor cooperativo e social goza, então, de proteção num conjunto de preceitos que estão dispersos pelo texto constitucional, «mas que, não obstante esta dispersão, estão implicitamente articulados entre si por um conjunto de princípios lógicos ou vetores estruturantes, como o princípio da coexistência dos três setores (público, privado, cooperativo e social)», (Namorado, 2005b).

O princípio da coexistência dos três setores encontra-se consagrado no artigo n.º82 da Constituição da República Portuguesa e é considerado um dos preceitos-chave da constituição económica. Esta norma garante a coexistência dos três setores económicos, no mesmo plano e com a mesma dignidade constitucional. Nos termos do n.º4 do artigo n.º 82 da Constituição, o setor cooperativo e social reparte-se por quatro subsetores, que correspondem a duas vertentes; a cooperativa (que engloba o setor cooperativo) e a social (que abrange os subsetores autogestionário, comunitário e solidário). De acordo com o Projeto de Lei n.º 68/XII, relativo à Lei de Bases da Economia Social Portuguesa, aprovado a 2 de setembro de 2011, no seu artigo n.º 2 entende-se por economia social «o conjunto das atividades económicas e empresariais, livremente levadas a cabo por entidades que atuam de acordo com os princípios referidos no artigo n.º 5, cuja missão vise o interesse geral, económico ou social da comunidade ou o interesse dos seus membros, utilizadores e beneficiários, com respeito pelo interesse geral da comunidade», (Namorado, 2005b).

A definição de economia social é complementada por uma enumeração aberta das entidades da economia social, que de acordo com o artigo n.º 4 da Lei de Bases fazem parte integrante desta as seguintes entidades constituídas em território nacional:

- a) Instituições de Particulares de Solidariedade Social de natureza associativa, fundacional ou equiparadas;
- b) Organizações não-governamentais;
- c) Fundações;
- d) Associações com fins altruísticos que desenvolvam a sua atividade no âmbito científico, cultural e da defesa do meio ambiente;
- e) Cooperativas;
- f) Outras formas associativas ou empresariais constituídas de acordo com os princípios orientadores referidos no artigo n.º 5 da Lei de Bases.

As entidades da economia social têm um papel de extrema relevância ao preencherem algumas lacunas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, geralmente em situações de extrema carência ou urgência, constituindo assim um ponto crucial de garante ao equilíbrio social. Estas entidades têm em vista o exercício da ação social, a prevenção de situações de carência, exclusão social ou qualquer tipo de marginalização e, por outro lado, promovem a integração comunitária e desenvolvem atividades de apoio à família, juventude, terceira idade, população deficiente e a toda a população necessitada.

O Sistema Nacional de Acolhimento é constituído pelo conjunto de respostas de acolhimento do estado e da sociedade civil dirigidas às crianças e jovens em situação de perigo. Numa perspetiva de criar um acolhimento o mais próximo do familiar e em função das necessidades técnicas decorrentes da análise das problemáticas o Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de crianças e jovens em situação de perigo distingue três níveis distintos: **o acolhimento de emergência**, que se destina a acolher crianças e jovens em situação de perigo iminente por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas; **o acolhimento temporário**, que visa o acolhimento por períodos que não excedam os 6 meses, de situações de crianças e jovens para o qual tecnicamente se diagnosticou a necessidade de afastamento temporário de famílias de origem, objetivo cumprido pelas Casas de Acolhimento Temporário ou pelas Famílias de Acolhimento e, finalmente **o acolhimento de longa duração**, para as situações de crianças e jovens desprovidos de meio familiar ou cujas problemáticas justificam o afastamento definitivo em relação às famílias de origem. O sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens conta com 31 instituições a funcionar como Unidades de Emergência, 56 Casas de Acolhimento Temporário e 257 Lares.

O presente estudo irá centrar-se nas entidades do terceiro setor com respostas sociais de acolhimento prolongado ou temporário em infância e juventude. Desta forma, apresenta-se as principais características, objetivos, destinatários e competências de funcionamento destes dois tipos de acolhimento.

a) **Lar de Infância e Juventude [LIJ]**

A filosofia de funcionamento de uma instituição define-se, em termos teóricos, a partir de dois indicadores; os princípios por que se rege a sua atuação e os objetivos para que esta se dirige. Desta forma define-se *Lar de Infância e Juventude*, como uma estrutura social que têm como objetivo o acolhimento de crianças e jovens, tendo como princípios proporcionar estruturas de vida tão próximas quanto possível às da família, com vista ao desenvolvimento físico, intelectual, moral e à sua inserção na sociedade. Esta tarefa passa pelo (res) estabelecimento de laços afetivos e emocionais, quer com os técnicos e pares que constituem a nova família da criança ou jovem acolhido, quer com as famílias de origem, quer ainda com a comunidade envolvente, nas atividades da qual a criança/jovem deverá ser envolvida. Com base nesta definição pode-se afirmar que o relacionamento estabelecido em Lar deverá passar por um triângulo de relações entre a instituição, a família e a comunidade. Em função deste triângulo, é possível definir-se dois eixos de relacionamento. O primeiro eixo diz respeito ao tipo de relação que o lar estabelece com as famílias de origem das crianças e jovens que acolhe e o segundo eixo com o tipo de relação que as instituições estabelecem com a comunidade envolvente.

A resposta de acolhimento prolongado visa proporcionar condições de vida tão aproximadas quanto possível à família, nomeadamente através da concretização dos seguintes objetivos: satisfazer todas as necessidades básicas da criança/jovem, promover a sua reintegração na família e na comunidade e contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional. Destina-se a crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos, que transitórios ou definitivamente não possam estar integrados nas suas famílias de origem.

Na base das suas competências de funcionamento esta o assegurar dos meios necessários ao desenvolvimento físico, psicológico, social, escolar e até profissional de cada criança/jovem que acolhe, através do respeito pela individualidade e a privacidade de cada criança/jovem, do estímulo para a aquisição de normas e valores, da garantia de condições de saúde e da garantia de uma alimentação saudável.

O Lares de Acolhimento tem como objetivo:

- Proporcionar às crianças/jovens a satisfação de todas as suas necessidades básicas em condições de vida tão aproximadas quanto possível às da estrutura familiar,
- Promover a sua reintegração na família e na comunidade,
- Proporcionar os meios que contribuam para a sua valorização pessoal, social e profissional.

A grande maioria dos lares de crianças e jovens são Instituições Particulares de Solidariedade Social, (82%), seguidas das Entidades Públicas (13%), Outras Entidades sem fins lucrativos (3%), Cooperativas e Entidades com fins lucrativos (1%). A valência mais representada em termos percentuais nestas instituições é o lar feminino, cerca de 50% das instituições que têm a valência de lar de crianças e jovens têm em funcionamento lares para raparigas, seguido da valência de lar – misto com 39%, seguida dos lares masculinos com 34%, (Instituto da Segurança Social, 2009b).

b) Centro de Acolhimento Temporário [CAT]

O **Centro de Acolhimento Temporário** é uma resposta social que tem por finalidade o acolhimento imediato e absolutamente transitório de crianças e jovens, em situação de perigo análogos à valência de Lar, com idades compreendidas entre os 0 e 18 anos.

O acolhimento institucional de crianças/jovens em perigo é uma das medidas de promoção e proteção previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; visa afastá-las do perigo em que se encontram, colocando-as ao cuidado de uma entidade que disponha de instalações e de equipa técnica adequadas à satisfação das necessidades das crianças/jovens em acolhimento, proporcionando-lhes condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. O tempo máximo de permanência da criança/jovem no CAT é de 6 meses, contudo, este prazo pode ser excedido por razões justificadas, como por exemplo, quando seja previsível o seu retorno à família.

Sendo uma estrutura de reduzidas dimensões, o CAT tem como objetivo proporcionar a estas crianças e jovens uma estrutura de vida tão aproximada quanto possível à das famílias, assegurar alojamento temporário, garantir às crianças/jovens a satisfação das suas necessidades básicas, proporcionar o apoio socioeducativo adequado à idade e às características de cada criança ou jovem, promover junto da família, em articulação com as entidades e as instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos das crianças e jovens.

As características de urgência e transitoriedade desta resposta implicam estudos interdisciplinares rápidos e diagnósticos corretos, conducentes a projetos de vida bem definidos, cujo objetivo prioritário deverá ser, sempre que possível, a reintegração na família. Quando não é possível a reintegração familiar, num prazo de 6 a 8 meses, é definido pelas Equipas Técnicas que acompanham a situação, um encaminhamento para uma família alternativa ou o acolhimento em lar.

O funcionamento do CAT deve fomentar a convivência social, através do relacionamento entre as crianças e jovens em acolhimento e destes com os familiares e amigos e com a comunidade, de acordo com as suas necessidades e interesses, a participação dos familiares no apoio à criança e jovem em acolhimento, desde que este apoio contribua para um maior bem-estar e equilíbrio psicoafectivo, (Instituto da Segurança Social, 2009b).

4.3 - SÍNTESE DO CAPÍTULO IV

Em Portugal, o tema dos maus-tratos à criança foi em definitivo trazido à luz pública durante a década de 80 e através do empenho da comunidade pediátrica, que atuou, em estreita colaboração interdisciplinar com outros profissionais. Entre os anos 1972 e 1976⁵ encontra-se, os primeiros artigos médicos que descrevem casos clínicos em Portugal de crianças maltratadas e que, simultaneamente alertaram a comunidade pediátrica para a importância do seu diagnóstico. Mas é, de fato, após a comemoração do Ano Internacional da Criança, em 1979, que se começa a prestar uma séria e contínua atenção ao problema das formas de violência contra as crianças, praticadas dentro e fora da família. A eficaz concertação que, a partir de então, se estabeleceu entre a Seção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, o Centro de Estudos Judiciários e o Instituto de Apoio à Criança, foi da maior importância para a denúncia e estudo de situações de abuso e de negligência.

Do ponto de vista da intervenção, foram criados ao longo da década de 80 os primeiros «núcleos de apoio à criança maltratada» no Hospital Pediátrico de Coimbra e no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, envolvendo equipas multidisciplinares de profissionais. Em 1991, foram criadas as Comissões de Proteção de Menores, instituições oficiais (não judiciárias) que funcionam nas Câmaras Municipais, com uma composição multidisciplinar (nelas participam representantes de diversas instituições locais, tais como, Saúde, Segurança Social, Ensino, IPSS locais, Autarquia, Justiça).

À semelhança do sucedido em grande parte dos países da Europa Ocidental, em Portugal, a génese das organizações contemporâneas do terceiro sector situa-se no século XIX, com a emergência de iniciativas e experiências revolucionárias, no contexto da designada “questão social” e de hegemonização dos ideais liberais em termos económicos e políticos.

⁵ São eles: A. Barata da Rocha, A propósito de dois casos do battered child syndrome», in *Jornal do Médico*, 1972, pp 471-472;

M. Cordeiro et al., *Duas crianças gémeas com síndrome de criança maltratada*», in *Revista Portuguesa de Pediatria*, 1976, pp 248-257.

Inspirados por correntes ideológicas como o socialismo utópico, o social cristianismo e pelo próprio liberalismo económico, foram três os principais movimentos sociais que emergiram como formas de atividade económica alternativas à economia capitalista em hegemonização: o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo.

Na viragem para o século XX, paralelamente à emergência das primeiras medidas de proteção social por parte do Estado, estas iniciativas são reconhecidas e institucionalizadas em ramos jurídicos distintos. A constituição de enquadramentos legais próprios representou uma nova fase de desenvolvimento, reconhecendo o seu papel na intervenção em situações de forte carência e na redução dos conflitos sociais, estabilizando as condições de institucionalização deste tipo de organizações. A economia social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas.

Além do núcleo de formas institucionais de economia social partilhado por todos os países (cooperativas, mutualidades, associações e fundações), existem entidades da economia social que são próprias de determinados países. É o caso das Misericórdias (criadas no século XV) e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPPS) em Portugal.

Desta forma, em Portugal, a grande maioria das organizações que se podem considerar abrangidas pelo setor da economia social pertence ao setor cooperativo e social, que abrange as cooperativas, as mutualidades, as associações, as fundações que tenham por objeto principal a solidariedade social, as empresas em autogestão e as entidades representativas de comunidades locais que gerem bens cuja posse útil lhes cabe. Contudo não existe uma plena identificação entre economia social e setor privado cooperativo e social, pois existem entidades que estão fora daquele setor e que integram o setor da economia social, como é o caso das associações (que tenham uma finalidade social diferente da solidariedade social e que desenvolvam uma atividade económica) ou das fundações (que desenvolvam uma atividade económica), (Namorado, 2005b).

Esta realidade organizativa é muitas vezes denominada pela expressão «terceiro setor», denominação que «será uma espécie de definição minimalista que não pretende transmitir mais do que a ideia de que há um setor que nem é público nem privado», (Namorado, 2004a).

As Entidades do Terceiro Setor têm como um dos seus objetivos facultar respostas de ação social, através da concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente: apoio a crianças e jovens; apoio às famílias; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de carência ou de incapacidade para o trabalho; promoção da educação e da formação profissional; apoio à integração social e comunitária; promoção, proteção da saúde e resolução de problemas habitacionais. Estas entidades têm um papel de indubitável importância ao preencherem algumas lacunas do Estado, nomeadamente em matéria de equipamentos sociais.

O Sistema Legal Português na sua génese contemplou duas vertentes no âmbito da institucionalização de crianças e jovens; a promoção e proteção de crianças vítimas de abuso e/ou negligência e a institucionalização de adolescentes que cometessem atos tipificados como crime. O modelo de intervenção estatal junto das crianças e jovens em perigo subjacente à O.T.M. constituía-se como um modelo protecionista, indiferenciado e extensivo à diversidade de problemáticas que afetavam as crianças e jovens, pelo que a consciência da ineficácia e inadequação deste modelo de intervenção criou as condições favoráveis para reforma do Direito de Menores. Este processo de reforma do direito e da justiça de menores iniciou-se com a constituição de várias Comissões, designadamente: a) Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas; b) Comissão Interministerial para o estudo e articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social; c) Comissão de Reforma da Legislação de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, d) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, e) Criação de uma Rede Nacional de Centros de Acolhimento Temporário e de Emergência e de uma Comissão de Reforma da Legislação sobre o Processo Tutelar Educativo. Esta reforma global procedeu à distinção de duas vertentes de intervenção tutelar: a dimensão de proteção, que ganha relevo nas situações em que os direitos das crianças são ameaçados por fatores exteriores (maus-tratos e exclusão social) e a dimensão educativa, estritamente limitada às situações desviantes em rutura evidente com a ordem jurídica estabelecida. São então elaboradas as propostas de Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo e da Lei Tutelar Educativa, que passariam a constituir o novo suporte da intervenção, com áreas de responsabilidade distintas e claramente definidas. A sua entrada em vigor no início de 2001 introduziu novos conceitos legais de intervenção (Proposta de Lei n.º 266/VII, de 17 de abril de 1999), nomeadamente: a proteção de crianças e jovens em perigo (a

cargo do sistema de solidariedade e segurança social), que se estende à promoção dos direitos das crianças e jovens.

O Estado age *porque* uma criança se encontra em perigo, desprovida do apoio suficiente dos seus progenitores, ou de quem é responsável pela sua proteção, traduzindo um sofrimento inaceitável no presente para a própria criança, mas também porque se prevê um mau prognóstico no que concerne aos futuros desempenhos dessa criança enquanto cidadã. São abrangidas pela Lei de Promoção e Proteção, crianças e jovens considerados em perigo, dos 0 aos 18 anos de idade. Considera-se que uma criança está em *perigo* quando se encontra numa das seguintes situações: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados e a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de fato se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. A intervenção tutelada por esta lei subordina-se a dez princípios orientadores, nomeadamente: a) Interesse superior da criança; b) Privacidade; c) Intervenção precoce; d) Intervenção mínima; e) Proporcionalidade e atualidade; f) Responsabilidade parental; g) Prevalência da família; h) Obrigatoriedade da informação; i) Audição obrigatória e participação; j) Subsidiariedade, (Leandro, 1998).

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo desempenham um papel de relevo, enquanto entidade oficial interinstitucional e interdisciplinar não judiciária que articula a participação dos principais agentes da comunidade na promoção dos direitos e na prevenção das situações de perigo (na modalidade de comissão alargada) e na intervenção em situações concretas que representem perigo para as crianças (na modalidade de restrita). A intervenção das CPCJ, de acordo com o disposto no art. 34.º visa: a) afastar o perigo em que as crianças se encontram; b) proporcionar-lhes as condições de proteção e promoção da sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento; e c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças que sofreram qualquer forma de exploração e abuso.

V - ABORDAGEM METODOLÓGICA DE ESTUDO

5.1 – DELINEAMENTO GERAL DO ESTUDO

A investigação em ciências sociais adota essencialmente como campo de pesquisa as ações humanas, as políticas sociais e/ou os problemas sociais, com o propósito de atingir objetividade, imparcialidade e uma observação realista. Neste sentido a escolha do método deverá tomar em consideração procedimentos sistematizados para a descrição e explicação de um fenómeno social, para o que é necessário que o método seja apropriado ao tipo de estudo, bem como, à natureza do problema e ao nível de investigação, (Mann, 2000).

A presente investigação tem como principal propósito conhecer, analisar e compreender a problemática da Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo. Embora exista algum conhecimento em matéria de institucionalização de crianças e jovens em Portugal no geral e no Alentejo em particular, parece relevante e necessário conhecer o fenómeno do ponto de vista estrutural para uma melhor compreensão da problemática. Neste sentido, considerou-se adequado conduzir o presente estudo através de uma abordagem correlacional, procurando-se desta forma compreender melhor o fenómeno da institucionalização de crianças e jovens a partir das perceções e representações dos Diretores das Entidades que trabalham nesta área, bem como testar a existência de relação entre as variáveis que compõem os objetivos de estudo. O método correlacional permite estudar e analisar um fenómeno social através da análise da relação entre as variáveis que estão na base da sua estrutura, na medida em que uma ou mais variáveis afetam o comportamento de outras variáveis.

Como técnica de suporte à abordagem quantitativa optou-se pelo *inquérito por questionário*, uma vez que esta técnica permite recolher num vasto conjunto de elementos e informações comparáveis entre eles, mas também obter informação, sobre determinado fenómeno, através da formulação de questões que refletem atitudes, opiniões, perceções, interesses e comportamentos de um conjunto de indivíduos sobre a realidade onde se inserem, (Tuckman, 2000).

Desta forma, remeteu-se para as entidades registadas na região Alentejo com respostas sociais ao nível dos Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário, um questionário online. A principal vantagem da aplicação de um questionário online é a facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço relativamente curto. Após a receção dos questionários procedeu-se à construção da base de dados utilizando para o efeito o programa Statistical Package for Social Sciences – SPSS. A utilização do SPSS prendeu-se com o facto deste programa ser dos mais utilizados para o tratamento estatístico em ciências sociais.

5.2 - OBJETO E CONTEXTO DE ESTUDO

Na presente pesquisa, o *objeto de estudo* incide em conhecer, analisar e compreender as estratégias utilizadas nos processos de acolhimento e de integração social usados pelas entidades com respostas sociais na área da infância e juventude, na região Alentejo.

O *contexto de estudo* caracteriza-se pelas respostas sociais de acolhimento prolongado e temporário, na NUT II Alentejo, oferecidas por entidades cuja natureza se insere no designado terceiro setor ou economia social.

Em Portugal, nos últimos 30 a 40 anos, tem-se assistido a um processo de significativa recomposição do terceiro setor/economia social. À forte contestação ideológica e social verificada nas décadas de 60 e 70, acresceu a crise económica dos anos 80, bem como a crise financeira e de legitimação dos Estados Sociais que permanece até à atualidade.

A recomposição do terceiro setor/economia social tem-se manifestado através de indicadores como:

- Um crescimento do número de organizações (nomeadamente sobre a forma de associações e cooperativas), sob novas formas jurídicas,
- Uma multiplicação das áreas de intervenção e proliferação de experiências e iniciativas de coletividades da sociedade civil,
- Uma tendência de criação de plataformas de integração e representação dos diferentes ramos dentro do setor,
- Uma emergência de grandes organizações a intervir a uma escala global.

O grupo das entidades alvo do presente estudo, registadas e em atividade na área da infância e juventude na região Alentejo, organizam-se juridicamente em termos de associação e fundação. Para além deste estatuto jurídico, grande parte das entidades adquiriu o estatuto de IPSS atribuído pelo ISS, IP.

O estudo foi delimitado pela região Alentejo que ocupa uma área de aproximadamente 27323 km², cerca de 29% da área total de Portugal, sendo constituída por quatro NUTS III: Alentejo Litoral (5303,2 km²), Alto Alentejo (6247 km²), Alentejo Central (7228,1 km²) e Baixo Alentejo (8544,6 km²), englobando no total 47 Concelhos do território Continental

O recenseamento geral da população efetuado em 2011 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) registou na região do Alentejo uma população residente de 75 7190 habitantes, cerca de 7,1% da população residente em Portugal, embora ocupe uma área de 27 029 km², o que corresponde a cerca de 1/3 do território nacional. Assim sendo, a densidade populacional é muito reduzida, cerca 27 hab/Km². Nos últimos 10 anos a redução da população foi de 2% e nos últimos 30 anos registou-se menos 60 598 pessoas, no Alentejo. No que concerne, às famílias institucionais o número aumentou na última década de forma muito expressiva, cerca de 24.7%, o que de certa forma traduz o aumento do número de instituições particulares vocacionadas para responder às necessidades de uma sociedade com problemas na 3.^a idade, infância e juventude.

5.3 – POPULAÇÃO – ALVO

Na presente pesquisa a população alvo foi definida pelo conjunto de entidades do terceiro setor que oferecem respostas sociais na área da infância e juventude, nomeadamente, em Lar de Infância e Juventude (LIJ) e Centro de Acolhimento Temporário (CAT) no Alentejo. No decurso do estudo estavam em atividade no Alentejo 33 entidades com respostas sociais nesta área, em que 19 são LIJ e 14 são CAT.⁶

A resposta social Lar de Infância e Juventude, destina-se ao acolhimento de crianças/jovens em perigo, isto é estão abandonadas ou vivem entregues a si próprias, sofrem de maus tratos físicos ou psíquicos ou são vítimas de abusos sexuais. O acolhimento institucional de crianças/jovens em perigo é uma das medidas de promoção e proteção previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Esta legislação tem o propósito de as afastar do perigo em que se encontram, colocando-as ao cuidado de uma entidade que disponha de instalações e de equipa técnica adequadas à satisfação das necessidades das crianças/jovens em acolhimento, proporcionando-lhes condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. São objetivos específicos do LIJ:

- a) Assegurar alojamento;
- b) Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças/jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível das de uma estrutura familiar;
- c) Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal comunidade, promovendo o acompanhamento terapêutico;

⁶ A caracterização e distribuição da resposta social encontra-se dividida da seguinte forma: Baixo Alentejo – 2 Lares de Infância e Juventude, 2 Centro de Acolhimento Temporário; Alto Alentejo – 2 Lares de Infância e Juventude, 2 Centro de Acolhimento Temporário; Alentejo Litoral – 10 Lares de Infância e Juventude, 9 Centro de Acolhimento Temporário; Alentejo Central – 5 Lares de Infância e Juventude, 2 Centro de Acolhimento Temporário.

- d) Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem, ou noutra medida em meio natural devida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, as comissões de proteção de crianças e jovens e os tribunais, com vista à sua gradual autonomização.

A necessidade de qualificar as estruturas residenciais e melhor proteger as crianças e os jovens oriundos das famílias sem capacidade para o fazer, levou à produção de legislação que atualmente preconiza que o Centro de Acolhimento Temporário se destine ao acolhimento de crianças/jovens em perigo, isto é estão abandonadas ou vivem entregues a si próprias, sofrem de maus tratos físicos ou psíquicos ou são vítimas de abusos sexuais.

O CAT de acordo com a Legislação em vigor deve possuir condições para o acolhimento das crianças/jovens em ambiente tão semelhante quanto possível ao de uma habitação familiar e proporcionar uma correta inserção na comunidade através da sua integração nas estruturas locais, nomeadamente no que se refere a educação, formação profissional, saúde, desporto e tempos livres. São objetivos específicos do CAT:

- a) Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à situação em estudo;
- b) Assegurar alojamento temporário;
- c) Garantir às crianças/jovens a satisfação das suas necessidades básicas;
- d) Proporcionar o apoio socioeducativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem;

A captura da informação relacionada com as entidades que constituem o grupo alvo foi feita através de inquérito por questionário conduzido junto dos Diretores (a) Técnicos (a) dessas entidades.

5.4 – DEFINIÇÃO CONCEPTUAL DAS VARIÁVEIS DE ESTUDO

Ao longo dos anos, a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em risco tem vindo a colocar novos desafios no que respeita à intervenção dos serviços especializados, no domínio dos maus-tratos. A verdadeira dimensão do fenómeno, nas suas várias formas de expressão, não é verdadeiramente conhecida. Contudo, os esforços de investigação levado a cabo através de uma diversidade de iniciativas, à escala internacional, nacional, ou local, tem permitido documentar que o problema assume uma expressão grave que afeta uma larga parcela da população nas primeiras décadas de vida. O impacto negativo nos indivíduos sujeitos aos maus-tratos pode revestir-se de diferentes formas designadamente ao nível do bem-estar físico, psicológico, comportamental, sexual, reprodutivo ou social, cujos efeitos podem persistir nas fases subsequentes do ciclo de vida.

Atualmente, em Portugal, a ação de intervenção neste domínio enquadra-se num contexto de responsabilidades partilhadas por diferentes atores da comunidade, que podem ir desde entidades como as autarquias, entidades sociais (Associações, Fundações, entre outras), saúde, educação conforme consagrado na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Esta lei tem como finalidade proporcionar condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem, bem como, garantir a sua recuperação física e psicológica de qualquer forma de exploração ou abuso. Para isso a Lei 147/99 de 1 de setembro consagra dois tipos de medidas:

1. Medidas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outros familiares, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida);
2. Medidas de colocação, (acolhimento familiar, acolhimento institucional e confiança a pessoa selecionada para a adoção).

A presente investigação centra-se nas Medidas de Colocação, em acolhimento institucional. Desta forma optou-se como variáveis de estudo as estratégias utilizadas no processo de acolhimento institucional bem como, as estratégias utilizadas no processo de integração social e promoção dos projetos de vida.

Assim, no quadro da presente investigação considera-se acolhimento institucional, o processo de colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade com instalações e equipamentos bem como de uma equipa técnica que lhes garanta os cuidados adequados às suas necessidades. No âmbito deste conceito, a Entidade que acolhe tem a responsabilidade de atenuar a ruptura familiar e de proporcionar um conjunto de novas aprendizagens e experiências a partir do momento do acolhimento. A expressão acolher alude ao facto de receber bem, com atenção, tempo e disponibilidade para escutar e valorizar as particularidades de cada caso, de cada processo/pedido de acolhimento. Significa ainda, *promover condições para quem é acolhido possa expressar o seu mal-estar, pressupor a necessidade de retornos e de avaliação do contexto socio familiar, para definição do projeto de vida*, (Mângia, 2002). Acolher implica assim, que a entidade disponha de recursos necessários para responder da forma mais adequada a cada caso, promovendo a conceção de diretrizes de acolhimento, ou seja, de formas diversificadas de organização e de relacionamento com o novo elemento a acolher. Este processo de acolher torna necessário a adoção de *estratégias de acolhimento* e posteriormente de integração pluridisciplinar, pela qual passa o sucesso do projeto de vida e da reintegração, bem como, da experiência institucional do menor acolhido. É fundamental que exista uma pessoa responsável pela integração do novo elemento, que assegure o acolhimento e explicita as novas regras e procedimentos da entidade. A integração de um novo membro na sociedade organizacional estabelece-se desde o primeiro dia, sendo fundamental para o seu êxito ou fracasso nessa comunidade, (Van Maanen, 2007). Dai a necessidade de cada entidade possuir um conjunto de estratégias de acolhimento, já planificadas/programadas, uma vez que o primeiro dia numa entidade nova ou pela primeira vez traz muitos receios, mas também expectativas provocando nesse dia o ponto máximo de ansiedade. Assim, o plano de acolhimento deve ser programado de forma cuidada, tendo em vista reduzir essa ansiedade, mostrando ao indivíduo apoio e desenvolvimento profissional.

Em termos gerais, considera-se integração a inclusão ou educação daqueles que se encontram em situação de carência social (Sarmiento, 2000). No âmbito deste conceito, a Entidade que integra tem a responsabilidade de prestar e proporcionar meios de integração social tendo em consideração as características do menor acolhido e a natureza do contexto social em que a entidade se insere. A expressão integrar refere incluir de forma adequada a criança ou jovem nas dinâmicas da entidade e do meio social, valorizando não só as características pessoais como nas atividades sociais existentes no meio. Significa ainda, promover condições para que quem é acolhido possa usufruir das atividades sociais existentes e sentir-se bem no novo contexto social em que se está a inserir. Este processo de incluir torna necessário a adoção de *estratégias de integração* social de natureza múltipla, pela qual passa o sucesso do projeto de vida.

A ideia de uma sociedade inclusiva desenvolveu-se a partir da publicação da Declaração de Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas em 1948 e que se fortaleceu com o aparecimento dos movimentos Híppies, da Emancipação Feminina e do Poder Negro nos anos 60. Todos estes movimentos tiveram no seu cerne o princípio da inclusão, a defesa da justiça social e da igualdade de oportunidades para todos. Sendo certo que as experiências vividas no sistema de assistência e proteção podem ter um impacto significativo na vida das crianças e jovens, as experiências durante e após a saída do sistema são igualmente importantes. Em particular, a forma tranquila (ou não) da transição dos jovens para a independência, como também o nível de apoio que lhes é proporcionado, podem influenciar o seu percurso na idade adulta.

No âmbito do presente estudo considera-se promoção dos projetos de vida perceber as necessidades e elaborar estratégias conducentes à satisfação dessas necessidades com o propósito de permitir à criança ou jovem uma vida futura com qualidade. A entidade que acolhe e integra tem a responsabilidade de promover estratégias que vão ao encontro às expectativas dos jovens tomando em consideração os meios ao alcance das entidades e o estabelecido nas regras legais. O processo de promoção dos projetos de vida requer adoção de estratégias específicas de natureza múltipla como forma de garantir a minimização do estado de ansiedade do momento da saída como também propiciar uma visão futura realista e com qualidade sempre com o propósito de evitar o retorno à entidade.

5.5 – INSTRUMENTAÇÃO DO ESTUDO

Na recolha de dados o importante não é apenas recolher informação que traduza o conceito, mas também ter essa informação de uma forma que permita aplicar-lhe posteriormente o tratamento necessário à verificação dos objetivos e teste das hipóteses. Na presente investigação considerou-se como mais adequado utilizar, para além das fontes documentais, um questionário especificamente construído para o estudo. O questionário foi construído tendo em vista recolher e produzir a informação requerida pelos objetivos, de forma estruturada e uniforme de modo que a realidades idênticas correspondam resultados idênticos e a realidades diferentes resultados distintos, (Mann,2000). Este método foi selecionado porque a finalidade do estudo centra-se na análise e compreensão de perceções de atores sociais (entidades e técnicos) que atuam em determinado contexto social, no caso presente na região do Alentejo, no quadro da problemática da institucionalização de crianças e jovens. Embora não se pretendendo produzir teoria para generalizar a outros contextos sociais pretendeu-se capturar informação que possibilitasse a compreensão desta problemática no quadro de regiões de baixa densidade populacional.

A partir das variáveis incluídas nos objetivos foi construído um questionário anónimo de auto resposta a ser preenchido por todos os Diretores das Entidades com respostas em LIJ e CAT na região Alentejo. O questionário incluiu 5 secções que na totalidade avaliaram 44 questões que se dissiparam por uma caracterização das entidades, pelos critérios e motivos de admissão das crianças e jovens em acolhimento, pelas estratégias de acolhimento, pelas estratégias de integração social e pela promoção dos projetos de vida da criança e jovens em acolhimento. As questões que integraram o questionário permitiram uniformizar, normalizar a informação obtida e traduzir fielmente as opiniões técnicas. Pretende-se com estas questões dar oportunidade de exprimir as atitudes e opiniões que são realmente relevantes na explicação da temática.

Escolheu-se aplicar um questionário colocado online, com o propósito de capturar da forma mais acessível, expedita e eficaz as perceções dos 33 diretores (a) técnicos (a) que constituíram o grupo alvo deste estudo. Esta abordagem permitiu uma maior flexibilidade na exibição das perguntas, uma maior facilidade, menor tempo dispensado na análise dos dados e uma administração mais económica. O questionário foi aplicado a 33 entidades da região Alentejo e o número de devoluções foi de 22 questionários devidamente preenchidos.

A metodologia de abordagem passou por um contato telefónico aos 33 Diretores Técnicos, onde se explicou o âmbito do estudo e se solicitou autorização para o envio por correio electrónico do questionário. Na primeira abordagem foram autorizados 30 envios do questionário tendo 3 entidades manifestado indisponibilidade para participar. Numa segunda e terceira abordagem junto dos Diretores Técnicos das entidades conseguiu-se o reenvio dos questionários que até à data não tinham sido devolvidos.

Este momento de aplicação e recolha dos questionários teve a duração de 4 meses e contou com 67% de questionários respondidos⁷. De seguida procedeu-se á organização da Base de Dados e para isso escolheu-se o programa SPSS, uma vez que, este permite uma análise estatística confiável, oferece uma vasta gama de procedimentos e testes estatísticos. Permite também, dar um maior impacto aos resultados obtidos e a utilização de recursos de visualização que irão mostrar de uma forma clara as conclusões do estudo. Apresenta-se de seguida, uma sistematização da estrutura do questionário em função do modelo conceptual e dos objetivos (tabela II).

⁷ O envio e a recolha dos questionários tiveram a seguinte distribuição: Baixo Alentejo enviou-se 3 questionários e foram devolvidos 2 questionários (1-LIJ e 1CAT), Alto Alentejo enviou-se 4 questionários e foram devolvidos 3 questionários (1 LIJ e 2CAT), Alentejo Litoral enviou-se 19 questionários e foram devolvidos 12 questionários (7 LIJ e 5CAT); Alentejo Central enviou-se 7 questionários e foram devolvidos 5 questionários (3LIJ e 2CAT).

Tabela II – Do Modelo Concetual à Instrumentação.

Objetivos	Partes do Questionário	Variáveis	Indicadores
Conhecer, Analisar e Compreender as Estratégias que as Entidades tem no processo de Acolhimento, Integração social e promoção dos Projetos de vida de Crianças e Jovens, no Alentejo.	Parte I	Características da instituição	Denominação da instituição, Valência que possui, Área de influência, Estatuto social, Natureza Jurídica, Capacidade e Ocupação presente, Formação do diretor(a) e da Equipa Técnica, Dimensão da Equipa Técnica, Voluntariado e número de voluntários, Adesão ao Plano Dom.
Caracterizar e Tipificar os motivos do acolhimento.	Parte II	Critérios e Motivos de Admissão das Crianças e Jovens em Acolhimento	Critérios de admissão estabelecidos em regulamento ou estatuto, Critérios de admissão utilizados pela instituição, Os motivos do acolhimento, Quem praticaram os motivos que deram origem ao acolhimento, Existência de lista de espera e o número de crianças em lista, Organização do grupo, Sinalização dos processos.
Caraterizar e Analisar as Estratégias de Acolhimento.	Parte III	Estratégias de Acolhimento	Procedimento após a chegada do pedido, Grau de envolvimento dos Técnicos no acolhimento, Procedimentos da Instituição para acolher, Existência de Manual de Acolhimento, Procedimentos da Instituição no momento do acolhimento, Envolvimento e Formas de envolvimento da família no acolhimento.
Caraterizar e Analisar as estratégias de integração social.	Parte IV	Estratégias de Integração Social	Integração das crianças e jovens na comunidade, envolvimento da instituição na comunidade e envolvimento da comunidade na instituição, organização de festas comemorativas pela instituição, características do acompanhamento realizado à instituição pelas entidades competentes em matéria de infância e juventude.
Analisar e Perceber as Estratégias de Promoção dos	Parte V	Promoção do Projeto de Vida da	Acompanhamento realizado pela instituição aos projetos de vida, A preparação dos projetos de vida de acordo com as expetativas da

Projetos de Vida.		Criança/Jovem	criança ou jovem, a informação prestada ao menor acolhido sobre o seu projeto de vida, Anuência nos projetos de vida, medidas de promoção e proteção mais frequentes nos planos de desenvolvimento individual, o prazo de revisão das medidas.
Estimar o Sucesso da Integração da Criança e Jovem.	Parte V	Sucesso da Integração	Projetos de vida mais frequentes na instituição, a demora na execução desses projetos de vida, motivos nas alterações dos projetos de vida.

Fonte – Própria.

Para se chegar à estrutura do questionário houve a necessidade de combinar uma serie de estudos e investigações (autores citados ao longo dos capítulos I,II, III e IV), como forma de explicar e fundamentar as auscultações/opiniões coexistentes nas partes II a V do questionário, como vem referenciado na tabela III.

Tabela III – Base Teórica da Estrutura do Questionário.

Partes do Questionário	Variáveis	Autores utilizados para construção dos Indicadores
Parte II	Critérios e Motivos de Admissão das Crianças e Jovens em Acolhimento	Canha, 2003, Dias, 2004, Magalhães, 2005, Cruz, 2006, Alarcão, 2002, Almeida, 2005, Martins, 2005.
Parte III	Estratégias de Acolhimento	Oliveira, 2003, Maia,2007, Abreu, 2010, Magalhães, 2005, UNICEF, 2003, Dias, 2004.
Parte IV	Estratégias de Integração Social	Almeida, 2005, Oliveira, 2003, Maia, 2007 e 2012, Siqueira, 2006, Rabello, 2000, Tomás, 2003, Oriente, 2005.
Parte V	Promoção do Projeto de Vida da Criança/Jovem Sucesso da Integração da criança e jovem	Namorado, 2005, IDS, 2000, Mann, 2000, Mângia, 2002, Van Maanen, 2007, Sarmiento, 2000, Vilares, 2009, Rizzini, 2004, Baker, 2007.

Fonte – Própria.

Na **parte I** do questionário, pretendeu-se realizar uma caracterização mais pormenorizada da população-alvo, representada pelos Diretores (a) Técnicos (a) das entidades com resposta social em matéria de infância e juventude no Alentejo. A importância deste capítulo centra-se no apoio que presta ao enquadramento logístico (equipa técnica, n.º de elementos da equipa, estatuto social e jurídico, voluntariado) que cada entidade questionada possui, pois em virtude disso poderá haver uma maior ou menor capacidade de elaborar acompanhamento aos clientes em acolhimento.

A **parte II** do questionário teve como objetivo conhecer os critérios e motivos de admissão das crianças e jovens em acolhimento. Para isso colocaram-se questões com a intenção de compreender a opinião e perceção dos Diretores (a) Técnicos (a) relativamente aos motivos do acolhimento, os critérios usados na admissão e se esses critérios provocavam a existência de listas de espera.

Na **parte III** do questionário os objetivos principais prendem-se essencialmente com a identificação dos procedimentos (estratégias) que cada entidade adota após a chegada do pedido de admissão, durante o momento do acolhimento e pós o acolhimento. Procurou-se também perceber o envolvimento da equipa técnica nestes procedimentos, bem como o envolvimento da família do menor admitido.

A **parte IV** do questionário preocupa-se com a integração dos menores acolhidos e com as estratégias adotadas para superar os constrangimentos que cada processo tem. Assim, procurou-se identificar os procedimentos que cada entidade realiza na integração da criança ou jovem na comunidade envolvente. Procurou-se, também conhecer o tipo de envolvimento que a Instituição possui com a comunidade e vice-versa, ou seja, o envolvimento da comunidade na vida da instituição. Identificou-se ainda, as festividades que cada entidade organiza. Esta questão procura conhecer a importância atribuída pelas entidades a formas simplificadas de integração. Em suma as variáveis visavam, essencialmente, analisar e perceber as estratégias usadas no processo de integração da criança ou jovem em acolhimento.

Por fim, a **parte V** do questionário visava por um lado analisar e perceber a promoção dos projetos de vida dos jovens em acolhimento, nomeadamente:

- O acompanhamento e avaliação realizados pela Equipa técnica por forma a encontrar a resposta mais adequada aos interesses da criança ou jovem,
- A preparação do projeto de vida de acordo com as expectativas da criança ou jovem acolhida,
- A informação do caráter confidencial do projeto de vida, bem como, a regularidade com que a entidade informa o menor acolhido sobre os *timings* do seu projeto de vida.
- O acompanhamento realizado ao jovem e/ou sua família após a saída da instituição,
- A anuência (quem participa na realização dos projetos de vida da criança/jovem) dos projetos de vida,
- As medidas de promoção e proteção mais frequentes nos Planos de Desenvolvimento individual,
- O prazo em que cada medida é por norma revista.

Por outro lado estimar o sucesso da integração da criança ou jovem procurando entender quais os projetos de vida mais frequentes na entidade inquirida. Através desta questão foi possível concluir quais as medidas de promoção e proteção (em vigor na lei) mais aplicadas pelas entidades, o que nos permitiu poder questionar os porquês da demora na aplicação dessas medidas nos projetos de vida delineados para os menores em acolhimento bem como, o porque de em determinados momentos haver alterações aos projetos de vida e assim estimar o sucesso da integração das crianças e jovens em acolhimento.

Para melhor compreensão do questionário, apresenta-se de forma resumida as questões em função das variáveis atrás descritas, através da tabela IV.

Tabela IV – Síntese das variáveis e questões utilizadas no questionário.

Variáveis	Questões do Questionário
Características da instituição	Qual a denominação da Instituição? Qual a valência que a Instituição possui? Qual a área de influência da valência? Qual a natureza jurídica da Instituição? Qual a capacidade da valência? Qual a ocupação presente da valência? Qual a formação académica do (a) diretor(a) da Instituição? Qual a dimensão da Equipa Técnica? Qual a formação académica da Equipa Técnica? Na Instituição há atividades de voluntariado? Qual o número de voluntários? Qual a diferença mais significativa que foi introduzida, em termos estruturais, com a adesão ao Plano Dom?
Critérios e Motivos de Admissão das Crianças e Jovens em Acolhimento	Os critérios de admissão na Instituição estão estabelecidos no Regulamento/Estatutos? Quais os Critérios de admissão utilizados na sua Instituição? Das crianças/jovens que estão na Instituição indique quais os motivos do acolhimento? Os motivos que deram origem ao acolhimento foram praticados pela (o), Existe lista de espera de crianças/jovens inscritos que aguardam admissão? Se Sim. Quantas Crianças/Jovens estão em lista de espera?, Como estão organizadas as crianças/jovens que estão na instituição? Os Processos são usualmente sinalizados por?
Estratégias de Acolhimento	Que procedimentos a Instituição toma após a chegada de um pedido de acolhimento? Como procede a sua instituição relativamente ao Acolhimento? Existe na Instituição um Manual de Acolhimento? Como procede a instituição no momento do acolhimento da criança/jovem a instituição? As famílias de origem das crianças/jovens são por norma envolvidas, De que forma é envolvida a família da criança/jovem acolhida na vida da instituição
Estratégias de Integração Social	-Como são as crianças/jovens integradas na comunidade? De que forma a instituição envolve a comunidade nas suas atividades? Relativamente às festas comemorativas a Instituição organiza; Relativamente á integração da comunidade na Instituição, Em termos temporais como caracteriza:
Promoção do Projeto de Vida da Criança/Jovem	Relativamente ao Projeto de Vida da criança/jovem, O Projeto de Vida da criança/jovem é feito com a anuência, Das seguintes Medidas de Promoção e Proteção, quais as mais frequentes nos Planos de Desenvolvimento Individual, As Medidas de Promoção e Proteção têm frequentemente como prazo de revisão?
Sucesso da Integração	Dos projetos de vida apresentados, quais os mais frequentes na comunidade acolhida, A demora na execução dos projetos de vida da criança/jovem deve-se frequentemente, Quando se verifica uma alteração no projeto de vida da criança/jovem deve-se frequentemente?

Fonte – Própria

A estrutura do questionário foi a mesma para todos os inquiridos (diretores (a) técnicos (a)) das entidades. Para além das partes em que o questionário se dividia e das dimensões que abordava, conclui-se que este é fundamentalmente constituído por questões de tipo fechado e misto e pela utilização de escalas. Para medir a opinião e a perceção dos inquiridos, recorreu-se a escalas do tipo Likert. A opção por este tipo de escalas mostra-se adequada quando se pretende estudar as atitudes sociais, possibilitando captar, através de uma análise estatística, a perceção sobre o que é valorizado e diferenciado entre os inquiridos. Desta forma, as escalas propostas encontravam-se graduadas de 1 a 4 em conformidade com o grau de frequência (Nada frequente – Sempre), com o grau de causalidade (Nenhum caso – Totalidade dos casos), com o grau de frequência (Nunca – Sempre).

5.6 – ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados compreende a descrição e a preparação da informação necessária para testar e dar resposta aos objetivos e às hipóteses. Para além disso, proporciona uma análise das relações entre os vários indicadores dos objetivos de forma a se poder comparar os resultados. Os dados que constituíram o objeto de análise são as respostas/informações obtidas em cada questionário devolvido. Procedeu-se ainda a uma análise mais aprofundada das relações entre as variáveis principais e as variáveis complementares, apoiada por testes específicos existentes no SPSS. Em todos os testes estatísticos teve-se sempre como referencia para aceitar ou rejeitar a hipótese nula, um nível de significância $p = \leq 0,05$. Para tal recorreu-se a testes estatísticos de caráter não paramétrico cujas vantagens decorrem da possibilidade de serem aplicados em situações de amostras de pequena dimensão e quando não se confirma a distribuição normal (Spiegel, 2000). Os testes não paramétricos são utilizados em alternativa aos testes paramétricos quando as condições de aplicação destes nomeadamente quanto à normalidade da variável sob estudo e a homogeneidade de variâncias entre os grupos, não se verificam (Maroco, 2007). A estratégia adotada na análise das variáveis teve por base uma análise descritiva designadamente proporções e medidas de tendência central e a utilização do teste de Friedman para algumas variáveis consideradas fulcrais. O teste de Friedman enquanto teste não paramétrico, constitui uma alternativa quando os pressupostos da ANOVA não são cumpridos e revelou-se uma opção adequada para analisar diferenças e fazer a comparação de médias das variáveis identificadas. O teste permitiu, através do *ranking* de médias que estabelece, identificar, por exemplo, a percepção dos inquiridos sobre *as estratégias utilizadas pelas entidades no processo de acolhimento, os motivos do acolhimento, medidas de promoção e proteção utilizadas pelas entidades, medidas de promoção e proteção finais nos projetos de vida, tempo de duração na execução dos projetos de vida, razões de alteração dos projetos de vida*. Tornou-se, assim importante esquematizar de uma forma resumida os procedimentos efetuados para a análise dos dados.

Com o propósito de *caraterizar o funcionamento das entidades* analisou-se as características de cada entidade (tipo de resposta social, estatuto de IPSS, natureza jurídica) e o seu funcionamento (área de influencia da resposta social, formação académica do Diretor, dimensão e formação da equipa técnica, existência de voluntariado, adesão ao Plano DOM). Para esta caraterização utilizou-se estatística descritiva designadamente frequências dos diferentes aspetos considerados.

Para *caraterizar os critérios e os motivos de admissão das crianças/jovens em acolhimento* recorreu-se a uma análise descritiva tendo por base medidas de análise central apoiadas na caraterização dos critérios de admissão, nos motivos de acolhimento, organização das crianças e jovens em acolhimento e sinalização dos pedidos de acolhimento. Complementarmente apoiou-se esta análise com dispersão gráfica e aplicação do Teste Friedman designadamente aos motivos do acolhimento e respetiva sinalização. O Teste Friedman é uma estratégia estatística não paramétrica que permite estimar a importância relativa de um conjunto de dimensões cuja importância relativa é submetida à perceção de um mesmo grupo alvo. Neste sentido, o Teste Friedman permite hierarquizar um conjunto de características, neste caso motivos de acolhimento e entidade sinalizadora.

Para *caraterizar e analisar as estratégias de acolhimento* praticadas pelas entidades recorreu-se a uma análise de conteúdo dos procedimentos que cada entidade adota apos a chegada do pedido de acolhimento e da forma como a família é envolvida na dinâmica da instituição. Complementarmente efetuou-se uma análise às estratégias que as entidades utilizam no acolhimento e na forma como estas procedem no momento do acolhimento e como envolvem a família no processo de acolhimento. Todas estas variáveis foram analisadas através de tabelas de frequência que indicaram os valores mais significativos, complementadas por uma distribuição gráfica e pela medição das variáveis (delineamento das estratégias de acolhimento pelas entidades, estratégias adotadas no momento do acolhimento e envolvimento dos familiares no momento do acolhimento). Estas variáveis foram ainda submetidas à análise do Teste Friedman, que permite evidenciar a importância relativa dos vários tipos de estratégias utilizadas pelas entidades.

Relativamente às *estratégias de integração social* foi aplicado uma análise de conteúdo, à forma como as entidades integram a sua população na comunidade e à forma como a entidade envolve a comunidade nas suas atividades. Este objetivo complementa-se com as variáveis da promoção da integração por parte das entidades com a comunidade e vice-versa (da comunidade para com a entidade). Com o objetivo de medir o envolvimento da comunidade na dinâmica das entidades submeteu-se o nível de envolvimento da comunidade nas atividades das entidades e na organização de festividades promovidas pelas entidades a um Teste Friedman, que permite hierarquizar a importância relativa desse envolvimento. Todas estas variáveis foram analisadas através de tabelas de frequência que indicaram os valores mais significativos, complementadas por uma distribuição gráfica e análise de conteúdo.

Para analisar *as estratégias de promoção dos projetos de vida* recorreu-se, à análise descritiva dos dados relacionados com a promoção dos projetos de vida, as medidas de promoção e proteção aplicadas aos projetos de vida e estimativa do sucesso dos projetos de vida. Para melhor compreensão desta informação todas estas variáveis foram analisadas através de tabelas de frequência que indicaram os valores mais significativos, complementadas por uma distribuição gráfica. No que concerne à análise das *medidas de promoção e proteção* utilizadas pelas entidades, *medidas de promoção e proteção finais* nos projetos de vida, *tempo de duração na execução dos projetos de vida*, *razões de alteração dos projetos de vida*, os resultados foram submetidos ao Teste Friedman com o propósito de avaliar a relatividade da sua importância para as entidades. O conjunto destas variáveis permite aferir o Sucesso obtido na integração da criança ou jovem.

Para aprofundar e melhor compreender toda a problemática relacionada com o acolhimento e integração social procedeu-se ainda ao teste das duas hipóteses delineadas no início da pesquisa, designadamente as influências no delineamento das estratégias de acolhimento e das estratégias de integração pelas entidades. Para este efeito optou-se pelo modelo de regressão linear múltipla para prever as relações causais unidirecionais entre várias variáveis independentes e uma variável dependente. No fundo, procurou-se determinar a relação funcional entre as variáveis independentes e a variável dependente considerada como aquelas que melhor explicam o delineamento de estratégia de acolhimento e de estratégia de integração.

A análise de regressão é uma estratégia estatística que permite estimar o contributo de um ou mais fatores (variáveis independentes ou explicativas) para explicar a variabilidade de determinada variável que assume o papel de variável dependente ou critério. Através da análise multivariada pertenceu-se por um lado quantificar as variáveis acima descritas e por outro testar através da significância da correlação, as variáveis quer no seu conjunto, quer individualmente. Para garantir a adequabilidade da análise da regressão múltipla considerou-se a análise dos vários pressupostos, como por exemplo, a multicolinearidade e a normalidade. As análises efetuadas não revelaram nenhuma violação significativa dos mesmos pressupostos. Foi realizado o teste *Durbin-Watson* que permitiu verificar se existia independência entre as variáveis aleatórias residuais, ou seja, se a sua covariância era nula (Gageiro & Pestana, 2000). O modelo de regressão pressupõe a verificação da normalidade nas variáveis aleatórias residuais, para o efeito procedeu-se ao teste de *Kolmogorov Smirnov* e aos desvios da normalidade. A multicolinearidade foi medida em função da tolerância e VIF e da matriz de correlação. Nestas condições todas as correlações elevadas (superiores a 0,9) indicam a possibilidade de existência da multicolinearidade. Em relação às estatísticas da tolerância e VIF, a base é de que a tolerância deverá variar entre 0 e 1, e quanto mais próxima de 0 maior será a multicolinearidade (Gageiro & Pestana, 2000). Quanto à VIF, se estiver mais próxima de zero, menor será a multicolinearidade e o valor habitualmente considerado como o limite acima do qual existe a multicolinearidade é 10.

A análise de regressão linear múltipla foi ainda efetuada pelo método *stepwise* que permite verificar de entre os vários métodos, quando as variáveis independentes devem ser introduzidas na equação. A opção por este modelo baseou-se no facto do mesmo facilitar ainda a eliminação das variáveis independentes que apresentam uma importância reduzida no modelo, ou seja, uma relação fraca com as variáveis dependentes, sendo por isso excluídas. Analisou-se a proporção de variabilidade dos índices criados para as variáveis dependentes (acolhimento e integração), que é explicada por cada um dos conjuntos de variáveis explicativas através do R (coeficiente de correlação múltipla). Para verificar a significância da regressão considerou-se os valores da estatística F e o nível de significância $p \leq 0,05$. Para além disso, e com o objetivo de analisar a contribuição parcial das variáveis independentes para a explicação da variável dependente ou critério recorreu-se ao *beta* estandardizado. Os coeficientes B indicam a natureza da relação entre cada uma das variáveis independentes e a variável

dependente. Quando as unidades de medida das variáveis independentes estão medidas em unidades diferentes é difícil determinar a importância relativa de cada variável X com base nos coeficientes de regressão parciais, tornando-se preferível examinar os parciais Beta (Gageiro & Pestana 2000).

Neste capítulo procurou-se definir de forma justificada as principais orientações metodológicas para a realização da presente investigação e enquadrá-las com a problemática em estudo. Descreveu-se, também todas as etapas realizadas para a clarificação do grupo alvo a inquirir, bem como os procedimentos relacionados com a construção, validação e aplicação do instrumento de recolha de dados. Explicaram ainda todos os procedimentos relacionados com as opções de análise estatística fundamentadas nos objetivos da investigação e da revisão efetuada à literatura.

VI – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados resultam da aplicação de um questionário conduzido junto dos Diretores (a) Técnicos (a) das 30 entidades (LIJ e CAT) existentes na região Alentejo. Aceitaram colaborar neste estudo 30 entidades, o que representa cerca de 90% do grupo alvo selecionado para o estudo. Face à amostra inicialmente selecionada, obteve-se uma taxa de retorno de 67%. A partir dos dados capturados através do questionário especificamente desenvolvido para este estudo, apresentam-se e discutem-se os resultados com o propósito não só de analisar e caracterizar o grupo alvo bem como, de conhecer em profundidade a problemática em estudo e dar resposta às questões e objetivos que nortearam esta investigação. Para dar resposta aos objetivos delineados optou-se por dividir o presente capítulo pelos mesmos.

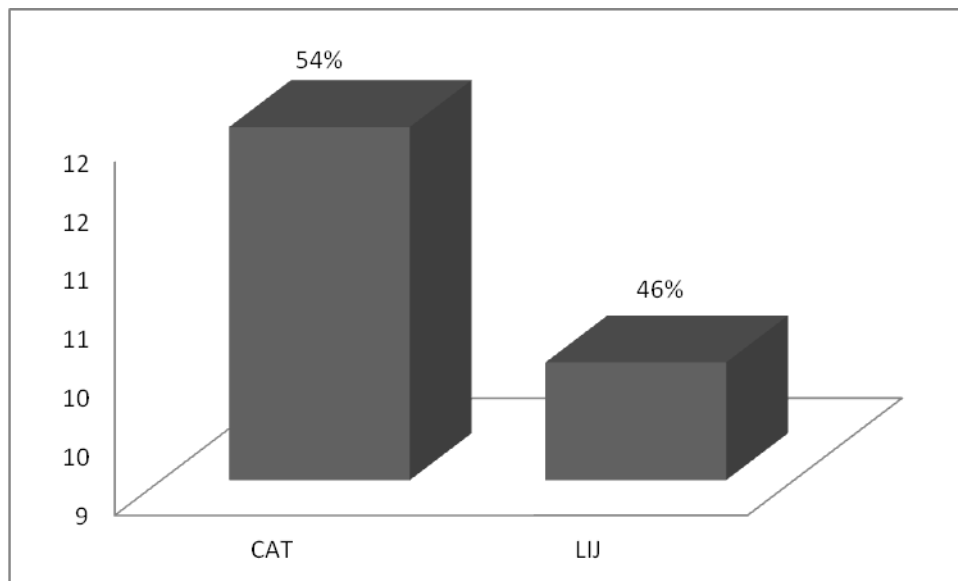
6.1 - CARATERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES

Neste subcapítulo pretendeu-se fazer uma caracterização do grupo alvo da presente investigação, com base nas variáveis de caracterização da Entidade (valência da instituição/resposta social, estatuto social, natureza jurídica), e no funcionamento da entidade (formação do Diretor (a) Técnico (a) e da Equipa Técnica, Dimensão da Equipa Técnica, Voluntariado, número de voluntários e Adesão ao Plano Dom).

a) Caraterísticas da Entidade

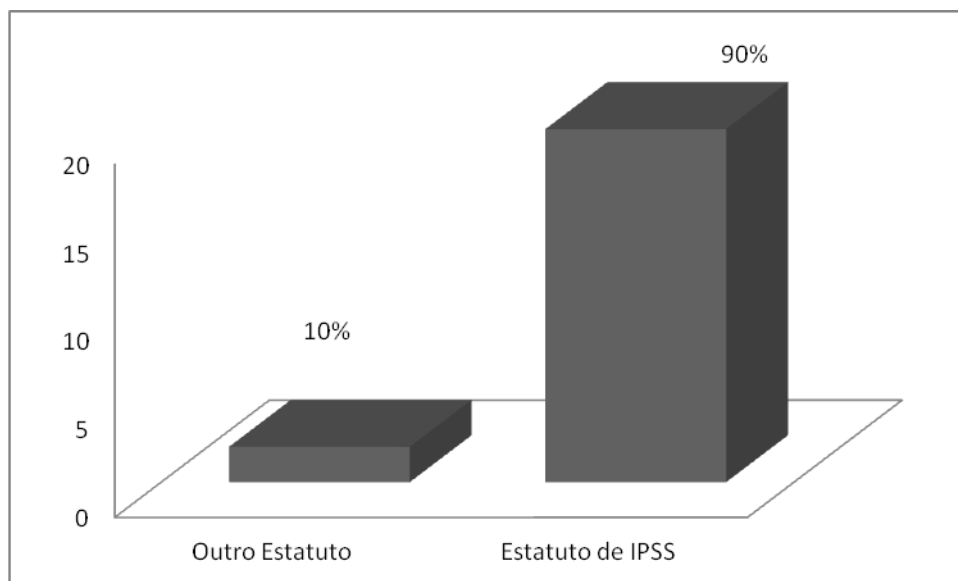
Das 22 entidades que responderam ao questionário 54% eram Centros de Acolhimento Temporário e 46% eram Lares de Infância e Juventude. Em que 90% das entidades possui estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, enquanto 10% tinham um estatuto diferente. Relativamente à natureza jurídica da entidade 41% são Associações, 27% são Sociedades sem fins lucrativos, 14% são Entidades Públicas e 18% são Fundações, tal como vêm ilustrados nos gráficos I, II, e III.

Gráfico I – Resposta Social.



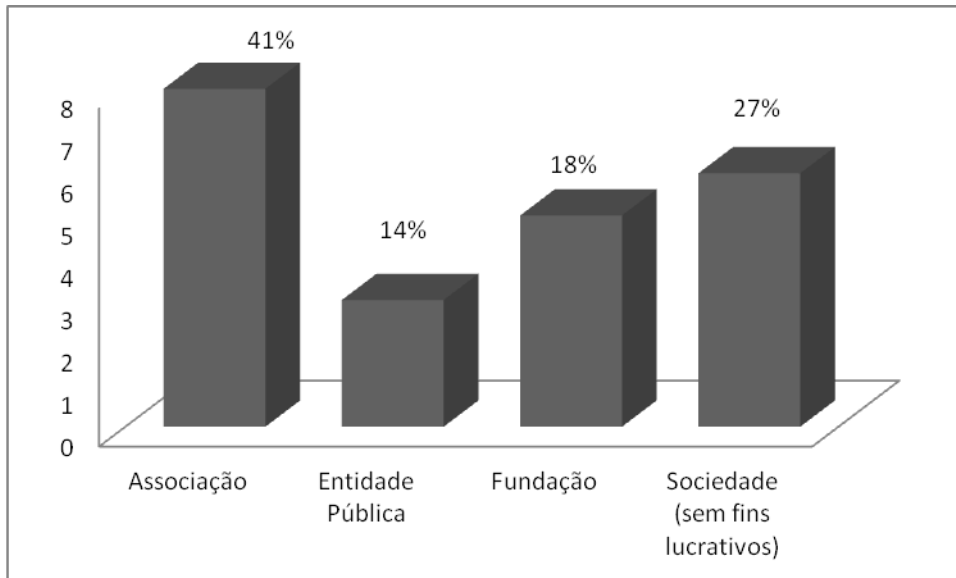
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico II – Estatuto Social de IPSS.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico III – Natureza Jurídica da Entidade.

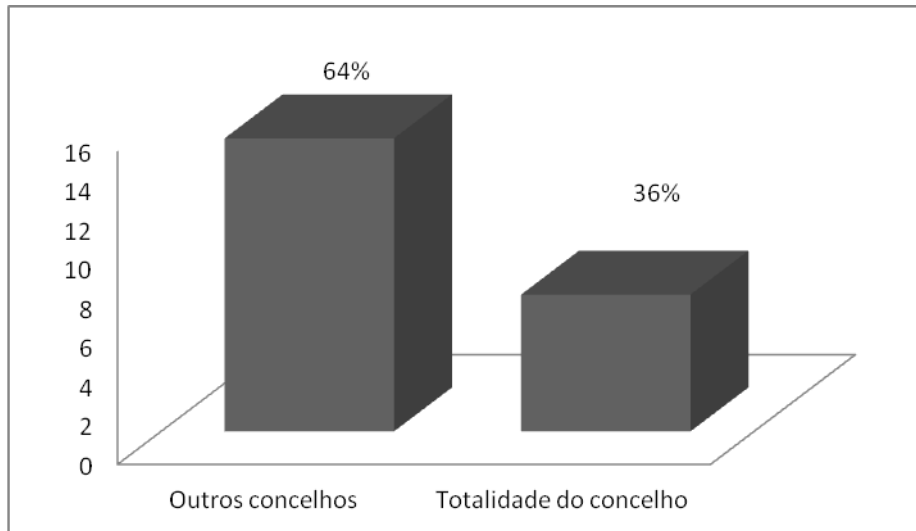


Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

b) Funcionamento da Entidade

No que concerne à área de influência da resposta social, ou seja a área que a resposta abrange e da qual acolhe os seus utentes verificou-se que 36% das entidades abrangem a totalidade do concelho. Isso deve-se ao esforço que as entidades têm vindo a fazer para que haja cada vez menos menores deslocados e para que o acompanhamento às famílias possa ser mais próximo. Contudo ainda se verifica uma percentagem elevada de entidades que acolhem menores de outros concelhos, 64%, tal como exemplifica o gráfico IV.

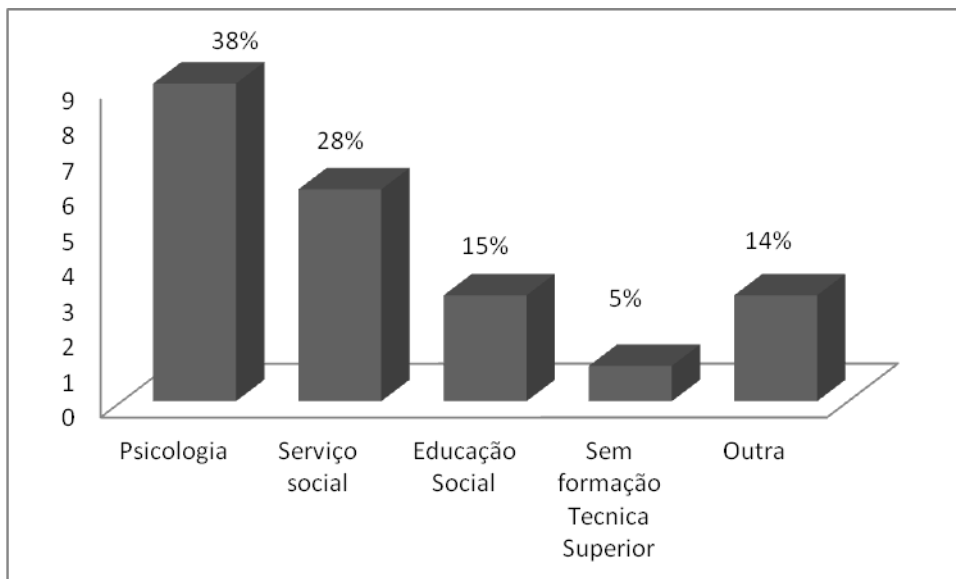
Gráfico IV – Área de Influência da Resposta Social.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

No que diz respeito à formação académica do Diretor Técnico da entidade 38% possuem formação na área da psicologia, 28% na área do Serviço Social, 15% em Educação Social, 14% noutra área e 5% não teriam formação académica superior, tal como nos indica o gráfico V.

Gráfico V – Formação Académica do Diretor Técnico.

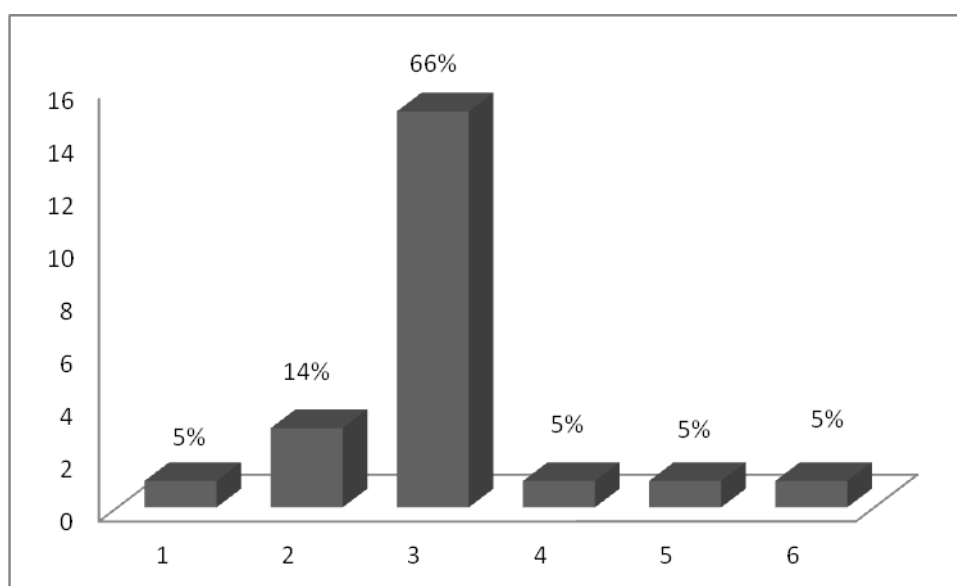


Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Relativamente à Dimensão da Equipa Técnica, a maioria das Equipas são constituídas por 3 elementos (66%) das respostas, 14% por 2 elementos e 20% das respostas distribuem-se entre a existência de 1 elemento a 6 elementos por equipa, tal como indica o gráfico VI.

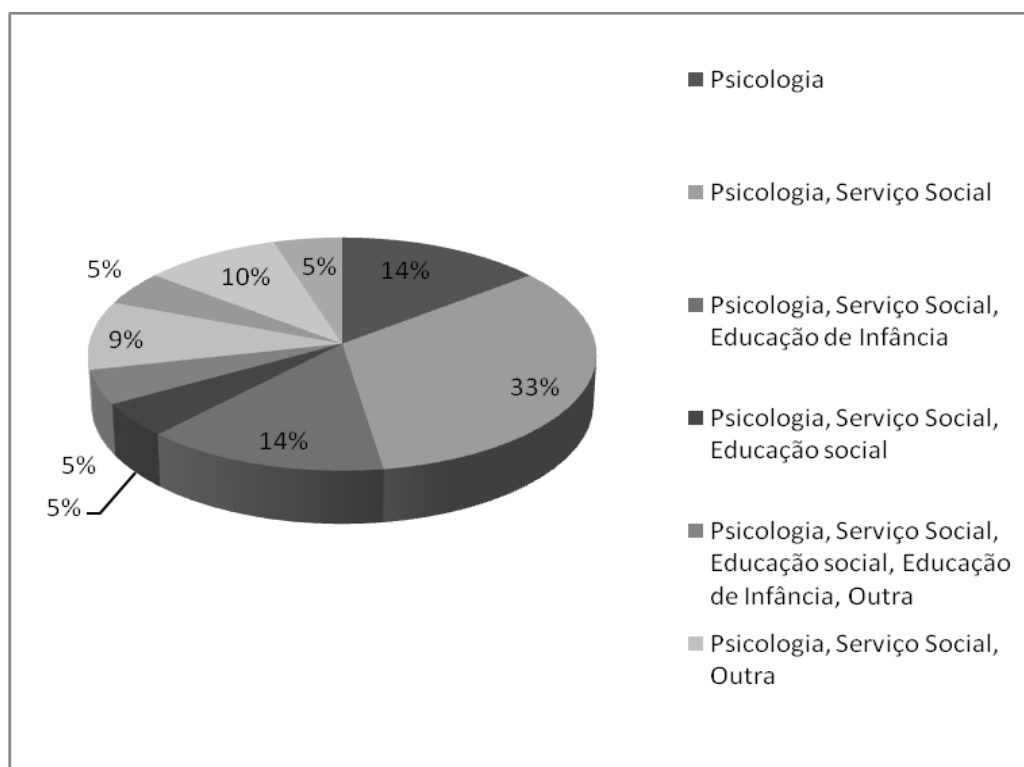
A formação académica destas equipas passa pelas seguintes áreas de formação; 14% das equipas são formadas por um Psicólogo, um Assistente Social e um Educador Infância, 33% por um Assistente Social e Psicólogo, 10% por um Psicólogo, um Assistente Social e um Educador Social e 43% por um destes técnicos: Assistente Social, Educador Social, Educador de Infância ou outra área de formação, tal como vem referido no gráfico VII.

Gráfico VI – Dimensão da Equipa Técnica



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

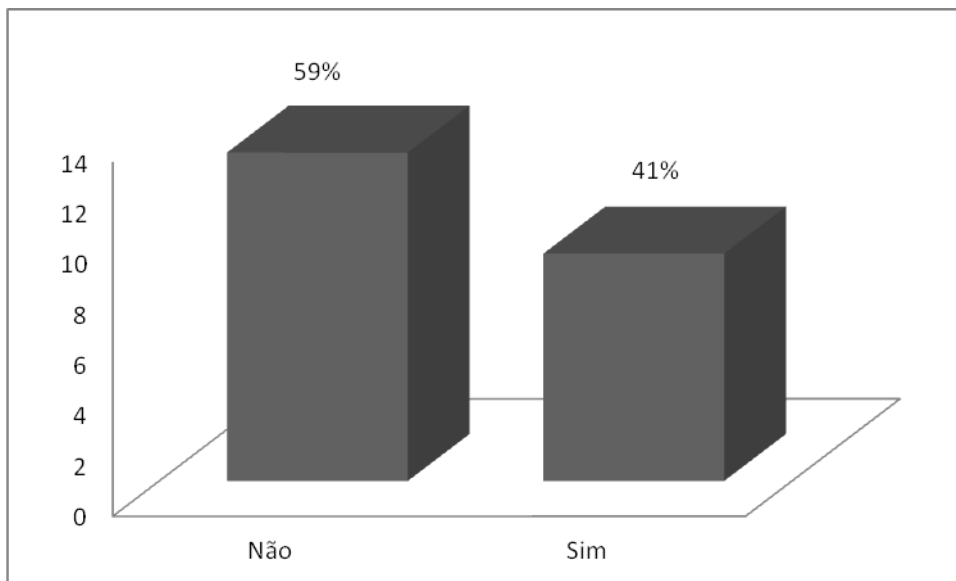
Gráfico VII – Formação Académica da Equipa Técnica.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Relativamente ao voluntariado 59% das entidades referem que não possuem equipa de voluntariado e 41% contam com este serviço na sua resposta social, tal como indica o gráfico VIII. O valor intrínseco ao voluntariado transcende largamente o quadro da prestação de serviços e da satisfação das necessidades sociais. A motivação que subjaz ao voluntariado, ou seja, a noção de que com a iniciativa individual se está a servir o interesse geral e a contribuir para lhe dar forma, faz emergir valores tais como a defesa do bem comum e a solidariedade e oferece igualmente uma contrapartida ao isolamento e ao egoísmo, fenómenos cada vez mais presentes nas sociedades modernas, (Voluntariado, 2012, «www.voluntariado.ump.pt»).

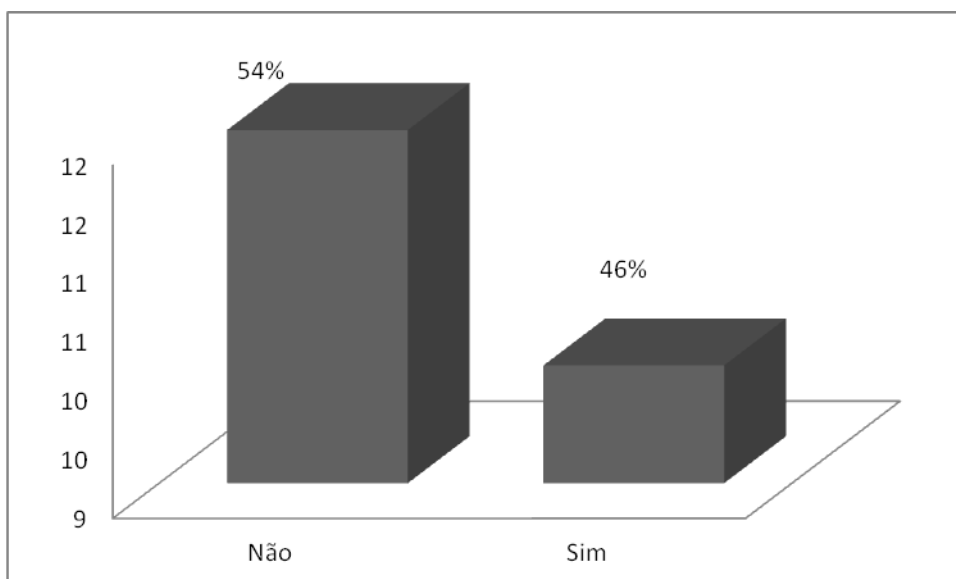
Gráfico VIII – Existência de Voluntariado na Entidade.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Dos Lares de Infância e Juventude que responderam ao questionário todos aderiram ao Plano Dom (46%) e dos Centros de Acolhimento 54% não aderiram uma vez que esta resposta social não se encontra abrangida pelo Plano Dom, tal como indica o gráfico IX.

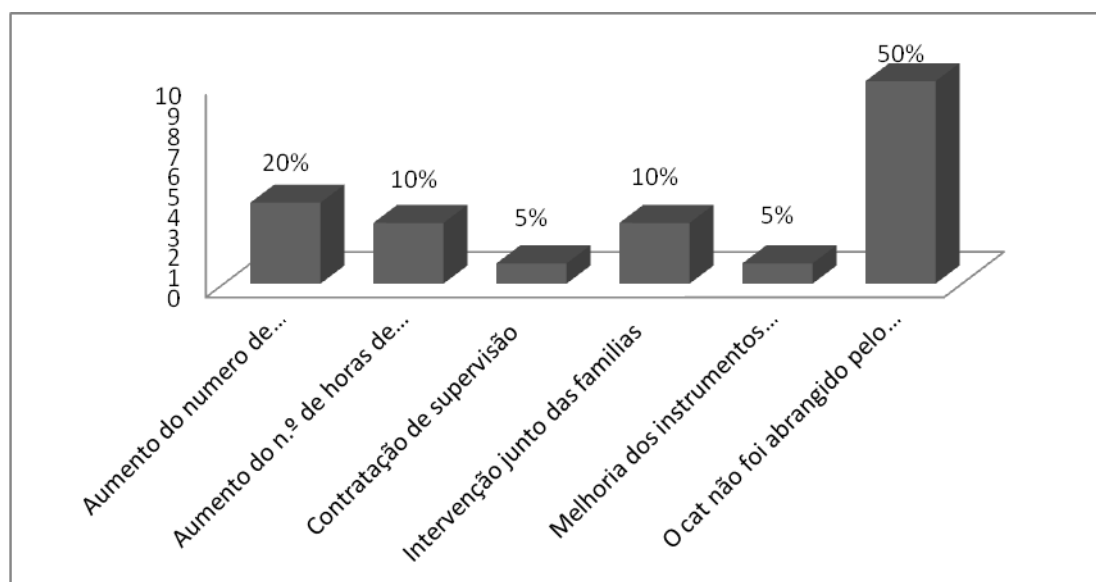
Gráfico IX – Adesão da Entidade ao Plano Dom.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Os Lares de Infância e Juventude que aderiram ao Plano Dom apontaram como diferenças mais significativas o aumento do número de Técnicos especializados (20%) nomeadamente assistentes sociais e psicólogos, o facto de poderem intervir junto das famílias (10%) e o aumento do número de horas de formação (10%). O Programa Desafios, Oportunidades e Mudança (DOM), possibilita às Instituições, através da contratação de técnicos, desenvolver novas metodologias e estratégias interventivas que fomentem a mudança, nomeadamente na construção de Lares reparadores, securizantes, educativos e formativos, (Plano Dom, 2012, «www.novo.cnis.pt»).

Gráfico X – As Diferenças da Adesão ao Plano Dom.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

6.2 - CRITÉRIOS E MOTIVOS DE ADMISSÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS EM ACOLHIMENTO.

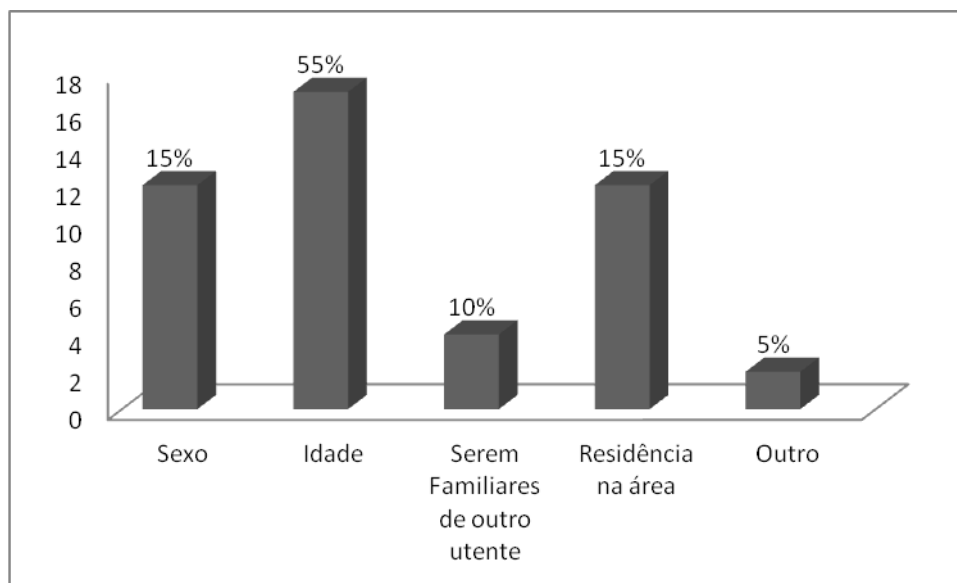
Com o propósito de caracterizar e tipificar os motivos do acolhimento tomou-se por base analisar os critérios e os motivos de admissão das crianças e jovens em acolhimento. Seguiu-se como estratégia compreender a percepção que os Diretores (a) Técnicos (a) das Entidades tinham dos critérios de admissão praticados na sua entidade, dos motivos de acolhimento mais frequentes, da organização do grupo que acolhe e da sinalização dos pedidos de acolhimento, tendo por base a análise descritiva designadamente proporções e medidas de tendência central e o teste não paramétrico de Friedman.

a) Caraterização dos Critérios de Admissão

Cada entidade possui um conjunto de critérios de admissão que influenciam no momento de viabilização do pedido de acolhimento (gráfico XI). Assim, das 22 respostas 55% apontou como fator de peso no momento da decisão de acolher a idade da criança/jovem, isto porque o regulamento interno de algumas Entidades define a faixa etária dos 0 aos 12 anos como a mais propensa à mudança, logo mais fácil de trabalhar e de intervir. O sexo (15%) e a residência na área (15%) foram dois fatores igualmente referenciados como importantes no momento da admissão. O peso destes fatores prendem-se sobretudo com as características das entidades que na sua maioria acolhem elementos de um só sexo e com o fato de na ideologia social destas entidades existir uma forte aposta em trabalhar os fatores de proteção junto da família do elemento acolhido e de não desenraizar o menor do seu meio. Outro fator prende-se com o fato de no processo de admissão o elemento ser familiar de uma criança/jovem em acolhimento (10%). A manutenção dos laços familiares ao longo do processo de acolhimento é encarada pelas entidades como uma forma de promover o bem-estar e de possibilitar a continuidade das relações entre elementos. Para além destes critérios de admissão foram ainda referidos outros (5%) tais como:

- Preferência Regional.
- Grau de perigo.
- Existência de reunificação Familiar.
- Dinâmica do grupo acolhido.
- Caraterísticas do Cliente.

Grafico XI – Critérios de Admissão Utilizados com mais Frequência.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

b) Caraterização dos Motivos de Acolhimento e por quem foram praticados

A família constitui o alicerce fundamental que dá suporte ao que somos e ao que fazemos ao longo da nossa vida. Como principal núcleo cuidador e educativo, o seu papel é de extrema importância no desenvolvimento harmonioso da criança. No seio da dinâmica familiar, a parentalidade entendida como ação de assumir as responsabilidades de ser mãe/pai, deve assentar num processo de adaptação dos pais ao seu novo papel, na responsabilidade de gestão nas respostas da criança e nas respostas da família. A consciência de que cuidar e educar um filho não constitui tarefas inatas, remete para o esforço necessário na adaptação à singularidade de cada criança e ao exercício positivo da parentalidade, influenciado pelos diferentes contextos sociais e familiares.

Quando estes contextos possuem fatores que rompem com o compromisso de uma parentalidade positiva (disciplina assertiva, ambiente emocional e físico estável, sentido de inclusão, confiança mútua, exemplos positivos, orientação e instrução), estão criados os determinantes para a disfunção da família. De acordo com os dados recolhidos do PII (2009) que permitem comparar dados de 2004 a 2007, verifica-se uma multiplicidade de motivos que estão na origem do acolhimento das crianças e jovens, nomeadamente, os maus tratos físicos, maus tratos psicológicos, negligência, abandono escolar, abuso sexual, mendicidade, abandono, orfandade, ausência temporária de suporte familiar.

De entre os motivos de acolhimento referenciados, aquele que se destaca pela maior expressividade numérica é sem dúvida o da negligência. São vários os tipos de negligência identificados: aquela que é mais frequente é a negligência face a comportamentos de risco da criança e do jovem (em 2005 foram acolhidas cerca de 9.774 crianças e jovens e em 2004 cerca de 7.355 crianças e jovens). Seguidamente encontramos a negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar (em 2006 houve um total de 6.365 casos desta natureza e em 2007 cerca de 6.137 casos). Constatamos ainda a negligência ao nível da educação (foram identificados 6.187 casos em 2006 e 5.388 casos em 2007); a negligência ao nível da saúde (5.394 casos em 2006 e 4.730 casos em 2007); negligência por exposição a modelos parentais desviantes (4.204 casos em 2006 e 4.995 casos em 2007). O segundo maior motivo na origem do acolhimento das crianças e jovens é o abandono, apesar de haver uma redução de 2004 a 2007 (cerca de 3.042 casos em 2004 e 1.744 casos em 2007). Como terceiro maior motivo encontram-se os maus-tratos físicos e maus-tratos psicológicos, (Casa, 2011).

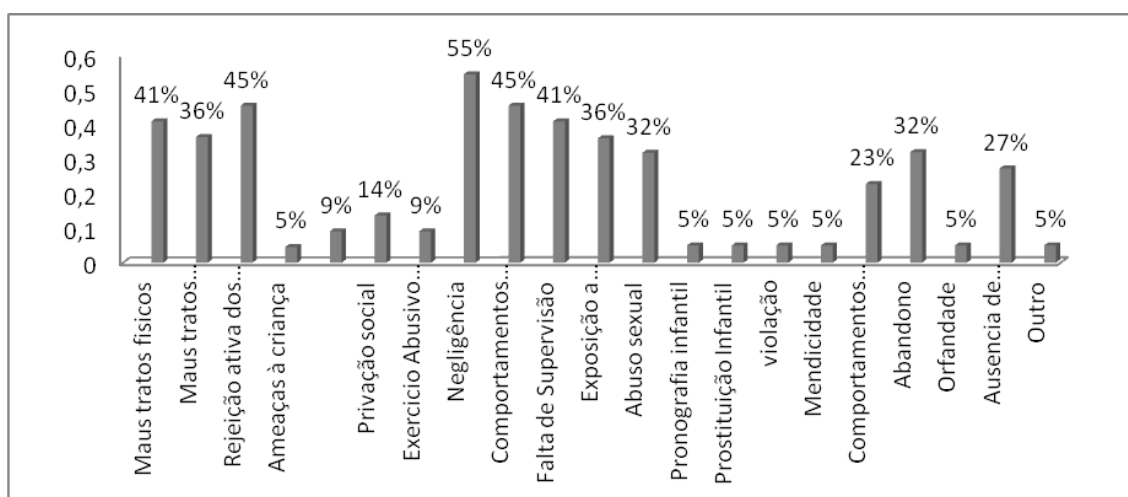
Dentro da presente pesquisa *os motivos* que levaram ao acolhimento vão de encontro aos dados nacionais ou seja:

- Negligência Familiar – 55%
- A exposição a modelos parentais desviantes – 36%
- Comportamentos de Risco da Criança – 45%
- Falta de Supervisão e Acompanhamento Familiar – 41%
- Rejeição Ativa pelos Pais – 45%

Muitos destes motivos de acolhimento são desencadeados por problemas de comportamento por parte dos menores acolhidos, de situações de toxicodependência, problemas de saúde mental, debilidade mental e de deficiência mental ou física. A problemática dos menores em risco está ligada a uma diversidade de fatores de origem económica, biológica, psicológica, social, familiar, situacional, individual.

A combinação destes fatores numa família coloca as crianças e jovens que dela fazem parte em situação de grande vulnerabilidade e de risco. O entendimento das competências familiares em relação à criança/jovem e a relação entre o seu funcionamento e o controle do risco são essenciais na análise do período que antecede a institucionalização, quando o equilíbrio e a aproximação à criança faz-se essencialmente pelos pais. É determinante o conhecimento do modelo de relação que está estabelecido com a família, seja uma parentalidade adequada (capacidade de empatia com a criança, reconhecimento da sua individualidade) ou uma parentalidade parcial onde aumenta o risco (atitudes parentais disfuncionais: agressões físicas, negligências, insegurança psicológica), que se agravam com a incapacidade dos pais em reconhecer esse situação e em conseguir trabalhar com os técnicos ou ainda quando se desenvolve a disparentalidade atribuída às situações de maus-tratos, abusos, crueldades mentais ou negligências graves em contextos familiares. A situação crescente de risco remete para uma multiplicidade de fatores que se associam a um ambiente socialmente instável, a condições de vida precárias, a novas formas de vivência e experimentação sexual, a manifestação de intolerância ou comportamentos marginais, (Almeida, 2005b). De fato na intervenção e institucionalização predominam as situações de internamento por negligência, incapacidade parental e de maus-tratos, o que evidencia a necessidade de reforçar a análise do papel da parentalidade enquanto fator de risco e motivação para a institucionalização, tal como nos indica o gráfico XII.

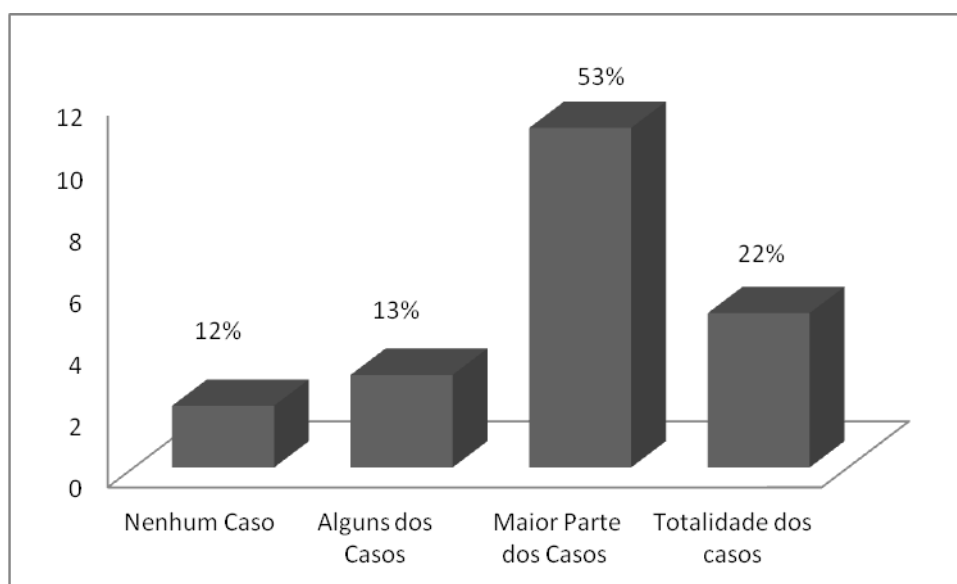
Gráfico XII – Motivos que Originaram o Acolhimento.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

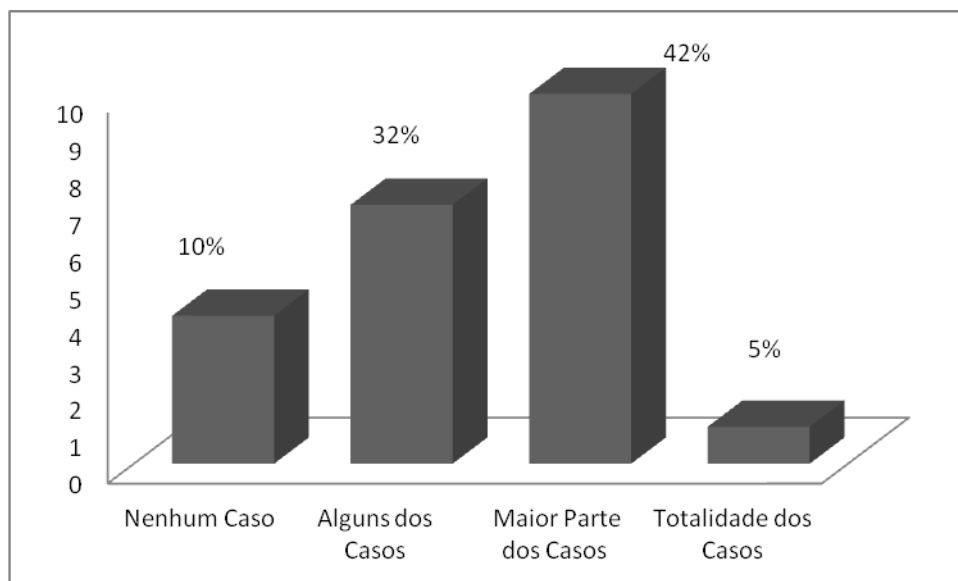
Nomeadamente a *quem pratica esses motivos* pode-se afirmar que estes são por norma perpetuados por um membro da família ou por alguém muito próximo da família. Desta forma verificou-se que na maior parte dos casos, 53% para a mãe e 42% para o pai foram quem praticou o motivo que deu origem ao acolhimento. Enquanto os avós (50%), outros familiares (57%), não originaram nenhum caso. Esta distribuição encontra-se apresentada nos gráficos XIII a XVI. Múltiplas são as causas que precedem a institucionalização da criança ou jovem em risco, contudo, grande parte destas decorre de um estado complexo, desadaptado e de dinâmicas familiares desviantes, onde a angústia e o sofrimento, para a criança, são uma realidade diária. A falta de competências familiares, a inexistência de uma identidade familiar partilhada, a ausência de competências parentais e de uma conjugalidade serena aliadas aos constrangimentos sociais em que a família se encontra, potenciam em larga escala a colocação do menor em situações de risco, (Vilares, 2009).

Gráfico XIII – Motivos que originaram o Acolhimento praticados pela mãe.



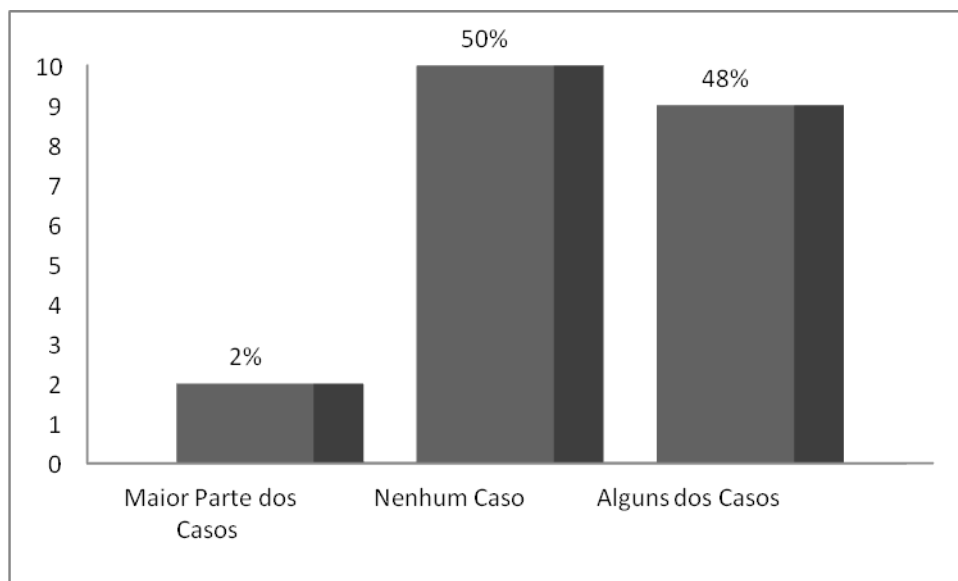
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XIV – Motivos que originaram o acolhimento praticados pelo pai.



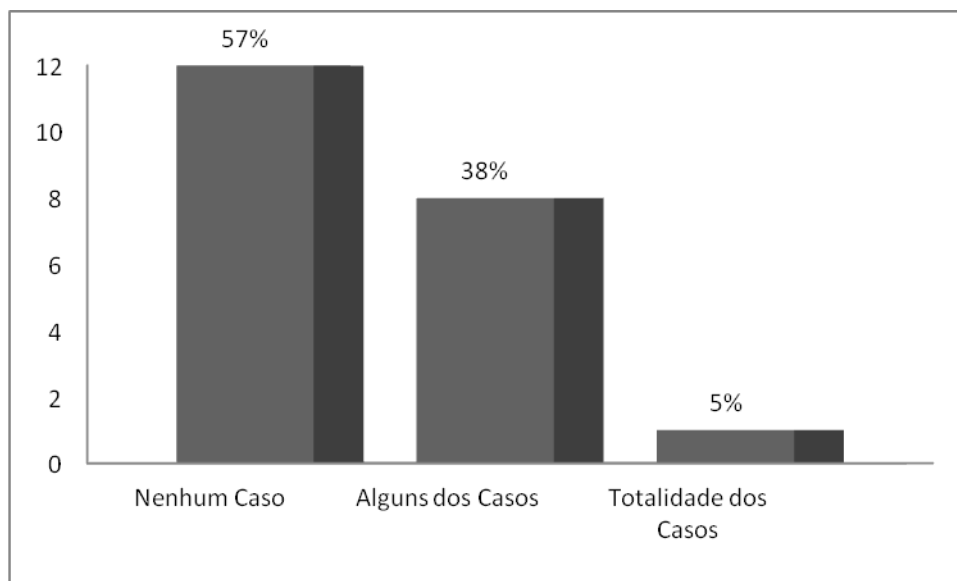
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XV – Motivos que originaram o acolhimento praticados pelos avós.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XVI – Motivos que originaram o acolhimento praticados por outros familiares.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Em termos de motivos que originaram o acolhimento podemos referir de acordo com o Teste Friedman que os motivos praticados pelos progenitores (pai ou mãe) são os mais significativos em detrimento dos motivos praticados pelos vizinhos ou por outra entidade de apoio à infância, tal como refere a tabela V. O fato, de alguns pais terem sido educados num clima familiar de violência e de insegurança, é propenso a que mais tarde, se tornem em pais maltratantes, estabelecendo-se assim, um ciclo vicioso, embora não todos mas grande parte dos adultos que hoje são pais maltratantes foram crianças maltratadas. A literatura estudada cita como traços de carácter comuns a estes pais os seguintes: falta de confiança em si; fraca tolerância à frustração; solidão, imaturidade, dependência, ciúme; expectativas irrealistas acerca da criança; e a fé no valor de uma educação severa. Para além disso, certas características dos pais propiciam a ocorrência de maus tratos e salientam um conjunto de circunstâncias biológicas (por exemplo, fatores psicológicos, tais como a reatividade ao stress), emocionais (como a autoestima, força do ego, perceções relativas ao comportamento da criança, atribuições causais, expectativas relativas ao comportamento da criança, stress, psicopatologia e problemas emocionais, afetividade negativa e empatia) e comportamentais (tais como, isolamento, dificuldades na interação com a criança, competências para lidar, vinculação e uso de álcool e droga). O álcool e a droga constituem um dos principais fatores que favorecem, consideravelmente, o disfuncionamento da célula familiar e em muitos casos, são

responsáveis pela manifestação de atos violentos em crianças no seio familiar, (Rodrigues, 2003).

Tabela V – Motivos que originaram o acolhimento de crianças e jovens.

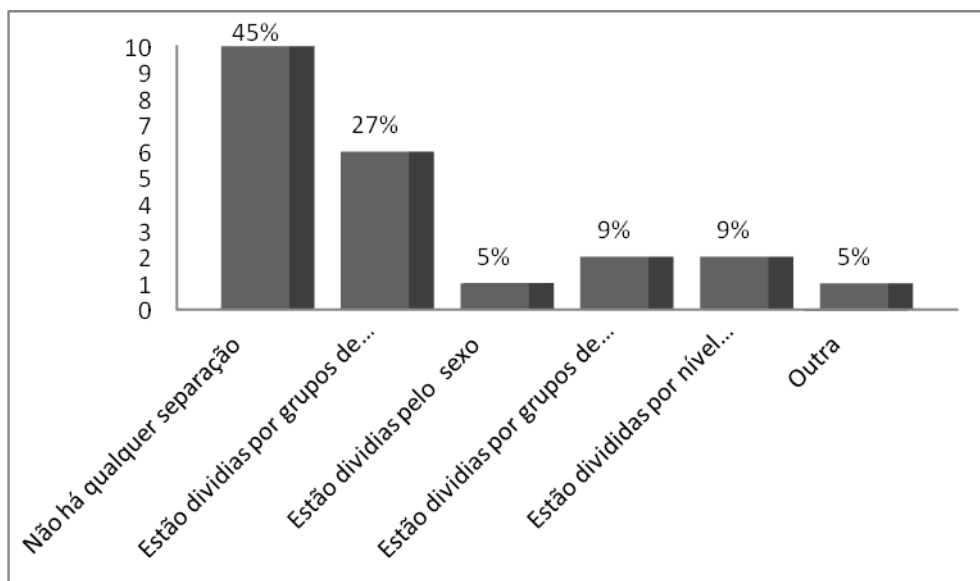
Teste Friedman	
Motivos que originaram o acolhimento	Ranking Médias
Motivos praticados pela mãe.	33,21
Motivos praticados pelos avós.	12,83
Motivos praticados por outros familiares.	9,88
Motivos praticados pelo pai.	24,76
Motivos praticados pelos vizinhos.	5,36
Motivos praticados por outra instituição.	6,10

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

c) Organização das Crianças e Jovens em Acolhimento

As entidades de acolhimento possuem formas de organização interna facilitadoras na estruturação, composição e constituição do grupo acolhido. Assim 45% das entidades inquiridas afirmaram não possuir qualquer separação entre o grupo, 27% declararam que o seu grupo se encontra dividido pelas idades dos menores acolhidos. As restantes Entidades organizam os seus grupos pelo nível de escolaridade ou por grupos de idade e sexo, tal como nos exemplifica o gráfico XVII. O acolhimento como postura e prática nas ações de atenção e gestão favorece uma relação de confiança e compromisso entre equipas e serviços. O momento do acolhimento é um momento importante para otimizar ações de prevenção, de educação e sobretudo para promover a vinculação, (Mângia e Mattos, 2002).

Gráfico XVII – Organização Interna das crianças/jovens em acolhimento.



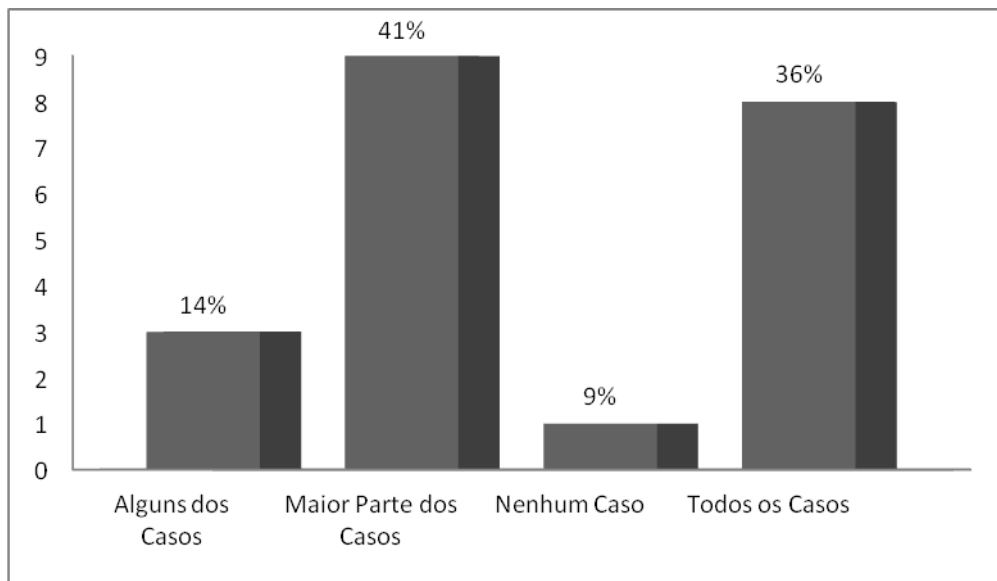
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Apesar de haver investigações sobre o fenómeno da institucionalização e sobre o seu impacto no desenvolvimento das crianças e dos jovens, esta é uma área que continua a suscitar discussão na literatura pela complexidade da sua natureza, havendo ainda muito por investigar. A teoria indica que a vivência institucional pode exercer um impacto negativo no desenvolvimento emocional e social da criança ou jovem acolhido, (Alberto, 2003). Outras pesquisas defendem que a instituição pode constituir um espaço seguro, substitutivo da família quando esta coloca em risco a vida de uma criança ou jovem, constituindo uma alternativa de vida com vantagens, nomeadamente, pela experiência e vivência em grupo e o consequente desenvolvimento de competências sociais, (Martins, 2005). Dai a necessidade de se perceber a forma como as instituições estão organizadas, as suas características, os motivos do afastamento das crianças e jovens das suas famílias de origem. Desta forma, as organizações desenvolvem-se no âmbito de um espaço geossocial no qual agem, se integram e se inserem, adaptando-se às características, às entidades e aos elementos que a caracterizam. Estes elementos têm diferentes graus de influência sobre a organização, tais como o envolvimento contextual (características sociais, económicas, culturais, religiosas que definem o sistema social), o envolvente relacional (o conjunto de entidades, indivíduos que entram em contato com a organização) e o envolvimento organizacional (o conjunto de elementos que criam a ordem interna e que interagem com o exterior), tal como indica o gráfico XVII.

d) Sinalização dos Pedidos de Acolhimento

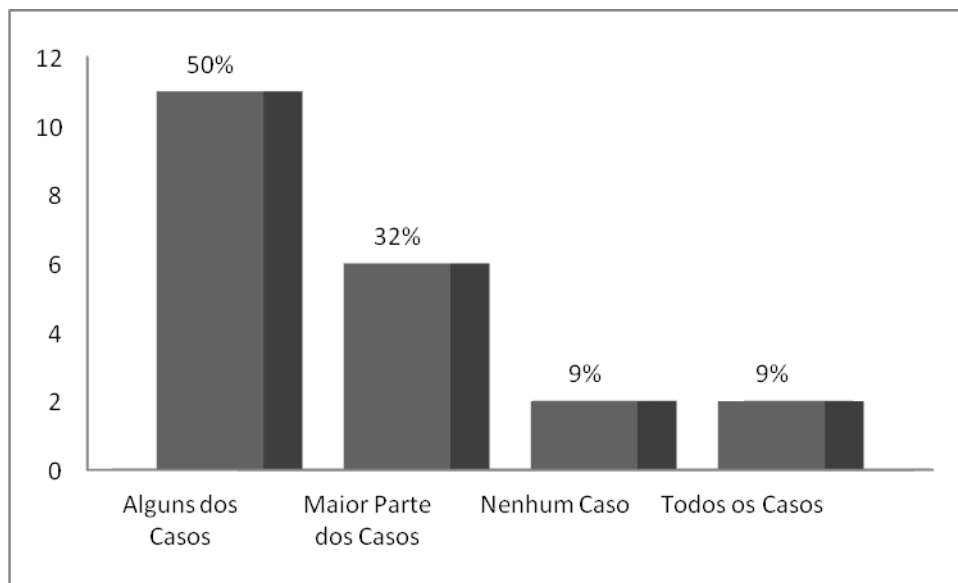
No que diz respeito às sinalizações dos pedidos de acolhimento verifica-se que na maior parte dos casos essas sinalizações provem da Segurança Social (41%), alguns dos casos (50%) são sinalizadas pelo Tribunal ou (45%) pelas CPCJ, tal como nos mostra o gráfico XVIII a XX.

Gráfico XVIII – Pedidos de Acolhimento sinalizados pela Segurança Social.



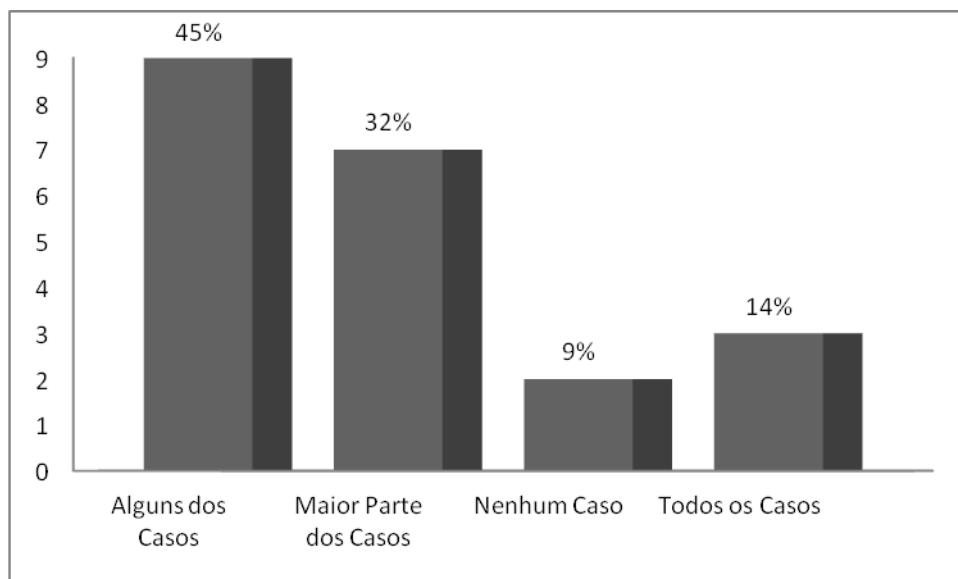
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo".

Gráfico XIX – Pedidos de Acolhimento sinalizados pelo Tribunal.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XX – Pedidos de Acolhimento sinalizados pela Comissão Proteção Crianças e Jovens.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

De acordo com o Teste Friedman pode-se reafirmar que as sinalizações com uma distribuição mais significativa são provenientes da Segurança Social, seguindo-se a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e por último o Tribunal, tal como ilustra a tabela VI. Quando uma criança ou jovem é vítima de violência e/ou de crime, e assumindo como garantido que a experiência de vitimação será identificada pelas entidades competentes, “ingressa” no sistema judicial através de duas vias: a Justiça Protetiva, que procura assegurar a proteção dos direitos da criança e a promoção do seu bem-estar (representada em Portugal pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens), e a Justiça Criminal, que procura investigar os factos e obter provas, que conduzam à identificação do/a agressor/a e à sua penalização criminal. Desta forma, a vitimação de crianças e jovens incorre no seu envolvimento em dois processos judiciais distintos: o processo de promoção e proteção e o processo-crime, respetivamente, (Leandro, 1998).

A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo incumbe, assim:

- **Entidade com competência em matéria de infância e juventude** - num primeiro momento, essa tarefa deve ser levada a cabo pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, de forma consensual com os pais, representante legal ou com quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem. Estas entidades não têm, porém, competência para aplicar medidas de promoção e proteção. A sua ação assume particular relevo por estarem próximas das crianças, jovens e das suas famílias. A sua atuação pode exercer-se a diversos níveis, na prevenção, deteção, diagnóstico e intervenção em situações de risco; na prevenção, deteção, diagnóstico e intervenção em situações de perigo e no encaminhamento para o segundo nível da intervenção, ou seja, para a CPCJ.
- **Comissões de Proteção de Crianças e Jovens** - As CPCJ são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Estas comissões, constituídas por representantes de diversas entidades, serviços e organismos (ex: municípios; segurança social; misericórdias; direção geral de educação; administrações regionais de saúde), intervêm apenas quando não seja possível às entidades acima referidas atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que as crianças ou jovens se encontram. A sua intervenção

também depende do consentimento expresso dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto da criança ou jovem. Convém reforçar ainda que também a intervenção das comissões depende, no caso de criança ou jovem de idade igual ou superior a 12 anos, da sua não oposição.

- **Tribunal** - há lugar à intervenção judicial quando: não estiver instalada comissão de proteção na área de residência da criança ou jovem; não for possível chegar a uma solução consensual com os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança ou jovem e com esta, quando tenha mais de doze anos; a comissão não tenha meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada; passados seis meses desde o conhecimento da situação de perigo, a comissão não tiver proferido qualquer decisão. O Ministério Público considerar que a decisão da comissão é ilegal ou inadequada.

Neste sentido, as entidades com competência em matéria de infância e juventude, enquanto instâncias de primeiro nível, assumem um papel particularmente importante. No âmbito das competências específicas que detêm, de acordo com o enquadramento conferido pela Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro e em concordância com o **Princípio da Subsidiariedade**, têm prioridade de intervenção junto de crianças e jovens face às CPCJ e aos Tribunais, que apenas deverão ser chamados a intervir quando não for possível aos primeiros remover o perigo, após terem sido esgotados todos os seus meios e os das entidades que se incluam no mesmo nível de competências, (Leandro, 1998).

Tabela VI – Sinalização dos Processos às Entidades.

Teste Friedman	
Sinalização dos Processos às Entidades	Ranking Médias
Processos Sinalizados pela Segurança Social.	4,41
Processos Sinalizados pelo Tribunal.	3,52
Processos Sinalizados pela CPCJ.	3,70
Processos Sinalizados por ONG.	1,68
Processos Sinalizados Outra Entidade.	1,68

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

6.3 - ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO

Com o intuito de caracterizar e analisar as estratégias de acolhimento que cada entidade adota no processo de acolher teve-se em consideração a análise dos procedimentos do pedido de acolhimento (procedimentos realizados após a chegada do pedido), das estratégias de acolhimento praticadas pelas entidades (o grau de envolvimento do Diretor (a) Técnico (a) e da Equipa Técnica no momento do acolhimento, os procedimentos que a entidade possui pós acolhimento, a existência de manual de acolhimento e os procedimentos que a entidade possui no momento de acolher), o envolvimento das famílias no momento do acolhimento e a forma como estas são envolvidas. A análise destas variáveis teve por base a análise descritiva designadamente proporções e medidas de tendência central, análise de conteúdo e o teste não paramétrico de Friedman.

a) Procedimentos do Pedido de Acolhimento

Após a chegada de um pedido de acolhimento a Entidade delinea um conjunto de procedimentos os quais vão ditar a viabilização ou não do pedido, tal como indica o gráfico XXI. Desta forma os procedimentos mais comuns são:

- Análise do Pedido pela Equipa Técnica – 59%
- Avaliação do pedido pela Equipa Técnica – 36%
- Análise dos Critérios de Admissão – 36%

Os restantes procedimentos predem-se com questões de ordem organizacional tais como:

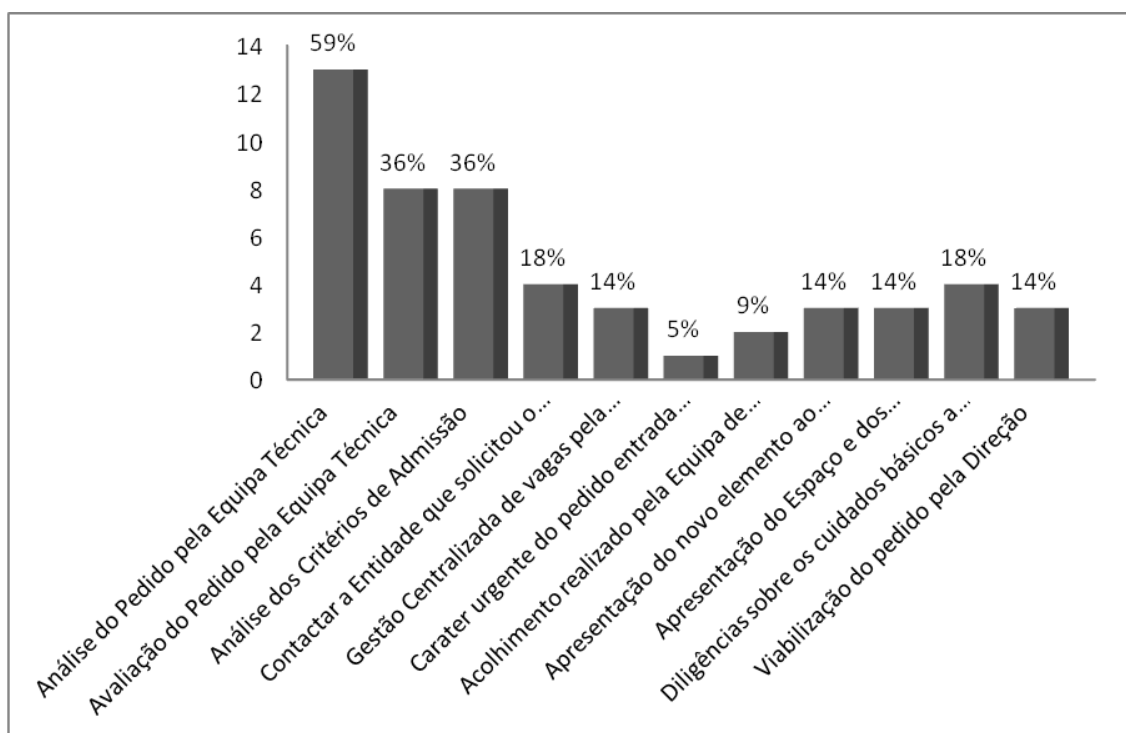
- Efetuar diligências sobre os cuidados a prestar ao novo elemento.
- Preparar o espaço físico, os colaboradores e o grupo.

Relativamente aos critérios de admissão os mais apontados foram:

- Urgência do pedido.
- O grupo acolhido.
- O nível de saúde do novo elemento.
- Existência de vagas.

A adoção de diretrizes no momento do acolhimento, privilegia um novo olhar e procura inovar na compreensão que se deve ter deste. O objetivo de atenção é o novo elemento para o qual deverá ser construído instrumentos de acolhimento que irão refletir-se na construção do seu novo projeto de vida. Esses instrumentos/estratégias deverão ter em conta as características do pedido, a realidade institucional em termos de grupo acolhido e de equipa que acolhe, (Cansado, 2012, «www.artigocientifico.ual.com.br»). O aspeto relacional no momento do acolhimento revela-se fulcral na valorização positiva ou negativa deste momento, sendo que a presença dos progenitores ou outros familiares, bem como a presença e atitude recetiva dos pares e recursos humanos da entidade poderão promover respostas mais favoráveis ao internamento. Do mesmo modo que no momento da saída, o aspeto relacional e a presença de um ritual de saída/despida poderão facilitar o impacto desse momento. Uma das características que recentemente tem motivado sérias preocupações relaciona-se com a emergência cada vez mais frequente de problemas comportamentais, sobretudo nos jovens acolhidos, sendo que a falta de especialização das instituições de acolhimento do sistema de promoção e proteção para lidar com estas problemáticas e o fraco delineamento de estratégias no momento de acolher, contribui para que sérios constrangimentos se verifiquem. Ao longo do desenvolvimento humano, a adaptação é uma constante e também o princípio condicionante da evolução. A adaptação, contudo, é particularmente crítica quando a vulnerabilidade esta presente, como é no caso do acolhimento. Desta forma, há que proporcionar dimensões facilitadoras no momento de acolher, (Camões, 2003).

Gráfico XXI – Procedimentos realizados após a chegada do Pedido de Acolhimento.



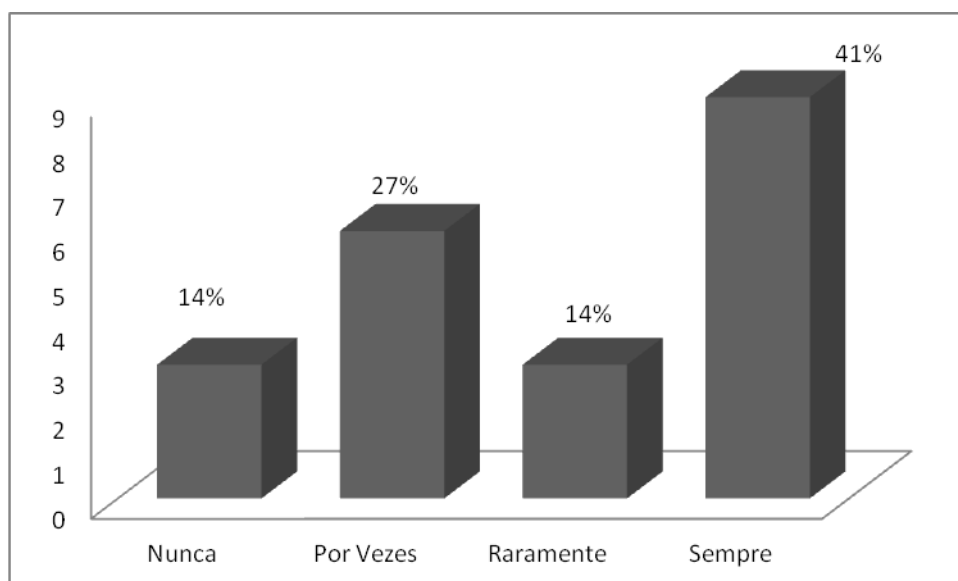
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

b) Estratégias de Acolhimento praticadas pelas Entidades

No momento do acolhimento deve-se ter sempre presente o forte impacto emocional que a entrada num Lar ou Centro de Acolhimento implica, principalmente pelas profundas modificações no projeto de vida. Desta forma é importante ter em atenção os colaboradores ou os elementos da equipa que estarão presentes no momento do acolhimento e o grau de envolvimento que esses elementos têm. Das 22 Entidades que responderam ao questionário 41% referiram que no momento do acolhimento o Diretor (a) Técnico estaria sempre envolvido, bem como, o Técnico Social (59%), o Educador (55%) e o Psicólogo (41%), tal como vem referenciado no gráfico XXII ao XXV. O acolhimento deverá ser *precoce* (o mais cedo possível, no sentido de afastar a criança da situação de perigo e de encontrar um rápido reencaminhamento familiar), e *temporário* (porque, tendo em vista a sua reintegração, procura averiguar o que é melhor para a criança). As crianças não são nem doentes, nem delinquentes, nem portadoras de qualquer anomalia, antes sim profundamente sofridas, carenciadas de comunidade, de vida, precisando de ser encaminhadas para modelos que lhe permitam aprender. Aprender a ser pessoas, aprender a ter cidadania, aprender uma profissão de

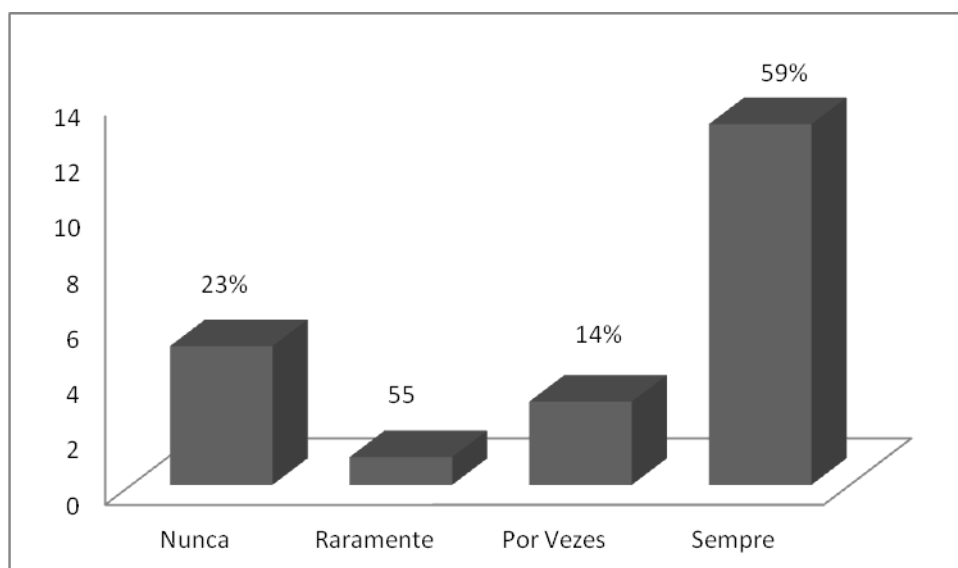
forma integrada. As entidades deverão assim estar totalmente preparadas para acolher e minimizar os efeitos que os processos de denúncia tiveram no menor. Uma das formas que as Entidades que acolhem possuem para fomentar o acolhimento, passa pela criação de estratégias de acolhimento de base, pela estruturação e organização dos seus serviços. Essas estratégias de acolhimento são entendidas como um processo de reflexão conjunta entre Equipa Técnica (que deverá ser multidisciplinar) e as entidades que operam no meio social (Escolas, Outras Instituições, Autarquias). O trabalho em parceria é fundamental após o momento do acolhimento, mas também na metodologia do acolhimento, ou seja, é fundamental que em Equipa trace as linhas orientadoras da forma como vai receber, acarinhar, escutar e valorizar o menor vítima, (Vilares, 2009). De acordo com Barudy quando a instituição e os sistemas envolventes à criança/jovem estão conscientes dos seus objetivos, dispõem dos recursos mínimos necessários para atingi-los e trabalham em conjunto com vista a alcançá-los, com o objetivo último da promoção do superior interesse da criança, a institucionalização pode ter potencialidades que assegurem este interesse e bem-estar, (Barudy, 2007). Deste modo, o acolhimento pode servir de uma fase transitória útil para a criança/ jovem e para a sua família, permitindo a sua capacitação e a sua mobilização para mudanças positivas e sólidas. Assim, com o trabalho e apoio dos técnicos e, com base numa relação de confiança, a criança e a família, agora com mais recursos interiores e exteriores do que antes da intervenção, podem (re) encontrar-se e (re) viver novamente em família. O acolhimento deverá ser diversificado, desde logo, distinguido entre criança vítima de crime e criança que participou em atos qualificados como crime, entre as crianças que precisam de proteção, das que precisam de proteção e inibição. A decisão de promover o acolhimento institucional tem que ser ponderada na base da vinculação (cuidadosamente avaliada) e na ponderação de um acolhimento o mais temporário possível. A criança deve ser vista de forma integrada, carecendo da definição imediata de um projeto de vida, (Tomazoni, 2004).

Gráfico XXII – O Grau de Envolvimento do Diretor (a) no Momento do Acolhimento.



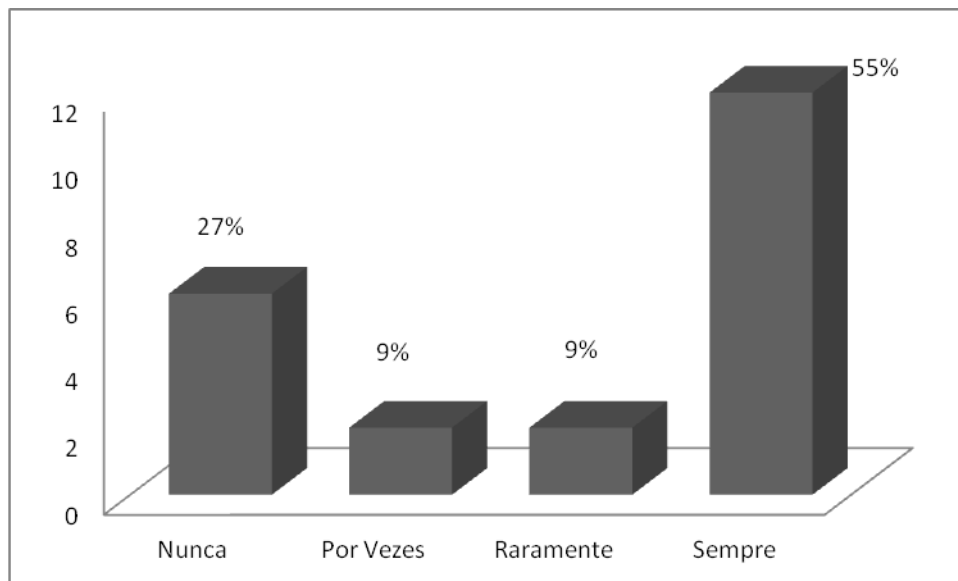
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XXIII – O Grau de Envolvimento do Técnico (a) Social no Momento do Acolhimento.



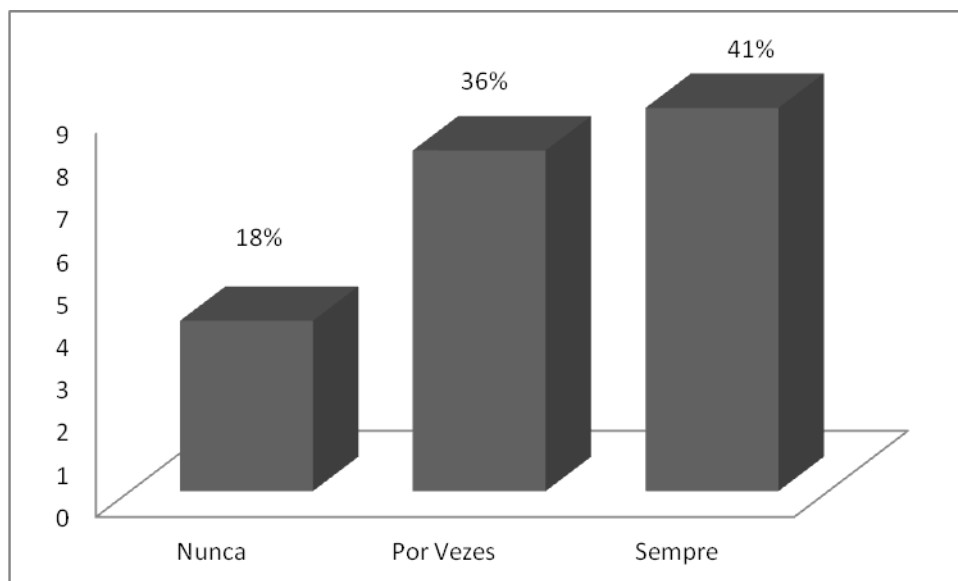
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XXIV – O Grau de Envolvimento do Educador (a) no Momento do Acolhimento.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

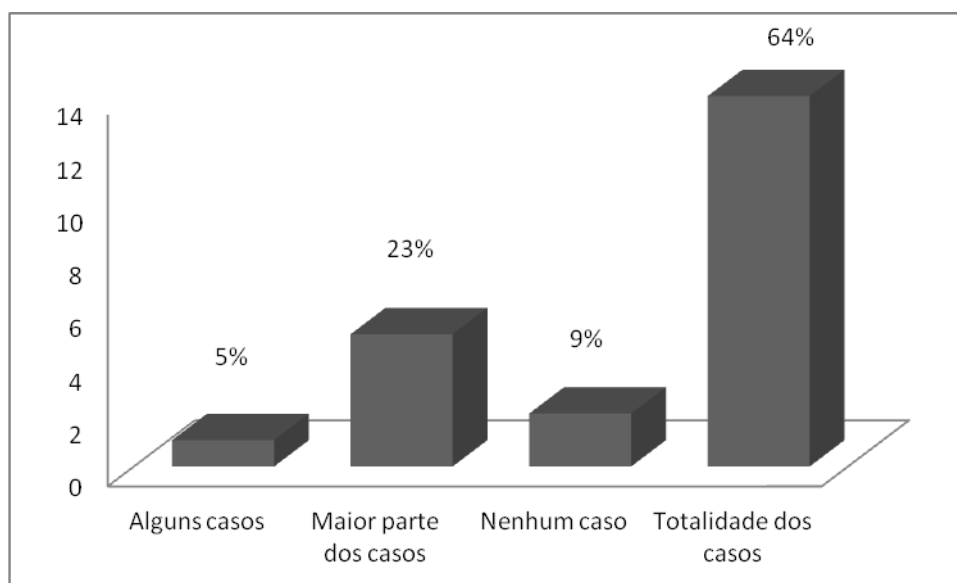
Gráfico XXV – O Grau de Envolvimento do Psicólogo (a) no Momento do Acolhimento.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Outra situação a ter em conta prende-se com as estratégias que cada Equipa Técnica delinea para o momento de acolher. Desta forma 64% das entidades inquiridas preparam previamente o acolhimento para a totalidade dos casos, enquanto 23% prepara para a maior parte dos casos, tal como nos indica o gráfico XXVI.

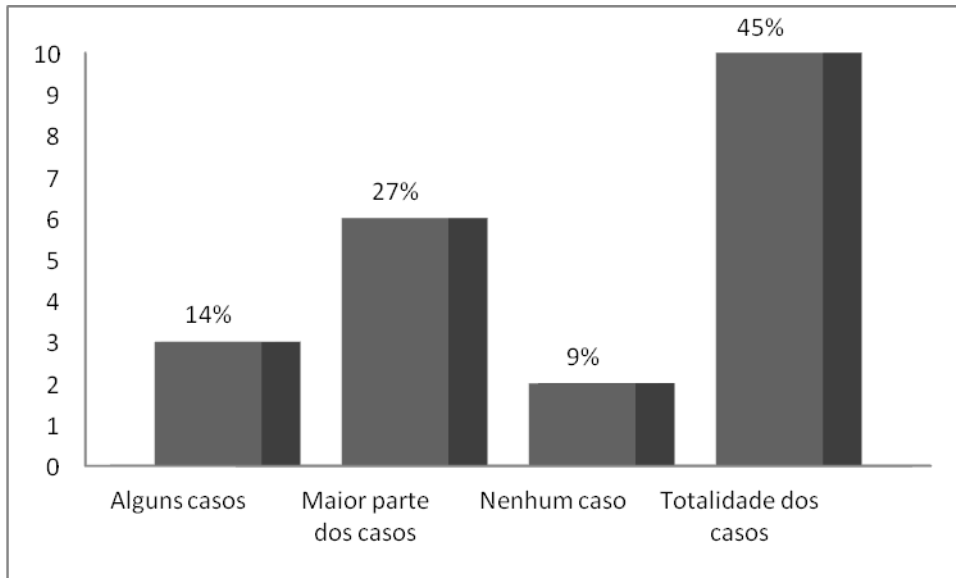
Gráfico XXVI – A instituição prepara previamente o acolhimento.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

No mesmo registo 45% das entidades delinea as suas estratégias de acolhimento em função do pedido na totalidade dos casos e 27% na maior parte dos casos, enquanto 9% não o faz em nenhum caso, tal como nos indica o gráfico XXVII.

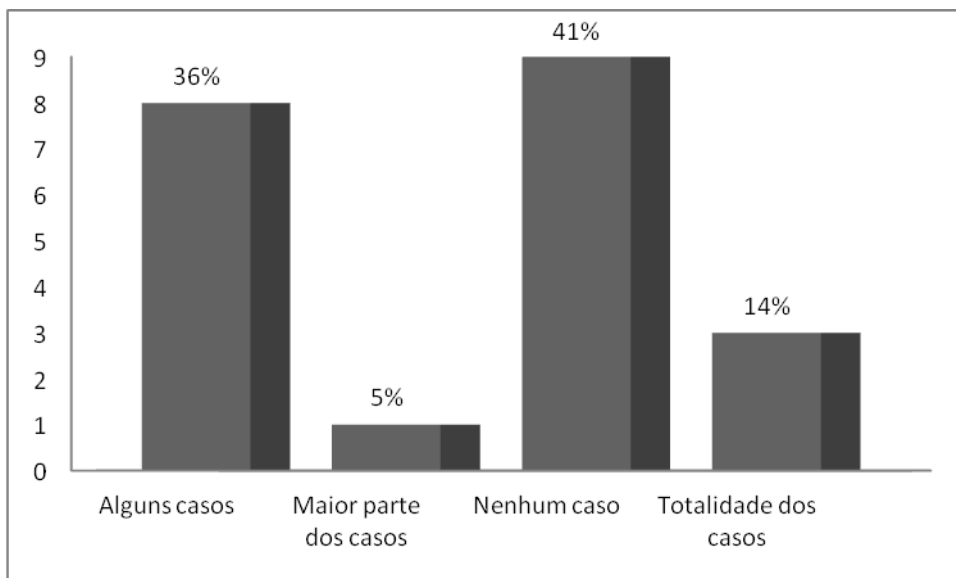
Gráfico XXVII – As estratégias são delineadas em função do pedido.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Contudo 41% das estratégias são delineadas por membros da Direção e/ou Diretor Técnico em nenhum dos casos, 36% em alguns casos e 14% na totalidade dos casos, tal como exemplifica o gráfico XVIII.

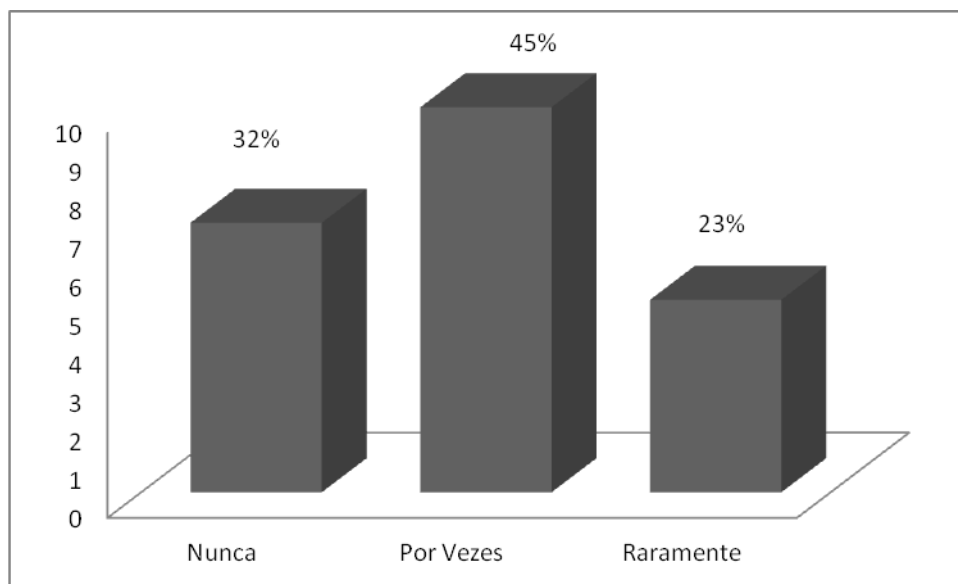
Gráfico XVIII – As Estratégias de Acolhimento são delineadas pela Direção.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

No que concerne ao momento do acolhimento 45% as entidades inquiridas referem que por vezes permitem ao novo elemento escolher o quarto onde vai dormir, 32% referem que nunca permitem essa escolha, 23% raramente o permitem. A não permissão da escolha do quarto, passa em algumas situações por uma estratégia de integração, ou seja, há entidades que optam por colocar o novo elemento num quarto individual e posteriormente permitem a escolha do seu quarto, como vem referido no gráfico XXIX.

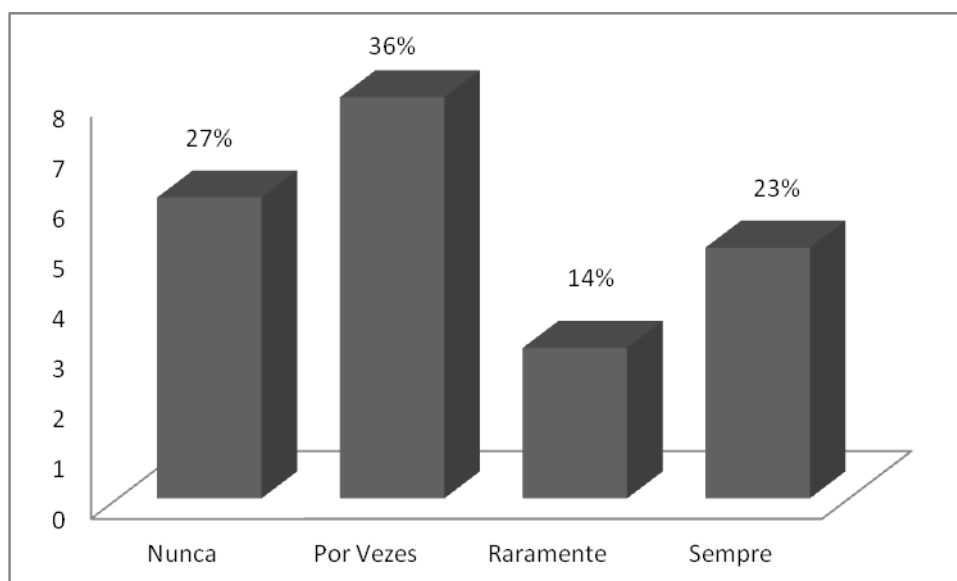
Gráfico XXIX – No momento do acolhimento a criança escolhe o quarto.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Outra das estratégias que se apontou passa pela apresentação da instituição à criança/jovem no momento do acolhimento, em que 36% das entidades referiram que por vezes o fazem, 23% apresentam sempre a entidade ou raramente o fazem e 27% nunca optam por esta estratégia, exemplificado no gráfico XXX.

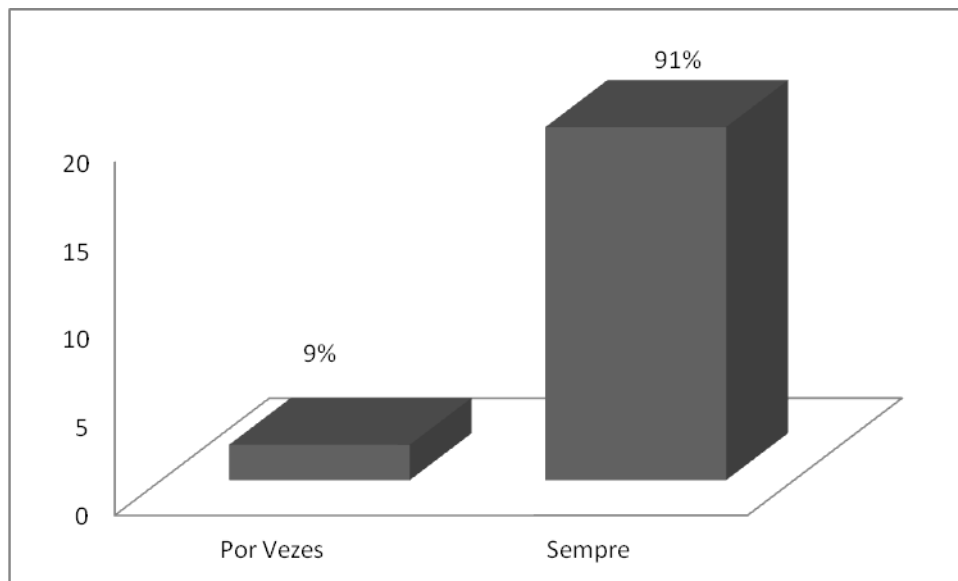
Gráfico XXX – No momento do acolhimento é apresentada a instituição à criança.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

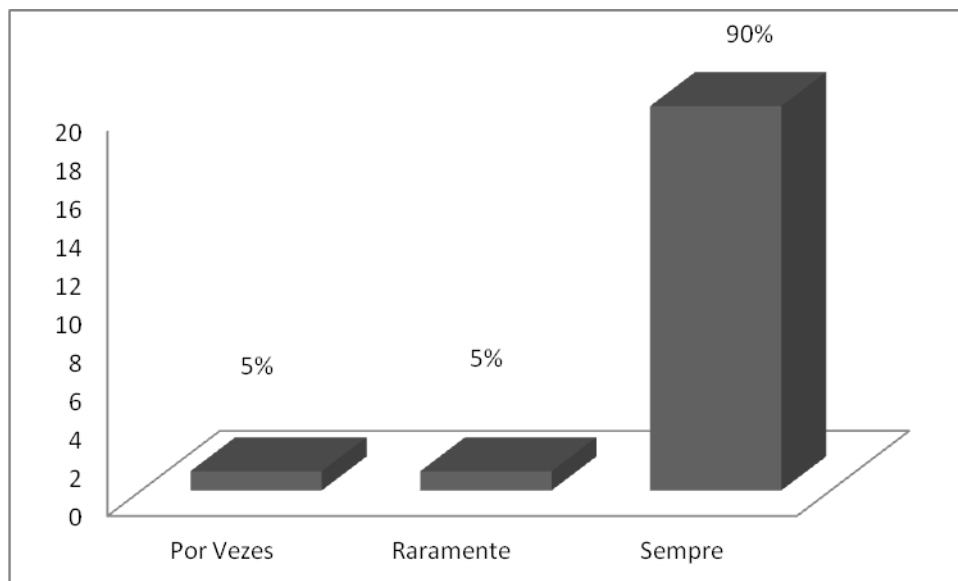
Apontou-se ainda como estratégia que ajuda no momento do acolhimento a escolha, por parte do novo elemento, do grupo em que vai ficar. Das entidades inquiridas 91% afirmou que permite sempre essa escolha enquanto que 9% por vezes o permitem. Exemplificado no gráfico XXXI. Referiu-se também como estratégia de grande utilidade, a apresentação do novo elemento ao grupo já acolhido, em que 90% das entidades referiu que realiza sempre esse momento e 5% por vezes ou raramente o faz, tal como demonstra o gráfico XXXII.

Gráfico XXXI - No momento do acolhimento a criança escolhe o grupo.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

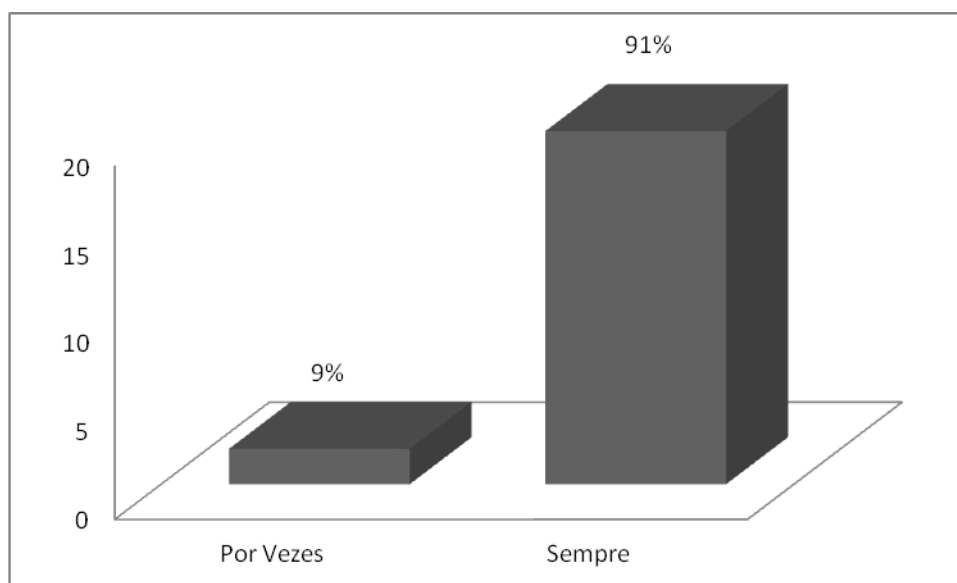
Gráfico XXXII – No momento do acolhimento a criança é apresentada ao grupo.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Outra das estratégias apresentadas passou por saber se as regras da entidade são apresentadas às crianças/jovens no momento do acolhimento, em que 91% das entidades inquiridas referiu que fá-lo sempre e 9% só o faz por vezes, tal como refere o gráfico XXXIII.

Gráfico XXXIII – No momento do acolhimento a criança é informada das regras da instituição.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Relativamente ao acolhimento e às estratégias que cada entidade adota pode-se referir, de acordo com o Teste Friedman, que a hierarquia é significativa, evidenciando assim a importância de haver estratégias previamente delineadas para o momento do acolhimento, dessas estratégias serem concertadas em Equipa e de envolverem elementos da família em todo o processo. Assim, em termos de estratégias o mais significativo prende-se com uma preparação prévia do acolhimento, em que a estratégia com maior ponderação passa por permitir à criança/jovem escolher o grupo onde vai ficar inserida e a de menor ponderação permitir á criança ou jovem escolher o quarto, tal como nos indica as tabelas VII e VIII.

Tabela VII – Delineamento das Estratégias de Acolhimento pelas Entidades.

Teste Friedman	
Delineamento das Estratégias de Acolhimento pelas Entidades	Ranking Médias
Relativamente ao Acolhimento é preparado previamente.	64,98
As estratégias de acolhimento são delineadas em função do Pedido.	56,76
As estratégias de acolhimento são delineadas pela Direção.	32,26
Existe rotatividade dos Técnicos no momento do acolhimento.	34,83

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Tabela VIII – Estratégias adotadas no momento do Acolhimento pelas Entidades.

Teste Friedman	
Estratégias adotadas no momento do Acolhimento pelas Entidades	Ranking Médias
No momento do acolhimento a criança escolhe o seu quarto.	35,05
No momento do acolhimento é apresentada à criança a instituição.	44,31
No momento do acolhimento a criança escolhe o grupo.	72,90
No momento do acolhimento a criança é apresentada ao grupo.	69,31
No momento do acolhimento a criança é informada das regras da instituição.	71,02
No momento do acolhimento a criança é informada que escolhe a sua roupa.	49,43

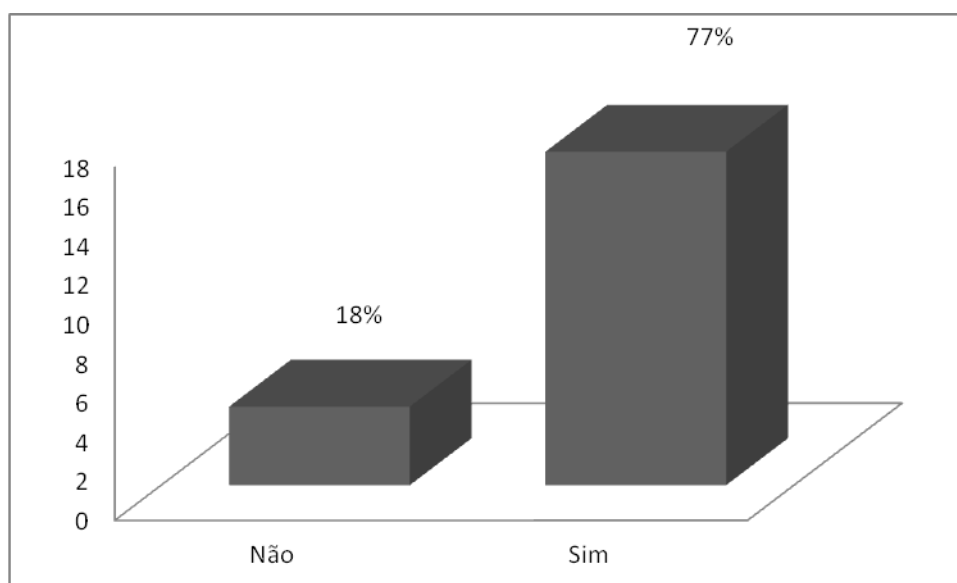
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

O objetivo concreto de adotar metodologias estratégicas de acolhimento visa a obtenção de mudanças nos serviços, na postura que as Equipas possuem perante esse momento e numa organização do serviço que se está a prestar. A adoção dessas metodologias por parte das Equipas Técnicas requer que a Equipa reveja com alguma frequência o seu funcionamento, o seu *modus operandi*, reflita sobre a sua prática, as reais necessidades sobre as parcerias estabelecidas e a estabelecer. Contudo, ao fazê-lo direciona a sua atuação, a sua energia para a produção de novas respostas para a abertura da sua Entidade à comunidade e permite-lhes ter uma visão alargada de todos os que devem envolver no processo do pós acolhimento, Para a criança, quanto mais tempo for prolongado o seu acolhimento, menos oportunidades terá de ver concretizado o seu

direito a crescer numa família, seja a sua ou seja outra (por via da adoção). Sabe-se que, quanto mais velha for, mais dificuldades terão em reintegrar-se nas rotinas e hábitos familiares, porque entretanto adquiriu outros na instituição, (Cansado, 2012, « www.artigocientifico.ual.com.br »).

A maior parte das entidades possuem Manual de Acolhimento (77%) enquanto 18% não tem esse instrumento, tal como indica o gráfico XXXIV.

Gráfico XXXIV – Existência de Manual de Acolhimento.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

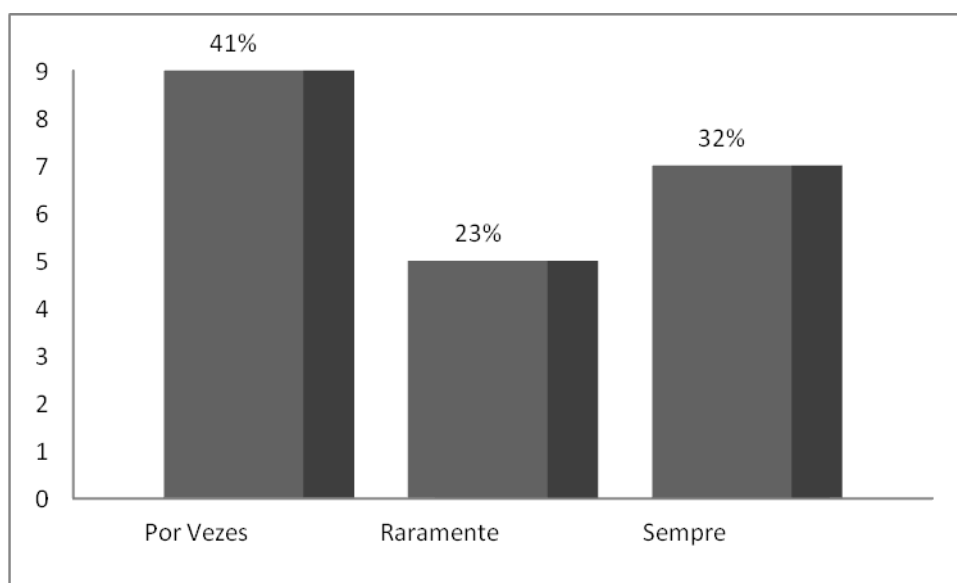
c) Envolvimento das famílias no momento do Acolhimento

Um dos pilares que apoia e concede sustentabilidade ao acolhimento é o facto de se poder envolver a família em todo o processo. Contudo esse envolvimento requer que a entidade que acolhe possua um conjunto de estratégias e reúna esforços para iniciar esse envolvimento desde o primeiro encontro. Desta forma ao se questionar as entidades sobre o envolvimento da família no *início* do acolhimento 41% indicou que por vezes tomam esse procedimento, 32% fazem-no sempre e 23% raramente procedem a esse envolvimento. Já *durante* o processo de acolhimento 50% das entidades envolvem sempre a família e 41% por vezes providenciam esse envolvimento enquanto 5% raramente o fazem. No momento da *saída* do menor, a entidade envolve sempre a família 73%, enquanto 18% por vezes realizam esse envolvimento, tal como se exemplifica nos gráficos XXXV, XXXVI e XXXVII. Durante o processo de

acolhimento a entidade adota estratégias que promovem a integração da família. Essas estratégias encontram-se enquadradas no gráfico XXXVIII, das quais pode-se destacar as seguintes:

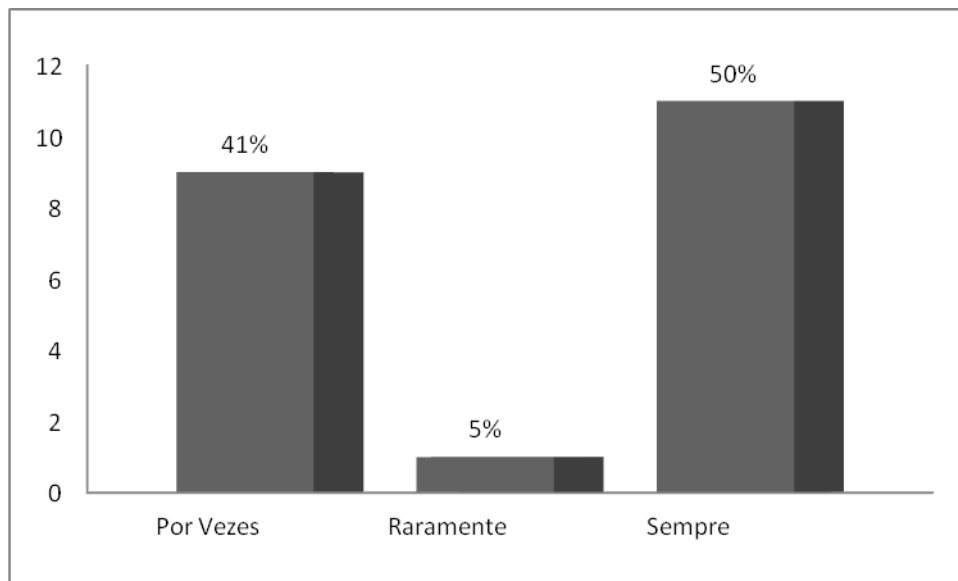
- As famílias são integradas no processo educativo/escolar – 32%
- As famílias são integradas no delineamento dos Projetos de Vida – 23%
- Participação no Plano Socio-Educativo Individual – 23%
- Realização de atendimentos sociais às famílias – 23%
- Permitir que a criança/jovem acolhido realizem visitas ao domicilio – 18%

Gráfico XXXV – As famílias são envolvidas no início do acolhimento.



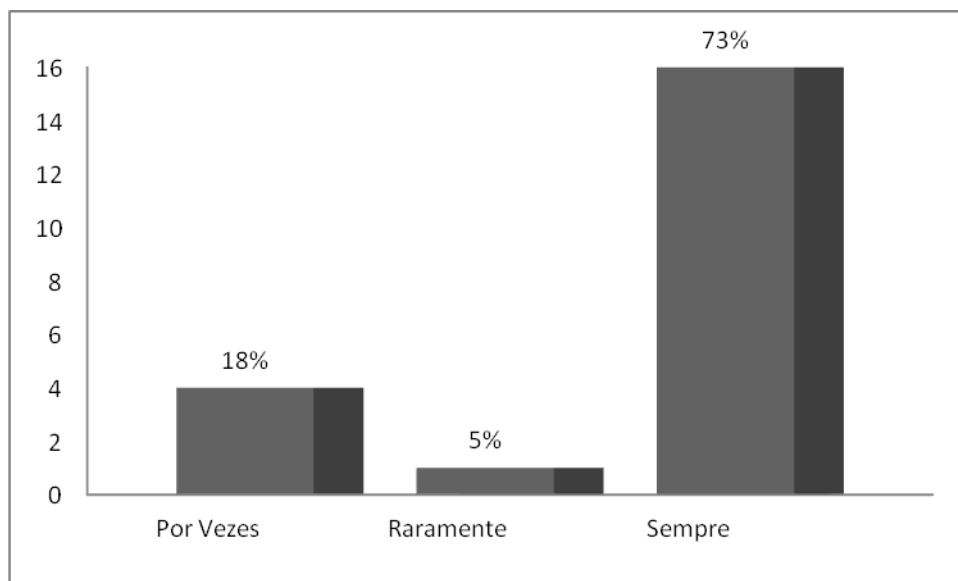
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XXXVI – As famílias são envolvidas durante o acolhimento.



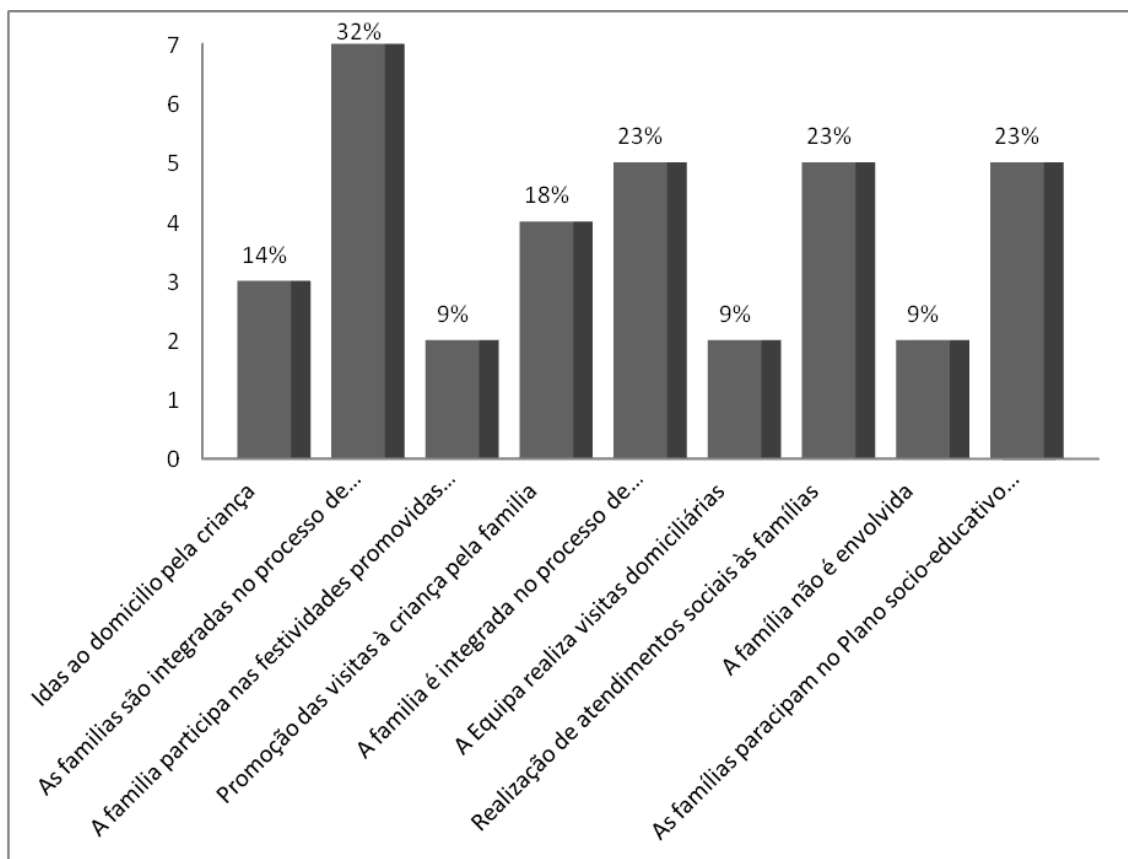
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XXXVII – As famílias são envolvidas na saída.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XXXVIII – Envolvimento da família na vida entidade.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

A prevalência da família é inquestionável e a responsabilidade parental é determinante, desde que respeitada e assumida pelos pais. O trabalho com as famílias é assim prioritário, sendo o caminho para a realização do superior interesse da criança, (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, 2005, <www.oa.pt>).

Neste sentido a monitorização das famílias sinalizadas no exercício das responsabilidades parentais, na recuperação das fragilidades, na aquisição das competências, no exercício de uma cultura de cidadania, são requisitos para o afastamento do risco e para o sucesso dos projetos de vida.

A medida de promoção e proteção (acolhimento institucional) é fulcral para a garantia dos direitos das crianças/jovens, mas é oportuno centrar também as atenções em medidas de promoção, de valorização das competências pessoais, sociais, educativas e psicológicas, pois é insuficiente apenas proteger as crianças/jovens, no sentido de lhes criar condições para desenvolverem e aplicar os seus direitos.

Há necessidade de envolver os progenitores no desenvolvimento de responsabilidades e complementaridade educacional e cívica dos seus deveres. Ligado ao conceito e atitude de proteger, deve estar sempre presente, a promoção e autonomização, no sentido de estimular e implicar as próprias crianças e família na construção da sua história de vida. Igualmente, tendo a criança/jovem como o centro do dever da Instituição tem que necessariamente *envolver e estimular os pais* para que possa ser capaz e acreditar que tem capacidades e competências individuais, para acolher e educar com princípios, incentivando a aplicação das restantes medidas de promoção e proteção mencionadas na Lei 147/99 de 1 de setembro, artigo n.º 35: Apoio junto dos pais; Apoio junto de outro familiar; Apoio para a autonomia de vida; Confiança a pessoa idónea e o Acolhimento familiar, (Azevedo e Maia, 2006).

No que concerne ao envolvimento das famílias no processo de acolhimento o critério de maior ponderação, de acordo com o Teste Friedman, centra-se no momento da saída da instituição, ou seja, quando o projeto de vida da criança/jovem em acolhimento está prestes a cessar, dando-se pouco ênfase ao envolvimento das famílias no início do acolhimento, tal como indica a tabela IX. *Os progenitores são as figuras centrais e vitais do envolvimento*, uma vez que quando não estão na Instituição estas crianças/jovens estão no seu lar, no local onde surgiu e emergiu o problema que originou a Institucionalização. Compete aos profissionais envolver os pais e estimulá-los no processo educativo, fomentar a ligação do trabalho realizado com a Instituição à sua continuidade na família, fazer com que esta reconheça e valide a importância da continuidade do trabalho desenvolvido com a criança/jovem. A intervenção junto das famílias tem sempre que partir das suas circunstâncias objetivas e da supressão dos seus constrangimentos através de apoio e formação parental, de apoio psicológico, de apoio social, de apoio financeiro e de equipamentos que permitam conciliar a vida profissional com a familiar. É uma intervenção que deve ser constante no sentido de promover a aquisição das competências necessárias à sua autonomização, não intrusiva, respeitadora da família, contratualizante, responsabilizante, sustentada por equipas multidisciplinares, qualificadas e empenhadas, garantida pela articulação dos programas e pelo funcionamento em rede das várias instituições e assegurada por metodologias de acompanhamento e avaliação. Incentivar os pais ou cuidadores a continuar a linha de pensamento institucional, dialogar abertamente sem censuras, acreditar no potencial educacional de cada pai, ouvir sem criticar, estar ao lado dos pais e aproveitar todos os

momentos de contacto com os adultos para transmitir aprendizagens, valorizá-los enquanto pessoas com capacidades e potencialidades parentais, (Barudy, 2007).

Tabela IX – Envolvimento das Famílias no Momento do Acolhimento.

Teste Friedman	
Envolvimento das Famílias no Momento do Acolhimento	Ranking Médias
As famílias são envolvidas no início do acolhimento.	53,12
As famílias são envolvidas durante o acolhimento.	61,12
As famílias são envolvidas na saída da instituição.	68,43

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

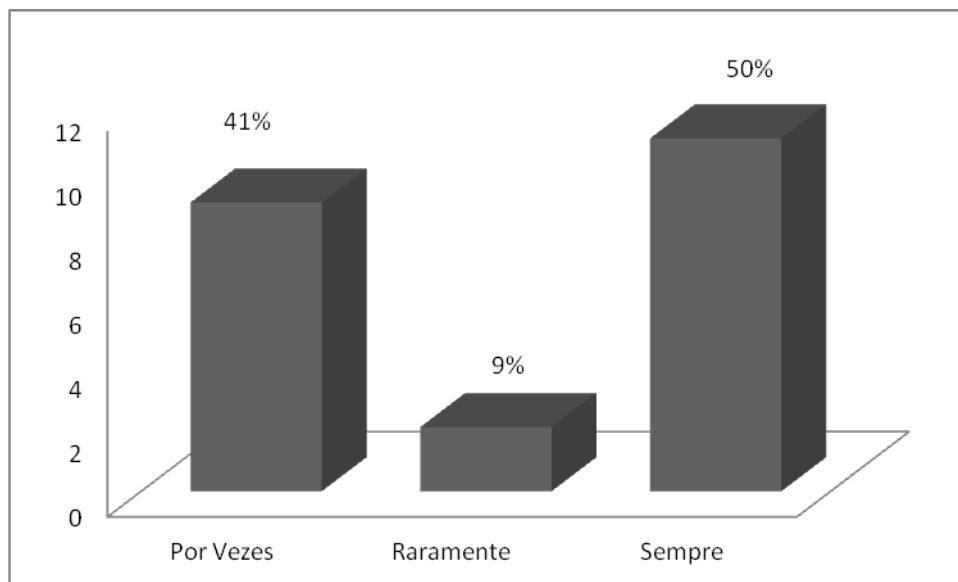
6.4 - ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Para caracterizar e analisar as estratégias de integração social que cada entidade adota ao longo do processo de acolhimento teve-se em consideração a relação que a entidade possui com a comunidade nomeadamente a promoção do acesso dos menores acolhidos ao recursos da comunidade, o envolvimento da entidade na comunidade e da comunidade na entidade e a organização de festividades pela entidade, bem como, o acompanhamento das entidades sinalizadoras à instituição. A análise destas variáveis teve por base a análise descritiva designadamente proporções e medidas de tendência central, análise de conteúdo e o teste não paramétrico de Friedman.

a) Relação Entidade vs Comunidade

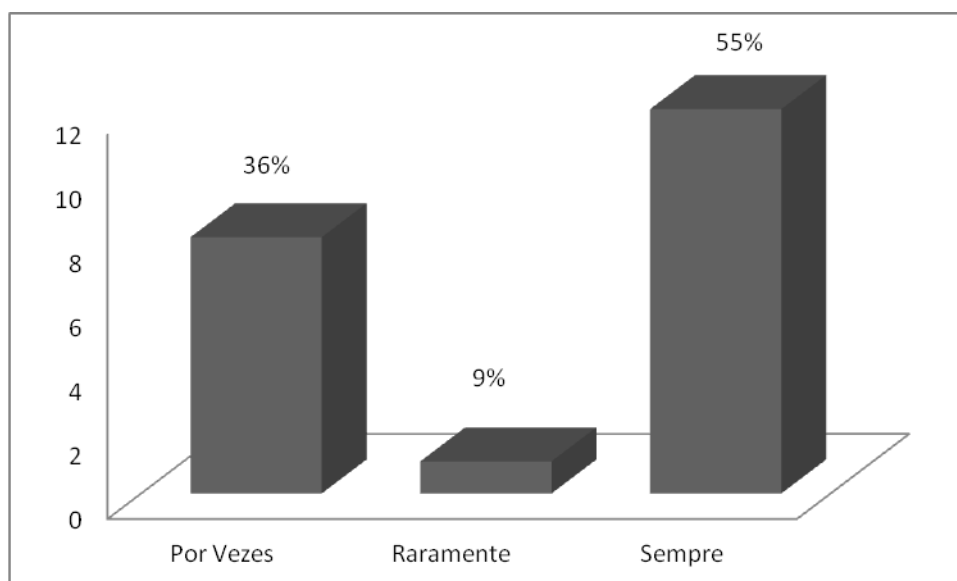
Para que o processo de integração seja bem-sucedido é necessário que a entidade desenvolva um conjunto de estratégias que sirvam de suporte á vida na instituição. Para isso é fundamental que a Instituição promova o acesso a todos os recursos existentes na comunidade(50%), bem como sentir-se apoiada sempre pelo meio que a envolve (55%), tal como exemplifica o gráfico XXXIX e XL.

Gráfico XXXIX – A Instituição promove o acesso a todos os recursos da Comunidade.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

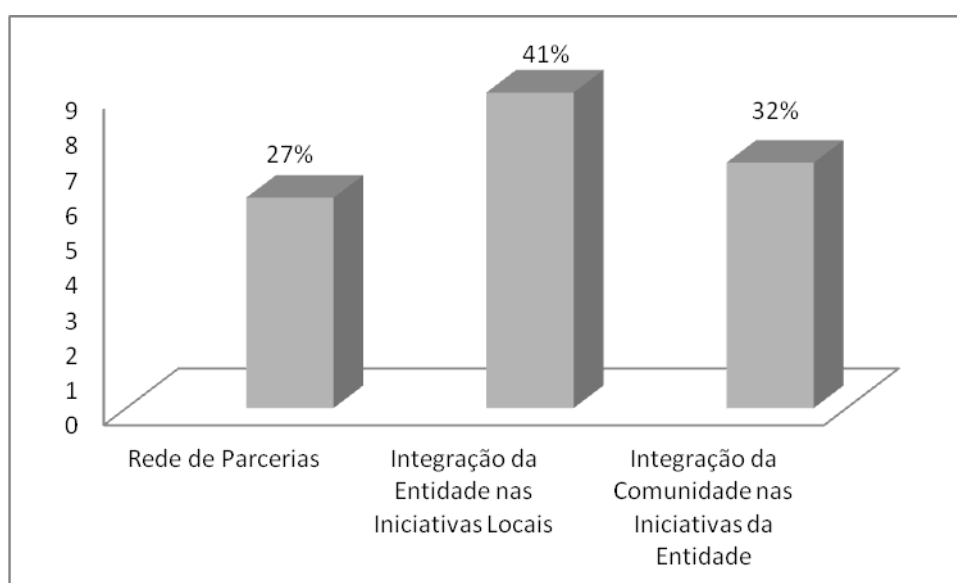
Gráfico XL – A Instituição é apoiada pela Comunidade.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

A forma mais sinalizada, por parte das Instituições, de promoção das suas atividades junto da Comunidade local foi o procurar integrar-se nas iniciativas locais (41%), o procurar integrar a comunidade nas suas iniciativas institucionais (32%) e o trabalho em parceria com as restantes Entidades (27%), tal como nos mostra o gráfico XLI.

Gráfico XLI – A Instituição envolve a Comunidade nas suas Atividades através...



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

O trabalho em rede constitui-se na construção coletiva e reflexiva de uma ação. Nesse sentido, constrói-se a partir da forma como cada ator que nela participa olha a realidade e da compreensão que têm dos fenómenos humanos apreendidos. Este trabalho reflexivo implica que o ator saia do seu próprio ambiente e se introduza no ambiente do outro. Percebeu-se que ao articular a rede social – família, escola, equipamentos, os sujeitos sentiam-se apoiados e encorajados a traçar um novo modo de atuar. A necessidade de envolver todos os intervenientes do processo de institucionalização é imprescindível, só em rede e coesão a finalidade da mesma, pode complementar reduzir danos e estimular potencialidades, (Oriente, 2005).

A ligação Instituição/Família/Criança/Jovem define-se como algo a construir progressivamente no tempo, na tentativa de estabelecer uma interação dinâmica que possibilite um trabalho de equipa, no qual existe troca de informações e partilha de experiências, sobre um mesmo foco de atenção: as crianças/jovens. Para alcançar esta meta é necessário tomar consciência das dificuldades existentes e do trabalho a promover com as suas famílias, (Rizzini, 2004).

Os dados produzidos pelo Teste Friedman indicam que a forma mais significativa das Entidades conseguirem envolver a Comunidade no seu âmbito de atuação é através da sua integração nas iniciativas locais, ou seja, permitir que as crianças/jovens em acolhimento possam participar nas iniciativas (lúdicas/pedagógicas, culturais, entre outras) promovidas pela comunidade. Este Teste também apresenta que o recurso à Rede de Parcerias ainda é muito tenue bem como, integrar a comunidade nas iniciativas promovidas pelas Entidades.

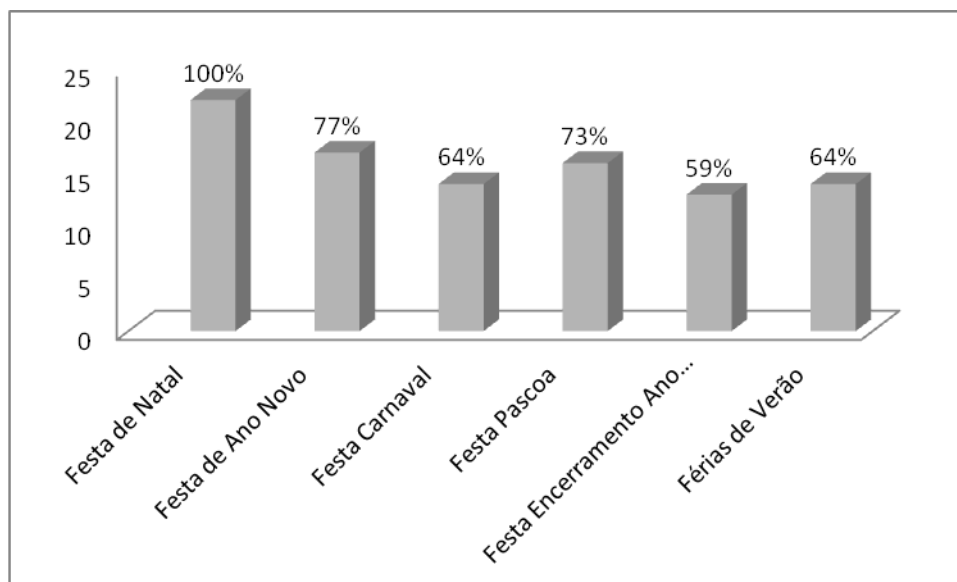
Para que haja uma partilha e um envolvimento de proximidade entre a Entidade e a Comunidade, foi referido que a Instituição organiza/celebra sempre a Festa de Natal, Ano Novo, Carnaval, Pascoa, o encerramento do Ano Letivo e promove Férias de Verão. Para além destas festividades a Instituição raramente promove outro tipo de atividades, aproveitando sempre as iniciativas locais para proporcionar novas experiências aos seus clientes, tal como vem demonstrado nos gráficos XLII e XLIII. A tabela X mostra que as atividades com maior peso no envolvimento da comunidade são o Natal e o Carnaval em detrimento de outras festividades e do encerramento do ano letivo.

Tabela X – Envolvimento da comunidade nas atividades da Entidade.

Teste Friedman	
Envolvimento da comunidade nas atividades da Entidade	Ranking Médias
A Instituição envolve a Comunidade nas suas atividades através da Rede de Parcerias.	8,31
A Instituição envolve a Comunidade nas suas atividades através da Integração da Entidade nas Iniciativas Locais.	13,07
A Instituição envolve a Comunidade nas suas atividades através da Integração da Comunidade nas iniciativas da Entidade.	9,55

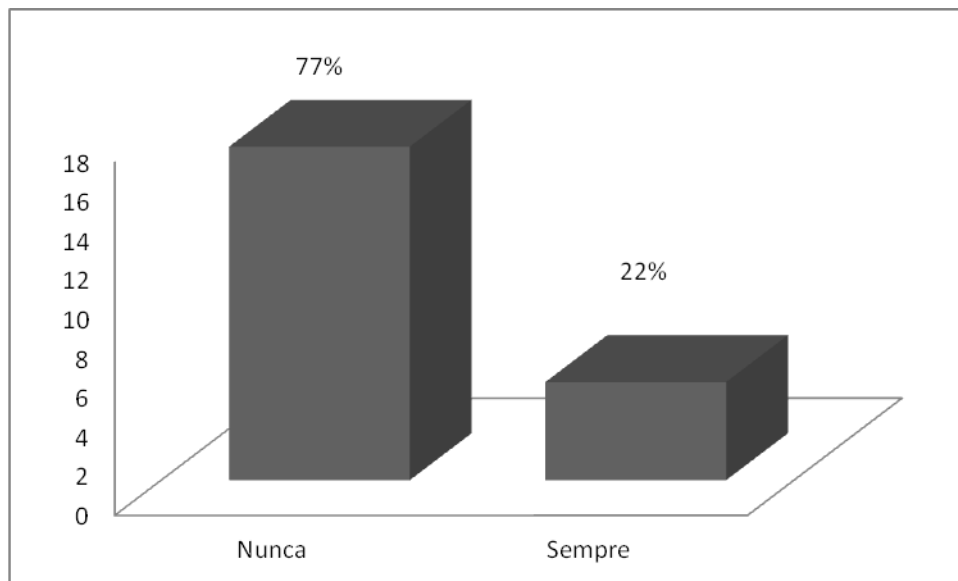
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XLII – A Instituição organiza sempre...



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XLIII – A Instituição organiza outras Festas/Atividades.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Relativamente às festividades realizadas pelas Entidades, o Teste Friedman atribuiu à festa de Natal o evento com maior significância, seguido do Ano Novo e da Pascoa. Com uma significância mais reduzida aponta-se a festividade do Carnaval e o Encerramento do Ano Letivo. Para além destas as Entidades com pouca frequência organizam outro tipo de atividades, tal como indica a tabela XI.

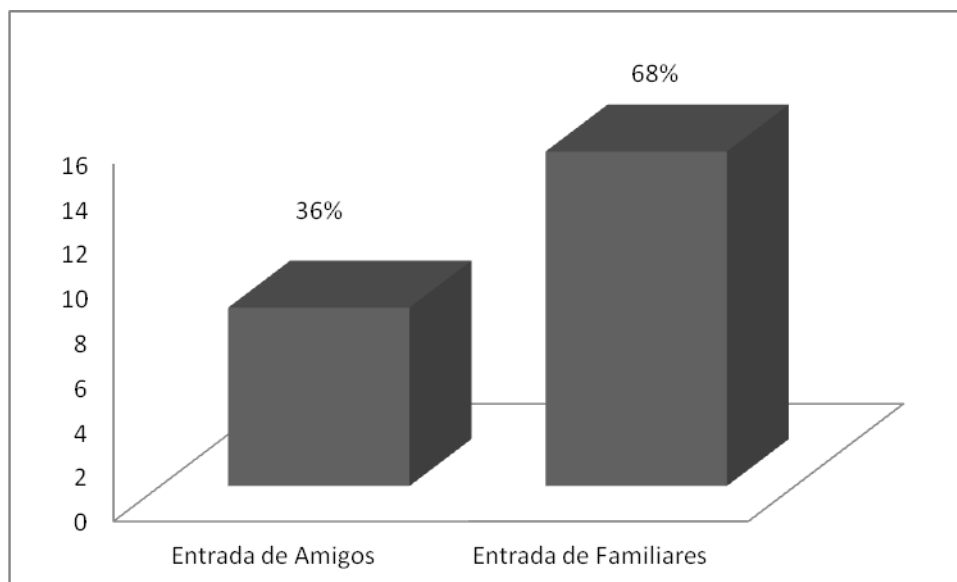
Figura XI – Festividades organizadas pelas Entidades.

Teste Friedman	
Festividades organizadas pelas Entidades	Ranking Médias
A instituição organiza a Festa de Natal	72,90
A instituição organiza a Festa de Ano Novo	65,24
A instituição organiza a Festa da Páscoa	65,12
A instituição organiza a Festa do Carnaval	60,31
A instituição organiza a Festa de Encerramento de Ano Letivo	57,90
A instituição organiza Férias de Verão	61,33
A instituição organiza outras festas ou atividades	24,50

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

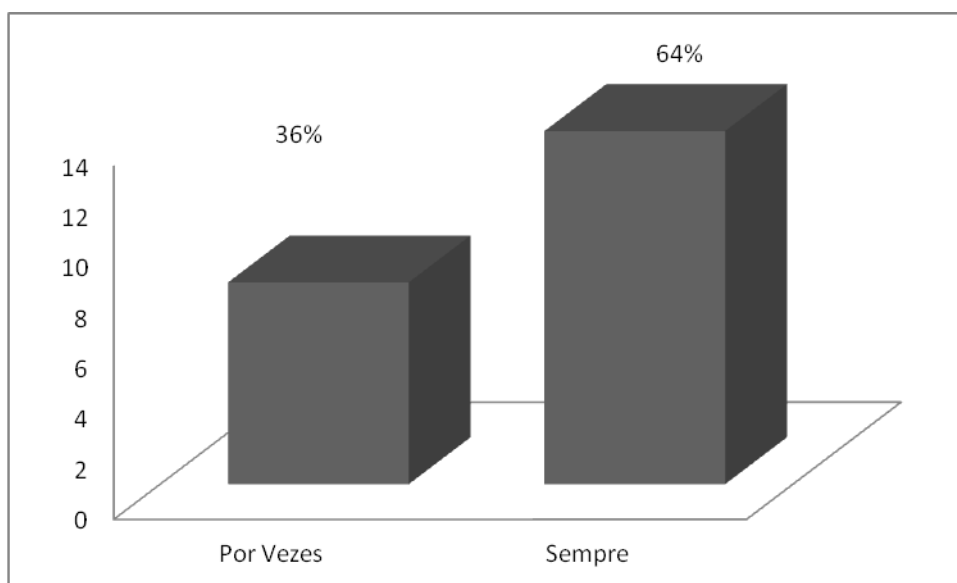
Na promoção destas atividades/festividades a Entidade permite sempre a entrada de amigos (36%) e de familiares dos clientes acolhidos (68%), considerando-se um organismo aberto ao exterior (64%). Exemplificado no gráfico XLIV e XLV.

Gráfico XLIV – A Instituição permite sempre...



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

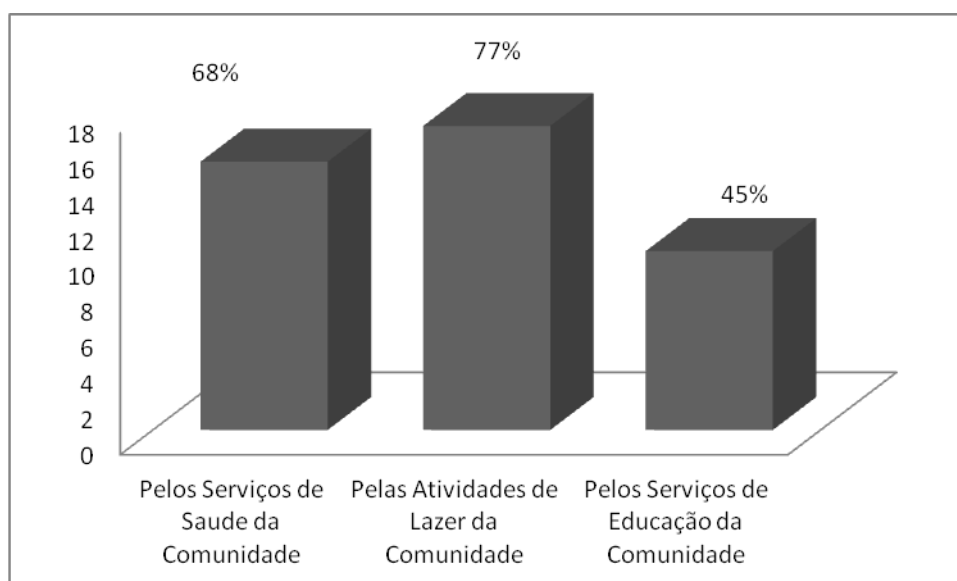
Gráfico XLV – A Instituição é um Organismo Aberto



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

No que concerne ao Apoio que a Comunidade presta às Entidades inquiridas foi referido que estas se sentem sempre apoiadas pelos serviços de saúde (68%), de educação (45%) e de lazer (77%) da comunidade, tal como refere o gráfico XLVI.

Gráfico XLVI – A Instituição é apoiada sempre...



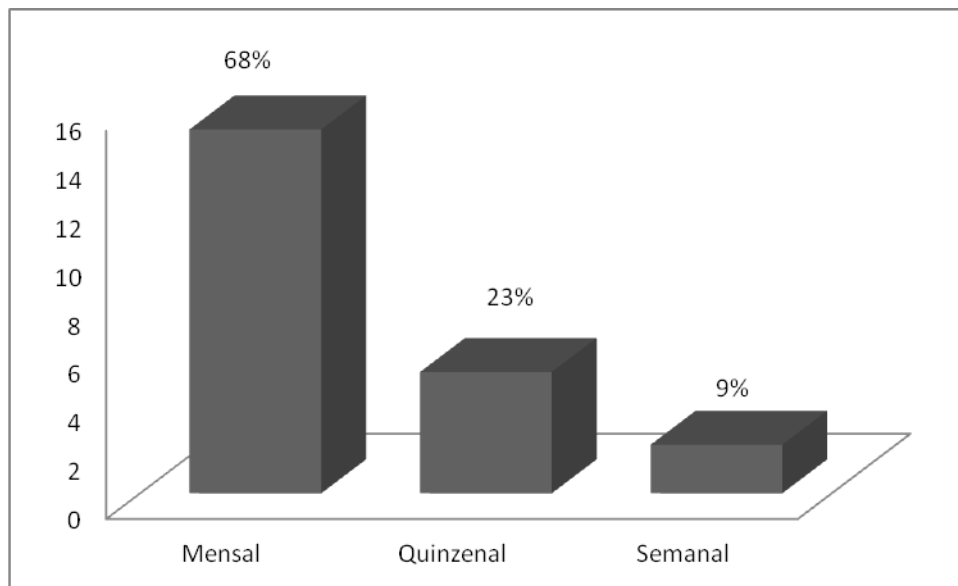
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Neste sentido, é importante ter presente a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner, valorizando as qualidades pessoais, as interpessoais, as relacionais, o meio e o contexto como decisivos para o desenvolvimento da criança/jovem, dos seus progenitores, das suas motivações e da forma como vivem os seus problemas e os ultrapassam. No nível individual salienta-se a autoestima, a força de vontade, o reconhecimento das capacidades pessoais e dos limites, a satisfação com a vida para vencer as dificuldades. A confiança é fortalecida pela imagem positiva, atraente e agradável que a criança tem de si. A autoestima é a capacidade de cada um reconhecer o seu valor, as suas habilidades, os seus sentimentos, atitudes de confiança em si próprio e os seus limites, (Bronfenbrenner, 2002).

b) Acompanhamento das Entidades sinalizadoras à Instituição

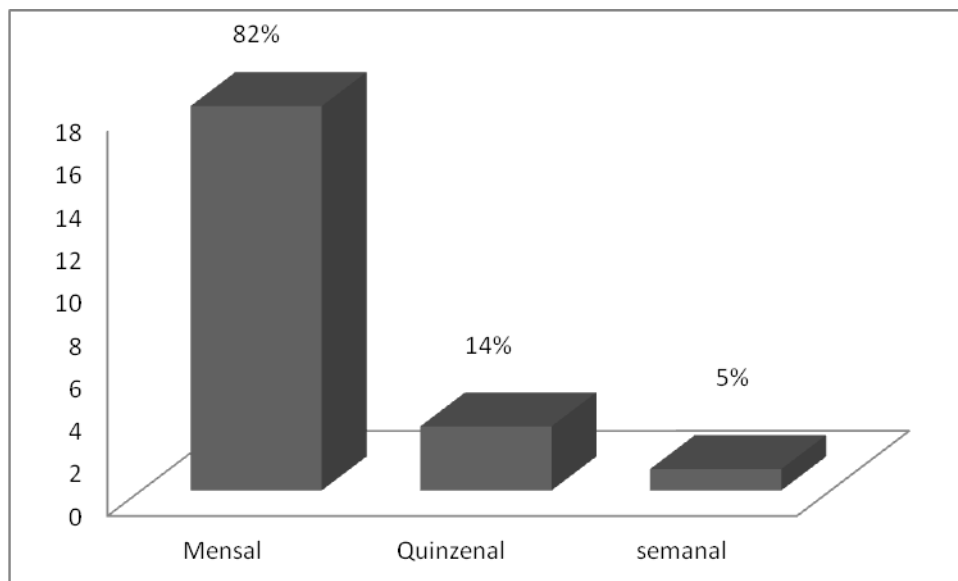
As entidades são por norma acompanhadas no âmbito da aplicação das medidas de promoção e proteção e na regularização dos projetos de vida por serviços que pertencem à Segurança Social (Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal), ao Tribunal (Ministério Público) e pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de extensão concelhia, (Modalidade restrita). Assim, o acompanhamento que estes serviços prestam é na sua maioria mensal (68%, 82% e 73%) e em menor percentagem quinzenal (23%, 14% e 23%), tal como refere os gráficos XLVII, XLVIII e XLIX. Quando as famílias, na maior parte dos casos os pais não sabem tomar as medidas adequadas, nomeadamente em situações de grandes vulnerabilidades, em situações de comportamentos desviantes das crianças, deficiências, (muitas vezes os progenitores tiveram percursos análogos áqueles que os filhos estão a percorrer), ou a necessidade de preparar jovens progenitores para a parentalidade, o Estado é chamado a intervir. Apesar do Ministério Público e do Tribunal poderem intervir imediatamente quando se está perante fortes indícios de abusos, o facto é que essa intervenção não tem sido imediata e eficaz, o que leva a questionar o modelo de intervenção e de relação entre as CPCJ, Ministério Público e Segurança Social, quer na pré institucionalização, quer no pós acompanhamento das medidas, (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, 2005, «www.oa.pt»).

Gráfico XLVII – Acompanhamento à instituição por parte da EMAT.



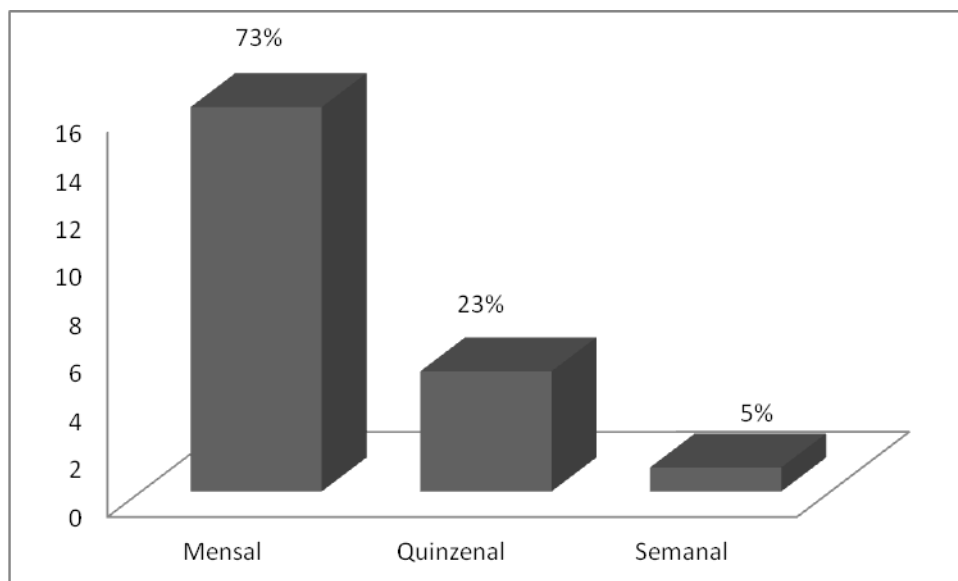
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XLVIII – Acompanhamento à instituição por parte do Tribunal.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico XLIX – Acompanhamento à Instituição por parte da CPCJ.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

6.5 – ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA DA CRIANÇA/JOVEM

Com o propósito de analisar e perceber as estratégias de promoção dos projetos de vida das crianças e jovens acolhidas teve-se em consideração as diligências que cada entidade efetua para promover os projetos de vida de cada criança ou jovem acolhido, bem como, o cuidado em solicitar consentimento para realizar essas diligências. Outro aspeto que se teve em consideração prendeu-se com as medidas de promoção e proteção aplicadas aos projetos de vida, onde se procurou questionar as entidades sobre as medidas que promove com mais frequência nos Planos de Desenvolvimento Individual dos menores acolhidos, do prazo de revisão dessas medidas.

Para se estimar o sucesso dos projetos de vida procurou-se perceber quais os projetos de vida delineados com maior frequência na entidade, a demora com que estes são executados e caso haja alterações ao inicialmente previsto no projeto de vida da criança acolhida quais os motivos dessas alterações. A análise destas variáveis teve por base a análise descritiva designadamente proporções e medidas de tendência central, análise de conteúdo e o teste não paramétrico de Friedman.

a) Promoção do projeto de vida da criança/jovem pela Entidade

O projeto de vida é um direito de cada criança e jovem e deve ser considerado uma chave mestra na intervenção a desenvolver durante o processo de acolhimento. Este consiste numa intervenção e acompanhamento individualizado, visando abranger todas as áreas do desenvolvimento da criança ao nível biopsicossocial, onde se inclui a sua família de origem. Os projetos de vida devem contemplar para cada criança/jovem as necessidades e as características de cada menor, da sua família nuclear e ou alargada e das características do meio que o envolve, (Baker, 2007).

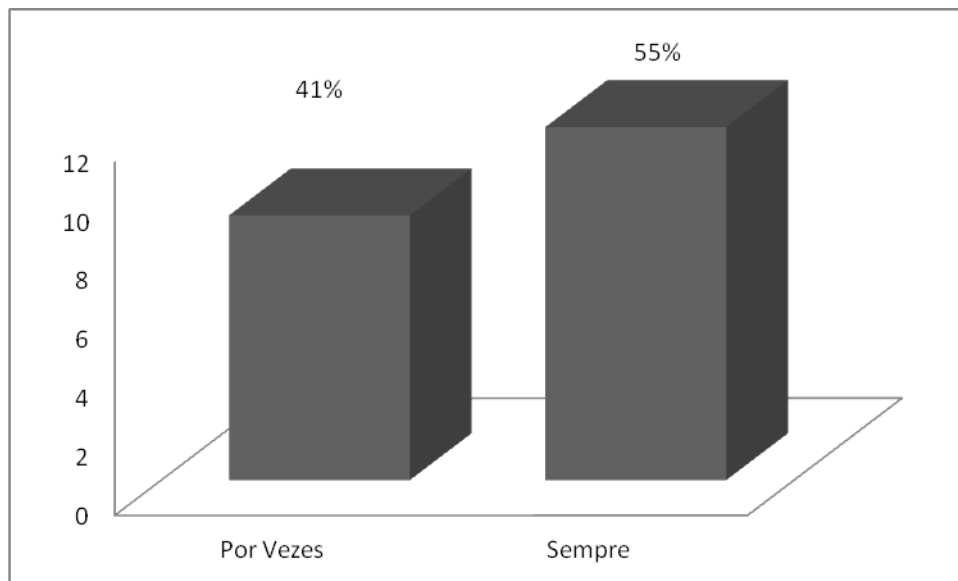
Neste sentido o objetivo da intervenção deve ser em primeiro lugar, o da prevenção: a reparação requer sempre o recurso a medidas cuja execução depende de equipas multidisciplinares e integradas. O objetivo, será então numa perspetiva sistémica, o de desencadear projetos de vida que procurem sempre que possível não retirar a criança do seu meio, reforçando-a, dotando-a de competências que desencadeiam uma dupla perspetiva a de prevenir mas também a de reparar, (Comissão

de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, 2005, «www.oa.pt»).

A convicção da prevalência das famílias como ambiente estruturante, como instância primária de acolhimento e de socialização, implica um trabalho próximo das famílias em simultâneo com a intervenção junto da criança. Esse trabalho é necessário sempre que identificada e sinalizada as fragilidades, a dependência, o risco. Trabalho na recuperação das funcionalidades familiares assente numa contratualização responsabilizante construída e consentida com e pelos membros da família, tendo presente o princípio da subsidiariedade, procurando o equilíbrio entre eficácia e proximidade, garantindo rigor na definição do projeto de vida de cada criança em perigo, dentro de limites temporários determinados, assumidos, para que em tempo útil se encontrem projetos alternativos para as crianças, trabalhando em parceria, promovendo uma cultura de rede capaz de suportar um projeto de intervenção e garanta a sua sustentabilidade. Para que a entidade possa promover os projetos de vida é necessário avaliar e procurar a resposta mais adequada ao interesse da criança/jovem acolhido, em que 55% das entidades inquiridas referiram procurar sempre esse interesse enquanto 41% por vezes procuram esse interesse, (Aboim, 2004).

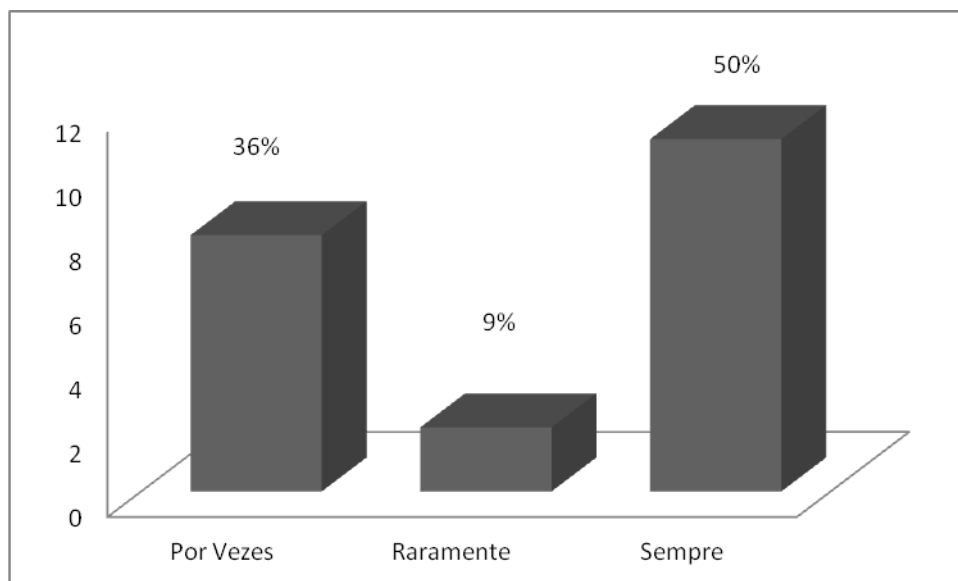
Paralelamente as entidades também procuram preparar os projetos de vida tendo em conta as expectativas do menor acolhido em 50% fazem-no sempre, 36% por vezes e 9% raramente o fazem, tal como exemplifica os gráficos L e LI.

Gráfico L – A entidade avalia e encontra a resposta mais adequada aos interesses da criança.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

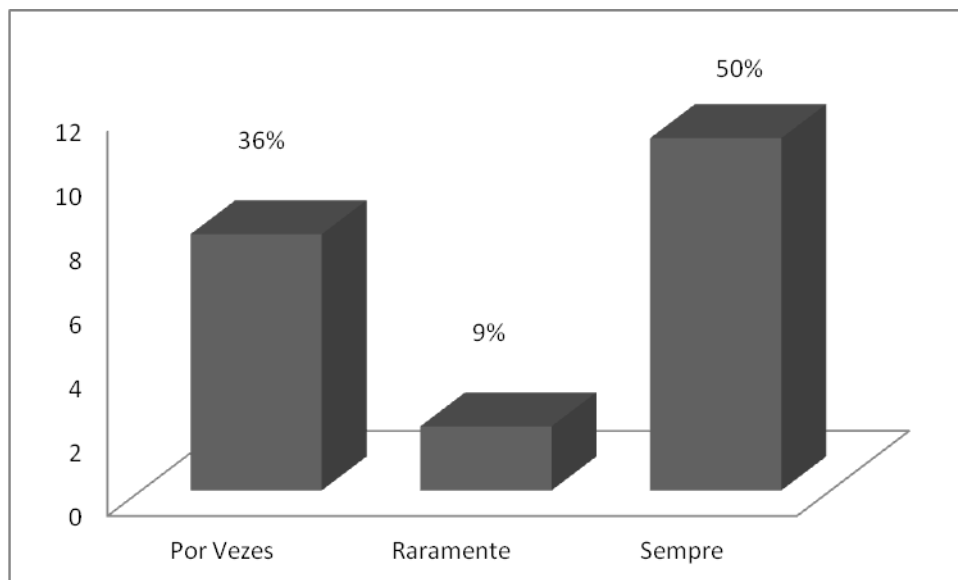
Gráfico LI – A entidade prepara o projeto de vida tendo em conta as expectativas da criança.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

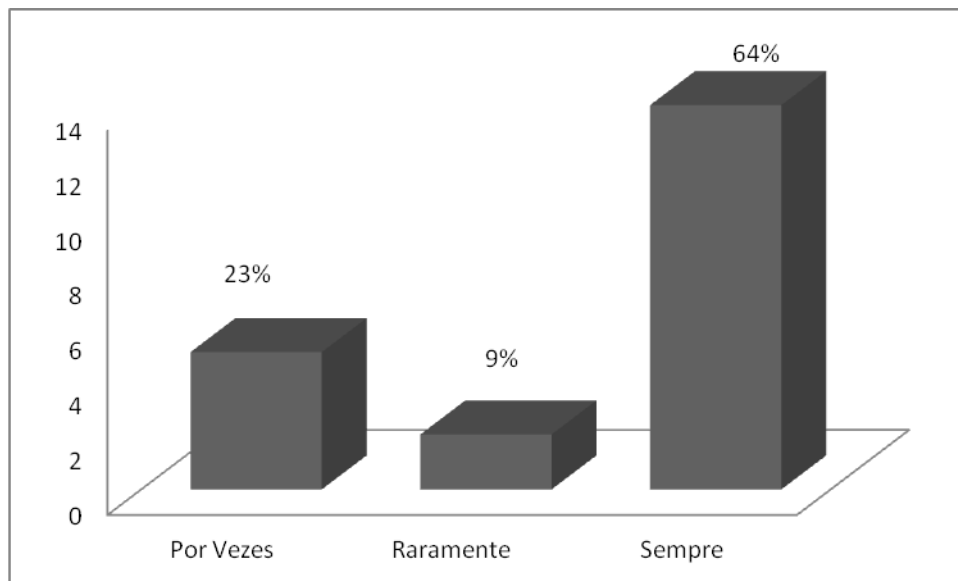
Outro dos pontos que se teve em conta relativamente à promoção dos projetos de vida prendeu-se com o tipo de informação que cada entidade presta ao menor acolhido, nomeadamente sobre o carácter confidencial do seu projeto de vida, em que 50% prestam sempre essa informação, 36% por vezes o fazem e 9% raramente o fazem. Relativamente às etapas em que o projeto de vida se encontra e pelas quais ainda terá que passar, 64% das entidades prestam essa informação, 23 % por vezes e 9% raramente o fazem. Procurou-se ainda saber se as entidades acompanham os menores após a sua saída institucional, 50% por vezes prestam esse acompanhamento, 18% fazem sempre e 9% nunca o fazem, tal como vem referido nos gráficos LII, LIII e LIV.

Gráfico LII – A entidade informa a criança sobre o carácter confidencial do projeto vida.



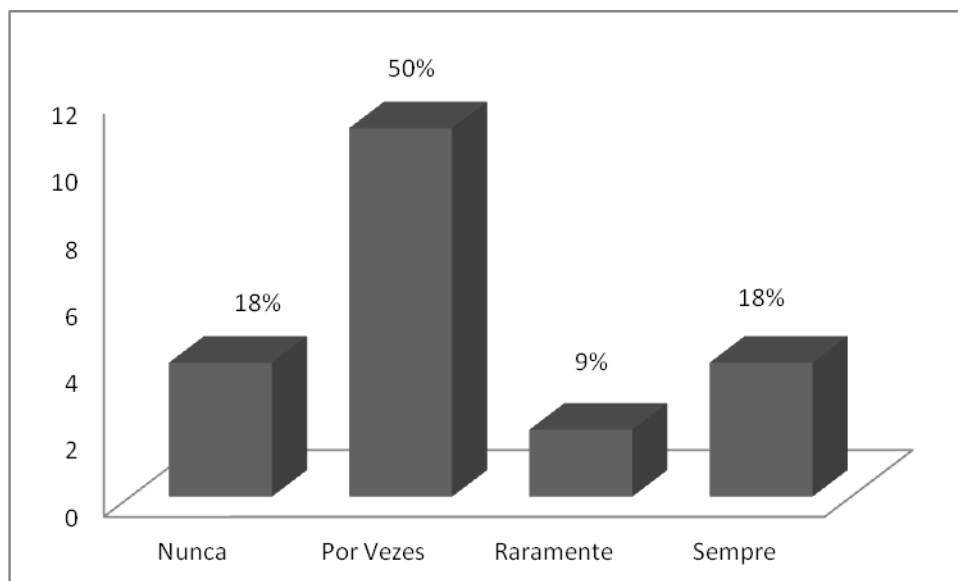
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LIII – A entidade informa com regularidade a criança sobre o seu projeto de vida.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LIV – A entidade acompanha a criança após a sua saída.

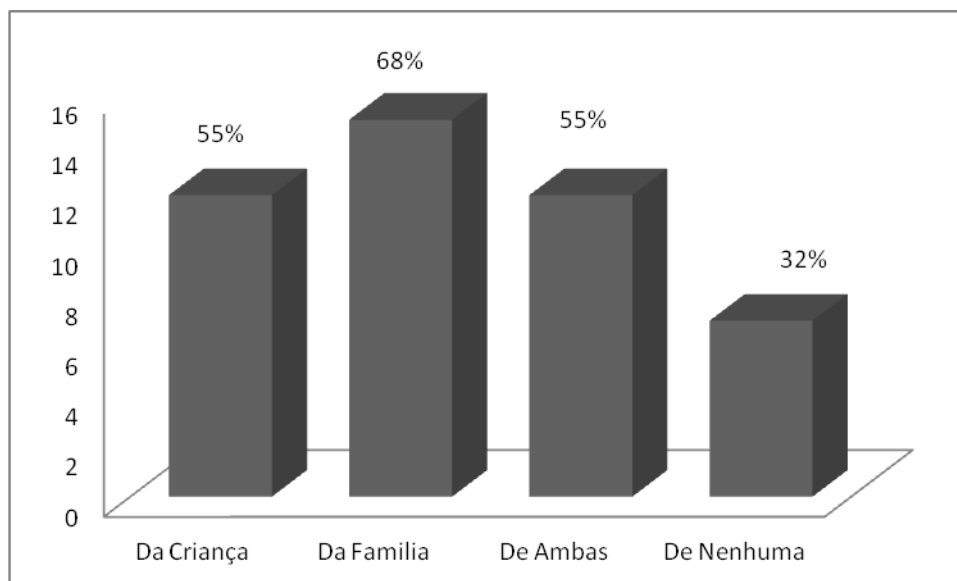


Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Ainda dentro da promoção dos projetos de vida procurou-se aferir se a Entidade tem como preocupação ouvir a criança/jovem acolhida e se solicita o seu consentimento no delineamento do projeto de vida. Desta forma, 55% das entidades referiram que por vezes envolvem a criança, 68% envolvem a família ou 55% envolvem ambos (criança e família). Assumindo que o consentimento deve basear-se na compreensão e no livre consentimento, a sua aplicação de forma correta depende da observância destes princípios no processo de tomada de decisão pela criança. Tratando-se de um processo que envolve não só a autonomia e liberdade da criança/jovem mas também o dever e a responsabilidade. O consentimento baseia-se, assim, no fornecimento e partilha de informação e na sua interpretação pelo profissional, com respeito ético de considerar a verdade. No decorrer do processo de obtenção do consentimento a comunicação tem um papel central, seja a comunicação entre técnico e criança, seja a comunicação entre os elementos que compõem a equipa técnica responsável pela intervenção, seja a comunicação com a família.

Foi igualmente referido que 55% das crianças são sempre envolvidas no seu projeto de vida, 68% das entidades envolvem as famílias e 55% das entidades envolvem ambas, tal como exemplifica o gráfico LV. A participação das crianças e jovens no seu processo/projeto de vida, a escuta qualificada das suas necessidades, estimular a sua participação, ajuda-la a identificar as suas prioridades e as possibilidades de mudança e de reorganização de vida são fatores fundamentais para a promoção da participação da criança no seu projeto de vida.

Gráfico LV – O projeto de vida é feito por vezes com a anuência



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

A instituição mais do que guardar ou ensinar para instruir, é um agente da educação social, uma transmissora de conhecimentos e uma promotora da socialização da criança. Esse papel atribui-lhe uma dupla função, por um lado respeitar os jovens na sua condição individual, com necessidades específicas, aspirações pessoais, potencialidades e limitações e por outro a de preparar os jovens para a vida futura, tendo em conta a adequação das suas capacidades às exigências sociais. Neste sentido, o desafio da instituição é agora educar ou seja, o de intervir em quatro domínios fundamentais; aquisição das atitudes necessárias para participar na produção social «os saberes», interiorização das crenças e dos valores que cimentam a ação moral «a moral», aquisição de normas e ritos que regulam as relações interpessoais «técnicas de interação» e manejo dos signos e dos símbolos de identidade social «os marcadores de identidade», (Oriente, 2005).

No âmbito dos projetos de vida, o PII de 2009 evidenciou que, se continua a registar um número não negligenciável de crianças e jovens sem projeto de vida definido (cerca de 2.419). Este cenário é indicador da dificuldade de se estabelecerem planos de intervenção com ações específicas, envolvendo a criança /jovem e a sua família, com a finalidade de se produzir uma saída segura da instituição. Por isso, um dos principais objetivos que as entidades em matéria de infância e juventude deverão ter, passa por procurar garantir a existência de um projeto de vida que sustente um plano de

intervenção definido para a criança ou jovem com ações concretas, planeadas ou em fase de execução, (Instituto Segurança Social, 2009b).

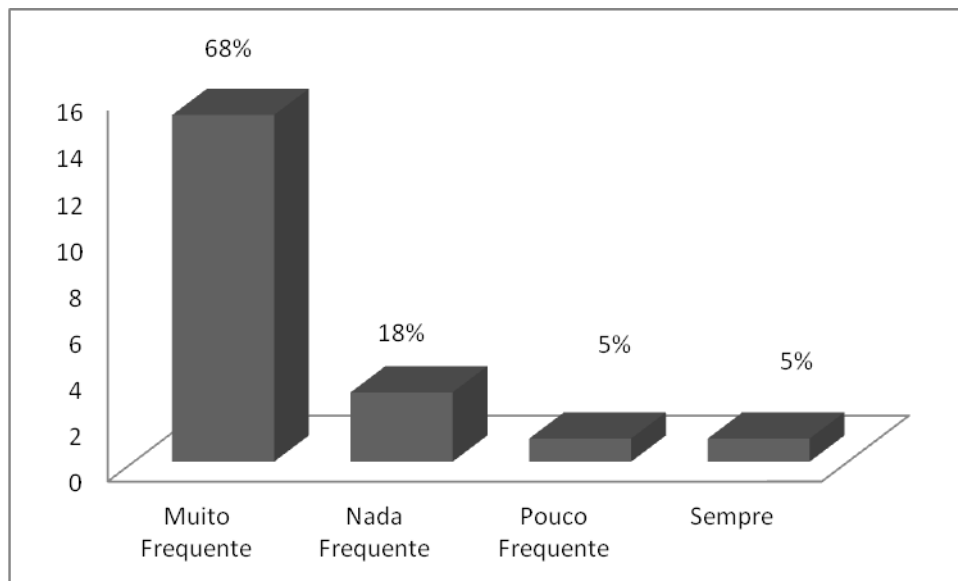
b) Medidas de Promoção e Proteção aplicadas aos Projetos de Vida

A verificação de situação de perigo para a criança determina a necessária intervenção através de medidas que terão de ser sempre, naturalmente orientadas pelo interesse superior da criança, centradas na pessoalização de cada caso, na urgência imposta pelo perigo e pelo limitado tempo da infância. Medidas marcadas pela diversidade imposta pela circunstância de cada caso, exigentes de programas e equipas que envolvam de forma responsabilizante crianças, famílias e comunidade, (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, 2005, «www.oa.pt»).

As medidas, os programas, as equipas de intervenção junto das famílias têm que apostar nas crianças e nas famílias através de um apoio sistemático, regular e permanente, envolvente, respeitador de cada criança e de cada família contratualizante. Manter a criança em meio familiar, desde que possível sempre melhor, mais eficaz e menos oneroso. As medidas de apoio à família têm que ser sempre equacionadas a partir de um conjunto de fatores determinantes e explicativos das suas vulnerabilidades. É a identificação desses fatores e das vulnerabilidades que permitirá o adequado ajuste entre o diagnóstico e as medidas a propor. Com o intuito de se saber quais as medidas de promoção e proteção mais frequentes questionou-se as entidades nesse sentido, pelo que as medidas muito frequentes adotadas são apoio juntos dos pais (68%), apoio para a autonomia de vida (50%) e confiança judicial com vista a futura adoção (41%). Como medidas pouco frequentes as Entidades apontaram, o apoio junto de outro familiar (50%), e confiança a pessoa idónea (68%).

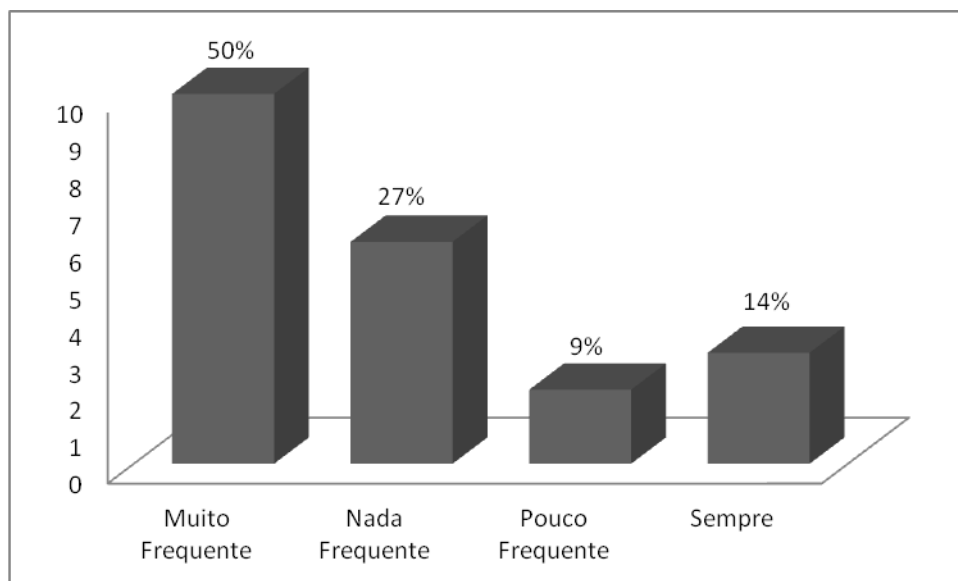
Nas medidas nada frequentes destaca-se a tutela (50%), e como procedimento pouco frequente a regulação do poder paternal (59%) e tal como vem exemplificado nos gráficos abaixo, tal como vêm exemplificado nos gráficos LVI ao LXIII.

Gráfico LVI – Apoio junto dos pais é uma Medida de Promoção e Proteção.



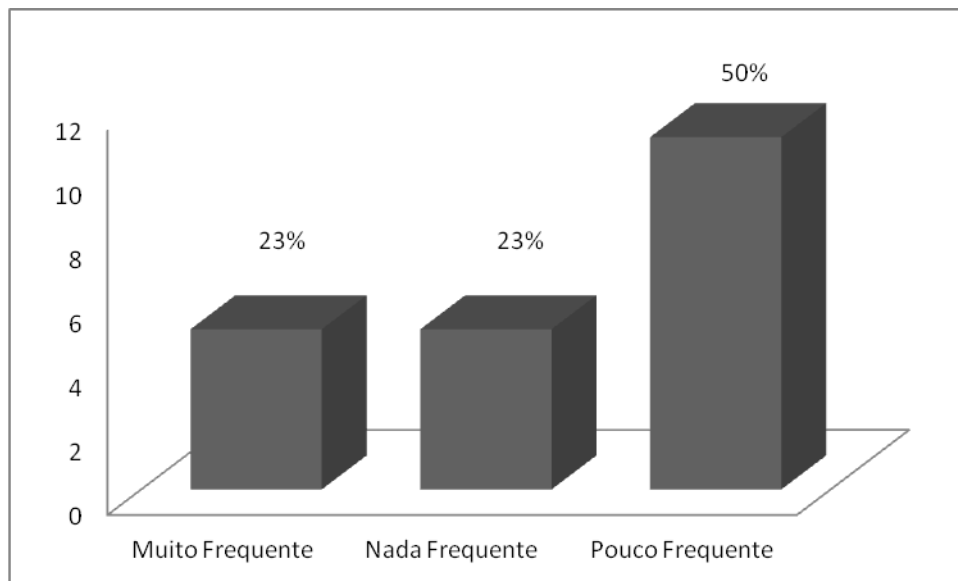
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LVII – Apoio para autonomia de vida é uma Medida de Promoção e Proteção.



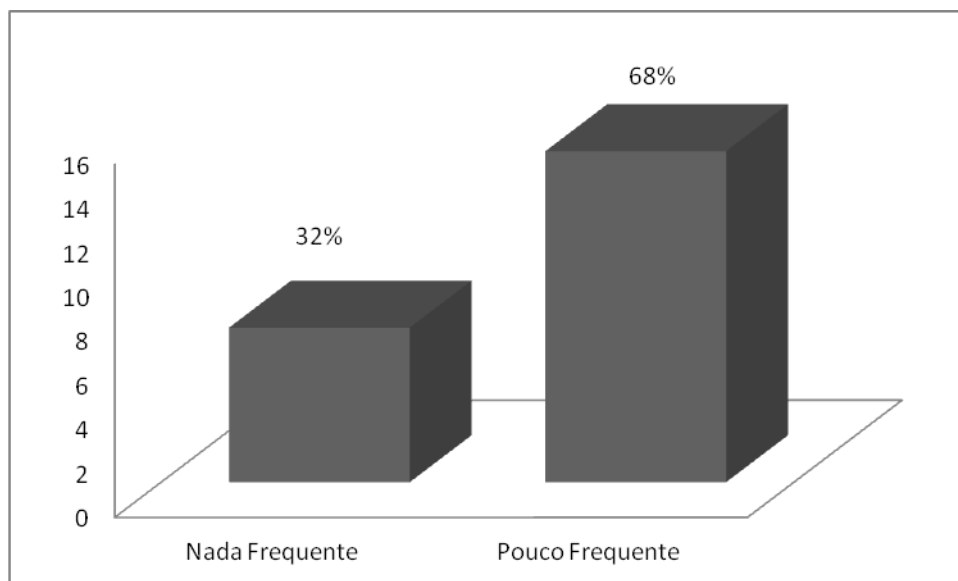
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LVIII – Apoio junto de outro familiar é uma Medida de Promoção e Proteção.



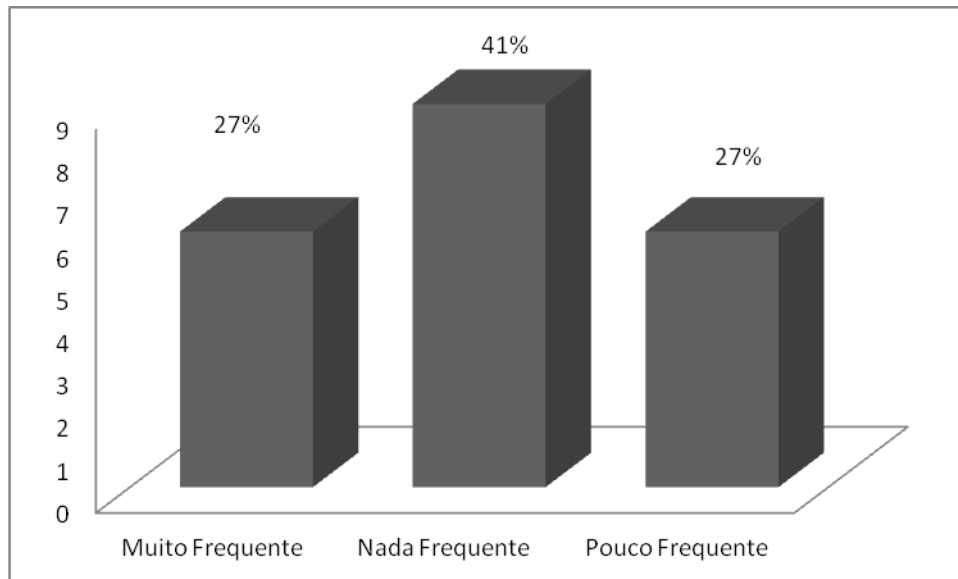
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LIX – A confiança a pessoa idonea é uma Medida de Promoção e Proteção.



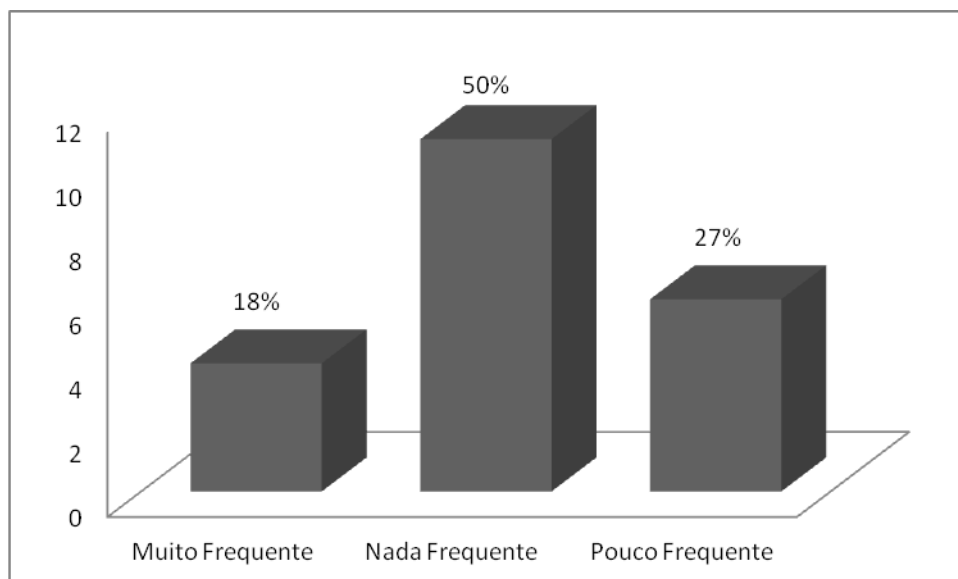
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LX – Confiança a pessoa selecionada para adoção é uma Medida de Promoção e Proteção.



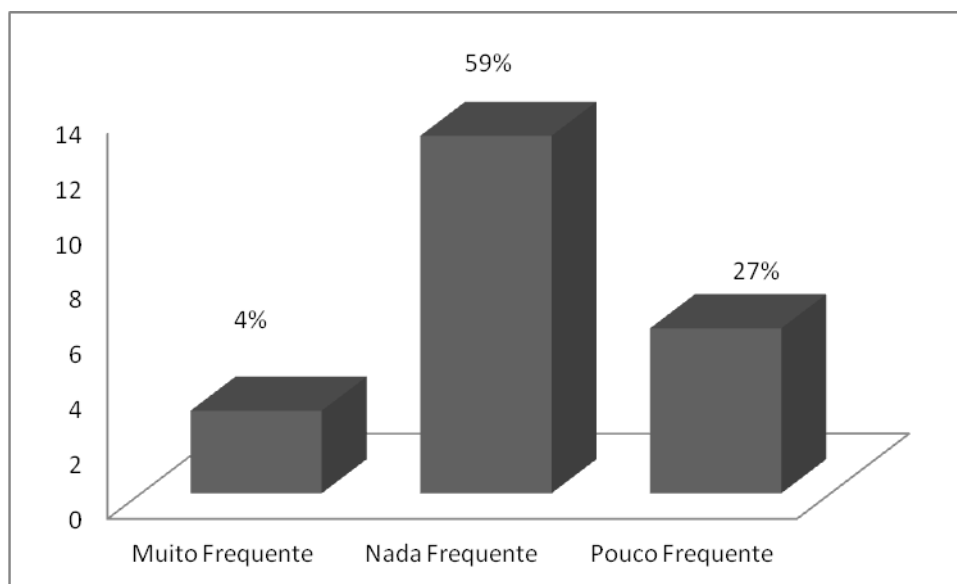
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXI – A tutela é uma Medida de Promoção e Proteção.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXII – A regulação do poder paternal é um Procedimento.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Em termos de Medidas de Promoção e Proteção a tabela XII permite referir que a medida mais significativa é o Apoio Junto dos pais, seguida de entrega da criança/jovem à confiança de pessoa idónea. Por outro lado, pode-se apontar a Regulação do Poder Paternal e a Tutela como procedimentos ligados à promoção e proteção com significância reduzida. Como se pode verificar através das respostas que as medidas aplicadas são as existentes na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens. Estas medidas são aplicadas de acordo com as situações concretas de maus tratos ou perigo, sendo a sua lógica a de proteger a criança em primeiro lugar dentro do seu contexto familiar, pela importância que a Lei atribui à família e ao seu papel na socialização e na própria vida da criança ou jovem. Mesmo quando não é possível proteger a criança no seu contexto familiar, a Lei continua a privilegiar a família ao determinar no artigo 35.º, alínea b) a sua confiança à família alargada. O acolhimento institucional aparece, como o último recurso estabelecido pela Lei. Note-se que apesar da institucionalização constituir a última medida a ser aplicada na proteção de crianças e jovens, aparece nos resultados da pesquisa como sendo bastante usada, o que se explica, em parte, pelo fato de muitas vezes as intervenções ocorrerem em situações extremas, de perigo eminente, tornando necessário recorrer-se à institucionalização da criança/jovem, ou em situações que todas as outras medidas aplicadas falharam, tendo-se de aplicar esta última. Supõe-se que o frequente recurso a medidas de promoção e

proteção de caráter mais extremo aconteça pela tendência do agravamento, reprodução e perpetuação dos maus tratos no contexto familiar, resultados não só das limitações existentes ao nível dos recursos materiais e humanos mas também, da ausência de uma intervenção preventiva, articulada e sistémica entre as instituições de proteção e os vários sistemas ou subsistemas sociais de que as crianças/jovens fazem parte, (Martins, 2005).

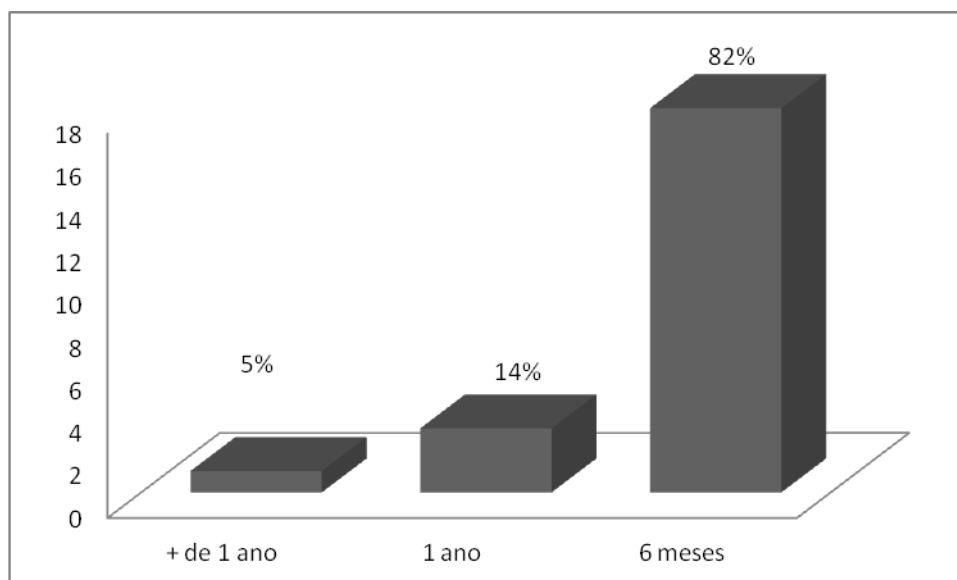
Tabela XII – Medidas de Promoção e Proteção utilizadas pelas Entidades.

Teste Friedman	
Medidas de Promoção e Proteção utilizadas pelas Entidades	Ranking Médias
O apoio junto dos pais é uma Medida de Promoção e Proteção,	48,40
O apoio junto de outo familiar é uma Medida de Promoção e Proteção,	33,29
A confiança a pessoa idónea é uma Medida de Promoção e Proteção,	34,57
Apoio para autonomia de vida é uma Medida de Promoção e Proteção,	29,93
A tutela é uma Medida de Promoção e Proteção,	27,98
A regulação do poder paternal é um Procedimento,	25,36

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

No que concerne aos prazos de revisão das medidas 82% das Entidades referiu os 6 meses, tal como refere o gráfico abaixo.

Gráfico XLIII – O prazo das Medidas de Promoção e Proteção

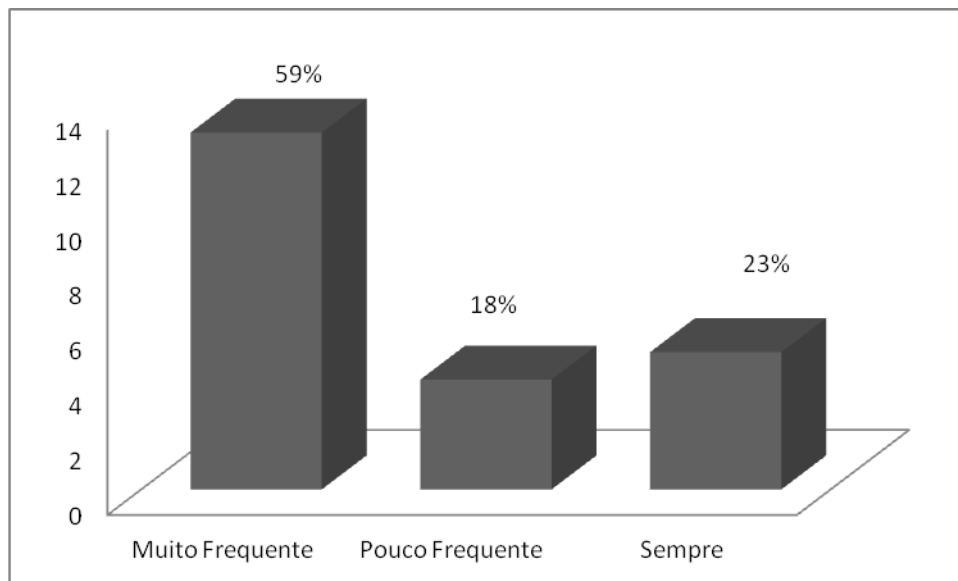


Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

c) Estimar o Sucesso dos Projetos de Vida

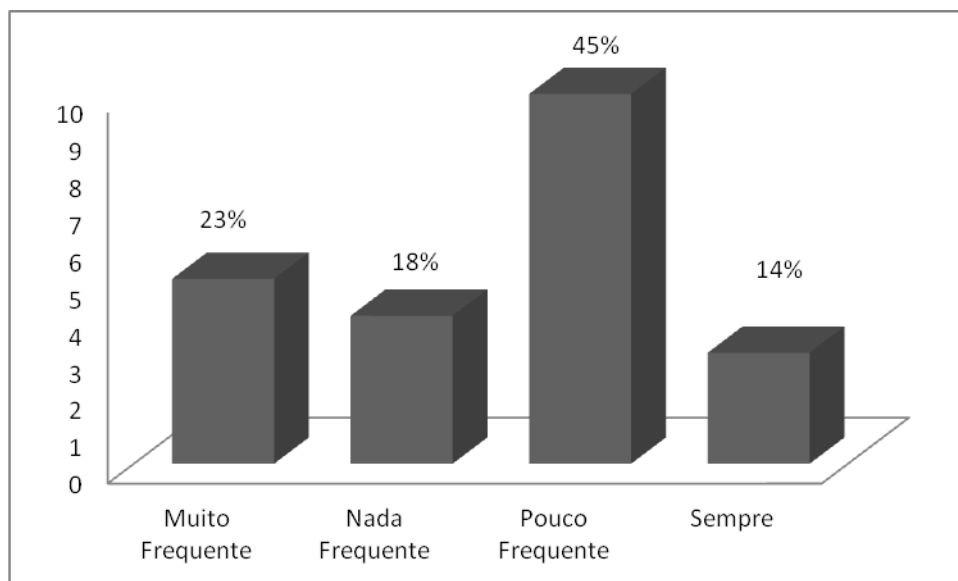
Paralelamente procurou-se perceber das medidas de promoção e proteção quais as que resultaram efetivamente em medidas finais para os projetos de vida, isto na ótica de que o menor ao entrar na entidade trás uma medida delineada e essa medida poderá acompanhar o seu projeto de vida ou ser alterada após as reuniões de acompanhamento do processo (ouvir o menor, a família, perceber as condições e a realidade do meio sociofamiliar). Desta forma, os projetos de vida muito frequentes são a re (integração) na família nuclear (59%) e a autonomia de vida (41%). Como projetos de vida pouco frequentes obtivemos a ré (integração) na família alargada (45%) e a confiança à guarda de terceiros (50%). Os projetos de vida apontados como nada frequentes foram a adoção nacional (59%) e a internacional (64%), tal como nos mostra os gráficos XLIV ao LXX.

Gráfico XLIV – A (ré) integração na família nuclear é um projeto de vida.



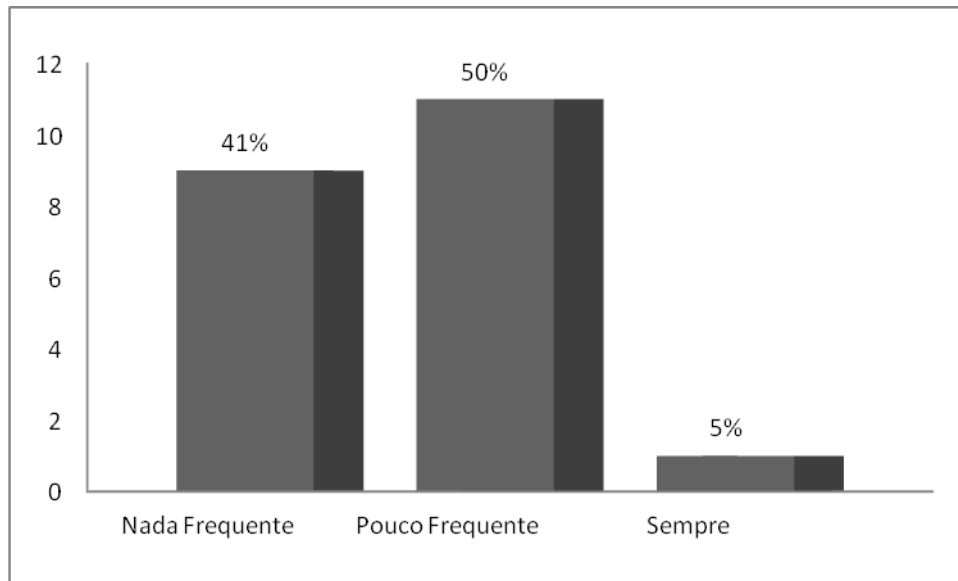
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXV – A (ré) integração na família alargada.



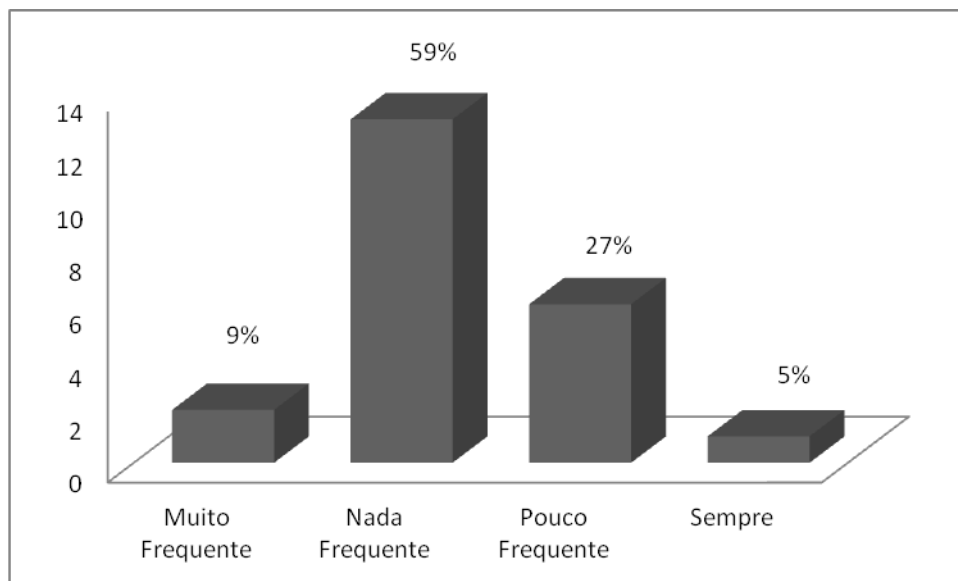
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXVI – A confiança à guarda de terceiros é um projeto de vida.



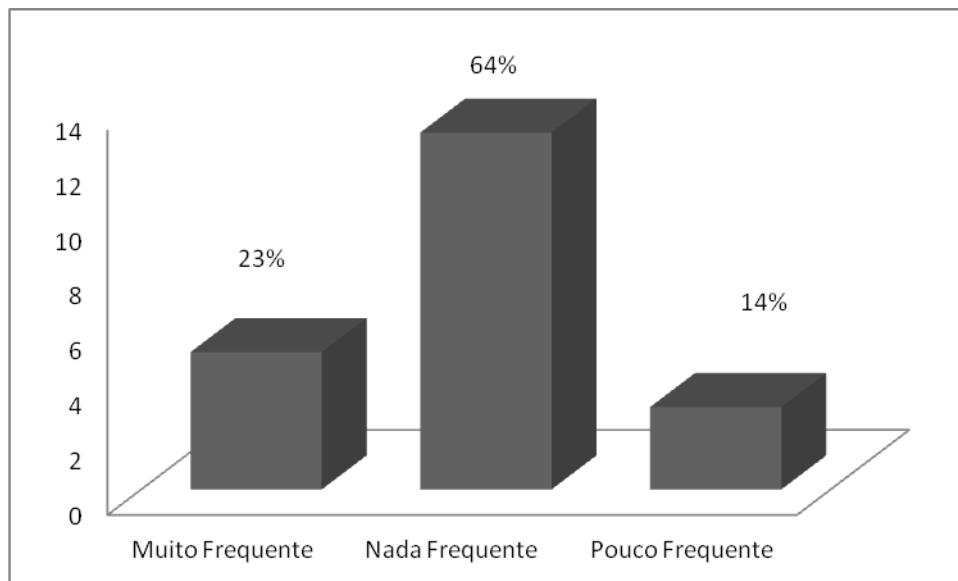
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXVII – A adoção nacional é um projeto de vida.



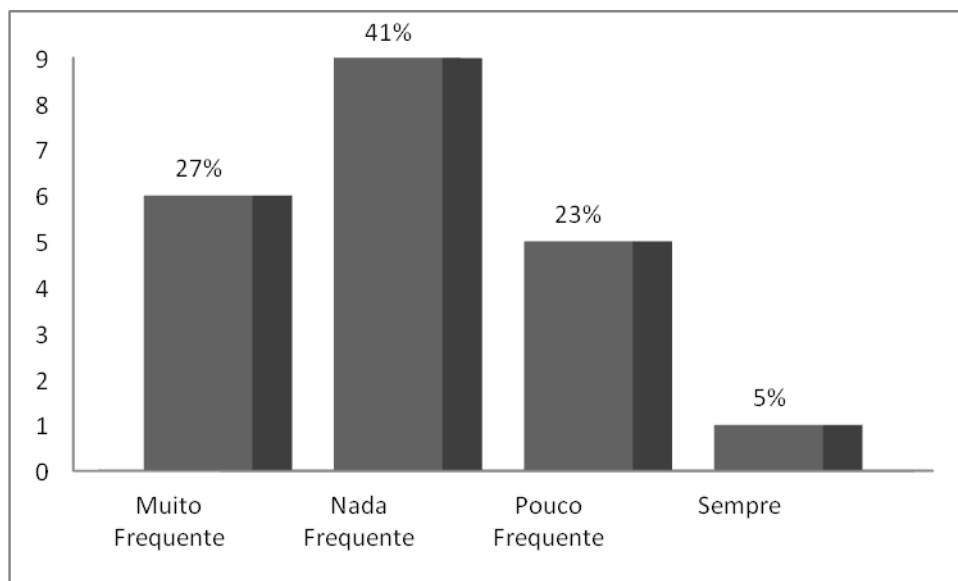
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXVIII – A adoção internacional é um projeto de vida.



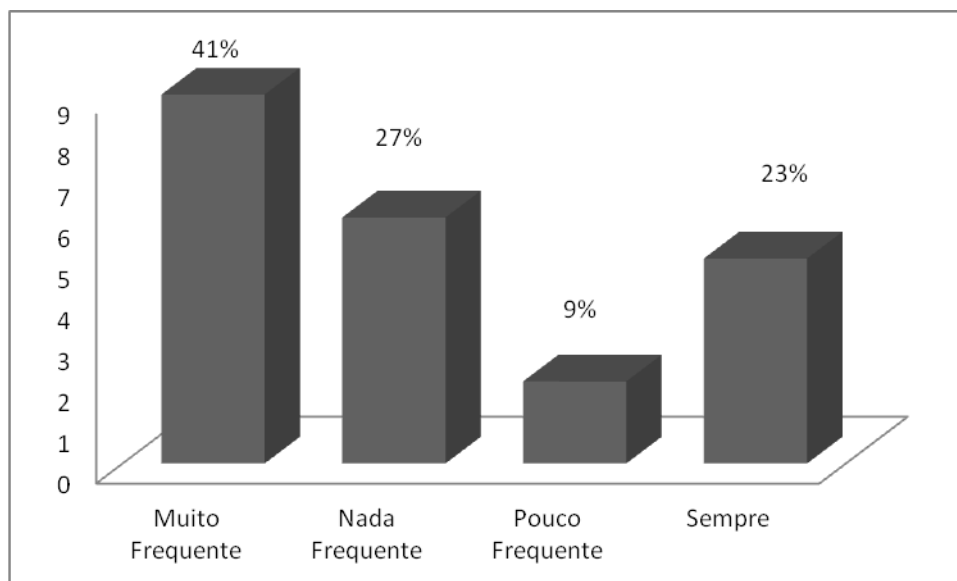
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXIX – Permanecer em acolhimento é um projeto de vida.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXX – A autonomia de vida é um projeto de vida.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

A tabela XIII refere as Medidas de Promoção e Proteção que finalizam os projetos de vida das crianças/jovens institucionalizados, ou seja, aquelas que vigoram no momento da saída e da re (integração) na comunidade. Dessas medidas aquelas que apresentam um maior significado é a (re)integração na família alargada e a autonomização. Pode-se verificar que a Adoção continua a ser uma Medida de Promoção e Proteção pouco utilizada.

Tabela XIII - Medidas de Promoção e Proteção Finais nos Projetos de Vida da Criança/Jovem.

Teste Friedman	
Medidas de Promoção e Proteção Finais nos Projetos de Vida	Ranking Médias
A (re) integração na família alargada é um projeto de vida,	38,40
A confiança à guarda de terceiros é um projeto de vida,	24,98
A adoção nacional é um projeto de vida,	19,33
A adoção internacional é um projeto de vida,	31,40
Permanecer em institucionalizado é um projeto de vida,	37,02
A autonomização,	43,69

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

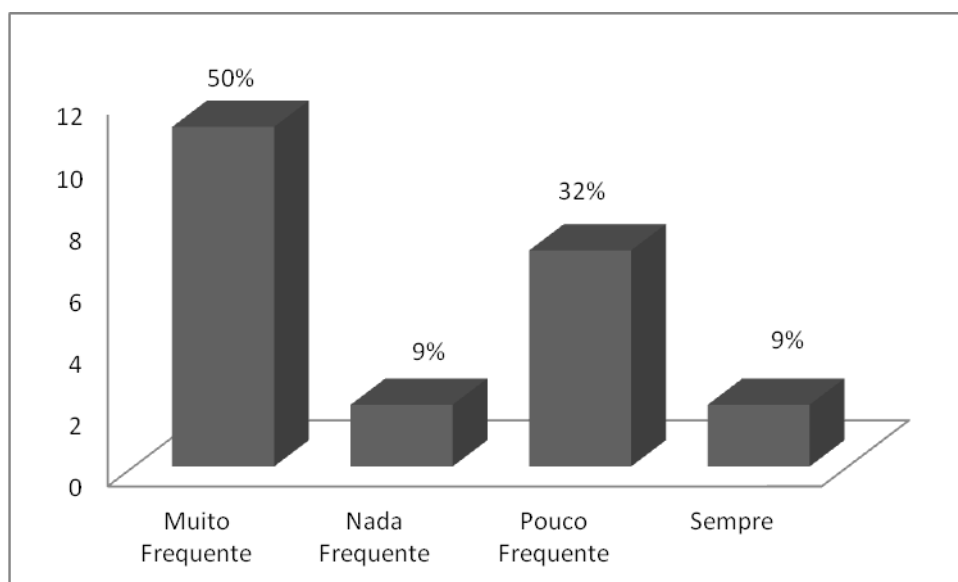
De acordo com o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, reportado ao ano de 2011 verificou-se uma predominância dos projetos de vida para a autonomização e reintegração na família nuclear, seguindo-se a adoção. O projeto de vida para a autonomização continua a sobressair, com um peso de 36,5% (28,3% em 2010), e refere-se a jovens que, não tendo possibilidade de regresso ao seu meio familiar, necessitam de se manter em situação de acolhimento por um período prolongado até durante o qual deverão ser estimuladas e apoiadas as suas competências pessoais e sociais visando exatamente a sua preparação cuidados para a plena autonomia futura(Casa, 2011).

Supõem-se, assim que o frequente recurso a medidas de proteção de caráter extremo acontece pela tendência do agravamento, reprodução e perpetuação dos maus tratos no contexto familiar, resultados não só das limitações existentes ao nível dos recursos materiais e humanos, mas também da ausência de uma intervenção preventiva articulada e sistémica entre as entidades e os vários outros sistemas ou subsistemas sociais de que crianças e jovens fazem parte.

Procurou-se também, saber os motivos pelos quais existe demora na execução dos projetos de vida. Deste modo, as entidades referiram que é muito frequente existir alterações inesperadas nos projetos de vida dos menores acolhidos (50%) ou estes trazerem diagnósticos da situação sociofamiliar por finalizar (59%). A questão de inexistência de equipa técnica para dilinear os projetos de vida ou de dificuldades de articulação com as Equipas Multidisciplinares de Apoio ao Tribunal ou com os próprios Tribunais foram referidas como nada frequentes, tal como nos mostra os gráficos LXXI ao LXXVI. De acordo com Andreoli no que diz respeito à execução dos projetos de vida, as demoras dos relatórios da Segurança Social com as avaliações da situação da criança/jovem, as demoras nas avaliações psicológicas e/ou psiquiátricas comprometem a aplicação das medidas de promoção e proteção, (Andreoli, 2003). Decretada a medida provisória a falta de acompanhamento e informações impede a aplicação de uma medida definitiva no tempo previsto pela Lei, ou seja, o processo de aplicação das medidas e de acompanhamento das medidas já aplicadas tem sido marcado por uma grande tempo de espera (espera de pareceres técnicos, de relatórios da segurança social, relatórios médicos, da avaliações psicológicas e psiquiátricas) e por consequência o projeto de vida da criança ou jovem vítima também espera. Esta espera coloca em causa a própria proteção da criança e do jovem e compromete a eficácia do Sistema. Os resultados

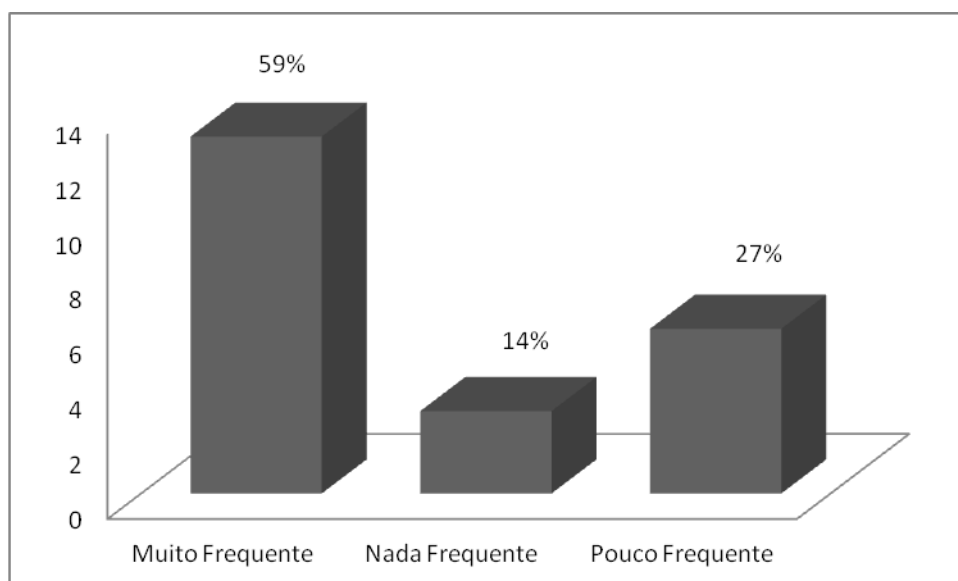
apresentados permitem comprovar as limitações existentes a nível dos recursos necessários para a proteção das crianças/jovens mas também reflete as limitações existentes no Sistema de Promoção e Proteção, (Martins, 2005).

Gráfico LXXI – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a alterações inesperadas.



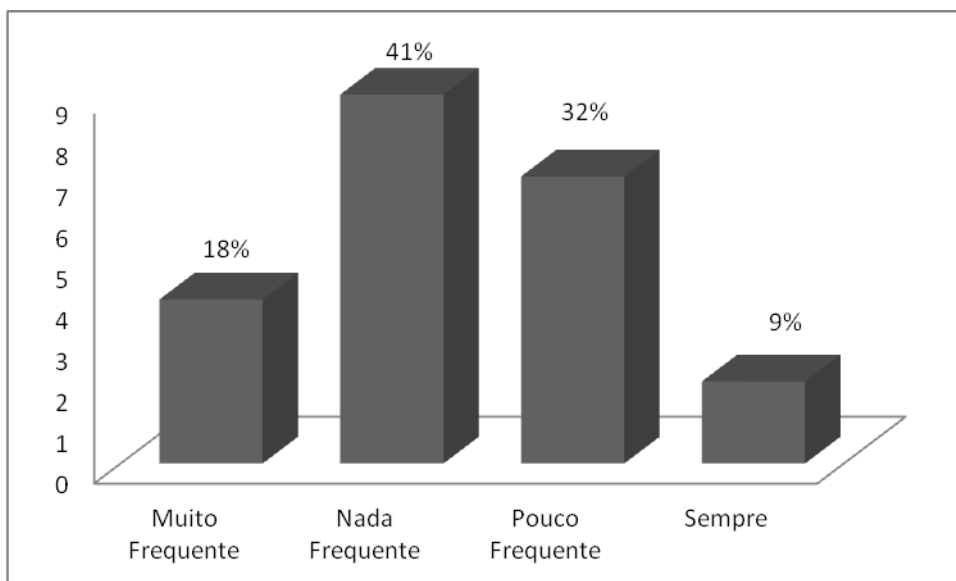
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo".

Gráfico LXXII – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a diagnósticos por finalizar.



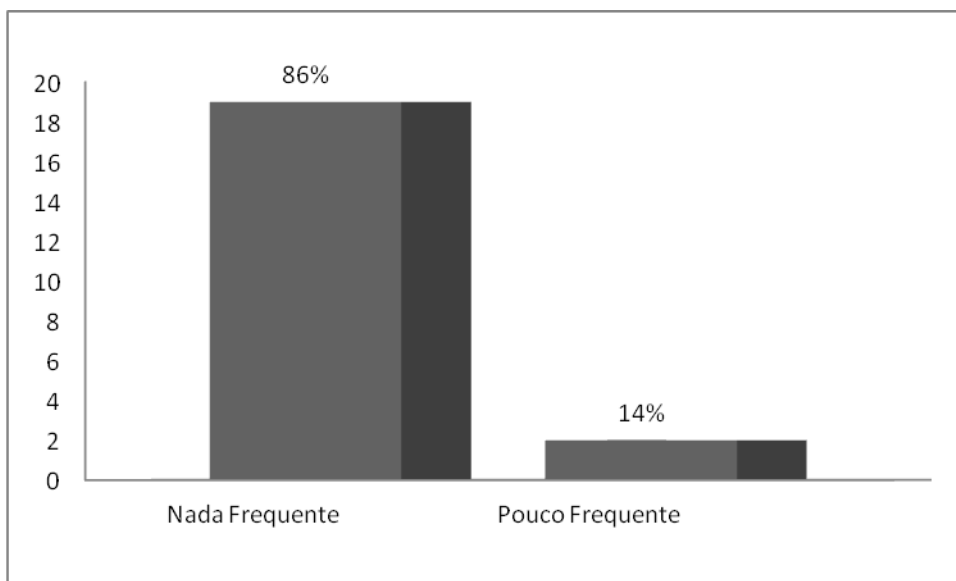
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo".

Gráfico LXXIII – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a um acolhimento recente.



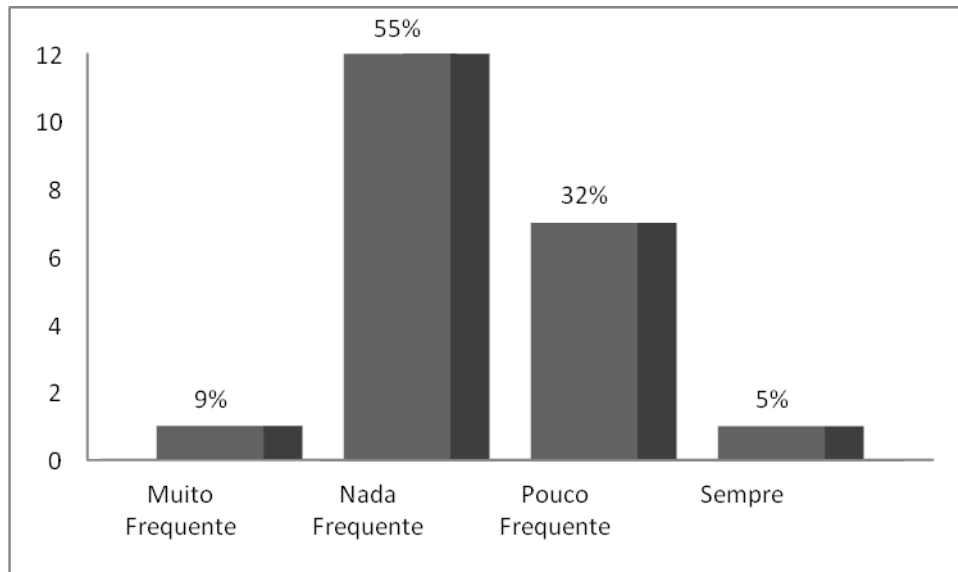
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXIV – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a inexistência de Equipa Técnica.



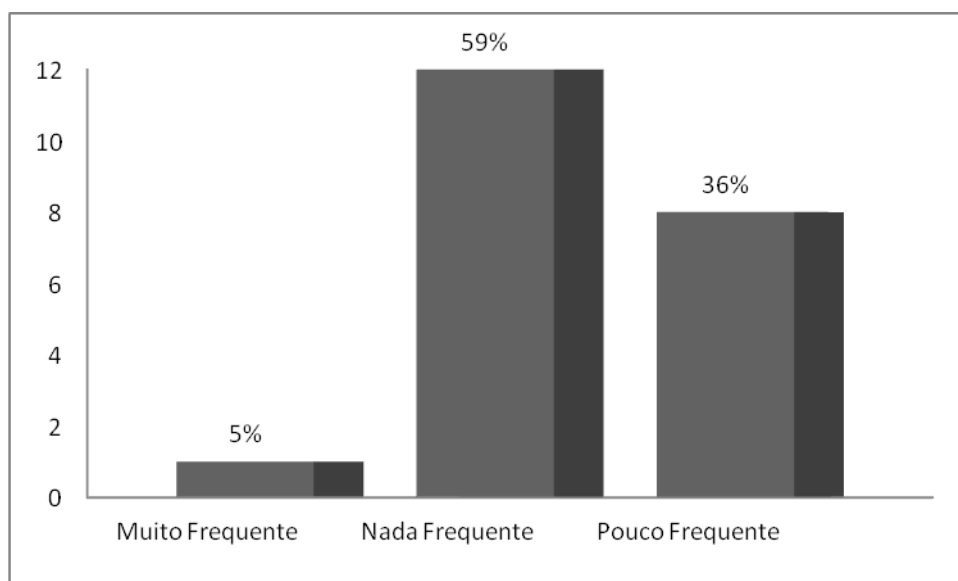
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXV – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a dificuldades de articulação com a EMAT.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXVI – A demora na execução dos projetos de vida deve-se a dificuldades de articulação com os Tribunais.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Em termos de projetos de vida pode-se apontar como causa mais significativa para a demora da sua execução o surgimento de alterações inesperadas que podem ser provenientes da situação sociofamiliar do menor acolhido ou até de posições judiciais. Outra situação que obteve um valor significativo foi haver processos que trazem diagnósticos por finalizar, tendo a Equipa Técnica que proceder às diligências necessárias para concluir o processo e poder depois delinear os projetos de vida. O fator menos revelante prende-se com o caso de a demora nos projetos estar relacionada com a inexistência de Equipa Técnica, o que significa que as Entidades inquiridas todas possuem Equipa Técnica em número suficiente para responder aos projetos de vida da criança dentro do tempo considerado útil, (6 meses), tal como vem referido na tabela XIV.

Tabela XIV – Demora na Execução dos Projetos de Vida da Criança/Jovem

Teste Friedman	
Demora na Execução dos Projetos de Vida da Criança/Jovem	Ranking Médias
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a alterações inesperadas	43,93
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a diagnósticos por finalizar	37,24
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a um acolhimento recente	35,62
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a inexistência de Equipa Técnica	17,02
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a dificuldade de articulação EMAT	26,50
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a dificuldade de articulação Tribunal	25,45
Demora na execução dos projetos de vida deve-se a dimensionamento insuficiente Equipa	20,29

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Foi igualmente pertinente recolher informações sobre os motivos pelos quais se verificava alterações nos projetos de vida, ou seja, após as Equipas Técnicas trabalharem com as famílias, com o menor acolhido, definirem as etapas/estratégias a seguir e depois (re) definir os projetos de vida. Assim, as entidades referiram como alterações muito frequentes o agravamento da situação sociofamiliar do menor acolhido (64%) ou a inalteração da situação sociofamiliar (68%), pouco frequente é a rejeição da criança/jovem ao projeto delineado (50%), a um subito desconhecimento do paradeiro da figura de referência (55%), a uma decisão judicial (45%), ou ao facto da criança ter atingido a maioridade, (50%). Os gráficos abaixo evidenciam estes dados, do LXXVII ao LXXXII.

De acordo com o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens de 2011, as crianças e jovens que viram o seu projeto de vida alterado relativamente ao ano de 2010, devem-no a duas dimensões:

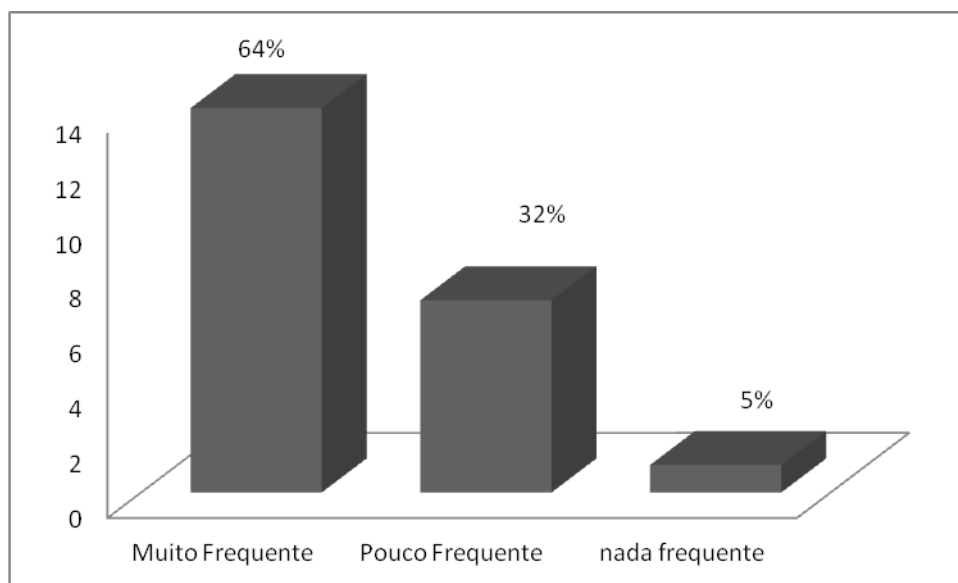
- Crianças que, com a alteração do Projeto de Vida, adquiriram a possibilidade de saída para meio natural de vida: Inclui as crianças que em 2009 tinham projeto de vida de acolhimento permanente ou projeto de vida para a autonomização e em 2010, por diversas razões, passaram a ter projeto de vida de reintegração no meio familiar ou adoção.

Nesta dimensão identificaram-se, no ano em avaliação, 81 crianças e jovens, menos 37 que em 2010, das quais 74 (91,3%) passaram de um projeto de vida em meio institucional para um projeto de vida de reintegração na sua família (nuclear ou alargada), 6 (7,4%) passaram a ter como projeto de vida a confiança futura a terceira pessoa e 1 criança (1,2%) que ficou com projeto de vida definido com vista à adoção.

- Crianças que, com a alteração do Projeto de Vida, deixaram de ter a possibilidade de saída, tendendo a permanecer em meio institucional: Inclui as crianças que, em 2010, tinham projeto de vida de reintegração no meio familiar, confiança a terceira pessoa, ou adoção e, em 2011, por diversas razões, passaram a ter projeto de vida de acolhimento permanente ou acolhimento até à autonomização.

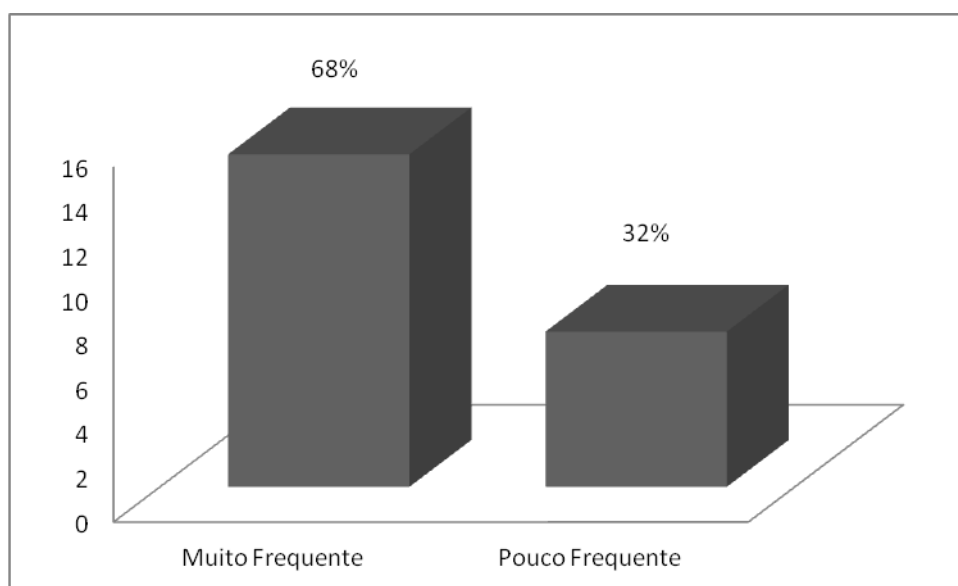
A mudança de projeto de vida de meio natural de vida para projeto de vida de permanência em acolhimento tem vindo a aumentar: de 2009 para 2010 registaram-se mais 34 crianças e jovens e de 2010 para 2011 mais 45 casos. Sobressai, tal como nos anos anteriores, o insucesso da reunificação familiar (nuclear ou alargada) com 323 situações em 2011 (77,1%). Seguem-se 62 situações (14,8%) que deixaram de considerar a adoção como projeto de vida e 55 (8,1%) que deixaram de ter como projeto a confiança a terceira pessoa, (Casa, 2011).

Gráfico LXXVII - As alterações nos projetos de vida devem-se a uma agravamento da situação sociofamiliar.



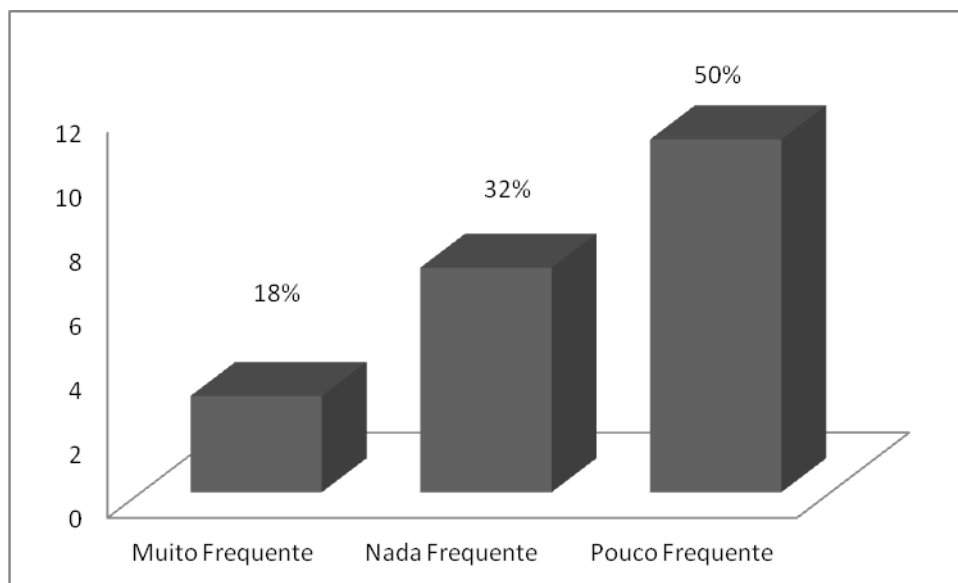
Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXVIII - As alterações nos projetos de vida devem-se a uma inalteração da situação sociofamiliar.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXIX - As alterações nos projetos de vida devem-se a uma rejeição da criança.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXX - As alterações nos projetos de vida devem-se a um súbito desconhecimento do paradeiro das figuras de referência.

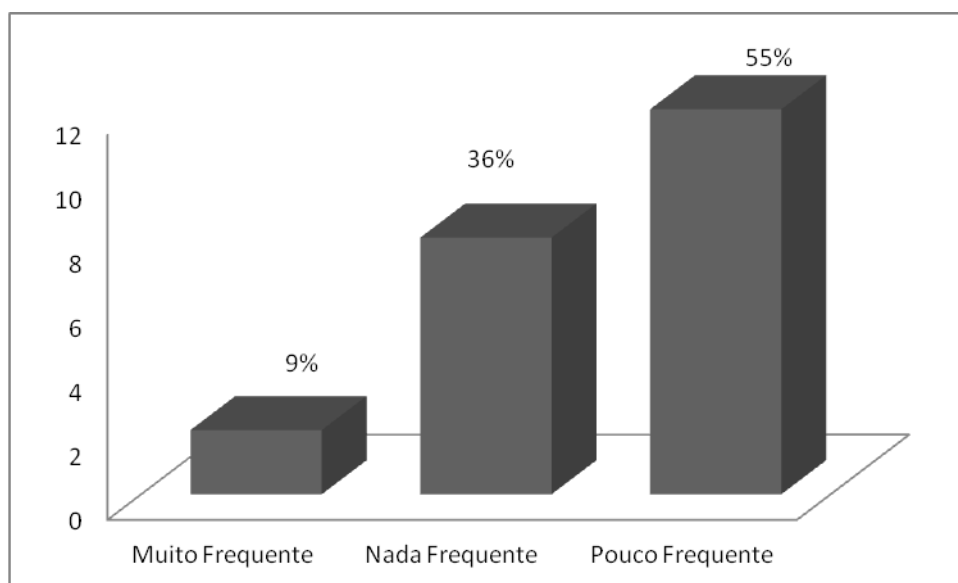
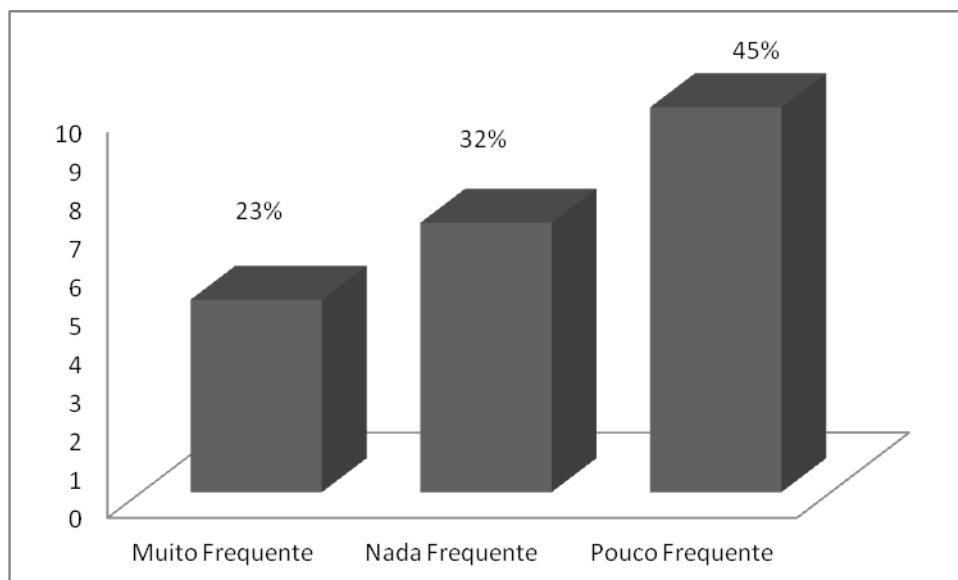
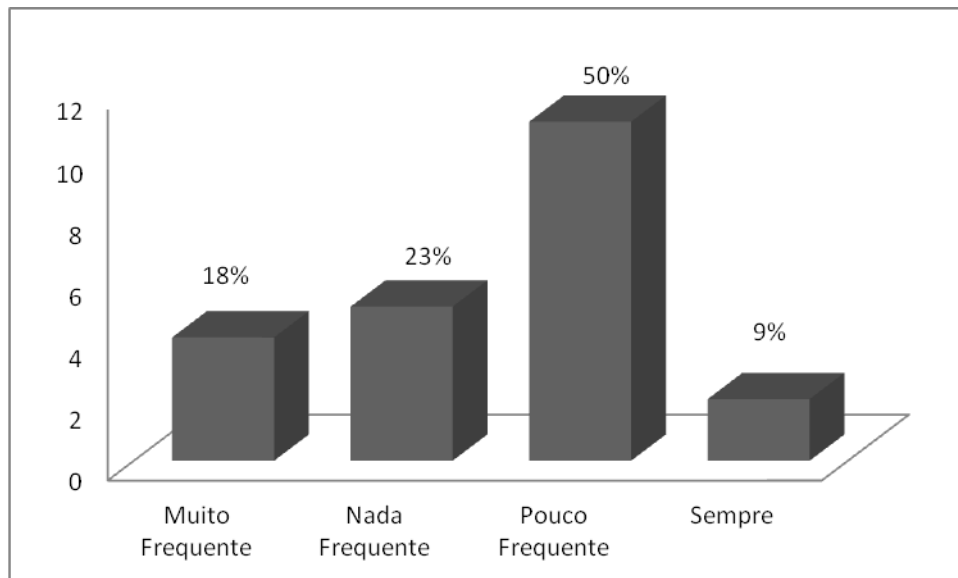


Gráfico LXXXI - As alterações nos projetos de vida devem-se a uma decisão judicial.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXXII - As alterações nos projetos de vida devem-se ao facto da criança ter atingido a maioridade.



Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

A Tabela XV indica os motivos de alteração aos projetos de vida da criança/jovem acolhido, sendo que o motivo mais frequente deve-se a uma inalteração da situação sociofamiliar, ou seja, desde o início do acolhimento até ao «fim dos 6 meses» a situação familiar do menor não sofreu qualquer alteração. Outra alteração evidente deve-se ao agravamento da situação sociofamiliar e num valor ligeiramente mais baixo, a criança/jovem acolhido atingiu a maioridade, tendo por isso que se rever a medida a aplicar. Com menos frequência ao nível das alterações dos projetos de vida destaca-se o subitido desconhecimento das figuras de referência.

Tabela n.ºXV – Alteração aos Projetos de Vida da Criança/jovem.

Teste Friedman	
Alteração aos Projetos de Vida da Criança/jovem	Raking Médias
Alteração dos projetos de vida deve-se a uma rejeição da criança.	30,71
Alteração dos projetos de vida deve-se a uma decisão judicial.	31,60
Alteração dos projetos de vida deve-se a um súbito desconhecimento dos parapeiros das figuras de referência.	30,10
Alteração dos projetos de vida deve-se a um agravamento da situação sociofamiliar.	44,45
Alteração dos projetos de vida deve-se a uma inalteração da situação sociofamiliar.	45,29
Alteração dos projetos de vida deve-se a uma rejeição da família.	27,52
A criança atingiu a maioridade.	40,57

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

O sistema nacional de acolhimento apresenta na ótica da pesquisa em causa algumas vulnerabilidades, mas também prioridades. Essas vulnerabilidades passam essencialmente, pela falta de regulação das medidas de promoção e proteção, nomeadamente a educação parental, apoio em meio de vida e medidas de autonomia de vida, pela fragilidade das medidas de apoio aos jovens adolescentes em situação de abandono escolar, de apoio de vida em meio natural, nomeadamente aos pais, pela não previsão de soluções para as crianças que não podem voltar para as famílias e que não devem continuar na instituição. É prioritário introduzir uma medida intermédia, que pode ser uma medida de tutela, de acolhimento prolongado ou por novos contornos legais e celeres dados á adoção, bem como promover formação contínua a todos os que trabalham nas áreas de infância e juventude, desde uma formação inicial até a domínios de maior especialização.

Na verdade faltam medidas que permitam dar uma respostas atempada para quando há desmotivação escolar, que assegurem o afastamento do agressor e que assegurem o acompanhamento de cada medida desde que a criança entre na instituição até ao seu reingresso quer ao meio natural de vida.

Para testar as hipóteses recorreu-se á **Análise de Regressão Linear Múltipla** ou seja, procurou-se confirmar se as características da entidade (a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica e o número de voluntários), influenciaram as estratégias de acolhimento e de integração social das crianças e jovens acolhidos adotadas pelas Entidades.

- No que concerne às *estratégias de acolhimento* foi realizado o teste de regressão linear múltipla entre as variáveis independentes (a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica e o número de voluntários) e a variável dependente (acolhimento), através do qual se verificou que não havia correspondência entre as variáveis, tal como nos indica a tabela XVI.

Tabela XVI – Notas da Regressão Linear à variável Acolhimento

Notas da Regressão Linera à variável Acolhimento	
Syntax	<p>REGRESSION</p> <p>/MISSING LISTWISE</p> <p>/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA COLLIN TOL CHANGE</p> <p>/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)</p> <p>/NOORIGIN /DEPENDENT Acolhimento</p> <p>/METHOD=STEPWISE capacidade, Ocupação, n.º voluntário, dimensão equipa, Envolvimento técnicos.</p> <p>/SCATTERPLOT= (Acolhimento,*ZRESID)</p> <p>/RESIDUALS DURBIN HISTOGRAM (ZRESID) NORMPROB (ZRESID).</p>

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Não havendo relação entre as dimensões acima descritas, colocou-se a questão se existiria alguma correlação entre as variáveis consideradas no estudo relevantes para o acolhimento e as estratégias adotadas por cada entidade. Com o objetivo de aprofundar este último aspeto, utilizou-se o coeficiente linear de Spearman. Este coeficiente tem por base de aplicação quando as variáveis independentes surgem como assimétricas, em que -1 (corresponde a uma correlação negativa perfeita), +1 (corresponde a uma correlação positiva perfeita e 0 (corresponde a ausência de correlação). Desta forma, verificou-se que a dimensão acolhimento está relacionada com pelo menos uma das variáveis independentes, *ocupação presente da resposta social*, observando-se uma correlação positiva e com um grau de intensidade moderado. Isto significa que a ocupação presente na resposta social influencia a estratégia a adotar no momento do acolhimento. As dimensões, *capacidade da resposta social*, *ocupação presente*, *dimensão da equipa técnica e número de voluntários*, apresentam uma correlação negativa perfeita, com um grau de intensidade moderado o que significa que estas dimensões não influenciam as entidades no momento de adotar estratégias de acolhimento, tal como nos indica a tabela XVII.

Tabela XVII – Correlação da variável acolhimento.

Speaman rho					
Correlações	Área de influência	Capacidade da resposta social	Ocupação presente	Dimensão da Equipa	N.º voluntários
Coeficiente de Correlação	-0,84	-0,12	0,68	-0,43	-0,41
Significância	0,71	0,95	0,76	0,85	0,58

N valid cases =22

Variável dependente: Acolhimento

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Estes resultados implicam um momento de reflexão já que significam que para delinear estratégias de acolhimento cada entidade possui estratégias próprias e desiguais. Acolher pode ser considerado como um processo de aperfeiçoamento aplicado em termos metódicos aos novos elementos que ingressam pela primeira vez na Instituição, através do qual são explicados, de forma simplificada, os aspetos que a caracterizam melhor. O Acolhimento é assim o primeiro passo da integração do novo elemento, através dele a entidade deverá fornecer informações que facilitem essa integração, bem como deverá permitir ao novo elemento conhecer de forma sumária o novo espaço/estrutura, o grupo de pares, as regras, os horários e os colaboradores da instituição com os quais o menor terá que interagir. Para que esta situação aconteça é necessário que cada entidade promova estratégias de acolhimento junto do seu público-alvo. Essas estratégias poderão ser de duas ordens, ou seja, poderá haver estratégias previamente definidas, tais como, as regras, apresentação do grupo, do espaço e estratégias que deverão ser delineadas em função do pedido. Acolher expressa uma ação de aproximação, uma atitude de inclusão que implica uma afirmar o acolhimento como uma diretriz de relevância em termos *éticos* uma vez que refere um compromisso de reconhecimento do outro, na atitude de acolhe-lo nas suas diferenças e vivências e em termos *estéticos* porque traz para as relações e os encontros do dia-a-dia a invenção de estratégias que contribuem para a dignificação da vida de quem esta acolhido.

- No que se refere às *estratégias de integração* foi realizado o teste de regressão linear múltipla com a seleção das variáveis pelo método Stepwise, tendo-se optado pela utilização das variáveis independentes (a área geográfica de influência da resposta social, capacidade da resposta social, ocupação presente da resposta social, Dimensão da Equipa Técnica, o número de voluntários e o envolvimento técnico) e a variável dependente (integração).

O modelo resultante parou no segundo passo, sendo significativo e ajustado aos dados. Pelo que ir-se-à proceder somente à análise estatística deste modelo. Desta forma, realizou-se o teste F que proporcionou uma avaliação dos coeficientes estimados, ou seja, se existe relação entre as variáveis. Perante os dados do teste, $[F(5,29); p=,015]$, concluiu-se que existe uma relação linear entre a variável dependente com pelo menos duas das variáveis independentes. Para além deste valores também se pode verificar que existia 29% (r^2) da variação total entre as variáveis independentes e a variável

dependente, ou seja 29% das estratégias de integração variam de acordo com o número de voluntários e o envolvimento técnico, tal como nos indica a tabela XVIII.

Tabela XVIII – Sumário Modelo Regressão variável integração.

Summary Model - Integração				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,449a	,201	,161	,41429
2	,598b	,358	,290	,38114

N valid cases =22

Variável dependente: Integração

a. Predictors: (Constant), Número de Voluntários.

b Predictors: (Constant), Envolvimento técnicos.

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Obteve-se ainda com o Teste Anova que o modelo estudado em todas as variáveis é bastante significativo, tal como se pode verificar na tabela XIX.

Tabela n.ºXIX – Anova da regressão variável integração

Anova						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig
1	Regression	,866	1	,866	5,043	,036
	Residual	3,433	20	,172		
	Total	4,298	21			
2	Regression	1,538	2	,769	5,294	,015
	Residual	2,760	19	,145		
	Total	4,298	21			

N valid cases =22

Variável dependente: Integração

a. Predictors: (Constant), Número de Voluntários.

b Predictors: (Constant), Envolvimento técnicos.

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Após verificar-se que a variável envolvimento técnico e a variável número de voluntários se relacionam com a variável integração, procurou-se perceber se as duas variáveis preditoras influenciam a integração da criança/jovem em acolhimento. Para isso analisou-se os pressupostos do modelo de regressão tendo em conta: a multicolineariedade e se a variável resposta segue uma distribuição normal.

Assim através do Fator de inflação da variancia pod-se verificar se um dos previsores tem um relacionamento linear forte com os outros previsores e observou-se que no estudo não existem problemas *de multicolineariedade* uma vez que [VIF inferior a 10 e Tolerance superior a 0], nem na normalidade das variáveis residuais, tal como indica a tabela XXI. Através do teste *Kolmogorov-Smirnov* [K-S (,967); p=,307), verifica-se que a significancia apresenta um nível superior a 0,05 aceitando-se a hipótese dos resíduos seguirem uma distribuição normal, tal como vem referido na tabela XX.

Os resultados indicam também que não existe uma auto-correlação dos resíduos (Durbin Watson $d=1,402$) existindo ainda uma regressão linear aceitável entre a integração (variável dependente) e o número de voluntários e o envolvimento técnico (variáveis independentes).

Tabela XX – Teste Kolmogorov-Smirnov.

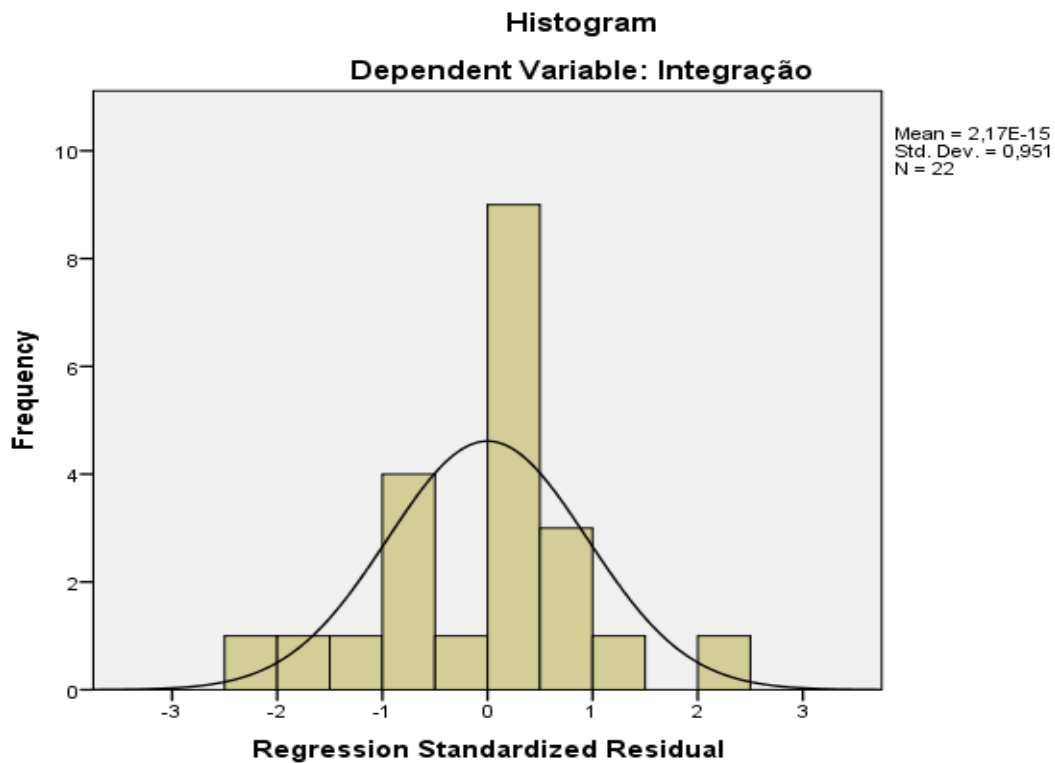
Kolmogorov-Smirnov	
	Integração
Mean	,452
Std. Deviation	3,42
Sig	,307
K-S	,967

N valid cases =22

Variável dependente: Integração

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Gráfico LXXXIII – Regressão Residual da Variável Integração



N valid cases =22

Variável dependente: Integração

- a. Predictors: (Constant), Número de Voluntários.
- b Predictors: (Constant), Envolvimento técnicos.

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Tabela XXI – Teste da Multicolieariedade

Teste da Multicolieariedade		
	Tolerance	VIF
Número de voluntários	,987	1,013
Envolvimento técnico	,987	1,013

N valid cases =22

Variável dependente: Integração

- a. Predictors: (Constant), Número de Voluntários.
- b Predictors: (Constant), Envolvimento técnicos.

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Após a análise dos persupostos do modelo de regressão procedeu-se à análise da *Tabela dos Coeficientes* que proporcionou o valor dos coeficientes estimados e a sua respetiva significancia, tal como se verificar na tabela XXII.

Tabela XXII – Coeficiente da Dimensão Integração.

Model	Unstandardized Coefficient		
	B	Sdt Error	Sig
Constante	4,880	,638	,000
N.º Voluntários	-,090	,034	,015
Envolvimento Técnico	-,524	,243	,044

N valid cases =22

Variável dependente: Integração

a. Predictors: (Constant), Número de Voluntários.

b Predictors: (Constant), Envolvimento técnicos.

Fonte: Questionário "Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo"

Através da tabela dos coeficientes e da equação da reta de regressão [$\text{integração} = 4,880 - 0,09(\text{número de voluntários}) - 0,524(\text{envolvimento técnico})$], retirou-se as seguintes conclusões:

- 1) Estima-se que o número de voluntários existente na resposta social diminua ,090 a necessidade de promover estratégias de integração para os menores acolhidos. Esta diminuição é bastante significativa, uma vez que $p \leq ,05$.
- 2) Estima-se que um envolvimento técnico ao longo do processo de integração diminua ,524 a necessidade de promover estratégias para a integração do menor em acolhimento. Esta diminuição é estatisticamente significativa, uma vez que $p \leq ,05$.

Concluída a Análise de Regressão é possível observar que a integração social dos menores em acolhimento é influenciada por um conjunto de fatores relacionados com o número de voluntários que cada entidade possui e com o envolvimento técnico em todo o processo de integração. A integração de um novo elemento na entidade estabelece-se desde o primeiro dia e é fundamental para êxito ou fracasso nessa comunidade. Esta

dimensão deverá ser vista como um processo de ajustamento e adaptação mútua entre o novo elemento e a entidade de acolhimento, através da qual a entidade que acolhe e o grupo já acolhido formam um todo integrado, pelo que integrar um novo elemento passa por um processo de aceitação das características do novo elemento acolhido. Deste modo, as formas de inserção são processos dinâmicos, em permanente mudança, resultantes de influências bastante diversas ao nível da macroestrutura económica, social, política e institucional, e das especificidades dos contextos locais. Daqui resulta que as formas de incorporação dos menores acolhidos devam passar por um conjunto de estratégias de integração baseadas nas estruturas locais ao nível do ensino, saúde, cultural, mas também ao nível micro, ou seja, na promoção de atividades internas.

É necessário haver uma maior atenção sobre os jovens a quem é cessada a intervenção e é dada a autonomia como medida de promoção e proteção, uma vez que, esta-se perante jovens que apresentam na sua maioria uma rede formal ou informal de apoio ou enquadramento (pessoas de referência, amigos) insuficientemente sólida, tendo por isso dificuldades em procurar apoio nas estruturas sociais existentes. A falta desses apoios comprometem na maior parte das vezes, o seu percurso de vida como adulto poderá, gerando situações de grande vulnerabilidade, sendo também empiricamente conhecido o fenómeno de efeito transgeracional nas situações de negligência ou maus-tratos, (Casa, 2011).

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 – NOTAS CONCLUSIVAS

A institucionalização de uma criança significa que muitos adultos falharam no seu percurso: a instituição nunca pode ser mãe nem pai, nenhuma criança pode permanecer institucionalizada a título permanente. O recurso a uma instituição deve ser sempre curto, transitório, ou seja, mal a criança entre numa instituição os técnicos envolvidos deve procurar promover a sua desinstitucionalização, preparando a sua autonomia de vida, (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, 2005, «www.oa.pt»).

Cabe ao Estado assumir a vontade de desinstitucionalizar, as instituições não podem viver das crianças acolhidas, mas para as crianças. É necessário estabelecer critérios rigorosos, promover estratégias quanto aos requisitos de funcionamento destas entidades, bem como, aos requisitos de financiamento.

A partir da análise realizada aos questionários foi possível tecer as seguintes considerações sobre os resultados obtidos.

Relativamente às *Entidades* inquiridas no Alentejo a maioria possuíam estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, eram dirigidas por um Técnico com formação académica superior e tinham uma Equipa Técnica com pelo menos 3 elementos igualmente com formação técnica superior. No que concerne ao seu funcionamento a maioria das Entidades tinha a sua área de influência para além do concelho onde estava inserida. A maioria das Entidades não aderiram ao Plano Dom e as que aderiram apontaram como diferença mais significativa com a sua adesão o facto de verem a sua equipa técnica aumentada e o poderem intervir junto das famílias.

No que diz respeito aos Critérios e Motivos de Admissão o fator mais referido prende-se com a idade da criança/jovem, dando-se preferência às idades dos 0-12 anos. Para além deste critério as Entidades ponderavam as admissões tendo em conta a preferência regional, a existência de reunificação familiar, a dinâmica do grupo acolhido ou o grau de perigo em que o menor se encontrava. Das características que prevalecem sobre os motivos que levaram ao acolhimento do menor destaca-se a negligência familiar e os comportamentos de risco da criança ou a exposição a modelos parentais desviantes.

Ao longo da bibliografia estudada verificou-se que os motivos de acolhimento que prevaleciam passavam pelos maus tratos físico/psicológico e que no estudo em causa esses motivos centram-se noutros níveis de maus-tratos, tais como a negligência familiar, a exposição a modelos parentais desviantes ou comportamentos de risco da própria criança, verificando-se uma mudança nas tipologias de sinalização. Os maus tratos praticados a menores constitui uma modalidade de abuso sobre crianças e jovens. Esta situação, apesar da sua frequente ocorrência, é cada vez menos aceite em contextos sociais como o nosso, onde o Estado defende e procura assegurar os direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos em especial dos mais vulneráveis como crianças, idosos e deficientes. A maior divulgação destes direitos é o próprio reconhecimento da categoria de infância (que possui um lugar especial nas famílias modernas), tem despertado nas pessoas interesse para as questões relativas à infância e particular atenção para as situações de abuso e violação dos seus direitos. Com efeito, a maior divulgação dos direitos das crianças tem permitido por um lado um aumento das denúncias de situação de abuso e por outro a um maior esclarecimento sobre os maus-tratos praticados a menores. As respostas obtidas permitiram identificar várias modalidades maltratantes na origem do acolhimento das crianças e jovens, sendo a mais relevante a negligência familiar. A negligência, de acordo com os casos registados, comporta uma vasta gama de situações que traduzem a ausência de cuidados ao menor a vários níveis, nomeadamente na saúde pela falta de condições adequadas às crianças, na falta de cuidados na educação, desinvestimento total das famílias na escola, a ausência de acompanhamento e supervisão por parte do adulto, não satisfação das necessidades básicas da criança e nos comportamentos inadequados da criança ou jovem. Conforme refere a autora Ana Nunes de Almeida o campo dos maus tratos contra as crianças não constitui uma paisagem homogénea, antes pelo contrário, é marcado pela diversidade, (Almeida, 1995). Está-se perante um conceito que tem sido alargado e extensivo a atos e situações que na história, mesmo em épocas recentes, não eram considerados maus-tratos. Trata-se de um conceito que já não cobre apenas situações de violência passiva ou ativa e de agressão física, emocional ou sexual, mas que se situa também numa perspetiva macrossocial como o acesso à educação ou à saúde.

Relativamente a quem os pratica não se verificou grandes alterações, isto é a origem do motivo continua centrado nos membros da família mais próximos da criança ou num elemento próximo à família. De acordo com os resultados dos questionários as crianças e jovens são, normalmente institucionalizadas por disfunções internas dos seus

contextos familiares, pela presença de alcoolismo e toxicodependência dos pais, pela doença mental ou depressão dos principais cuidadores, pela falta de responsabilidade parental ou a sua imaturidade, pela ausência de suportes familiares ou sociais entre outras situações, todas elas acompanhadas de um mau funcionamento da estrutura familiar. Está-se perante contextos familiares frágeis e vulneráveis a situações de perigo, tal como nos refere Alarcão nestes contextos as crianças são muitas vezes o elemento mais frágil, tornando-se a vítima direta ou indireta por vivenciar relações de conflitualidade, (Alarcão, 2002).

Os processos continuam a chegar maioritariamente pela equipa da EMAT (Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal) do Instituto de Segurança Social, seguido dos Tribunais e em último das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, dando a entender que as estratégias adotadas pelas Entidades Cíveis de prevenção primária estão a ter os seus resultados. Estas estratégias visam radicar uma nova cultura da criança, mediante a interiorização generalizada dos direitos da criança e da inadmissibilidade da sua violação. Através da criação e do desenvolvimento de projetos, estruturas e ações, que apoiam as crianças e famílias na efetivação dos seus direitos, procura-se impedir ou superar as situações de risco e evitar as de perigo/ofensa desses direitos.

Essa responsabilidade/virtualidades, no domínio da prevenção primária, encontra-se muito centrada no trabalho realizado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, em conjugação com a Rede Social, numa estreita interação enriquecida pelas potencialidades que resultam destas parcerias.

No que concerne às Estratégias de Acolhimento estás prendem-se em dois momentos:

- Na análise do Pedido, ou seja, todo o processo que vai desde a sua chegada até à decisão por parte da Entidade em aceitar ou não aquele pedido. Esse processo passa na sua maioria por uma análise do pedido por parte da equipa técnica, seguida da elaboração de um parecer técnico baseado nos critérios de ponderação. Esses critérios baseiam-se essencialmente em aspetos como a urgência do pedido, a dinâmica do grupo já acolhido, o nível de saúde do novo elemento e a existência de vagas.
- Na organização institucional, isto é, caso o novo pedido seja aceite pela Entidade, existe um conjunto de aspetos que são necessários ter em consideração no momento do acolhimento, tais como a preparação do espaço, do grupo e dos colaboradores, bem como, a realização de diligências sobre os cuidados a prestar

ao novo elemento (escolares, saúde, lúdicas, entre outras). Embora as Entidades tenham referido que procediam desta ou de outra forma e que preparavam de alguma maneira o momento do acolhimento, a verdade é que nem sempre este momento é encarado como uma estratégia que poderá beneficiar ou inviabilizar o sucesso do novo acolhimento.

Para além disso, não existe um registo concreto dessas estratégias, no sentido de poder haver uma uniformização de algumas delas (a forma escolhida para preparar o grupo ou os colaboradores a título de exemplo), mesmo tendo como ponto de partida que cada pedido tem as suas especificidades.

Contudo as entidades referem que tem a preocupação de preparar previamente o acolhimento e que utilizam algumas estratégias consoante o pedido. Das estratégias mais referidas destaca-se a escolha do quarto por parte do novo elemento, a apresentação do novo elemento ao grupo e a apresentação das regras pelas quais a entidade se rege. O envolvimento da família no momento do acolhimento nem sempre é realizado. Na verdade a família só é envolvida numa fase posterior, nomeadamente, no decorrer do processo e depois na saída do menor da instituição. A Entidade adota como estratégias para esse processo de envolvimento a participação da família no percurso escolar do menor, a participação no Plano Socioeducativo Individual, nos projetos de vida e quando autorizado em visitas domiciliárias do menor à família. De acordo com Canhão após a institucionalização da criança/jovem inicia-se o restabelecimento dos laços sociais e familiares, numa perspetiva de estabilidade, implicando a reconversão dos ciclos da exclusão e estabelecendo um complexo processo de integração social, (Canhão, 2007). Uma criança maltratada é uma criança com medo, raiva, depressão, sem objetivos de futuro. Ao entrar numa instituição a criança/jovem encontra uma rede de apoio e um clima favorável que a vai ajudar a ultrapassar a sua situação de vítima. Também será na instituição que passará a ver os seus direitos novamente em vigor.

Em relação às Estratégias de Integração Social estas requerem um envolvimento da Entidade na Comunidade, mas também um envolvimento da comunidade no espaço e na vida da instituição. Para que este envolvimento seja recíproco há a necessidade de se delinear um conjunto de estratégias que visem o trabalho em parceria, uma disposição da Entidade para participar nas iniciativas locais e ainda uma integração da comunidade nas iniciativas da instituição. Assim cabe a cada Entidade dentro da sua logística organizar atividades que a promovam no exterior e ao mesmo tempo procurar junto da

comunidade local iniciativas e apoios, tais como, ao nível do lazer, saúde, festividades, entre outros. As Entidades questionadas indicaram que promovem sempre o aceso a todos os recursos da comunidade e que se sentem apoiadas pela mesma nas suas atividades. Uma das formas de partilha de atividades por parte das Entidades questionadas prende-se com a organização de algumas atividades onde convidam e permitem a entrada de elementos externos à instituição. Este processo de integração torna necessário a adoção de estratégias de reinserção em rede com base numa pluridisciplinaridade ao nível da intervenção, que passará pela integração da criança nas redes de apoio que o novo meio social oferece, através do delineamento de um projeto de vida integrado e compartilhado entre a instituição e a criança. Para Cruz uma das formas que as entidades possuem para fomentar os valores e capacitarem o meio para a integração destas nova criança, passa pela estruturação e organização dos seus serviços, entendida como um processo de reflexão conjunta entre a Equipa e as Entidades que operam no meio social, beneficiando do encontro de saberes dos seus vários membros, (Cruz, 2006). É por isso importante possibilitar a partilha e o debate destas experiências como forma de divulgar e chegar a resultados cada vez mais positivos sobre esta problemática. Segundo Carneiro após a sua institucionalização inicia-se o restabelecimento dos laços sociais e familiares, numa perspetiva de estabilidade, implicando a reconversão dos ciclos viciosos da exclusão e estabelecendo-se um complexo processo de integração social, (Carneiro, 1997). Este processo de integração torna necessário a adoção de estratégias de reinserção em rede com base numa maior pluridisciplinaridade ao nível da intervenção, que passará pela integração desta criança/jovem nas redes de apoio que o novo meio social oferece, através do delineamento de um projeto de vida integrado e compartilhado entre a instituição e a criança/jovem.

Relativamente à Promoção dos Projetos de Vida da Criança e Jovem as Entidades inquiridas afirmaram que avaliam e encontram sempre a resposta mais adequada ao interesse da criança, para isso procuram preparar o Projeto de vida do menor acolhido tendo em conta as expectativas da criança, bem como, informando o menor com regularidade sobre as várias etapas do seu projeto de vida e a confidencialidade do mesmo.

Por vezes as Entidades procuram ouvir e recolher o consentimento da criança ou da família para delinear o projeto de vida, sendo que as medidas de promoção e proteção adotadas com mais frequência são:

- O Apoio Junto dos Pais
- O Apoio para a Autonomia de Vida
- Confiança Judicial com vista a futura adoção

As Medidas de Promoção e Proteção delineadas no início do acolhimento podem não ser a medida de promoção e proteção final, uma vez que, existe um conjunto de fatores que influenciam a proposta inicial, sendo os mais frequentes:

- Alterações e Agravamento na situação sociofamiliar do menor acolhido,
- A uma rejeição da família ao menor acolhido,
- Atingiu a maioridade

Desta forma, após as reuniões de acompanhamento por parte da Equipa Técnica das Entidades junto à família (nuclear ou alargada), com o menor acolhido e com as Equipas de sinalização, verifica-se que as Medidas de Promoção e Proteção finais mais frequentes são:

- Re Integração na Família Nuclear,
- Re Integração na Família Alargada,
- Autonomia de Vida

Os motivos apontados pelas Entidades inquiridas para a demora na execução dos projetos de vida devem-se sobretudo, a alterações inesperadas nos projetos de vida inicialmente delineados ou a diagnósticos sociofamiliares incompletos/por finalizar.

O que requer um conjunto de novos procedimentos logísticos e de (re) organização por parte da Equipa Técnica, na recolha das informações em falta ou na procura de outras soluções para o projeto de vida. Institucionalizar surge por vezes como uma resposta pouco trabalhada e de resolução imediata, que não considera um efetivo projeto de vida das crianças acolhidas.

Estes resultados confirmam os dados da literatura nacional e internacional, que referem que as crianças/jovens institucionalizados provêm sobretudo de contextos onde se verifica situações de disfuncionalidade familiares, ausência de relações afetivas positivas, diferentes formas de vitimização e sobreposição de fatores de risco. Outro aspeto reforçador desta vulnerabilidade pessoal, familiar e social, prende-se com o fato da institucionalização destes jovens ser realizado sem que se concretizem outras medidas prévias. De acordo com Siqueira muitas vezes o internamento surge após a intervenção do Sistema de Promoção e Proteção e até de institucionalizações anteriores integradas neste sistema, parecendo haver uma «perversão do sistema», em que o internamento aparece como a última paragem deste percurso, (Siqueira, 2006 «www.psicologia&sociedade.br»).

Na era atual, defensora da dignidade e direitos da criança e da igualdade de oportunidades de acesso social, a organização institucional descrita ao longo dos questionários evidência algumas lacunas ao nível destes direitos nomeadamente ao nível da formação adequada dos técnicos que acompanham os menores, na dificuldade das entidades em permitirem o acesso a uma maior individualização, autonomia e valorização pessoal das crianças que estão sob sua alçada e proteção, não proporcionando o afeto essencial para o desenvolvimento de uma boa autoestima, uma vinculação segura e autonomia. Segundo Alberto a institucionalização pode parecer como uma resposta contraproducente e paradoxal para a criança, considerando que é retirada para ser protegida e ter garantidas as condições adequadas de desenvolvimento, com vista a um presente e a um futuro de integração social pleno de vivências pessoais positivas, (Alberto, 2003).

Se o processo de acolhimento institucional não for devidamente planificado, monitorizado, avaliado e supervisionado, pode comportar riscos reais para a criança que a verificar-se constituirá uma (re) vitimização das crianças, já por si bastante vulneráveis, permitindo a ocorrência do maltrato institucional. É importante, assim, considerar a perspetiva sistémica, ou seja, traduzir-se a ideia de que a intervenção para a promoção e proteção deverá considerar a criança/jovem no seu todo e protege-la nas várias áreas da sua vida, desde a familiar, saúde, educação, habitação, integração social entre muitas outras, sempre que estas estejam em risco.

Para tal, torna-se necessário haver esforços conjuntos das várias instituições e sistemas sociais de modo a proporcionar respostas articuladas com vista a um mesmo fim: Promover e Proteger os Direitos das Crianças. Parte-se do princípio que a articulação, troca e partilha de informações entre as várias entidades permite uma atuação preventiva, a priori, sobre as situações de maus tratos pela articulação entre as entidades e o sistema. Permite, ainda uma maior canalização e disponibilização de recursos vários na proteção das crianças contribuindo para uma proteção eficaz. Quando os pais não são capazes, tem que se garantir à criança, uma tutela efetiva, afetiva e rigorosa (por alguém da comunidade, por um elemento da família alargada ou por uma pessoa coletiva), protetora da criança e responsabilizadora da comunidade envolvente. Sempre que os pais são incompetentes, o Estado está legitimado a intervir e deve chamar a si a tutela da criança. A intervenção deve ser determinada seguindo a perspetiva sistémica, ou seja, pelo imperativo da interdisciplinaridade, pelo imperativo da responsabilidade, por uma cultura de serviço, pelo afeto, pelo cuidar e promover da autonomia da criança.

O Relatório da Eurochild (2010) refere que em Portugal a necessidade de se introduzir algumas mudanças e de se reorientar a intervenção na área da proteção social à infância indo mais ao encontro das recomendações do comité das Convenções Unidas sobre os direitos da criança. De acordo com as recomendações do comité, Portugal deverá efetuar um maior investimento relativamente às crianças e jovens acolhidos. Também deverá investir mais na assistência social às famílias, trabalhando com elas, acompanhando-as e apoiando-as financeiramente. Por outro lado, deve investir em medidas políticas de desinstitucionalização. No âmbito da adesão de Portugal aos Planos Nacionais de ação contra a Pobreza e para a Inclusão social e nomeadamente através do Plano de intervenção Imediata, enquanto instrumento desenvolvido para diagnosticar e analisar a evolução dos projetos de vida das crianças e jovens que se encontram em contextos alternativos à sua família de origem. A avaliação dos efeitos das diversas respostas sociais na vida das crianças e jovens portuguesas é um outro assunto abordado por este relatório.

A este respeito é referido que só os estudos académicos realizados mais recentemente têm procurado analisar o impacto destas medidas nas diversas dimensões da vida das crianças e jovens (educação, conflitos com a justiça, saúde, emprego, habitação e parentalidade), pois os relatórios oficiais não estão orientados para analisar o impacto que as diversas medidas de acolhimento exercem na qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens. Foi também, referenciada à legislação que Portugal possui para regulamentar, orientar e proteger os direitos das crianças que se encontram em acolhimento, nomeadamente a Lei de Proteção de Crianças e jovens em risco.

7.2 - RECOMENDAÇÕES

Os problemas que afetam as crianças e as suas famílias nem sempre, têm sido equacionados como problemas sociais. Na lógica ocidental, estruturada sobre a figura jurídica da *pátria potestas* do direito romano, as crianças continuam a ser propriedade privada da família. Entendidos como questões do foro individual, estes problemas são sentidos como alheios, não apelam a uma responsabilidade coletiva, nem são do interesse da generalidade da sociedade. Em consequência, a pressão da opinião pública sobre as instâncias políticas e de governo, no sentido do investimento dos recursos necessários à solução destes problemas, tem-se revelado débil e ineficaz. A violência dirigida contra as crianças, em especial na família, beneficiou durante muito tempo de um consentimento silencioso alargado, revelador da tolerância social face a este fenómeno. Contrariamente, a violência infligida pelas próprias crianças apesar de numericamente menos expressiva, suscitou e suscita reações mais fortes. O mau-trato a par da indigência, da delinquência e vagabundagem envolvendo crianças constitui uma situação que, desde muito cedo, suscitou a intervenção de instituições quer particulares quer estatais. Movidas sobretudo pela intenção de prevenir a degradação moral da sociedade, circunscreveram este tipo de violência a espaços físicos e sociais diferenciados.

Inicialmente definido a partir dos seus danos físicos evidentes em crianças muito novas, o conceito de maus-tratos evolui com o aprofundamento da consciência social deste problema. A violência emocional, psicológica e sexual, ganha estatuto de mau-trato, multiplicando-se os possíveis agentes perpetradores, que passam a incluir, para além das pessoas exteriores à família, as instituições, os próprios serviços de proteção infantil e a sociedade no seu todo.

A violência sobre crianças deixou de estar centrada apenas nas suas implicações físicas, para passar a considerar também outras modalidades de maus-tratos. A particularidade das diversas formas de violência sobre crianças conduziu ao seu reconhecimento e tratamento como categoria autónoma.

Constatou-se de igual modo, que a perspectiva médica foi inicialmente prevalecte na análise desta problemática. Se tal conferiu ao estudo do fenómeno dos maus-tratos às crianças «identidade, legitimidade e credibilidade», também não é menos verdade que a dominância do modelo «médico» orientou a intervenção do serviço social, principalmente para as famílias pobres e para os pais com certas características psicológicas reforçando que a violência sobre as crianças era um «crime dos pobres». Mas rapidamente este fenómeno passou a ser estudado por outras perspectivas disciplinares (Ex: sócio jurídicas) e tratado por outros campos profissionais, o que levou a ser equacionado em contextos mais globais.

Em Portugal, no início da década de 80 os maus-tratos infantis passaram a ser alvo de diligências por parte da comunidade pediátrica, em colaboração com profissionais de outras áreas disciplinares. Entretanto, a ação concertada de certos organismos e instituições como, por exemplo, a seção de pediatria social da sociedade portuguesa de pediatria, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), o Instituto de Apoio à Criança (IAC), as Comissões de Proteção de Menores (CPCJ), ao estudarem e intervirem em inúmeras situações de maus-tratos, tem tornado esta realidade cada vez mais visível no nosso país.

De um modo geral, as práticas parentais negligentes ou maltratantes percorrem todos os estratos sociais, os maus-tratos ocorrem normalmente em privado e só são detetados quando ultrapassam um certo nível que permite a intervenção de terceiros. Contudo a vulnerabilidade das famílias dos meios socioeconómicos desfavorecidos, o consequente contato com os serviços sociais a que estas famílias estão sujeitas permite em tempo real detetar com mais facilidade qualquer suspeita de abuso, quando relacionadas com as famílias dos meios socioeconómicos mais abastados.

As deteções precoces das situações de maus-tratos, a coordenação interinstitucional e a definição clara do papel de cada um na situação de desproteção infantil são imprescindíveis para uma resolução clara e atempada do problema.

A proteção das crianças e jovens em perigo, com vista ao seu desenvolvimento integral, centra-se nas situações de perigo, como nos maus-tratos físicos, negligência leve ou grosseira nos cuidados diários e necessários à criança, falta de atenção afetiva adequada, desvios comportamentais que comprometem tanto a educação como a formação.

Essas situações de perigo, previstas no artigo 3.º da Lei de Proteção, devem ser comunicados às Comissões de Proteção, por todas as pessoas que delas tenham conhecimento, bem como pelas instituições de infância e juventude. Compete a todos, como responsabilidade de viver e usufruir dos serviços coletivos duma comunidade, comunicar situações de perigo. Na verdade, só com a participação da sociedade na inclusão social, se poderá conseguir maior eficácia nessa força conjunta, respeitar a menor «invasão» da vida privada nas famílias e melhor racionalização de meios. Devemos continuar com esta cultura de trabalho em grupo e em parceria. É uma cultura atual, que tem como fundamento os conhecimentos das ciências humanas sobre as melhores formas de educação, contributos nomeadamente da psicologia, ciências da educação, serviço social, pediatria e pedopsiquiatria. Compete à sociedade e ao Estado a proteção das crianças e jovens com vista ao seu desenvolvimento integral, conforme se dispõe no artigo n.º 69 da nossa Constituição da República Portuguesa.

Na busca da concretização da pesquisa, tem-se procurado enunciar o conjunto de direitos da criança cuja violação ou desrespeito permite antever uma situação de prejuízo ou perigo, de forma a ponderar se a sua verificação merece, designadamente, a aplicação de medidas de proteção que afastem o perigo para a saúde, segurança, formação moral ou educação da criança, sempre visando a prossecução do seu desenvolvimento integral, bem jurídico garantido pelo artigo n.º 69 da CRP.

O Código Civil prevê, por isso, nos artigos n.º 1913 e segs, não só a inibição do exercício do poder paternal, aplicável nos casos mais graves de violação culposa dos deveres paternais que causaram sérios prejuízos ao menor, mas também medidas limitativas para os casos em que se observe o perigo, mas não seja adequado a inibição, nomeadamente para situações em que não se observe a culpa.

Quer a limitação, quer a própria inibição do exercício do poder paternal podem ser requeridas pelo Ministério Público, pelos familiares da criança e pelas pessoas a quem tenham sido confiadas de direito ou de fato, como estatuem os artigos n.º 1915 e n.º 1918 do Código Civil.

Tais medidas limitativas estão hoje previstas na Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo e visam a promoção dos direitos da criança e sua proteção.

É sem dúvida uma lei inovadora na busca da definição de princípios orientadores da intervenção, que se fundam na promoção dos direitos da criança, procurando também enunciar, de uma forma aberta, um conjunto de situações reveladoras de perigo, as quais, por consubstanciarem sempre violação ou perigo de direitos da criança, legitimam a intervenção do Estado na família.

Tais princípios orientadores são hoje aplicáveis a todos os Processos Tutelares Cíveis, por força do artigo n.º 147-A da Organização Tutelar de Menores.

No entanto não obstante este normativo, nem sempre aqueles princípios são tidos em consideração, circunstância que, em particular nas ações de regulação do exercício do poder paternal, pode prejudicar a melhor avaliação das situações fácticas em apreciação nesses processos.

Quanto às situações reveladoras de perigo, previstas no artigo n.º 3 da Lei de Proteção, elas abrangem, de acordo com o artigo n.º 1, quer a violação de direitos fundamentais, como a integridade física ou psíquica e a dignidade da criança, quer a ausência de cuidados básicos ou mesmo situações que se traduzem em desrespeito por um conjunto de direitos, mais recentemente reconhecidos, de que é exemplo a falta de afeição, a que se refere a al. c) do n.º 2 do artigo n.º 3.

Tal não se verificou, porém, de forma expressa, relativamente ao direito à continuidade das relações afetivas. A consagração legal do direito da criança à preservação das suas ligações psicológicas profundas, nomeadamente no que concerne à continuidade das relações afetivas estruturantes e do seu interesse, tem sido há mais de duas décadas, reconhecidas com base na interpretação sistemática das normas vigentes. O reconhecimento deste direito da criança resulta do aprofundamento dos conhecimentos científicos, adquiridos a partir das evidências comprovadas por especialistas da infância, designadamente nas áreas da Medicina, da Psicologia e das Ciências Sociais, os quais asseguram que o respeito por esse direito é indispensável para a saúde mental da criança e para o desenvolvimento de confiança e segurança em si próprio e no outro.

Assim, as instituições de acolhimento devem estar configuradas em unidades pequenas, com poucos utentes, manter um atendimento personalizado, estimular a participação em atividades comunitárias e preservar o grupo de irmãos.

As instituições devem possuir como configuração integrada no «todo», partindo não de uma visão assistencialista mas concebendo a sua intervenção para um espaço de socialização e de desenvolvimento. O primeiro objetivo deve ser sempre o de prevenir – *a prevenção é uma estratégia da promoção dos direitos*. É um grande investimento e deve ser priorizado – *quanto mais colo a criança tiver, mais saudável será*. É necessário definir uma política articulada de infância e juventude em todas as suas vertentes (Educação, Saúde, Justiça, Segurança e Social), à semelhança do que se passa noutros países europeus. É fundamental a articulação dos serviços a nível territorial e de proximidade (escolas, centros de saúde, policia/GNR, hospitais, equipas de primeira linha), toda a comunidade se deve organizar, numa estratégia articulada, com definição de critérios comuns de intervenção indispensáveis ao combate da subjetividade, da relatividade da intervenção, bem como possuírem indicadores comuns de avaliação e acompanhamento.

Longe das visões simplistas e parciais que constroem imagens de idealização do espaço familiar e de denominação dos contextos institucionais, o foco da equação deve ser sempre a qualidade das relações estabelecidas entre a criança e o contexto em que se desenvolve – qualquer que seja este contexto, a família ou a instituição – assim como a medida em que este responde às suas necessidades.

O que está em causa é a construção de relações estáveis, contínuas, que tenham significado pessoal para as partes envolvidas e funcionem como referência ou organizados da compreensão que o menor tem do mundo envolvente. Entende-se, por isso, a importância de conhecer os núcleos de funcionamento familiar e as redes interpessoais de apoio próprias das culturas de onde as crianças são oriundas. A manutenção de redes próximas e duradouras constitui um resultado importante da prestação de cuidados extrafamiliares a criança e jovens.

Neste sentido, não deve ser um setor desvalorizado ou deprimido, um sistema de fim de linha, comprometido na imagem com o insucesso dos percursos de vida dos seus utentes. O acolhimento institucional deve pautar a sua atuação pelo profissionalismo e qualificação, reformulando a sua imagem. Mais do que o crime, a doença ou o mau-trato, o que está em causa é o direito de acesso à Justiça, à Saúde e à Proteção Social.

De fato, o acolhimento institucional de crianças e jovens em risco deve ser entendido no quadro de promoção dos seus direitos, propício à emergência de uma ética da qualidade. A experiência, a precariedade e a deficiência das condições de vida que, frequentemente caracterizam os percursos dos menores em risco já não legitimam uma qualquer prestação, entendida como um privilégio.

No nosso país, existe legislação e uma estrutura administrativa que dá atenção às situações de violência contra as crianças e jovens. Este “público alvo” necessita de encontrar espaços institucionais abertos, para que possam ver exercidos os seus direitos, bem como, o verdadeiro valor da solidariedade.

Donnelly realça o compromisso social de se prevenir o abuso de crianças antes que ele ocorra, referindo que, sendo os maus-tratos infantis um problema complexo, com uma multiplicidade de causas, as abordagens de prevenção devem responder a uma variedade de necessidades, (Maia, 2012).

Um estado de direito tem a obrigação de providenciar uma resposta multissetorial para todas as formas de violência ou mau-trato. Isso implica disponibilizar serviços e agentes de autoridade como forma de prevenir e proteger as vítimas. Uma das questões que mais têm sido trabalhadas no campo da prevenção é o trabalho junto à união familiar e ao desenvolvimento de programas de psicoeducação e apoio necessário para um funcionamento familiar saudável. Para Donnelly estes programas oferecem um contínuo de apoio e serviços educacionais e terapêuticos, para pais e crianças, ao longo dos anos em que a criança frequenta a escola, (Maia, 2012).

Desta forma, propõem-se no seguinte estudo algumas medidas que à semelhança de outros países europeus poderão ser adotadas como forma preventiva e protetora:

➤ *Serviços de Saúde e Acompanhamento Materno Infantil* – serviços constituídos por equipas multidisciplinares onde aconselhassem e acompanhassem as recém-mães. Os primeiros cuidados materno-infantis são a primeira linha de ação para reduzir a negligência e a violência. Este serviço para além de proporcionar a possibilidade de prevenir doenças e acompanhar o crescimento da criança desde o nascimento ajuda ainda, a fortalecer o apego mãe-bebé e a reduzir o risco de violência parental. Com esse rastreio regista-se aqueles que poderão beneficiar de programas de educação parental ou de um acompanhamento mais próximo, estabelecendo parcerias com outros serviços. De acordo com Sweet & Appelbaum, os programas de prevenção dos maus-tratos e abusos envolvendo visitas em casa são considerados os mais inovadores, holísticos e são usados para abordar as dificuldades de educar e apoiar a família em situação de risco, enquanto, ao mesmo tempo disponibilizam uma ampla gama de serviços profissionais e comunitários para a família, (Maia, 2012). Uma variada matriz de serviços pode ser oferecida, incluindo a visita de enfermagem para monitorizar a saúde da criança, educação de pais em casa e a intervenção de um assistente social, a fim de evitar a colocação de uma criança numa instituição. Estes programas podem ainda, criar redes sociais para novos pais, conectando-os com outros centros de apoio, com a comunidade e com os programas de prevenção já existentes na rede de saúde.

➤ *Programas de Apoio e Acompanhamento Precoce nas Famílias em risco*, a perspetiva centra-se em focar o programa de apoio e acompanhamento nas famílias e nas problemáticas que as afligem. Deverá ser um programa forte, sólido, a partir do qual a família possa beneficiar de um apoio efetivo que minimize a questão da violência ou do problema, em causa. Esse programa deverá ter como ações a implementação de dinâmicas familiares internas com o objetivo de capacitar a família para resolver os seus problemas autonomamente. Como resultado direto, estes programas quanto mais cedo forem implementados na família maior serão os seus benefícios. Relativamente aos programas de apoio, o seu objetivo principal passa por perceber quais as necessidades da família a nível socioeconómico para que se possam estabelecer parcerias com os demais serviços e ao mesmo tempo se possa capacitar os membros da família a gerir e a minimizarem as suas necessidades. Este programa tem ainda, como objetivo

supervisionar a família, providenciar apoio emocional, treinar o apoio parental direcionado às crianças, corrigir comportamentos que afetam o bom relacionamento familiar. Possibilita também, a ligação da família com os serviços disponíveis na comunidade, afastando-a do isolamento social.

➤ *Educação parental* - O apoio socioeducativo aos pais, através de programas de intervenção ou aconselhamento em matéria de educação parental, integra recentemente as políticas sociais europeias. O objetivo destas medidas é o de responder às necessidades específicas de educação, promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens. A par de outras medidas de igual importância para a vida familiar (e.g., subsídios económicos, serviços de apoio à criança, incentivos à conciliação entre vida profissional e familiar), as medidas de apoio às competências parentais têm as necessidades de pais e filhos como cerne de atuação. O seu conteúdo é a relação educativa e a satisfação de direitos e necessidades ajustadas às características das crianças, sempre em articulação com a promoção do seu bem-estar, bem como do das respetivas famílias.

No capítulo do apoio a prestar aos pais, a LPCJP refere, no artigo n.º 41, os programas de educação parental. Definindo-os como um apoio de natureza psicopedagógica e social, a lei distingue-os do apoio económico, preconizando a sua aplicação aos pais quando tenham sido propostas medidas de apoio em meio natural de vida (artigo n.º 39) ou em situações em que a criança possa estar sob a responsabilidade de um familiar (artigo n.º40).

A natureza e finalidade da medida trata de salvaguardar o direito constitucional de os pais ou responsáveis pelo cuidado à criança assumirem a parentalidade como um direito inalienável. Apesar de a medida revestir carácter obrigatório quando decretada em julgamento no Tribunal, a maior parte das vezes não é obrigatória, designadamente em fase de Acordo de Promoção e Proteção. A Educação Parental pode revestir diferentes modalidades, a título de exemplo pode-se salientar duas que vão desde espaços onde se promove o encontro de grupos de pais que possibilitam a troca de experiências e aprendizagem em comum, a programas que se organizam a partir de um referencial teórico e que obedecem a um conjunto de requisitos metodológicos para a sua administração.

De facto, trata-se de um sector que tem vivido na ausência de qualquer orientação política consistente, limitando-se a gerir situações de crise que impõem admissões não planificadas e situações quotidianas geridas com os recursos disponíveis, ou seja, por um lado, a desinstitucionalização não foi completamente conseguida, por outro, remete a institucionalização para o estatuto de «último recurso».

Contudo discorda-se do estatuto de “último recurso”, pois considera-se que estes serviços constituem uma mais-valia no sentido de ir ao encontro das necessidades específicas de uma determinada população com características particulares, sendo uma das várias possibilidades existentes, (Leandro, 1998). Assim, a institucionalização pode constituir-se como respostas complementares, simultâneas ou sequenciais e não exclusivas ou incompatíveis com as outras. Estes serviços podem constituir parte efetiva do processo de trabalho social com as famílias na comunidade; todavia, a assunção deste papel requer mudanças tanto a nível logístico como ideológico, entre as quais se salienta a formação de equipas multidisciplinares para o exercício destas funções.

Em jeito de arremate final pode-se acrescentar que este estudo apresenta limitações que obrigam a uma ponderação cuidadosa dos resultados obtidos, designadamente o fato de ter uma amostra reduzida e centra-se apenas nos questionários aplicados aos Diretores Técnicos das Entidades com respostas sociais em matéria de infância e juventude no Alentejo. Com base nas limitações deste estudo, sugere-se o seu alargamento a uma amostra maior, assim como a utilização de um *designer* longitudinal, em que se questione todas as entidades existentes em Portugal com respostas sociais em matéria de infância e juventude. Parece igualmente importante que se possa questionar/entrevistar os diversos intervenientes no processo de institucionalização da criança/jovens nomeadamente a família, os técnicos do sistema judiciário e os recursos humanos da instituição. A conjugação de todos estes dados forneceria um conjunto de informações mais completo acerca da institucionalização no nosso país, bem como permitiria uma maior compreensão da realidade e do tecido social. A relação entre a investigação realizada, a prática profissional da investigadora, a ação dos serviços e as tomadas de decisões políticas neste domínio nem sempre é imediata ou obrigatória e nem sequer evidente, todavia é inegável que as orientações resultantes da pesquisa não sejam completamente ignoradas nem destituídas de influência. De facto, se aos investigadores interessa a avaliação e a comparabilidade dos resultados, todos os intervenientes no processo precisam de informação sobre o impacto das experiências proporcionadas e das políticas institucionais em que se enquadram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, Sofia, (2004), **Evolução das Estruturas Domésticas**, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, Janeiro.
- Abrantes, Pedro, (2004), **Sociologia e Ciência da Educação: A distância entre nós**, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 45, Outubro.
- Abreu, Carlos, Sá, Inês & Ramos, Vânia, (2010), **Proteção, Delinquência e Justiça de Menores**, Manual Prático para Juristas, Porto, Edições Sílabo.
- Afonso, Paula, (1998), **As Políticas de Proteção às Crianças em Risco**, *Revista Intervenção Social* 17/18: 53 – 68.
- Alarcão, Madalena, (2002), **(des) Equilíbrios Familiares**, Lisboa, Quarteto.
- Albarello, Luc, et al, (1995), **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa, Grádiva.
- Alberto, I.M., (2003), **Como Pássaros em Gaiolas? Reflexos em torno da Institucionalização de Menores em Risco**. In Machado & Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de Crimes*, vol. 2, Coimbra, Quarteto.
- Alfaro, Martins, (2003), **O Regime Fiscal das IPSS**, Faculdade de Direito da Universidade da Extremadura, Espanha.
- Almeida, Ana Nunes, (1998a), **Novos Modelos de Ser e de Estar na Sociedade de Hoje: o Contexto da Infância**, *Revista Intervenção Social*, 17/18: 11 – 18.
- Almeida, Ana Nunes, (2005b), **Crianças e Maus-Tratos na Família – Uma Abordagem Sociológica**, *Revista Portuguesa de História*, XXXVII: 231-254.
- Almeida, Ana Nunes, et al, (1999), **Famílias e Maus-Tratos às Crianças em Portugal**, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Almeida, Ana Nunes, André, I.M, & Almeida (1995), **Relatório Final sobre os Maus-Tratos às Crianças em Portugal**, Lisboa.

Almeida, João, Pinto, José, (1990a), **A Investigação nas Ciências Sociais**, Lisboa, Editorial Presença.

Almeida, João, Pinto, José, (2001b), **Metodologia das Ciências Sociais**, Lisboa, Edições Afrontamento.

Amaro, José F, (2008), **Encontro, O Acolhimento de Crianças e Jovens em Instituição**. Pretextos, Instituto da Segurança Social, IP: 7-8.

Andreoli, V., (2003), **Do Lado das Crianças**, Biblioteca dos Pais, Editora Âmbar.

Associação Profissionais Apoio à Vitima [APAV]. (2012), Relatório Anual 2012 – Estatísticas, acessido em 20-03.2012, URL www.apv.pt/Estatísticas.

Associação Portuguesa de Apoio à Vitima [APAV], 2013, Relatório Anual 2013 – Estatísticas, acessido em 22-04.2013, URL www.apv.pt/Estatísticas

Avazini, Guy, (sd), **O Insucesso Escolar**, Lisboa, Editorial Pórtico.

Azevedo, M.C &Maia, A.C, 2006, **Maus-Tratos à Criança**, Lisboa, Climpsi Editores.

Baker, Linda, et al., (2007), **Children Exposed to Domestic Violence**, in Fórum Municipal de Cascais contra Violência Domestica, ISBN: 978-972.

Barata, Óscar, (1974), **Introdução às Ciências Sociais**, Lisboa, Bertrand.

Barudy, Jorge, (2007), **De la Bienveillance Infantile – Compétences Parentales et Résilience**, Paris, Ed.Fabert.

Belle, Judith, (1993), **Como Elaborar um Projeto de Investigação**, Lisboa, Grádiva.

Boudon, Raymon, (1990), **Os Métodos em Sociologia**, Lisboa, Edições Rolim.

Bronfenbrenner, Urie, (2002), **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos naturais e planejados**, trad. Adriana Veronese – Porto Alegre: Artes Médicas.

Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela, (1998), **Metodologia de Investigação**, Guia de Auto-aprendizagem, Lisboa, Universidade Aberta.

- Canha, (2003), **A Criança Maltratada**, Coimbra, Quarteto Editora.
- Canhão, Ana M, (2007), **Participação das Crianças e Jovens em Perigo no seu Projeto de Vida**, Pretextos, Instituto da Segurança Social, IP: 13-15.
- Carneiro, M.^a do Rosário Costa, (1997), **Crianças em Risco**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Chiavenato, Idalberto, (1992), **Introdução a Teoria Geral da Administração**, Editora Edicion.
- Clemente, Rosa Maria, (1998), **Um Novo Olhar Sobre a Criança – Um Direito Novo de Promoção de Direitos e de Proteção**, *Revista Intervenção Social*, 17/18:19/25.
- Casa, (2011), **Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens**, Departamento de Desenvolvimento Social/ Unidade de Infância de Juventude/ Setor para a Qualificação do Acolhimento, Instituto da Segurança Social, IP.
- Camões, Maria, (2003), **As Crianças Institucionalizadas: O outro lado da Sociedade**, acessado em 24/02/2010, URL www.psicologia.com.pt
- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Subcomissão de Igualdade de Oportunidades, (2005) **Relatório das Audições efetuadas no âmbito da avaliação dos sistemas de acolhimento, proteção e tutelares de crianças e jovens**, Portugal, acessado em 11-06-2013, URL www.oa.pt
- Cansado, Teresa I P-A, (2012), **Estratégias de Acolhimento**, acessado em 10/12/2012, www.artigocientifico.ual.com.br
- Constituição da República Portuguesa, Versão, (1997), Porto, Porto Editora.
- Coello, Sandra Lima, (2008), **Participação Social e Associativismo em Portugal**, Breves Apontamentos de um Estudo de Caso de uma associação de Promoção do comércio Justo, Santa Maria da Feira, Fórum Associativismo.

- Coutinho, C,P, (2006), **Aspetos Metodológicos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal**, Comunicação apresentada no XIV colóquio AFIRSE, Teorias e Práticas, FPCE-UL.
- Cruz, M^a da Conceição, (2006), **Menores em Risco/Perigo – Uma Responsabilidade Coletiva**, Lisboa.
- Cruz, Paula, (2000), **Crescer (S) Em Solidão**, Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, Universidade de Coimbra.
- Deshaies, (1992), **Metodologia da Investigação em Ciências Humanas e Sociais**, Lisboa, Instituto Piaget.
- Derouet, Jean-Louis, (2004), **A Sociologia das Desigualdades de Educação numa Sociedade Crítica**, Revista Sociologia, Problemas e Praticas, n.º 45, Outubro.
- De Mause, Lloyd, (1998), **A História do Abuso de Crianças**, “The Journal of Psychohistory”, n.º 25.
- Dessen, Ánderson Junior, (2005), **A Ciência do Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre:ATMED.
- Dias, Isabel, (2004), **Violência Familiar - Uma visão Sociológica**, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Diuvani Alexandre, et al, (2004), **Relação se Apego Entre Crianças Institucionalizadas**, acessido em 18/04/2010, URL: www.psicologia.com.pt
- Duarte, M.^a Isabel Ramos, (2004), **Alunos e Insucesso Escolar: Um Mundo a Descobrir**, Lisboa, Inovação Educacional.
- Gageiro, J; Pestana, M., (2000), **Análise de dados para ciências sociais. A Complementaridade do SPSS**. (2^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Geisen, Cynthia, (2006), **Curando as Feridas depois dos Maus-Tratos**, Lisboa, Expresso Gráfico.

- Gil, António Carlos, 1996, **Como Elaborar um Projecto de Pesquisa**, Lisboa, Atlas.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin, (2001), **O Inquérito, Teoria e Prática**, Porto, Celta Editora.
- Goffman, E., (1962), **Asylums: Essays on the Social Situations of Mental Patients and Other Inmates**; Chicago, Aldine.
- Hill, Manuela Magalhães e Andrew, (2000), **Investigação por Questionário**, Lisboa, Edições Sílabo.
- Instituto da Segurança Social, (2010a), **Guia de Orientações para os Profissionais de Ação Social na Abordagem de Situações de Perigo**, Quadro Regional Estratégico Nacional, Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco, ISS,IP.
- Instituto da Segurança Social, (2009b), **Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009**, Departamento de Desenvolvimento Social, Unidade de Infância e Juventude, Núcleo de Estudos e Conhecimento do ISS, IP.
- Instituto da Segurança Social, (2007c), **Políticas para a Infância em Portugal na Área da Segurança Social**, ISS, IP:1-22.
- Kimmel, Carrie, Roby, Jini, (2008), **Institutionalized Child Abuse: The use of Child Soldiers**, acedido em 20/07/2010, URL: <http://isw.sagepub.com>
- Ketele, Jean-Marie e Roegiers Xavier, 1993, **Metodologia de Recolha de Dados**, Lisboa, Instituto Piaget.
- Leandro, A., (1998). **A problemática da criança maltratada em Portugal**, alguns aspetos jurídicos e judiciais. Centro de estudos Judiciais. Lisboa.
- Machado, Carla, et.al, (2003), **Violência e Vítimas de Crimes**, Lisboa, Quarteto.

- Maia, Luís, (2012), **Violência Doméstica e Crimes Sexuais**, Um Guia para as vítimas familiares e amigos, Pactor, Edições de Ciências Sociais e Políticas Contemporâneas.
- Magalhães, Teresa, (2005), **Maus-Tratos em Crianças e Jovens**, Lisboa, Quarteto.
- Mann, Peter, (2000), **Métodos de Investigação em Sociologia**, Lisboa, Zahar Editores.
- Mângia & Mattos, (2002), **Acolhimento: Uma Postura, Uma Estratégia**, São Paulo, *Revista Terapêutica OCUP*. da Universidade de São Paulo: 15-21
- Maia, Ângela, e tal, (2007), **Maus – Tratos na Infância**, psicopatologia e satisfação com a vida, acessido em 10/11/2010, URL: www.psicologia.com.pt
- Martins, Paula Cristina, (2005a), **O Acolhimento Familiar como Resposta de Proteção à Criança sem Suporte Familiar Adequado**, Universidade do Minho, acessido em 13/01/2011, URL: <http://hdl.handle.net/1822/5664>
- Martins, Paula Cristina, (2005b), **Das Dificuldades (dos) menores aos problemas (dos) maiores: Elementos de análises das representações sociais sobre as crianças em risco**, Universidade do Minho, acessido em 03/03/2011, URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt>
- Martins, Paula Marques, (2005c), **A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens**, Intervenção no VI Encontro Cidade Solidária, Santa Casa Misericórdia de Lisboa.
- Morin, Edgar, (1977a), **O Método – A Natureza da Natureza**, Edições Europa América, 2.º edição.
- Morin, Edgar, (1999b), **Introdução ao pensamento complexo**, Lisboa, Instituto Piaget
- Maroco, J.,(2007), **Análise estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo.
- Morgan, G., (2005), **Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações**, *Revista de Administração de Empresas*, v.45, n.º 1
- Muniz, Baudilio Martinez, (1982), **A Família e o Insucesso Escolar**, Porto Editora.
- Namorado, Rui, (2004a), **A Economia Social – Uma constelação de esperanças**,

Oficina do Centro de Estudos Sociais, n.º 213, Faculdade da Universidade de Coimbra.

Namorado, Rui, (2005b), **Cooperatividade e Direito Cooperativos**, Estudos e Pareceres, Coimbra, Almedina.

Nascimento, Cláudia; Brancher, Vantoir; Oliveira, Valeska, (2010), **The Social**

Construction of the Childhood Concept: Some Historical and Sociological Interlocutions, Revista Olhar do Professor, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Oliveira, M^a de Fátima e Camões, Cristina, (2003), **As Crianças Institucionalizadas – O outro lado da sociedade**, acessido em 23/04/2011, URL: www.psicologia.com.pt

Oriente, Ivana, et al, (2005), **The Meaning of Abandonment for Children in Institutions**, Psychology Review.

Paes, de Paula, A.P. Guerreiro Ramos, (2007), **Resgatando o Pensamento de um Sociólogo Crítico das Organizações**, Organização & Sociedade, v.14, n.º 40:169-188

Plano Dom, (2012), **Alguns Aspetos de Avaliação**, www.novo.cnis.pt, acessido em 12/10/2012

Quivy, Raymond, (1998), **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, 2.^a edição, Lisboa, Gradiva.

Ramos, A.G., (1981), **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações, Rio de Janeiro, FGV.

Rabello & Passos, (sd), **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**, acessido em 11/08/2011, URL: www.josesilveira.com

Relatório do Comité AD Hoc Pleno da vigésima sétima Sessão Especial da Assembleia Geral, (2009), **Um Mundo para as Crianças**, ONU.

Rojas, R. O., (2001), **El Cuestionario**, acessido em 11/2/2013, URL: www.nodo50.org

Rizzini, Irene, (2004), **Infância e Globalização**, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º44, Abril.

- Rodrigues, David, (2003), **Perspetiva sobre a Inclusão** – Da Educação à Sociedade, Porto Editora.
- Rodrigues, Eduardo Vitor, (2010), **O Estado e as Políticas Sociais em Portugal**, Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, vol XX:191-230
- Rosental, Claude, et al, (2002), **Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Humanas e Sociais**, Lisboa, Instituto Piaget.
- Sarmento, Manuel Jacinto, (2000), **O Que Cabe na Mão...**, Conferência Internacional de Educação Especial, Congresso Latino Americano em Educação, 24 a 28 de Julho.
- Simões, Dora, Mota Paulo, Loureiro Eugenia, (2006), **Cinderela: do Conto de fadas à realidade. Perspectiva sobre os maus – tratos infantis**, Departamento Antropologia, Universidade Coimbra.
- Siqueira, Aline Cardoso, (2006), **O Impacto da Institucionalização na Infância e Adolescência: Uma Revisão de literatura**, acessado em 11/08/2011, URL:www.psicologia&sociedade.br
- Spiegel, M.; Schiller, J. & Srinivasan, R., (2000), **Probabilidade e Estatística**. (2ª Ed.), Porto Alegre: Bookman.
- Strati, António, (2000), **The aesthetic approach in organization studies**, London, Sage.
- Tomás, M.ª Isabel, (2003), **Políticas Locais e Descentralização: As Novas áreas do Social**, FEUC – Tese de Mestrado.
- Tomazoni, Alexandre et al, (2004), **Attachment Relationships Among Institutionalized Children Living in a Shelter Situation**, Psychology Studie, vol.9.
- Tuckman, B., (2000), **Manual de Investigação em Educação**. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wood, Jr et al, (2001), **Estética Organizacional**, O&S, V8, n.º 21, Maio/Agosto:35-44.

Vala, Jorge, et al, (2003), **Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Van Maanem, Jon, (2007); **Processando as pessoas**: estratégias de socialização organizacional, in: FLEURY.

Vieira, Regina Ferreira, (1998), **Centro de Acolhimento** – Intervenção para a Afirmação do Direito de Cidadania da Criança e da Família, *Revista Intervenção Social*, 17/18: 69 – 84.

Vilares, Iveta, (2009), **A Institucionalização**: (Des) Encontros Pela Relação, Atas das II Jornadas de Educação Social, Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança:1-16.

Voluntariado, (2012), **O Voluntariado**, www.voluntariado.ump.pt, acessido em 15/03/2012

Unicef, (2003), **Relatório “Report Card 5”**, Centro Innocenti, acessido em 19/10/2012, URL: www.unicef.pt

ANEXO I